

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Direito**  
**Programa de Pós-Graduação em Direito**

Luana Tatiane Lima Rodrigues

**CUIDADO, DIREITO E ESTADO:**

**Entre a invisibilidade e a solidão - o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres  
negras na periferia de Venda Nova**

Belo Horizonte

2026

Luana Tatiane Lima Rodrigues

**CUIDADO, DIREITO E ESTADO:**

**Entre a invisibilidade e a solidão - o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres  
negras na periferia de Venda Nova**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direito.

Linha de pesquisa: Crítica e Direito.  
Projeto Coletivo: Gênero, Sexualidade e Direito

Orientadora: Nathalia Lipovetsky e Silva

Belo Horizonte

2026

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

R696c Rodrigues, Luana Tatiane Lima  
Cuidado, direito e Estado [manuscrito]: entre a invisibilidade e a solidão - o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres negras na periferia de Venda Nova / Luana Tatiane Lima Rodrigues. - 2026.

322 f.

Orientadora: Nathalia Lipovetsky e Silva.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 216-238.

1. Direito do trabalho - Teses. 2. Negras - Teses. 3. Políticas públicas - Teses. 4. Cuidados - Teses. 5. Trabalho feminino - Relações raciais - Teses. I. Silva, Nathalia Lipovetsky e. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 34:396



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA **LUANA TATIANE LIMA RODRIGUES**

Realizou-se, no dia 11 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, em Plataforma Virtual, pela Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada **CUIDADO, RESISTÊNCIA E ESTADO: Ancestralidade e invisibilidade do trabalho de cuidado não remunerado das mulheres negras na periferia de Venda Nova**, apresentada por **LUANA TATIANE LIMA RODRIGUES**, número de registro 2024653019, graduada no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Nathalia Lipovetsky e Silva - Orientador (UFMG), Prof. Juarez Rocha Guimaraes (UFMG), Prof(a). Simone Wajnman (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

( x ) Aprovada, tendo obtido a nota 93 (noventa e três).

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NATHALIA LIPOVETSKY E SILVA  
Data: 11/02/2026 12:29:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Nathalia Lipovetsky e Silva ( Doutora ) Nota: 93 (noventa e três)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JUAREZ ROCHA GUIMARAES  
Data: 18/02/2026 18:29:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Juarez Rocha Guimaraes ( Doutor ) Nota: 93 (noventa e três)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SIMONE WAJNMAN  
Data: 11/02/2026 21:36:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Simone Wajnman ( Doutora ) Nota: 93 (noventa e três)

À minha mãe, Aline, minha maior inspiração e força cotidiana. Nada do que sou existiria sem seu cuidado, sua luta e seu amor.

A todas as mulheres negras que sustentam este país pelo trabalho invisibilizado do cuidado.

## AGRADECIMENTOS

*“Mas quem anda no mundo bate cabeça pra trabalhar”*

Ponto cantado de orixás na Umbanda

Bater cabeça é humildade, é respeito, é reconhecimento da força que nos antecede. Por isso, começo estes agradecimentos batendo cabeça à minha ancestralidade, tantas vezes apagada, silenciada e violentada, mas nunca vencida. Uma ancestralidade que resistiu, que sobreviveu e que hoje escreve, pesquisa e sonha por meio de mim.

Bato cabeça, sobretudo, à minha mãe, Aline, mulher de luta, de fibra e de coragem. Mulher que, em meio a todas as dificuldades impostas pela vida, criou nove filhos e tantas outras crianças que lhe foram confiadas. Cuidou e cuida dos netos, cuidou da minha avó Ephigênia, que hoje vive em nossa memória e em nossa força. Uma mulher que sempre me ensinou: “estude para não depender de homem!” Este trabalho é, antes de tudo, fruto dessa pedagogia da resistência.

Aos meus filhos, Giovanna, Nicolas e Rodrigo; durante este período, como disse minha mãe, “eu não fui mãe!”. Peço perdão pelo cansaço, pelo estresse e pelas ausências. Tudo o que faço é pensando em vocês, em construir caminhos mais dignos e mais livres. Espero ser, para vocês, ao menos um pouco do que minha mãe é para mim.

Ao Fernando, meu companheiro, que assumiu o cuidado cotidiano, que caminhou e caminha comigo nos sonhos, nas dores e nas dívidas. Obrigada por me mostrar, na prática, que pai é quem cuida, quem permanece, quem ama e não aquele que consta no registro.

À minha família, que é minha base e minha rede: à tia Lourdinha, sempre presente em minha memória; ao meu pai Antônio, pelo suporte; aos meus irmãos, Débora, Rafael, Thiago, Verônica, Mônica, Fernanda, Marco Antônio e Ruan; meus primos Luciene e seu Filho Davidson; minha cunhada Renata e a todos que me sustentaram afetivamente que inclusive não mais estão presentes nesse plano.

Aos meus amigos e amigas, que compartilharam risos, lágrimas e conquistas: Bruno Gomes, Carlos Emídio (Nozinho), Mariana Karla, Luane Kelles, Andrea Rodrigues, Carolina Vasconcelos, Maria Luiza, Denise Jardim, José Alves e tantos outros.

Aos professores que marcaram minha trajetória - Bruno Wanderley (PPGD/UFMG), meu querido Prof. Thuris! que me acompanha desde a minha querida PUC Minas, que vibra, comemora e acredita em mim, mesmo quando tenho minhas dúvidas, muito obrigada pelo seu

carinho e confiança. Professor Moacyr Laterza (UEMG), obrigada pelo carisma, pela alegria, sensibilidade e acolhimento, principalmente nesse último mês de escrita. Professora Livia Miraglia (PPGD/UFMG), que lá em 2019 me mostrou que devemos sim discutir gênero. Professor Juarez Guimarães (PPGCP/UFMG), exemplo de compromisso político e sensibilidade crítica com a educação e com seus alunos, que me fez expandir para lugares e espaços que ainda eram inexistentes para mim. Muito obrigada por me oportunizar pensar sobre uma 'nova gramática'. A seção 5.3 foi construída através do aprendizado de suas aulas. Professor Marcos Assis (Fundação João Pinheiro), por mais que no semestre passado não tenha sido tão generoso comigo (e sabe que não foi! Rsss), suas aulas e sua tese foram muito importantes para meu trabalho. À professora Simone Wajnman (Cedeplar/UFMG) e à professora Hayeska Barroso (ICH/UnB), pelo afeto, pela generosidade e pelo apoio, mesmo que não intencional, foi muito importante em um momento essencial dessa pesquisa. A confluência foi tão grande que sinto que nos conhecemos há anos! À Carla Akotirene, minha inspiração intelectual, minha irmã de axé, que me ensina, acolhe e fortalece - ainda que no tardar da noite.

À minha orientadora, Nathália Lipovetsky (PPGD/UFMG), pela paciência e muita paciência! Obrigada por ter me possibilitado desenvolver com liberdade minhas longas ideias, por acreditar nesta pesquisa, respeitar meus tempos, compreender meus limites ou tentar e ser rigorosa, ao mesmo tempo sensível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/UFMG), espaço de formação crítica, produção de conhecimento e compromisso social, que possibilitou minha trajetória acadêmica.

À Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação (DGTE), pela viabilização da pesquisa no CRAS Lagoa, e aos profissionais que a tornaram possível: William, Pâmela, Paula, Pablo, Cláudio e Alisson - e, todos os demais trabalhadores do CRAS Lagoa pelo carinho, pela recepção e acolhida que tiveram comigo e mais ainda com os assistidos. Vocês me fizeram apaixonar pela assistência! (acho que tenho um pezinho aí com vocês!) Vocês são a última fronteira mesmo!

E, principalmente, às mulheres que participaram desta pesquisa: vocês são a razão deste trabalho existir. Que ele seja, de alguma forma, uma devolutiva digna das histórias que me confiaram.

Este trabalho não nasce apenas da academia. Ele nasce da vida, nasce da luta, da desigualdade, da ausência de direitos, da sobrecarga, do cansaço, mas também do afeto, da partilha e da coletividade.

Não há vitória individual enquanto tantas mulheres ao meu redor seguem sobrevivendo sem direitos, sem descanso, sem reconhecimento. Não há conquista plena enquanto tantos de nossa comunidade sequer podem sonhar.

Por isso, este trabalho é também um compromisso político: lutar por um mundo menos desigual e mais humano.

Nada disso seria possível sem doação, sem partilha, sem amor coletivo.

Cada pessoa aqui citada construiu comigo este caminho.

Eu não cheguei sozinha. Eu cheguei com muitas mãos, muitos corpos, muitas histórias e muitas lutas.

A todos meu muito obrigada!

*E...*

*Não posso encerrar estes agradecimentos sem falar sobre privilégios.*

Em um mundo profundamente desigual, reconheço que, apesar de todas as violências, dores e atravessamentos que marcaram minha trajetória, eu fui - e sou - uma mulher privilegiada.

Foi doloroso escrever este trabalho e escutar tantas histórias. Histórias de mulheres que caminharam pelas mesmas ruas que eu, estudaram nas mesmas escolas, pegaram os mesmos ônibus, trabalharam nos mesmos lugares. Mulheres que, como eu, já foram seguidas em lojas, vigiadas em supermercados, humilhadas em espaços públicos. Mulheres cujos filhos também foram tratados como suspeitos desde cedo.

Eu também trabalhei em padaria.

Eu também fui chamada de “vagabunda” por escolher estudar.

Eu também fui julgada por não corresponder ao modelo de “boa esposa”.

Eu também fui abandonada com filhos pequenos.

Eu também voltei para a casa dos meus pais com “mala e cuia” e mais “duas bocas”.

Eu também ouvi chacotas por não saber “picar um frango” ou “cozinhar como mulher deveria”.

Mas, ainda assim, minha trajetória não se compara à trajetória de muitas das mulheres que generosamente confiaram suas histórias a esta pesquisa.

Por mais que compartilhemos dores, eu não tenho o direito de me igualar às suas experiências. Reconhecer isso é um compromisso ético, político e humano.

Sou privilegiada por ter uma família extensa.

Por ter tido avós, tias, tios, primos e vizinhos.

Por ter tido escola, professores, amigos e redes de apoio.

Por nunca ter caminhado completamente sozinha.

Sou privilegiada por ter tido, mesmo em meio à escassez, algum amparo coletivo.

Sou privilegiada por viver em um contexto em que políticas públicas - ainda que insuficientes - possibilitaram que eu sonhasse. Que eu permanecesse na escola. Que eu acessasse a universidade. Que eu me tornasse a primeira neta a se graduar e a primeira da família a ingressar na pós-graduação e em uma segunda graduação.

Nada disso é fruto apenas de mérito individual.

É resultado de lutas históricas, de políticas públicas, de redes comunitárias e de resistências coletivas.

Por isso, este trabalho não é um ponto de chegada.

É um ponto de responsabilidade.

Responsabilidade com as mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades.

Responsabilidade com as que seguem lutando para sobreviver.

Responsabilidade com aquelas cujos sonhos ainda foram negados.

Se hoje escrevo, pesquiso e ensino, é porque muitas caminharam antes de mim.

E é por elas que sigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida

(Fernando Brant; Milton Nascimento. **Maria, Maria**, 1978)

## RESUMO

O presente estudo analisa o trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres negras na periferia de Venda Nova, em Belo Horizonte/MG, sob uma perspectiva interseccional, contracolonial e jurídico-política. Parte-se do reconhecimento de que o cuidado constitui um elemento central da reprodução social e da sustentação da vida, historicamente invisibilizado, feminizado e racializado, cuja responsabilidade recai de forma desproporcional sobre as mulheres negras. O objetivo da pesquisa é compreender como a organização social do cuidado, associada à fragilidade das políticas públicas, impacta os projetos de vida, a autonomia e a participação social dessas mulheres, bem como analisar os limites e potencialidades das redes comunitárias de “ajudas” na sustentação da vida cotidiana. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter situado, exploratório e crítico, com uso complementar de dados quantitativos secundários para fins de contextualização e triangulação analítica. A investigação articula revisão bibliográfica e documental, análise de dados nacionais, municipais, e pesquisa de campo realizada por meio de rodas de conversa com mulheres atendidas pelo CRAS Lagoa. O referencial teórico fundamenta-se no feminismo negro, em especial Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, nos estudos da reprodução social, circuitos do cuidado, diamante do cuidado e epistemologias contracoloniais.

Os resultados evidenciam que, embora os desafios relacionados ao cuidado sejam vivenciados por mulheres em diferentes grupos sociais, eles são profundamente agravados pelas intersecções entre raça, gênero, classe, território e acesso desigual a direitos. Observa-se a expropriação sistemática do tempo feminino, a interrupção de trajetórias educacionais e profissionais, o adoecimento físico e mental, a precarização laboral e a dependência de redes informais de solidariedade, que, embora fundamentais para a sobrevivência, revelam-se frágeis, instáveis e insuficientes para garantir proteção social efetiva.

Constata-se, ainda, que as políticas recentes de cuidado, apesar de representarem avanços normativos, apresentam limites concretos de implementação em contextos marcados pela gestão da escassez e pela desigualdade estrutural. Conclui-se que o cuidado constitui um problema público, democrático e jurídico, exigindo políticas transversais, intersetoriais e comprometidas com a redistribuição das responsabilidades sociais, com o enfrentamento ao racismo estrutural e o reconhecimento do direito ao cuidado em perspectiva antirracista. A pesquisa contribui para o fortalecimento do debate sobre justiça social, democracia

substantiva e valorização das vidas historicamente responsáveis pela sustentação da sociedade.

Palavras-chave: cuidado não remunerado; mulheres negras; interseccionalidade; políticas públicas; redes de ajuda; direito ao cuidado.

## ABSTRACT

This study analyzes the unpaid care work performed by Black women in the outskirts of Venda Nova, in Belo Horizonte, Minas Gerais, from an intersectional, countercolonial, and legal-political perspective. It begins with the recognition that care constitutes a central element of social reproduction and the sustenance of life—historically rendered invisible, feminized, and racialized—the responsibility for which falls disproportionately on Black women. The objective of the research is to understand how the social organization of care, coupled with the fragility of public policies, impacts these women’s life plans, autonomy, and social participation, as well as to analyze the limits and potential of community “help” networks in sustaining daily life.

The study adopts a qualitative approach, situated, exploratory, and critical in nature, with the complementary use of secondary quantitative data for contextualization and analytical triangulation. The research combines a literature and documentary review, analysis of national and municipal data, and field research conducted through conversation circles with women served by the CRAS Lagoa. The theoretical framework is grounded in Black feminism, particularly the work of Lélia Gonzalez and Beatriz Nascimento, as well as studies on social reproduction, care circuits, the care diamond, and countercolonial epistemologies.

The findings show that, although care-related challenges are experienced by women across different social groups, they are profoundly exacerbated by the intersections of race, gender, class, geography, and unequal access to rights. We observe the systematic expropriation of women’s time, the interruption of educational and professional trajectories, physical and mental illness, precarious working conditions, and dependence on informal solidarity networks, which, although fundamental for survival, prove to be fragile, unstable, and insufficient to guarantee effective social protection.

It is also evident that recent care policies, despite representing regulatory advances, face concrete limitations in their implementation within contexts marked by scarcity management and structural inequality. It is concluded that care constitutes a public, democratic, and legal issue, requiring cross-cutting, intersectoral policies committed to the redistribution of social responsibilities, to confronting structural racism, and to recognizing the right to care from an anti-racist perspective. This research contributes to strengthening the debate on social justice, substantive democracy, and the valorization of the lives historically responsible for sustaining society.

Keywords: unpaid care; Black women; intersectionality; public policies; support networks; right to care.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Diamante do Cuidado segundo Razavi	60
Figura 2 -	Diamante do Cuidado Fraturado	61
Figura 3	Encruzilhada do Cuidado	84
Figura 4 -	Etapas e atividades do processo de sistematização dos dados	96
Figura 5 -	Mapa geral de Belo Horizonte	109
Figura 6 -	Mapa da Região de Venda Nova	110
Figura 7 -	Mapa abrangência CRAS Lagoa	112
Figura 8 -	CRAS Lagoa	112
Figura 9 -	Arquitetura do Cuidado na periferia	175

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil (DIEESE, 2024)	71
Quadro 2 -	Etapas da análise de conteúdo e operacionalização (adaptado de Bardin, 2016)	99
Quadro 3 -	Transição Analítica: Das Hipóteses Iniciais aos Achados de Campo	100
Quadro 4 -	Categorias Analíticas, Indicadores e Referencial Teórico	101
Quadro 5 -	Dinâmica de participação nas Rodas de Conversa	104
Quadro 6 -	Motivos que impossibilitaram de continuar a atividade	105
Quadro 7 -	Dados Cadúnico – Venda Nova e CRAS Lagoa	115
Quadro 8 -	Mulheres responsáveis por domicílio com filhos de 0 a 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	116
Quadro 9 -	Mulheres responsáveis por domicílio que contenham pessoas com deficiência: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	117
Quadro 10 -	Perfil Sociodemográfico das Participantes	121
Quadro 11 -	Família monoparental filhos até 12 anos - Raça/cor: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	123
Quadro 12 -	Arranjos familiares e organização do cuidado	126
Quadro 13 -	Síntese Analítica	130
Quadro 14 -	Situação Ocupacional de Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	131
Quadro 15 -	Programa Bolsa Família - Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	133
Quadro 16 -	Distribuição da fonte de renda e inserção laboral das Participantes	134
Quadro 17 -	Síntese das principais falas: A fratura das Redes e a Privatização do Cuidado	138

Quadro 18 -	Condições estruturais da fratura das redes comunitárias de cuidado e seus efeitos sobre a reprodução da vida	147
Quadro 19 -	Adoecimento mental e físico associado ao cuidado e ao isolamento	149
Quadro 20 -	Quantidade de pessoas no domicílio - Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	160
Quadro 21 -	Perfil de Vulnerabilidade e Monoparentalidade (CRAS Lagoa - Out/2025)	162
Quadro 22 -	Infraestrutura Escolar e Oferta de Turno Integral no Território	163
Quadro 23 -	Escolas Municipais de Venda Nova: separado por crianças com necessidades especiais e sem necessidades especiais (NEE)	165
Quadro 24 -	Quantitativo de Alunos por Região de Estudo: Famílias monoparentais com filhos de 0 a 12 anos - CRAS Lagoa - Out/2025	169
Quadro 25 -	Famílias monoparentais com filhos de 1 a 12 anos - Concentração de Estudantes por Principais Instituições no Território (Recorte 1-12 anos) - Out/2025	170
Quadro 26 -	Diamante do Cuidado em Venda Nova: Fratura	174
Quadro 27 -	Dados CadÚnico - Pensão alimentícia	176
Quadro 28 -	Litigiosidade e (In)Eficácia do Judiciário (Comarca de BH - nov./2025)	177
Quadro 29 -	Distribuição da Idade Famílias Monoparentais por Grupo Etário - Venda Nova (Outubro/2025)	189
Quadro 30 -	Distribuição da Idade Famílias Monoparentais por Grupo Etário - CRAS Lagoa (Outubro/2025)	190
Quadro 31 -	Escolaridade - Famílias Monoparentais com crianças até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa	192
Quadro 32 -	Escolaridade Famílias Monoparentais - CRAS Lagoa (Outubro/2025)	193

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BNR	Burocracias/burocratas do nível de rua
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CF/88	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DGAS	Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
DGTE	Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
DVSO	Diretoria de Vigilância Socioassistencial
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GDSIN	Gerência de Dados e Sistemas Informacionais
GGTEP	Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
GTI-Cuidados	Grupo de Trabalho Interministerial
GVISO	Gerência de Vigilância Socioassistencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LC	Lei Complementar
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
n.	Número
OC	Opinião Consultiva
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
Orgs	Organizadores/Organizadoras
OXFAM	Oxford Committee for Famine Reliefe
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNaC	Política Nacional de Cuidados
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social
SENAEC/M	Mulheres Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados no Ministério das Mulheres
SIGPS	Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social
SNCF	Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família
SOF	Sempreviva Organização Feminista

STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASS	Subsecretaria de Assistência Social
SMASAC	Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SUS	Sistema Único de Saúde
SVFC	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCUD	Termo de Compromisso de Utilização de Dados
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria da Reprodução Social
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>1 O CUIDADO: ENTRE A INVISIBILIDADE E A APROPRIAÇÃO DIFUSA.....</b>	<b>32</b>
<b>1.1 Desnaturalizando o Cuidado: Nem amor, nem vocação.....</b>	<b>33</b>
<i>1.1.1 Produção e reprodução no capitalismo.....</i>	<i>35</i>
<i>1.1.2 O Cuidado como Categoria Política e Epistemológica.....</i>	<i>37</i>
<i>1.1.3 O Cuidado na Família e na Sociedade.....</i>	<i>40</i>
<i>1.1.4 O Cuidado no Direito.....</i>	<i>43</i>
<i>1.1.5 O Cuidado no Mercado e na Política.....</i>	<i>46</i>
<b>1.2 As Formas de Prover o Cuidado.....</b>	<b>53</b>
<i>1.2.1 Circuitos do cuidado.....</i>	<i>54</i>
<i>1.2.2 Diamante do cuidado.....</i>	<i>59</i>
<b>2 RACIALIZANDO O TRABALHO DE CUIDADO: INTERSECÇÕES CONTRACOLONIAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1 A Gênese da Racialização do Cuidado: Do Legado Colonial à Necropolítica ...</b>	<b>65</b>
<i>2.1.1 A “ama de leite” e a “mãe preta” como gênese do trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil.....</i>	<i>68</i>
<i>2.1.2 Necropolítica do Cuidado: A Produção Seletiva do Risco e do Isolamento .</i>	<i>72</i>
<b>2.2 Epistemologias Contracoloniais: A Interseccionalidade como Chave de Leitura.....</b>	<b>75</b>
<i>2.2.1 Crítica à universalidade do gênero e o feminismo negro.....</i>	<i>79</i>
<i>2.2.2 O cuidado como território: Colonialidade de gênero e (re) existência.....</i>	<i>83</i>
<b>2.3 O cuidado entre a necropolítica e a sobrevivência: Fragilidade das redes e centralidade institucional.....</b>	<b>86</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO E DESENHO DE PESQUISA.....</b>	<b>90</b>
<b>3.1 Delimitação metodológica do estudo empírico.....</b>	<b>92</b>
<i>3.1.1 Natureza da pesquisa e abordagem analítica.....</i>	<i>95</i>

3.1.2	<i>Procedimentos de coleta de dados</i> .....	102
3.1.3	<i>Considerações éticas e limites do campo</i> .....	106
<b>3.2</b>	<b>Caracterização do território e das participantes</b> .....	<b>108</b>
3.2.1	<i>Vulnerabilidade social, feminização da pobreza e demanda por cuidado no território</i> .....	113
<b>4</b>	<b>NECROPOLÍTICA DO CUIDADO E GESTÃO DA SOBREVIVÊNCIA: NARRATIVAS DAS MULHERES DE VENDA NOVA</b> .....	<b>118</b>
<b>4.1</b>	<b>Quem cuida? condições de vida, trabalho e sobrevivência</b> .....	<b>119</b>
4.1.1	<i>Perfil Sociodemográfico das participantes</i> .....	120
4.1.2	<i>Arranjos familiares e organização do cuidado</i> .....	125
4.1.3	<i>Inserção laboral, renda e informalidade</i> .....	131
<b>4.2</b>	<b>A fratura das redes comunitárias de cuidado</b> .....	<b>136</b>
4.2.1	<i>As “ajudas” na literatura e a hipótese inicial da pesquisa</i> .....	140
4.2.2	<i>Achados empíricos: fragilidade, unilateralidade e isolamento</i> .....	142
4.2.3	<i>Trauma, silêncio e autoproteção</i> .....	148
<b>4.3</b>	<b>Necropolítica do cuidado e gestão da sobrevivência</b> .....	<b>154</b>
4.3.1	<i>Produção seletiva do risco e da exaustão</i> .....	156
4.3.2	<i>A Biopolítica do Desgaste: O corpo da mulher negra como infraestrutura do Estado</i> .....	158
4.3.2.1	<i>Geografia da desassistência e expropriação do tempo: oferta escolar, acesso e confinamento doméstico</i> .....	162
4.3.2.2	<i>Circulação forçada e fragmentação territorial do cuidado escolar</i> .....	169
<b>5</b>	<b>ONDE ESTÁ O ESTADO? O CUIDADO ENTRE A EXPROPRIAÇÃO, O DIREITO E A DEMOCRACIA</b> .....	<b>171</b>
<b>5.1</b>	<b>Estado, Direito e centralidade institucional do CRAS</b> .....	<b>173</b>
5.1.1	<i>A distância entre direitos formais e materialidade do acesso</i> .....	175
5.1.2	<i>O CRAS Lagoa como dispositivo de fronteira: entre o acolhimento e a gestão da escassez</i> .....	181
<b>5.2</b>	<b>Sonhos interrompidos, tempo expropriado e projetos de vida inviabilizados</b> ....	<b>188</b>

<b>5.3 Propostas emergentes: A gramática do cuidado a partir da periferia.....</b>	<b>195</b>
5.3.1 <i>Justiça e paternidade responsável: tirar o cuidado da invisibilidade feminina.....</i>	196
5.3.2 <i>Educação e tempo: escolas integrais, cursos e qualificação compatíveis com o cuidado.....</i>	197
5.3.3 <i>Saúde e cuidado: descentralização, especialidades e atenção à cuidadora..</i>	199
5.3.4 <i>Economia do cuidado: benefícios ajustados à realidade e reconhecimento do custo real.....</i>	201
5.3.5 <i>Subjetividade, escuta e espaços de fala: cuidar de quem cuida.....</i>	198
5.3.6 <i>Sociedade do cuidado: Mudança Cultural e Comunitária.....</i>	203
<b>5.4 A Política Nacional de Cuidados sob a lente de Venda Nova.....</b>	<b>206</b>
<b>5.5 Por um Direito ao Cuidado Antirracista: Proposições Finais.....</b>	<b>209</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO.....</b>	<b>212</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>216</b>
<b>APÊNDICE A - Parecer da Câmara Departamental para Submissão ao Comitê de Ética.....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICE B - Autorização Para Pesquisa De Campo – Pesquisa SUASS.....</b>	<b>240</b>
<b>APÊNDICE C - Parecer consubstanciado do CEP.....</b>	<b>242</b>
<b>ANEXO A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>247</b>
<b>ANEXO B - Roteiro Para Roda De Conversa.....</b>	<b>250</b>
<b>ANEXO C - Formulário De Feedback.....</b>	<b>255</b>
<b>ANEXO D - Plano De Execução Das Rodas De Conversa.....</b>	<b>258</b>
<b>ANEXO E- Convite para as Rodas de Conversa.....</b>	<b>275</b>
<b>ANEXO F- Relatório de Desproteções CRAS Lagoa 2025.....</b>	<b>277</b>
<b>ANEXO G- Famílias Monoparentais Femininas - Idade Mulheres - Venda Nova e CRAS Lagoa.....</b>	<b>278</b>
<b>ANEXO H - Formulário Cadastro Único.....</b>	<b>281</b>
<b>ANEXO I - Outras Formas de Trabalho 2002 - PNAD Contínua.....</b>	<b>315</b>

<b>ANEXO J - Gerenciador de códigos Atlas TI.....</b>	<b>318</b>
<b>ANEXO K - Pirâmide etária dos integrantes das famílias monoparentais, residentes em domicílios particulares permanentes - Brasil – 2022.....</b>	<b>317</b>
<b>ANEXO L - Escolas Municipais Regional Venda Nova.....</b>	<b>318</b>

### **Declaração sobre autoria e integridade científica**

Declaro, para fins de cumprimento das normas acadêmicas e éticas do PPGD/UFMG, que todo o conteúdo desta dissertação é de minha autoria intelectual. Ferramentas tecnológicas, incluindo assistentes de linguagem, foram utilizadas apenas como apoio de revisão textual, organização de ideias (Canva, Chat GPT e Gemini) e transcrição dos áudios (Transkriptor) e análise de dados (ATLAS.ti), não participando da produção intelectual, analítica ou interpretativa do material aqui apresentado. As escolhas teóricas, metodológicas, analíticas e conclusões decorrem exclusivamente da atividade crítica e reflexiva da autora, conforme exigido pelos princípios de integridade científica do Programa.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Sabemos o que quer dizer neutralidade em política: mascarar os compromissos para ajudar a boa ordem da economia capitalista e o desenvolvimento harmonioso dos diversos imperialismos.*

(Michel Silvestre, 1991, p. 19)

O cuidado sustenta a vida. É ele que garante o desenvolvimento infantil, a recuperação de enfermos, o envelhecimento digno e a própria reprodução da força de trabalho. Em última instância, o cuidado permite que a sociedade continue existindo. Apesar disso, o cuidado permanece historicamente invisibilizado, naturalizado como obrigação privada e majoritariamente atribuído às mulheres, especialmente às mulheres negras e periféricas. No Brasil, essa realidade assume contornos profundamente marcados pela ‘herança’ colonial, escravocrata e patriarcal, que estruturou a divisão sexual e racial do trabalho e instituiu o cuidado como uma função compulsória para determinados corpos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2022) demonstram que as mulheres dedicam, em média, quase o dobro do tempo dos homens às atividades domésticas e de cuidado. Quando se observa o recorte racial, as desigualdades se aprofundam: mulheres negras realizam mais horas de trabalho não remunerado do que mulheres brancas, acumulando jornadas exaustivas que combinam trabalho remunerado, e não remunerado (Brasil, 2024). Trata-se de uma engrenagem silenciosa que sustenta a economia, os serviços públicos e o próprio funcionamento do Estado, sem que esse trabalho seja reconhecido, remunerado ou socialmente valorizado.

Essa contradição revela um dos paradoxos centrais da organização social brasileira: o cuidado é indispensável à reprodução da vida e à manutenção da sociedade, mas permanece invisível, precarizado e relegado ao espaço privado. Ao ser tratado como “amor”, “vocação” ou “instinto feminino”, o cuidado é retirado do campo político e jurídico, impedindo sua problematização enquanto trabalho, direito e responsabilidade coletiva. Essa naturalização produz efeitos concretos sobre a vida das mulheres, limitando sua autonomia econômica, educacional, profissional e política (Flávia Biroli, 2018).

---

<sup>1</sup> Como estratégia de visibilização e reconhecimento da autoridade intelectual feminina, esta pesquisa adota o critério político de citar as autoras pelo primeiro nome e último sobrenome. Tal escolha busca romper com o apagamento histórico de mulheres, sobretudo negras, cujas produções são fundamentais para o alicerce teórico deste trabalho.

Na periferia, essas desigualdades se expressam de forma ainda mais intensa. Em territórios marcados pela ausência histórica do Estado, pela precariedade dos serviços públicos e pela violência estrutural, o cuidado se organiza, sobretudo, por meio de arranjos informais e redes comunitárias (Nadya Guimarães, 2020; Thamires Ribeiro, 2023; Walkyria Guimarães, 2024).

Essas “ajudas” (Nadya Guimarães, 2020) constituem práticas cotidianas de compartilhamento do cuidado, nas quais mulheres se revezam para cuidar de crianças, acompanhar idosos, auxiliar em situações de adoecimento, garantir alimentação e proteção. Embora representem formas potentes de resistência e organização coletiva, essas redes não eliminam a sobrecarga feminina, tampouco substituem a responsabilidade estatal. Ao contrário, muitas vezes funcionam como mecanismos de compensação da ausência do poder público, permitindo que a precarização se mantenha sem provocar rupturas institucionais.

Nesse contexto, a presente pesquisa parte do reconhecimento de que o cuidado, longe de ser uma questão privada, constitui um campo estratégico de disputa política, econômica e simbólica. Ao tomar como objeto o trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres negras na periferia de Venda Nova, busca-se compreender como esse trabalho se articula às dinâmicas de exploração capitalista, racismo estrutural e patriarcado, ao mesmo tempo em que produz formas específicas de resistência, solidariedade e reexistência.

A escolha desse recorte não é aleatória. Trata-se de uma opção epistemológica, ética e política que reconhece as mulheres negras periféricas como sujeitos centrais na produção da vida social, historicamente silenciadas nos espaços acadêmicos e institucionais (Luiza Bairros, 2020). Inspirada pelo feminismo negro, pelo pensamento decolonial e pelas epistemologias contracoloniais, esta pesquisa se insere no esforço de deslocar o olhar hegemônico sobre o cuidado, rompendo com abordagens universalizantes, eurocentradas e cisheteropatriarcais (Carla Akotirene, 2022) que invisibilizam e minimizam as desigualdades raciais, territoriais e de classe.

O cuidado, nesta dissertação, não é compreendido como um conceito simples ou homogêneo. Trata-se de uma categoria polissêmica e multidimensional (Regina Vieira, 2018), que exige uma análise transdisciplinar. A partir do diálogo com autoras da economia feminista, do feminismo negro, da sociologia do trabalho e dos estudos sobre reprodução social, o cuidado portanto, é definido como o conjunto de atividades, relações e recursos necessários à sustentação da vida humana (Brasil, 2023) e não humana (Santos, 2015; 2023;

Krenak, 2015; 2019). Essa definição se estrutura em quatro dimensões constitutivas: material, econômica, psicológica e temporal.

A dimensão material refere-se às tarefas concretas que envolvem alimentar, limpar, acompanhar, medicar, educar e proteger (Rosario Aguirre, Karina Batthyány, *et al.* 2014). A dimensão econômica diz respeito aos custos, à produção de valor e à economia invisível que sustenta o capitalismo. A dimensão psicológica envolve os vínculos afetivos, a carga emocional, a responsabilidade mental e a gestão do sofrimento. Já a dimensão temporal evidencia que o cuidado consome tempo de vida, limitando projetos pessoais, trajetórias educacionais e inserções profissionais (Flávia Biroli, 2015; 2018; Thamires Ribeiro, 2023).

Para além dessas dimensões, o cuidado é compreendido como uma necessidade ontológica e social, indispensável à reprodução da sociedade. A partir do conceito de “cuidado social”, proposto por Mary Daly e Jane Lewis (2011), reconhece-se que o cuidado ultrapassa as fronteiras entre público e privado, inscrevendo-se em um campo normativo de obrigações, responsabilidades e direitos (Thamires Ribeiro, 2023).

Thamires Ribeiro (2023) propõe a metáfora da “encruzilhada do cuidado” como chave analítica. O cuidado é compreendido como uma organização social situada na intersecção entre quatro agentes: Estado, mercado, família e comunidade - Diamante do cuidado de Shahra Razavi (2007). Essa organização é atravessada por processos estruturantes: familiarização, feminização, mercantilização e racialização. No Brasil, esses processos operam conjuntamente, transferindo o cuidado para as famílias, atribuindo-o às mulheres, transformando-o em mercadoria para quem pode pagar e concentrando sua execução nos corpos negros (Helena Hirata, 2022; Helena Hirata; Nadya Guimarães, 2020).

A análise é aprofundada a partir da distinção entre cuidado pensado, cuidado vivido e cuidado sentido (Thamires Ribeiro, 2023). O cuidado pensado refere-se aos discursos normativos e idealizações românticas que o associam ao amor e à vocação feminina. O cuidado vivido corresponde à experiência concreta, marcada por sobrecarga, exaustão e precariedade. O cuidado sentido envolve a dimensão subjetiva, atravessada por culpa, ansiedade, afeto e sofrimento (Thamires Ribeiro, 2023). Essa tripla dimensão permite compreender as contradições que atravessam a experiência das mulheres cuidadoras.

O marco teórico que orienta esta pesquisa fundamenta-se no diálogo entre o feminismo negro, os estudos da reprodução social, a economia feminista e o pensamento contracolonial. Destacam-se, nesse percurso, as contribuições de Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021), cujas formulações permitem compreender o racismo, o sexismo e

o colonialismo como estruturas constitutivas da sociedade brasileira. A partir dessas autoras, o cuidado é analisado não apenas como prática cotidiana, mas como categoria política atravessada pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Maria Lugones, 2020; Mignolo, 2008; Quijano, 2005) e pela necropolítica (Mbembe, 2018). A interseccionalidade (Carla Akotirene, 2022; Patricia Collins; Sirma Bilge, 2021) e a contracolonialidade (Santos, 2015; 2023) são mobilizadas como chaves analíticas centrais para compreender como raça, gênero, classe e território se articulam na produção das desigualdades do cuidado atravessado pela ‘encruzilhada do cuidado’ (Thamires Ribeiro, 2023), especialmente no caso das mulheres negras periféricas.

Inspirada pelo pensamento de Lélia Gonzalez (2020), esta pesquisa reconhece que o racismo no Brasil opera de forma dissimulada, estruturando hierarquias sociais que naturalizam a exploração do trabalho feminino negro. Já a obra de Beatriz Nascimento (2021) contribui para pensar o território, a memória e as formas coletivas de resistência como dimensões fundamentais da vida negra. Ao articular essas perspectivas, o estudo busca compreender o cuidado como parte de uma longa história de expropriação, mas também de reexistência. A análise se orienta, portanto, por uma crítica à divisão sexual e racial do trabalho, compreendida como um dos principais mecanismos de manutenção das desigualdades no país.

Nesse sentido, a interseccionalidade não é utilizada apenas como categoria descritiva, mas como ferramenta política e epistemológica, capaz de revelar como as opressões se sobrepõem e se intensificam no cotidiano das mulheres negras cuidadoras. Do mesmo modo, a perspectiva contracolonial permite tensionar modelos universais de políticas públicas, evidenciando seus limites quando descolados das realidades periféricas. Assim, a pesquisa busca contribuir para a formulação de políticas de cuidado que reconheçam as especificidades raciais, territoriais e históricas da população negra, rompendo com abordagens homogêneas e tecnocráticas.

O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente o trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres negras na periferia de Venda Nova, articulando suas experiências cotidianas às dinâmicas institucionais, jurídicas, políticas e econômicas que estruturam a organização social do cuidado. Especificamente, buscava-se: mapear as formas locais de organização do cuidado; compreender o funcionamento das redes de “ajudas”, sob um viés da ancestralidade e de resistência negra, analisar a implementação das políticas nacional e municipal de cuidados; identificar os impactos do cuidado sobre as trajetórias

educacionais, profissionais e políticas das mulheres; e refletir sobre possibilidades de redistribuição e socialização do cuidado.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, orientada pelo método indutivo, de caráter situado e crítico. Foram realizadas rodas de conversa com mulheres atendidas pelo CRAS Lagoa, selecionadas a partir de critérios de raça e centralidade no cuidado familiar. As rodas seguiram roteiro semiestruturado, garantindo espaço para narrativas livres e construção coletiva do conhecimento.

As falas, feedback e registros em diário de campo, foram transcritos, sistematizados e submetidos a processo de codificação, com apoio do software Atlas.ti. Também foram utilizados documentos e dados oriundos do Sistema de Gestão de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte, vinculados ao CadÚnico permitindo a identificação de padrões recorrentes, tensões, silenciamentos e contradições nas experiências relatadas. Essa análise privilegiou a aproximação com a “voz” das participantes, incorporando trechos extensos de seus relatos ao longo do texto, de modo a preservar a densidade subjetiva, política e territorial de suas vivências. Ressalta-se que os achados da pesquisa são situados e não generalizáveis, referindo-se especificamente ao contexto do CRAS Lagoa e às mulheres participantes.

O desenho metodológico foi aprovado pelos órgãos competentes de ética em pesquisa, assegurando o respeito à autonomia, ao sigilo e à dignidade das participantes. A produção do conhecimento foi orientada por uma perspectiva de pesquisa comprometida com os territórios, buscando construir um diálogo horizontal entre academia e comunidade.

Inicialmente, partiu-se da hipótese de que as redes de “ajudas” constituiriam sistemas comunitários relativamente estruturados de compartilhamento do cuidado, partindo de uma ancestralidade negra (Beatriz Nascimento, 2021). No entanto, a narrativa das participantes revelou que tais redes são marcadas por fragilidade, instabilidade e sobrecarga, funcionando mais como estratégias emergenciais de sobrevivência do que como redes consolidadas de proteção. A constatação foi predominância da solidão estrutural, do adoecimento - físico e mental e exaustão. O que se revelou foi a solidão estrutural administrada por políticas fragmentadas.

Mulheres negras não têm o acesso ao autocuidado e a opção de não cuidar lhes é negada. Desde cedo, o trabalho de cuidado é imposto como obrigação, somado à sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, muitas vezes mal remunerado ou não remunerado, e à falta de recursos (Thamires Ribeiro, 2023). Conseqüentemente, crianças e adolescentes assumem duplamente os papéis de cuidadoras e beneficiárias.

Assim, para demonstrar as pretensões com esta pesquisa, dividiu-se o trabalho em cinco partes, além da introdução e das considerações finais que estrategicamente foi denominada de considerações em movimento.

O primeiro capítulo busca desnaturalizar o cuidado, rompendo com a visão de que ele seja apenas um “ato de amor” ou vocação feminina, para situá-lo como um trabalho essencial à reprodução da vida e ao funcionamento da economia capitalista. Discutir como o sistema capitalista e patriarcal privatiza essa responsabilidade nas famílias, gerando uma sobrecarga desproporcional para as mulheres, ao mesmo tempo em que o Direito e o Estado operam uma lógica seletiva sobre quem deve prover e quem merece receber cuidado.

O segundo capítulo busca a reconstrução da genealogia racial do cuidado no Brasil, traçando as continuidades entre a exploração colonial das “amas de leite” escravizadas e a precarização contemporânea do trabalho doméstico exercido majoritariamente por mulheres negras. O capítulo utiliza o conceito de necropolítica para explicar como o Estado produz seletivamente o risco e a exaustão desses corpos, e mobiliza epistemologias do feminismo negro para criticar a universalidade das categorias de gênero e reivindicar saberes ancestrais de resistência.

O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, detalhando os procedimentos éticos, as rodas de conversa realizadas no CRAS Lagoa, os critérios de seleção das participantes e as estratégias de análise dos dados. Além disso, discute-se a hipótese inicial sobre a existência de redes comunitárias estruturadas de cuidado e os limites empíricos encontrados, evidenciando a fragilidade dessas redes diante da ausência de políticas públicas consistentes.

O quarto capítulo analisa os achados de campo, revelando uma realidade de solidão estrutural e fratura das redes comunitárias de apoio, contrariando a hipótese inicial de que haveria redes de “ajuda” consolidadas. As falas das participantes expõem a “biopolítica do desgaste”, em que o corpo da mulher negra funciona como a infraestrutura que supre as lacunas do Estado, enfrentando jornadas exaustivas para cuidar de filhos com deficiência e idosos em um território marcado pela desassistência escolar e de saúde e “Fratura do diamante do cuidado”, expondo que todos os vértices estão fraturados e o cuidado é exercido de forma isolada pela cuidadora.

O quinto capítulo questiona: “Onde está o Estado?” discutindo como a burocracia institucional e a inefetividade dos direitos fundamentais produzem o isolamento e o adoecimento das cuidadoras, transformando o acesso à justiça em um itinerário de desgaste. A

partir das gramáticas políticas (Guimarães, 2025)<sup>2</sup> formuladas pelas próprias mulheres, o texto propõe a necessidade de um Direito ao Cuidado Antirracista e analisa o potencial da Política Nacional de Cuidados como um horizonte para a democratização do tempo e a redistribuição das responsabilidades sociais.

O trabalho também traz Apêndices e Anexos com instrumentos de pesquisa e dados complementares.

Ao articular teoria, dados empíricos e análise institucional e a vida em movimento, esta dissertação busca demonstrar que o cuidado não pode continuar sendo sustentado pela exploração histórica das mulheres negras. Combater a divisão sexual e racial do trabalho, reconhecer o cuidado como direito e redistribuir suas responsabilidades constituem condições indispensáveis para a construção de uma democracia substantiva, capaz de garantir dignidade, autonomia e justiça social.

A pesquisa permitiu construir ideias de cuidado pensado, vivido e sentido, através das narrativas das participantes, destacando a articulação destas dimensões, com convergências e divergências, e a importância de integrá-las na agenda pública (Assis, 2023). O estudo também ressalta a necessidade de aprofundamento nas representações sociais do cuidado, incluindo a perspectiva de diversos atores (provedoras, beneficiárias, profissionais, pesquisadores, acadêmicos e políticos).

Onde o cuidado resiste, o futuro insiste!

Esta dissertação não se encerra. Ela se move.

Move-se com as mulheres que acordam antes do sol para dar remédio ao filho.

Com as que adormecem exaustas de tanto ‘queimar energia’ com o filho.

Com as que sonham entre interrupções.

Com as que seguem anos cuidando dos outros e não possuem garantias de serem cuidadas na velhice.

Com dias melhores.

Com as que sustentam o mundo enquanto o mundo as ignora.

E mais uma vez agradecer as mulheres que fizeram esse trabalho ser possível e mais ainda à minha mãe, muito obrigada e me desculpe todo o trabalho que dei e ainda dou a você! Haverá ainda seu descanso e reconhecimento, estamos caminhando para isso.

---

<sup>2</sup> Nova gramática: terminologia utilizada em aula ministrada por Juarez Rocha Guimarães na disciplina de Tópicos em Política: Alternativas ao neoliberalismo - DCP030, na FAFICH/UFMG ano de 2025.

## 1 O CUIDADO: ENTRE A INVISIBILIDADE E A APROPRIAÇÃO DIFUSA

*Enquanto enfrentamos todos os problemas em nossa vida (...) e no mundo, precisamos de esperança, precisamos de imaginação, precisamos de comunidades de luta, precisamos perceber que a mudança é realmente possível.*

(Angela Davis, 2022, p. 121-122)

Neste capítulo, busca-se desnaturalizar o cuidado, posicionando-o como elemento central da reprodução social e do funcionamento institucional. Embora o termo circule amplamente em diversos ramos do Direito e das políticas públicas - da saúde à assistência social - sua definição permanece vaga e instrumentalizada. O cuidado parece estar em toda parte, mas em lugar nenhum: é reconhecido como essencial, porém sistematicamente negligenciado como direito e responsabilidade política e coletiva.

Essa contradição é acentuada pela lógica seletiva do Estado e do Direito, que designa quem deve prover o cuidado e quem tem o privilégio de recebê-lo. No Brasil, essa seletividade é herdeira direta da estrutura colonial e patriarcal<sup>3</sup>, que relegou aos corpos negros a linha de frente da provisão, mantendo-os, paradoxalmente, à margem das políticas de proteção (Walkyria Guimarães, 2024).

Apesar do avanço acadêmico, das normativas e da maior atuação estatal como a recente sistematização de dados por plataformas como o *DataCuidados*<sup>4</sup>, persistem lacunas críticas na análise da divisão racial do cuidado. Primeiramente, as abordagens hegemônicas frequentemente falham em articular raça, classe e território. Em segundo lugar, há uma resistência institucional em reconhecer os saberes populares e as práticas comunitárias como fontes legítimas de conhecimento jurídico. Este trabalho tensiona essas ausências, mobilizando uma perspectiva interseccional e situada para desvelar a apropriação difusa do trabalho de cuidado na periferia.

---

<sup>3</sup> A noção de patriarcado aqui submetida é com base nos estudos da Heleieth Saffioti (2015), que o entende como o regime de dominação exploração das mulheres pelos homens, de modo que sua estrutura de poder abrange não só a família, mas atravessa a sociedade capitalista como um todo.

<sup>4</sup> Ver mais em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/observatorio-do-cuidado/data-cuidado>.

## 1.1 Desnaturalizando o Cuidado: Nem amor, nem vocação

*Não importa o quanto sejamos bem treinadas, poucas mulheres não se sentem enganadas quando “o dia da noiva” acaba e elas se encontram diante de uma pia suja. Muitas de nós ainda possuem a ilusão que casamos por amor.*

(Silvia Federici, 2019, p. 43)

A desnaturalização do cuidado é o passo inicial para expor o trabalho reprodutivo<sup>5</sup> como o pilar invisibilizado<sup>6</sup> do capital<sup>7</sup> (Silvia Federici, 2019; Nancy Fraser, 2024). Ao reduzir o cuidado a uma “essência feminina” ou manifestação de afeto, o discurso hegemônico despolitiza a prática e oculta sua importância estratégica. Essa romantização fundamenta uma divisão sexual do trabalho que legitima a desproteção social e a precariedade econômica feminina, transformando uma necessidade ontológica em um fardo privado das famílias e, especificamente, das mulheres (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020).

Historicamente, o patriarcado utilizou aparatos ideológicos e coercitivos para deslocar o cuidado para o campo do instinto maternal, garantindo a subordinação das mulheres por meio da privação de recursos e da hierarquização de corpos (Gerda Lerner, 2019). Como

---

<sup>5</sup> As mulheres desempenham um papel fundamental no trabalho doméstico e no cuidado, atividades indispensáveis para a sociedade, tanto na reprodução social quanto no assalariamento, pois são essenciais para o bem-estar de seus membros (Nadya Guimarães, Helena Hirata, 2020).

<sup>6</sup> A invisibilidade e a importância desse ‘pilar’ podem ser analisadas sob três dimensões interligadas: a econômica, a social (divisão sexual do trabalho) e a política.

Econômico: embora seja ele que sustenta a base social, é desconsiderado pela economia tradicional por não ser mercantil, o que gera uma distorção conceitual ao se equiparar ‘produção’ à ‘produção de mercadorias’ e ‘trabalho’ a ‘emprego remunerado’, classificando o como ‘não-trabalho’ e, conseqüentemente, as mulheres que o realizam como ‘população inativa’ (Hildete Pereira; Marta Castilho, 2009).

A Organização Social e a Divisão Sexual do Trabalho: A divisão sexual do trabalho “naturaliza” a responsabilidade feminina pelo cuidado, o que torna o trabalho reprodutivo invisível e leva à sobrecarga feminina (Hildete Pereira; Marta Castilho, 2009). A maioria das mulheres (91,3% das mulheres contra 79,2% dos homens) dedica de 2 a 3 vezes mais horas aos afazeres domésticos, sendo 21,3 horas semanais para as mulheres e 11,7 horas para os homens. A inserção das mulheres no mercado de trabalho não alterou essa dinâmica, resultando na dupla jornada, onde mulheres empregadas mantêm uma alta carga horária doméstica (em média 6,8 horas a mais do que os homens ocupados) segundo dados da PNAD Contínua 2022.

Impacto Político: A invisibilidade estatística tem conseqüências políticas diretas. Como o trabalho reprodutivo não é contabilizado nos indicadores que orientam as decisões do Estado, as políticas públicas (fiscais, de emprego, de seguridade social) tornam-se discriminatórias. Essa desvalorização contribui para a subalternidade feminina, perpetuando o mito de que a “dona de casa” é inativa. O trabalho reprodutivo sustenta a força de trabalho “produtiva”; contudo, sua exclusão da lógica de mercado permite a exploração não compensada desse esforço, mantendo a desvantagem estrutural das mulheres.

<sup>7</sup> “O ‘progresso’ do modo de produção capitalista é sustentado pela massiva quantidade de trabalho não pago (doméstico e de cuidados) que, apesar de ser crucial para a reprodução da força de trabalho, é invisibilizado e desvalorizado por ser executado gratuitamente no espaço doméstico” (Silvia Federici, 2019; 2021).

adverte Silvia Federici (2017), esse regime de trabalho reprodutivo foi consolidado através de processos violentos, como a caça às bruxas, que suprimiram a autonomia feminina e o conhecimento tradicional em favor de um modelo de reprodução subordinado ao salário masculino. A eficácia dessa institucionalização reside na máxima de que “não é salário e sim o ‘amor’” (Silvia Federici, 2021, p. 41), o que explica a persistente desvalorização dessas atividades no mercado formal.

No contexto brasileiro, essa lógica é inseparável do passado colonial<sup>8</sup>. Para Oyèrónkè Oyèwùmí (2021), a “natureza cuidadora” da mulher é uma invenção ocidental imposta às culturas africanas e indígenas, cujos arranjos comunitários foram apagados pelo modelo de maternidade colonial. No Brasil, o cuidado organiza-se na “encruzilhada” entre familismo, feminização e racialização (Thamires Ribeiro, 2023), onde o racismo e o sexismo operam de forma complementar para manter as mulheres negras na base da pirâmide social (Cíntia Engel; Bruna Pereira, 2015).

Os dados confirmam essa expropriação de tempo e autonomia. De acordo com a PNAD (2022), as mulheres negras dedicam quase o dobro de horas semanais ao trabalho não remunerado em comparação aos homens, o que resulta em uma alarmante exclusão do mercado formal: 32% delas deixam de procurar emprego devido às responsabilidades de cuidado (Brasil, 2023a). Globalmente, a Oxfam (2020) aponta que as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho de cuidado não remunerado, acumulando pobreza enquanto sustentam uma economia sexista.

Portanto, a experiência da mulher cuidadora não é homogênea. Para a mulher negra periférica, a sobrecarga é exacerbada pelo racismo, racismo ambiental e pela escassez de serviços públicos básicos, como creches e escolas em tempo integral (Patricia Collins, 2021; Angela Lopes; Dienifer Prates, 2021). Ao desmistificar o cuidado como “vocação”, este trabalho propõe sua reconceituação como um campo de disputa política e jurídica, exigindo o

---

<sup>8</sup> “O problema de gênero nos Estudos Africanos tem sido geralmente colocado como a questão da mulher, isto é, em termos de quanto as mulheres pelo patriarcado em qualquer sociedade. As mulheres e o patriarcado são aceitos com naturalidade e, portanto, são deixados sem análise e explicação. No entanto, ao mapear o quadro de referência iorubá, ficou explícito que a categoria social ”mulher”- identificada na anatomicamente e percebida como vítima e socialmente desfavorecida - não existia. Assumir a *priori* a questão da mulher constitui uma aplicação infundada do modelo ocidental, privilegiando o modo ocidental de ver, e, assim, apagando o modelo iorubá de ser” (Oyèrónkè Oyèwùmí, 2021, p. 131).

reconhecimento de sua dimensão coletiva e o enfrentamento da “pobreza de tempo”<sup>9</sup> (Bila Sorj, 2024) que imobiliza as trajetórias negras<sup>10</sup>.

### 1.1.1 Produção e reprodução no capitalismo

*A Força de trabalho é uma mercadoria que seu possuidor, o trabalhador assalariado, vende ao capitalista. Porque ele a vende? Para viver.*

(Karl Marx, 1849)

A separação artificial entre produção e reprodução<sup>11</sup> é o alicerce da acumulação capitalista moderna. Enquanto a esfera produtiva é reconhecida como o espaço masculino de geração de valor e remuneração, a reprodução social foi relegada ao lar e naturalizada como “remuneram as atividades ‘reprodutivas’ na moeda do ‘amor’ e da ‘virtude’, ao passo que compensam o ‘trabalho produtivo’ na do dinheiro” (Nancy Fraser; Souza Filho, 2020, p. 265). Essa divisão sexual do trabalho<sup>12</sup> (Helena Hirata, Danièle Kergoat, 2007) torna o sistema estruturalmente dependente de uma força de trabalho invisibilizada e gratuita para garantir a manutenção da vida e a reposição da força de trabalho mercantilizada.

Historicamente, como demonstra Silvia Federici (2017), o processo de acumulação primitiva exigiu a domesticação dos corpos femininos para assegurar a reprodução dos trabalhadores. O patriarcado e o capitalismo operam, portanto, em simbiose: a opressão das mulheres é uma condição necessária para a expansão do capital. Essa apropriação, no entanto, é racialmente hierarquizada. Enquanto o Estado e o capital apropriam-se do corpo feminino para a reprodução, o corpo negro é mantido sob controle e punição, servindo como instrumento de produção e expropriação (Angela Davis, 2016, Beatriz Nascimento, 2021).

<sup>9</sup> Sob a perspectiva da classe social, as mulheres com maior poder aquisitivo tendem a dedicar menos tempo semanalmente às tarefas domésticas e de cuidado em comparação com as mais pobres. Isso se deve a diversos fatores: acesso a tecnologias domésticas, menor número de filhos e a possibilidade de delegar parte dessas responsabilidades a empregadas domésticas (Bila Sorj, 2014).

<sup>10</sup> Segundo Nêgo Bispo “Povos de trajetória” possuem uma história viva, uma ancestralidade ativa e um modo de existência que não precisa ser validado pela escrita ou pela teoria acadêmica, pois se sustenta na prática, na oralidade e na biointeração com o território (2015; 2023). Esses povos são os quilombos, as favelas e as aldeias (Uniperiferias, 2019).

<sup>11</sup> “(...) as sociedades capitalistas separam a reprodução social da produção econômica, associando a primeira às mulheres e obscurecendo sua importância e valor. Paradoxalmente, no entanto, tais sociedades fazem com que suas economias oficiais sejam dependentes dos mesmos processos de reprodução social cujo valor elas denegam” (Nancy Fraser, Souza Filho, 2020, p. 265).

<sup>12</sup> “‘Modelo tradicional’: papel na família e papel doméstico assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de ‘provedor’ sendo atribuído aos homens” (Helena Hirata, Danièle Kergoat, 2007, p. 603-604).

A Teoria da Reprodução Social (TRS) reintegra essas atividades ao cerne da análise econômica, evidenciando que a manutenção da vida não é acessória, mas a própria condição de possibilidade do lucro (Cinzia Arruzza et al. 2019, Tithi Bhattacharya, 2023; Silvia Federici, 2017; 2019; Nancy Fraser, 2009; 2024). O modelo neoliberal contemporâneo intensifica essa exploração ao externalizar os custos da reprodução - cortando investimentos públicos em saúde e educação - e transferindo às famílias, e sobretudo às mulheres, a responsabilidade pela sustentação da vida<sup>13</sup>. O resultado é o que Nancy Fraser (2024) denomina como “crise do cuidado<sup>14</sup>”, um conflito sistêmico onde o imperativo da obtenção de lucro colide com a necessidade de produção e cuidado de pessoas.

(...) a sociedade capitalista é composta de dois imperativos inextricavelmente entrelaçados, mas mutuamente opostos - a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de produção de pessoas. “Reprodução Social” diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem seu futuro. (...) a divisão entre obtenção de lucros e produção de pessoas aponta para uma tensão arraigada no cerne da sociedade capitalista. (Cinzia Arruzza; Tithi Bhattacharya; Nancy Fraser, 2019, p.106-108).

No contexto brasileiro, essa dinâmica se complexifica pela herança colonial. A reprodução da vida no país sempre foi assegurada majoritariamente por mulheres negras, cujas funções - da escravização às amas de leite e ao trabalho doméstico contemporâneo - fundam o modo como o capitalismo nacional estruturou a subalternidade do cuidado (Lélia Gonzalez, 2020; Heleieth Saffioti, 2015). Como aponta Thamires Ribeiro (2023), raça e classe definem quem pode mercantilizar o cuidado e quem é compelida a executá-lo gratuitamente em uma jornada interminável que gera exaustão e “pobreza de tempo” (Bila Sorj, 2024).

---

<sup>13</sup> “Sem esse trabalho de reprodução social, como vou denominá-lo, não haveria produção, nem lucro, nem capital; não haveria economia, nem cultura, nem Estado. Com efeito, é justo afirmar que nenhuma sociedade - capitalista ou não - que canibaliza sistematicamente a reprodução social consegue durar muito tempo. Ainda assim, é exatamente isto que a atual forma de capitalismo está fazendo: desviando os recursos emocionais e materiais que deveriam ser dedicados ao trabalho de cuidado para outras atividades não essenciais que engordam os cofres corporativos enquanto nos deixam à míngua. Disso resulta uma imensa crise, não apenas do cuidado, mas da reprodução social em seu sentido mais amplo” (Nancy Fraser, 2024, p. 89-90).

<sup>14</sup> “Historicamente, esse trabalho de reprodução social costuma ser atribuído às mulheres, embora os homens sempre tenham feito parte dele. Compreender o trabalho afetivo e material, muitas vezes realizado sem remuneração, é fundamental. Ele é indispensável para a sociedade. Em sua ausência, não poderia haver cultura, economia ou organização política. Nenhuma sociedade que mina sistematicamente a reprodução social pode resistir muito tempo. No entanto, uma nova forma de sociedade *capitalista* está fazendo isso exatamente nos dias atuais. O resultado,(...) é uma grande crise - não apenas do cuidado, mas da reprodução social nesse sentido mais amplo” (Nancy Fraser, 2023, p. 46).

Reconhecer o cuidado como trabalho reprodutivo é, portanto, um movimento político e jurídico essencial. Trata-se de desvelar que a invisibilidade<sup>15</sup> dessa prática não é acidental, mas uma ferramenta ideológica para justificar a ausência de direitos e remuneração. O Direito ao Cuidado deve emergir, então, como uma categoria que desafia a lógica neoliberal, reivindicando que a sustentação da vida deixe de ser um fardo privado e se torne um compromisso democrático redistribuído e valorizado.

### 1.1.2 O Cuidado como Categoria Política e Epistemológica

*Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.*

(Nego Bispo, 2023, p. 15)

Ao desvelar a falácia do “natural feminino”, o cuidado revela-se um projeto colonial e patriarcal de divisão sexual e racial do trabalho. Reconceituá-lo para além da dimensão romântica permite retirá-lo da condição de “não conceito” - que historicamente justificou sua marginalização nos campos jurídico e econômico - para posicioná-lo como uma categoria política e epistemológica central. Sua desnaturalização inaugura um campo de disputa simbólica, normativa e material, no qual se tensionam as formas de organização da vida, da cidadania e dos direitos.

Como aponta Regina Vieira (2018), essa polissemia do termo expressa práticas heterogêneas que, sob a sutileza do afeto, operam mecanismos perversos de dominação sobre

---

<sup>15</sup> “Da mesma forma, as pessoas que cuidam de forma não remunerada não são reconhecidas como sujeitos de direitos plenos nas políticas públicas, tanto em termos de atendimento de suas necessidades por meio da oferta de serviços públicos, quanto por meio de benefícios e da garantia de tempo para cuidar. Com frequência, quem cuida – majoritariamente mulheres – ao assumir as responsabilidades de cuidado, enfrenta importantes barreiras para a sua entrada e permanência no mercado de trabalho – e, portanto, para as suas possibilidades de geração de renda e de conquista da sua autonomia econômica, o que se configura como um fator de reprodução da pobreza e da desigualdade social e de gênero. Essas barreiras também impactam negativamente as possibilidades das mulheres concluírem suas trajetórias educacionais e de formação profissional, bem como de participação na vida pública. Além disso, as mulheres que cuidam de forma não remunerada lidam com o esgotamento físico e emocional e a dificuldade para equilibrar as exigências do cuidado com as responsabilidades profissionais e pessoais. Isso é agravado pelo fato de que a organização do trabalho – tanto no setor público, quanto no privado – não reconhece adequadamente as necessidades e responsabilidades pessoais e familiares de cuidado” (Brasil, 2024, p. 78).

determinados corpos, uma vez que variam conforme contextos sociais, culturais e históricos. Em sentido amplo, refere-se às atividades de atenção a crianças, idosos, pessoas com deficiência e a si mesmo. No entanto, no Brasil, essa polissemia opera de forma desigual, incidindo desigualmente sobre determinados corpos, especialmente os corpos negros femininos (Flávia Biroli, 2015; 2018).

Embora as teorizações pioneiras sobre o cuidado tenham tido um viés ocidental e de classe média (Regina Vieira, 2018), a perspectiva interseccional (Carla Akotirene, 2022; Patricia Collins; Sirma Bilge, 2021) emerge como condição indispensável para a análise no Brasil. Esta lente revela que a invisibilidade do cuidado não é apenas uma imposição do patriarcado, mas do racismo estrutural, que garante a disponibilidade permanente e a desvalorização do corpo da mulher negra (Beatriz Nascimento, 2021; Lélia Gonzalez, 2020; Márcia Tokita, 2013; Walkyria Guimarães, 2024).

Essa “encruzilhada discursiva<sup>16</sup>” (Carla Akotirene, 2022) permite compreender que as vivências de mulheres negras e indígenas forjaram uma ética do cuidado baseada na experiência concreta da resistência e da solidariedade (Patricia Collins, 2022). Contudo, é frequentemente silenciada pela academia e pelas instituições formais de saber, reforçando a subalternização do pensamento negro feminino (Luiza Bairros, 2020)<sup>17</sup>. Os saberes produzidos por mães, cuidadoras, educadoras e ativistas constituem formas legítimas de conhecimento, frequentemente apagadas por processos de epistemicídio<sup>18</sup>.

Ao assumir o cuidado como categoria política e epistemológica, este trabalho reivindica sua centralidade na crítica ao capitalismo, ao racismo estrutural, ao patriarcado e à colonialidade. Trata-se de um deslocamento teórico, metodológico e político, que reconhece os territórios e as práticas cotidianas como espaços legítimos de produção de conhecimento (Thamires Ribeiro, 2023). São manifestações contemporâneas de uma ancestralidade

---

<sup>16</sup> Trata-se de um espaço de descentralizações, desvios e multiplicidades, operando por meio de linguagens plurais e dissidentes contra o sistema de conceito hegemônico (Rufino, 2019).

<sup>17</sup> Luiza Bairros (2020) não trabalha a dimensão do cuidado, mas sobre o conhecimento da realidade invisibilizado como teoria pelo saber acadêmico.

<sup>18</sup> “O conceito de epistemicídio, formulado pelo sociólogo Boaventura S. Santos, refere-se à maneira pela qual a produção do conhecimento científico tem sido historicamente orientada por um único paradigma epistemológico. Essa dinâmica resulta na sistemática deslegitimação de outros saberes, especialmente os oriundos de grupos socialmente marginalizados. Nessa perspectiva, o epistemicídio configura-se como uma modalidade de genocídio simbólico, uma vez que atua como instrumento persistente de opressão ao negar a validade de epistemologias alternativas, comprometendo o reconhecimento desses grupos como sujeitos de direitos” (Sueli Carneiro, 2023, p. 87). No contexto brasileiro, Sueli Carneiro aprofunda essa discussão ao empregar o conceito para examinar o racismo estrutural, evidenciando que a desvalorização dos saberes produzidos por populações historicamente oprimidas está intrinsecamente relacionada à negação de sua condição de sujeitos epistêmicos, tanto em sua dimensão coletiva quanto individual. (Walkyria Guimarães, 2024).

afrodiaspórica<sup>19</sup> em que o cuidado é um pilar de sobrevivência coletiva, e não um fardo individual (Márcia Tokita, 2013; Thamires Ribeiro, 2023; Walkyria Guimarães, 2024).

Frente a isso, a oralidade, as religiões, a literatura<sup>20</sup> e as vivências ancestrais tornam-se meios de recuperar uma subjetividade que o colonialismo tentou apagar (Thamires Ribeiro, 2023; Walkyria Guimarães, 2024). Nesse sentido, o cuidado emerge como uma interação entre experiência, resistência e crítica social, oferecendo uma lente fundamental para compreender a realidade de territórios periféricos (Thamires Ribeiro, 2023).

Essa ‘encruzilhada discursiva’ torna-se necessária porque o ego colonial ainda captura o afeto (Carla Akotirene, 2025; n.p.), utilizando-se de uma romantização do cuidado que molda e explora, sobretudo, os corpos negros. Contudo, reside aqui um paradoxo central: ao mesmo tempo em que tais práticas sustentam a vida e o território, sua natureza informal e desmonetizada as mantém à margem do reconhecimento estatal. O cuidado, portanto, constitui um campo de tensão normativa (Regina Vieira, 2018) “que articulada a outros fatores que posicionam e abrem ou restringem alternativas” (Flávia Biroli, 2018, p. 55-56), que desafia a concepção liberal de autonomia ao revelar a interdependência como fundamento da vida. Reconhecê-lo como responsabilidade pública exige repensar o contrato social brasileiro, deslocando o cuidado da moral privada para o centro do debate sobre justiça e democracia.

É preciso considerar que as mulheres não cuidam em condições iguais: suas trajetórias são atingidas de formas distintas a depender da classe social e do modo como o racismo estrutural e institucional (Flávia Biroli, 2015; 2018) molda o acesso a direitos e a disponibilidade de tempo (Bila Sorj, 2024).

Ao assumir o cuidado como categoria política e epistemológica, este trabalho reivindica sua centralidade analítica na crítica ao capitalismo, ao racismo estrutural, ao patriarcado e à colonialidade. Trata-se de um movimento não apenas teórico, mas também metodológico e político. Pois, ao colocar o cuidado no centro, desloca-se os marcos tradicionais do saber social, jurídico e estatal, o que possibilita certa abertura para epistemologias outras, construídas nos territórios, nas redes comunitárias e nas práticas de

---

<sup>19</sup> Segundo Nêgo Bispo (Uniperiferias; 2019), somos uma civilização confluyente (quilombo, favela e aldeia) - portanto o saber orgânico é para ser compartilhado, é para envolver o ser.

<sup>20</sup> Através das escrevivências - conceito criado por Conceição Evaristo como uma ferramenta metodológica. “Uma escrita realizada a partir das escrevivências não busca ser neutra, mas sim pautada nas vivências, dores, lutas e conquistas que o corpo que fala vivenciou e vivencia, assim como no resgate do caminho percorrido por nossas ancestrais. É uma virada epistêmica em que corpos negros falam e incomodam as estruturas hegemônicas, posto que a intenção com a nossa escrita não é niná-los em seus sonhos injustos” (Walkyria Guimarães, 2024, p. 2).

resistência, incentivo à socialização (Joana Andrade, 2015) de mulheres negras e também indígenas.

A partir dessa perspectiva, o cuidado é reposicionado como fundamento da vida social e da democracia. No entanto, para compreender como sua invisibilização se materializa concretamente, é necessário examinar seu enraizamento histórico na esfera doméstica e familiar, tema que será desenvolvido na seção seguinte.

### ***1.1.3 O Cuidado na Família e na Sociedade***

*O ego colonial nos escraviza através do afeto.*

(Carla Akotirene, 2025, n.p.)

Historicamente, o cuidado se consolidou no contexto familiar, constituindo o primeiro espaço de aprendizado e socialização. Essa alocação é uma das estratégias mais eficazes para sua invisibilização como trabalho e sua desresponsabilização por parte do Estado e a manutenção do sistema patriarcal (Silvia Federici, 2019). De modo geral, mães, filhas, esposas e netas que desempenham o trabalho de cuidado não remunerado têm laços emocionais e afetivos com aqueles a quem cuidam. São mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho ou que renunciam à sua participação no mercado de trabalho para assumir as responsabilidades de cuidar da família.

A família portanto, vista idealmente como o lugar do afeto, é, na prática, o principal meio de privatização e desresponsabilização estatal do cuidado (Helena Hirata, 2022). A ausência de políticas públicas eficazes transforma o cuidado em um ônus privado, resultando em uma sobrecarga desproporcional (Helena Hirata, 2022) e racializada que recai majoritariamente sobre as mulheres da periferia (Walkyria Guimarães, 2024; Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Walkyria Guimarães, 2024). A família é, assim, o último refúgio da invisibilidade (Helena Hirata, 2022).

O cuidado nas famílias opera como eixo central de um regime de proteção social falho e desigual, caracterizando o Estado brasileiro como “familista<sup>21</sup>” ou adepto de um “neoliberalismo familiarista” (Thamires Ribeiro, 2023). Nesse modelo, o Estado transfere para as famílias e, conseqüentemente, para as mulheres a responsabilidade principal e os

---

<sup>21</sup> Segundo Regina Miotto (2015) é quando o Estado transfere para a família - principalmente para as mulheres a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar social. Essa lógica reforça desigualdades de gênero e esconde o dever do Estado de garantir direitos.

custos, sejam eles financeiros, emocionais e de trabalho da provisão de bem-estar, eximindo-se de sua função de garantidor de direitos (Helena Hirata; Danièle Kergoat, 2007; Helena Hirata, 2022). No caso brasileiro, prioritariamente de mulheres negras e pobres (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Walkyria Guimarães, 2024; Helena Hirata, 2022). Essa divisão sexual e racial do trabalho de cuidado não é apenas uma herança histórica, mas uma engrenagem essencial do capitalismo racial contemporâneo (Angela Davis, 2016).

Nessa estrutura, a família é tida como a principal provedora de assistência. Diante da insuficiência de serviços públicos, os núcleos empobrecidos absorvem essa demanda através do trabalho não remunerado, ao passo que estratos ricos mercantilizam o cuidado mediante a contratação de outras mulheres - invariavelmente mulheres negras e pobres. Essa lógica de privatização do bem-estar, restrita ao ambiente doméstico, desvia a atenção da urgência de sua socialização e da necessária corresponsabilização dos homens.

As mulheres são compelidas a cuidar por uma “obrigação de parentesco” (Nadya Guimarães, 2020; Thamires Ribeiro, 2023), onde se supõe que mães, filhas e esposas devem se encarregar gratuitamente dessas tarefas enquanto os homens, quando participam, são vistos apenas como ‘ajudantes’. Essa percepção, acentuou sobretudo o aumento do discurso conservador (presente no governo 2019-2022) que reforçava a família como o “núcleo da sociedade” e lugar moral do cuidado. Esse discurso era utilizado como justificativa para a desresponsabilização do Estado e o corte de investimentos em políticas sociais, mantendo o trabalho de cuidado invisibilizado e gratuito dentro dos lares (Thamires Ribeiro, 2023).

Esse viés conservador<sup>22</sup> e cristão impõe a família como provedora exclusiva de assistência, o que acaba por responsabilizar a mulher, de forma quase absoluta, pelo trabalho doméstico e de cuidado. Tal dinâmica estrutural gera um ciclo vicioso (Thamires Ribeiro, 2023), pois a execução dessas tarefas varia conforme a condição econômica: o trabalho pode ser mercantilizado, compartilhado ou integralmente realizado pela mulher (família) no âmbito privado, manifestando-se frequentemente sob a face da ‘ajuda’ ou do trabalho informal precário (Nadya Guimarães, 2020).

Consequentemente, o cuidado permanece enraizado no imaginário social como um atributo feminino inato, fundamentado em uma suposta diferenciação biológica entre os sexos

---

<sup>22</sup> “Esta acumulação de desvantagens agudiza pelo regime familista que o Brasil é constituído integrado a recente conjuntura do governo (2018-2022) marcada pela junção do ultraconservadorismo com o ultraneoliberalismo. Neste há uma defesa pelo modelo eurocêntrico patriarcal cristão cisheteronormativo de família sob a ideologia burguesa responsável pela carga, quase que exclusiva, de provisão dos cuidados, ocultando seus custos no trabalho de cuidados e doméstico não remunerado, legitimando a retração desmedida da atuação do Estado, a ponto de, por vezes, isentá-lo do compartilhamento desta responsabilidade”(Thamires Ribeiro, 2023, p. 68).

(Bila Sorj, 2024). Esse discurso é intensificado por instituições religiosas<sup>23</sup> que, ao mobilizarem conceitos como ‘dom vocacional<sup>24</sup>’ ou ‘missão divina’, sacralizam a figura da mulher cuidadora e do homem provedor. Longe de apenas proteger o núcleo familiar, essa retórica naturaliza a sobrecarga feminina e invisibiliza o valor econômico do cuidado, dificultando seu reconhecimento como trabalho indispensável à sustentação da vida.

É imperativo notar, todavia, que o modelo de família nuclear - fundamentado na divisão entre homem provedor e mulher cuidadora (Fraser, 2020) - não reflete a realidade histórica da população negra brasileira. Para as mulheres negras, a experiência é frequentemente marcada pelo acúmulo das funções de cuidado e de manutenção material, muitas vezes exercidas de forma solitária em um arranjo configurado como ‘matriarcado da miséria’ (Thamires Ribeiro, 2023).

Essa dinâmica é reforçada por uma internalização social e religiosa que glorifica a sobrecarga feminina, induzindo à aceitação do cuidado com resignação e isolamento (Renk, Buziquia, Bordini, 2022). O paradoxo reside no fato de que, embora sobrecarregadas pela dupla jornada, muitas dessas mulheres são impedidas de acessar o mercado de trabalho formal justamente pela falta de redes de apoio, ficando restritas ao trabalho doméstico e à informalidade, o que aprofunda o ciclo de precariedade econômica (Moura, 2023).

A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, atrelada à falta de políticas públicas, impede as mulheres de acessarem diversos locais (Flávia Biroli, 2015; 2018; Brasil, 2023a). O “acesso a creches e pré-escolas é uma maneira de socializar o cuidado, que guarda uma relação positiva com o trabalho das mães e tem um potencial de estimular o desenvolvimento da independência econômica e autonomia das mulheres” (Bila Sorj, 2013, p. 490).

Nas famílias negras, é comum que o cuidado seja compartilhado entre gerações, onde irmãos mais velhos cuidam dos mais novos ou avós assumem o cuidado dos netos para que as mães possam trabalhar (Walkyria Guimarães, 2024; Thamires Ribeiro, 2023; Márcia Tokita, 2015). Diante da ausência do Estado e da sobrecarga, as famílias negras constroem redes de

---

<sup>23</sup> Em todas as religiões cristãs ocidentais, as mulheres estão na posição de segunda categoria frente ao homem. Nas comunidades evangélicas a situação é ainda mais desigual (Leandra Costa, 2024).

<sup>24</sup> “Em um mundo marcado pela violência e desigualdade, o Papa Francisco destaca a “capacidade única de compaixão” das mulheres. Para ele, sua inclinação natural para o cuidado as torna “a inteligência e o coração que ama e une”, colocando amor onde há ódio e humanidade onde há desumanização.

O Santo Padre reconheceu a importância fundamental das mulheres na sociedade, chamando-as de “criadoras da humanidade” e “artesãs” colaboradoras do Criador. Tudo isso se manifesta em três pilares, segundo ele: serviço à vida como defensoras da vida, desde a gestação até o cuidado com os mais necessitados; Promoção do bem comum, através de sua compaixão e intuição que constroem pontes de diálogo e união e no cultivo da paz, em sua capacidade de “cuidar” e unir, como agentes essenciais na busca por um mundo pacífico. (Diocese de Anápolis, 2024, p. n.p.).

solidariedade que associam ao “aquilombamento” (Thamires Ribeiro, 2023). Por sua vez, Nadya Guimarães (2020) define como “ajuda<sup>25</sup>” essa rede de solidariedade que se expande do núcleo familiar para circuitos de amizades locais e/ou comunitários, ampliando a mobilização do grupo.

A discussão sobre a família e a sociedade revela como a ideologia da domesticidade e o moralismo social colaboraram para consolidar o cuidado como uma obrigação privada das mulheres, reforçando desigualdades estruturais de raça e gênero. Contudo, esse processo não se dá apenas no plano simbólico e cultural (Thamires Ribeiro, 2023). O Direito, como ferramenta de poder, tem papel fundamental na legitimação dessas hierarquias. Por isso, o próximo tópico se volta à análise de como o discurso jurídico trata o cuidado, ora como dever afetivo, ora como responsabilidade moral, sem reconhecê-lo como trabalho socialmente necessário.

#### **1.1.4 O Cuidado no Direito**

*Se quer saber o final, preste atenção no começo.*

Provérbio Africano

Tradicionalmente, o campo jurídico tem desempenhado um importante papel na desvalorização do cuidado como uma atividade laboral e um direito. Embora sua relevância para a manutenção da vida e para o funcionamento das estruturas sociais seja evidente, essa atividade é frequentemente vista como uma obrigação ética ou algo inerente à natureza humana (Helena Hirata, 2022). Assim, em vez de reconhecer o cuidado como uma função socialmente relevante, o sistema jurídico perpetua sua falta de visibilidade por meio da fragmentação das responsabilidades. Ao considerar o cuidado como uma questão moral ou emocional, especialmente no âmbito do Direito de Família, e não como uma função social e econômica, a legislação esconde e ignora suas características essenciais.

Essa abordagem fragmentada pode ser observada no modo como diferentes ramos jurídicos abordam o cuidado: no Direito Constitucional, empurrando a responsabilidade para a família, no Direito de Família, como um dever afetivo vinculado à maternidade; no Direito do Trabalho, de forma tímida na regulação do trabalho doméstico e no campo da seguridade

---

<sup>25</sup> Os circuitos do cuidado como denominado por Nadya Guimarães (2020) serão detalhados mais adiante.

social<sup>26</sup>, como critério para acesso a benefícios, sem o devido reconhecimento da carga envolvida.

Ou seja, no campo jurídico o cuidado aparece como dever moral ou obrigação de afeto (Fachin *et al.*, 2008), mas nunca tratado como um direito em si, nem como um trabalho que sustenta a vida humana e não humana<sup>27</sup>. Este fato, revela a profunda contradição que carrega o Direito que reconhece o cuidado apenas de forma indireta, enquanto sustenta sua reprodução desigual.

Outro debate no mínimo interessante é o que vem ocorrendo na 3ª e 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no tocante à disputa do cuidado ser afeto. Ou seja, o STJ tem consolidado o entendimento de que o afeto, em sua dimensão objetiva, constitui um bem jurídico tutelado, especialmente no contexto da filiação socioafetiva. No entanto, ao afastar a imposição de um dever de amar, o Tribunal destaca a centralidade do dever de cuidado. Esse dever, alçado à categoria de obrigação caso descumprido, desassocia o afeto de sua subjetividade intrínseca e desloca o debate para ações concretas e verificáveis, como presença, assistência material e emocional, e tratamento equitativo entre os filhos.

Em se tratando da legislação brasileira, a previsão é a divisão de responsabilidades entre mãe e pai quanto à criação dos filhos (art. 227 CF/88), mas na prática, a execução do cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres. Um exemplo da sobrecarga de responsabilidades imposta legalmente às mulheres é o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família (Brasil, 2025a). A ausência de um marco legal robusto sobre o cuidado contribui para a sua exploração institucionalizada, que ora aparece vinculado à assistência social, ora à saúde, ora à educação, sem nunca ser estruturado como um direito transversal, como propõe a CEPAL<sup>28</sup>, OIT e a Opinião Consultiva (OC-31/25)<sup>29</sup> da Corte IDH que reconhece o cuidado como um direito humano universal (2025).

---

<sup>26</sup> ver ADO nº 20 que trata sobre a mora legislativa na regulamentação da licença-paternidade (STF, 2023).

<sup>27</sup> O ser humano não ocupa uma posição de superioridade, mas parte integrante do ciclo da vida. Contrapondo a perspectiva do modelo ocidental, frequentemente marcado pela dominação e exploração, propondo, em seu lugar, um compartilhamento, que reconhece e valoriza a biointeração entre todos os seres (Santos, 2023).

<sup>28</sup> Para superar o impasse ligado à organização social injusta do cuidado, é fundamental promover, a partir de uma perspectiva de gênero, direitos humanos e interseccionalidade, a concepção e a implementação de políticas e sistemas de cuidado integral que contribuam para a corresponsabilidade de gênero e social pelo cuidado, ou seja, dos quais participem pessoas de todos os setores da sociedade, famílias, comunidades, setor privado e Estado, tanto homens quanto mulheres (CEPAL/OIT, 2025, p. 1) Tradução própria.

<sup>29</sup> Trata-se de um marco importante ocorrido em 7 agosto de 2025, um precedente histórico ao reconhecer formalmente o direito ao cuidado como um direito humano autônomo e inter-relacionado com outros direitos fundamentais. O cuidado se encontra inter relacionado com outros direitos como: saúde, seguridade social, educação, proteção da família e trabalho. A Corte IDH definiu que esse direito possui três dimensões essenciais: ser cuidado, cuidar e o autocuidado. Os estados têm a obrigação de respeitá-lo, protegê-lo e promovê-lo por meio de políticas públicas e marcos legais adequados.

Essa omissão no reconhecimento do cuidado como trabalho socialmente necessário e o direito ao cuidado e ser cuidado (Brasil 2023b) evidencia uma lacuna normativa estrutural<sup>30</sup>. O cuidado ainda é interpretado mais como expressão da solidariedade familiar do que como atividade essencial ao bem-estar coletivo (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020). Essa lacuna também se revela na jurisprudência, que frequentemente desconsidera a sobrecarga das mulheres cuidadoras ao analisar litígios envolvendo pensão, guarda de filhos, divisão de tarefas ou benefícios previdenciários<sup>31</sup>.

Somado a isso, o discurso jurídico e o Estado brasileiro operam majoritariamente a partir de uma concepção familista (Regina Miotto; Keli Prá, 2015). Nesse cenário, o cuidado é relegado ao âmbito privado, com intervenção mínima do mercado e, sobretudo, do Estado. Sob a lógica do ‘neoliberalismo familista’ (Regina Miotto; Keli Prá, 2015), a provisão de assistência torna-se competência exclusiva das famílias, às quais cabe estabelecer estratégias para absorver ou transferir os custos financeiros, emocionais e laborais dessa atividade, seja ela remunerada ou não (Thamires Ribeiro, 2023).

Essa visão de que a família é a principal responsável pelo cuidado advém de uma concepção liberal da autonomia, que ignora a interdependência como característica constitutiva da vida humana (Walkyria Guimarães, 2024). Essa omissão sustenta a ideia de que o cuidado é uma escolha individual ou familiar, reforçando sua delegação às mulheres e sua retirada da esfera pública (Helena Hirata, 2022). O resultado é um Direito que, em vez de combater as desigualdades, contribui para sua reprodução.

Enfrentar essa realidade exige reconhecer o cuidado como um direito fundamental. De acordo com Laura Pautassi (2018), o direito ao cuidado é estruturado em três dimensões: o direito de cuidar, o direito de ser cuidado e o direito ao autocuidado<sup>32</sup>. Esses direitos devem ser garantidos a todos, tanto no âmbito familiar, quanto comunitário. Para que as três dimensões sejam efetivamente alcançadas, é fundamental que elas se materializem em políticas públicas, serviços e regulamentações específicas. Isso deve ocorrer como parte integrante de uma agenda estratégica voltada para os cuidados (Laura Pautassi, 2018).

---

<sup>30</sup> Vale registrar que a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024), sancionada em 2024, estabeleceu o direito ao cuidado, ser cuidado e ao autocuidado como responsabilidade compartilhada entre Estado, família, sociedade e setor privado.

<sup>31</sup> A fim de garantir a igualdade e evitar discriminações e estereótipos nos processos judiciais, o CNJ regulamentou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído através da Resolução 492/2023.

<sup>32</sup> Incluído na PnaC: Art. 1º - § 2º O direito ao cuidado de que trata o *caput* deste artigo compreende o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado.

Se a desnaturalização do cuidado revela sua dimensão socialmente construída, e sua elevação à categoria política e epistemológica exige um olhar atento para as assimetrias de poder, a figura do Estado emerge como um ator central, seja por sua ação ou, mais por sua omissão na consolidação da invisibilidade e apropriação do cuidado não remunerado.

A leitura crítica dos preceitos constitucionais, como o Art. 229, que atribui prioritariamente à família a responsabilidade pelo cuidado, exemplifica essa lacuna normativa que ao mesmo tempo reconhece a importância do cuidado para a coesão social, mas se exime de sua provisão, empurrando o ônus para a esfera privada. Neste sentido, a ausência de um arcabouço jurídico e de políticas públicas eficazes que efetivamente promovam o cuidado por meio de investimentos em infraestrutura, equipamentos e valorização e garantias de direitos aos cuidadores não pode ser considerado apenas como um descuido.

Antes disso, constitui um mecanismo tácito que perpetua a exploração do trabalho feminino não remunerado, consolidando a matriz de desigualdades de gênero e raça que impacta drasticamente as mulheres negras, especialmente aquelas que residem em territórios periféricos, onde a presença estatal já se faz mais precária para não dizer inexistente (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024).

Ao analisar o cuidado no campo jurídico, observa-se como a normatividade estatal negligencia sistematicamente a proteção das cuidadoras, reforçando sua subalternização ao ignorar as desigualdades interseccionais que estruturam o trabalho reprodutivo no Brasil. Essa arquitetura jurídica não é neutra; ela dialoga diretamente com a atuação do mercado e da política institucional, que instrumentalizam o trabalho de cuidado para fins econômicos e simbólicos. A próxima subseção investiga como essas esferas se apropriam dessa atividade: ora como mercadoria precarizada, ora como retórica vazia em programas governamentais, mantendo intacta a lógica de exploração que recai sobre as mulheres negras e pobres.

### **1.1.5 O Cuidado no Mercado e na Política**

*O que podemos esperar de uma sociedade fundada sobre a aventura e não sobre o trabalho, fundada na caça fatal ao índio, na escravidão, na degradação da mulher?*

(Carl Degler, 1986, p. 207)

A lógica de mercado apropria-se do cuidado a partir de uma dupla dimensão, como serviço precarizado e como discurso moralizador (Helena Hirata, 2022). No primeiro caso, o cuidado é mercantilizado por meio da contratação de mão de obra barata, majoritariamente feminina, negra e imigrante para realização de tarefas como limpeza, alimentação, atenção a crianças, idosos e pessoas com deficiência (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Helena Hirata, 2022). No segundo caso, o cuidado é mobilizado como retórica que exime o Estado de sua responsabilidade, transferindo às famílias e sobretudo às mulheres a obrigação de sustentar os vínculos sociais em tempos de recrudescimento das políticas públicas, via Estado liberal (Nancy Fraser, 2023; Helena Hirata, 2022).

A partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, observa-se uma intensificação da externalização do cuidado para o setor privado e para as famílias, agravando a “crise do cuidado”<sup>33</sup> (Silvia Federici, 2019; Nancy Fraser, 2024; Nadya Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). Dessa forma, o capitalismo depende estruturalmente do trabalho de cuidado, mas nunca o remunera e reconhece de forma proporcional ao seu valor. Além disso, o corpo das mulheres e, em especial, das mulheres negras é a infraestrutura biopolítica (Mbembe, 2018) que sustenta a reprodução da força de trabalho.

Thamires Ribeiro (2023) identifica que a ‘crise’, ao menos no Brasil, deriva da redução da oferta de mão de obra de mulheres negras para a realização do trabalho doméstico e de cuidado, sobretudo pela inserção de políticas públicas de reivindicação do movimento negro de ampliação da escolaridade<sup>34</sup>. “(...) pode-se afirmar que, no Brasil, a crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico representou para mulheres negras em oportunidade. (...) este fenômeno representa a crise do pacto da branquitude<sup>35</sup> e não a crise dos cuidados” (p. 72).

---

<sup>33</sup> Crescente envelhecimento da população, aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, tendências neoliberais que suprimiram serviços antes assegurados pelo Estado, sobrecarregando ainda mais as mulheres e também a Covid-19 (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020).

<sup>34</sup> “(...) há um claro e sistemático padrão de redução da participação das mulheres na atividade até os 29 anos e um ligeiro, mas também sistemático, aumento aproximadamente após os 50 anos. Esse padrão se repete a cada nova coorte de trabalhadoras e se mantém sem alterações significativas até os tempos atuais, ao contrário das variações observadas no padrão etário de período. Ele parece indicar que o ofício é uma opção de emprego provisório para mulheres de baixa renda, que elas buscam no início da vida laboral, enquanto estudam ou aguardam oportunidades melhores, ou para a qual elas voltam nas etapas finais da vida ativa, como forma de complementação de renda após a aposentadoria ou mesmo em função do desemprego. (...) Considerando-se todo o período de vinte anos, entre 1992 e 2012, percebe-se que esse decréscimo entre cortes ocorreu em todas as idades abaixo de 34 anos, mas de forma bem mais acentuada na faixa dos 15 aos 24 anos, onde a concentração de trabalhadoras sempre foi mais elevada” (Maria Guerra; Simone Wajnman, 2017, p. 8).

<sup>35</sup> “O fenômeno considerado como a crise da provisão do trabalho de cuidado e doméstico mostra que cuidado, no Brasil, é a manifestação do racismo. E quando o pacto da branquitude começa a entrar em crise sua estrutura, tudo que depende do racismo tende a entrar em colapso, isto se reflete nos cuidados” (Thamires Ribeiro, 2023, p. 72).

Ao romperem com a disponibilidade histórica exigida pela branquitude (Cida Bento, 2022), essas mulheres passam a enfrentar os limites impostos pelas instituições que se recusam a reorganizar o cuidado de forma justa.

Nesse sentido, no mercado, o não-reconhecimento leva à sua precarização, manifestada na dupla/tripla jornada imposta às mulheres (Helena Hirata, 2022)<sup>36</sup>. Na Política, o Estado falha em intervir para aliviar essa sobrecarga, reforçando sua exploração (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Helena Hirata, 2022). É interessante comparar a contradição vivida pelas mulheres que cuidam, pois a maternidade é altamente valorizada pela sociedade e sobretudo pela religião, no entanto, extremamente desvalorizada para o mercado de trabalho e negligenciada pelo Estado (Silvia Federici, 2021)<sup>37</sup>.

No Brasil, esse fenômeno assume contornos ainda mais agudos. A precarização do trabalho de cuidado se manifesta na informalidade, ausência de direitos trabalhistas e na desvalorização das cuidadoras (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Helena Hirata, 2022; Regina Vieira, 2018). Mulheres racializadas representam a maioria entre as que realizam trabalho de cuidado remunerado em domicílios privados e instituições, mas recebem os menores salários médios, em torno de 60% da remuneração dos homens brancos (Brasil, 2023a). Esse dado revela que o mercado não apenas explora o cuidado, mas o faz de maneira seletiva, perpetuando a lógica de racialização e hierarquização do valor da vida (Brasil, 2023a).

A compreensão do cuidado transcende as esferas privada e familiar<sup>38</sup>, posicionando-se como um direito universal e central para todos em especial na formulação de políticas públicas (OIT, 2019; Corte IDH, 2025), o valor do trabalho de cuidado não remunerado, a sua

---

<sup>36</sup>Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023) mostram que as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, sendo 65% delas negras. Esse cenário evidencia a divisão sexual e racial do trabalho, na qual as mulheres negras são as mais afetadas pela precarização e pela falta de proteção trabalhista (DIEESE, 2021).

<sup>37</sup>“(…) o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país para país. Em alguns, somos forçadas a intensificar a produção de crianças; em outros, nos dizem para não reproduzirmos, sobretudo, se formos negras ou recebermos auxílio do Estado, caso contrário, corremos risco de produzir ‘desajustados’(…). Em todos os países, contudo, a função que exercemos para o capital é a mesma. Conseguir um emprego assalariado nunca nos libertou do trabalho doméstico. Ter dois empregos, só significou contar com menos tempo e energia para a luta” (Silvia Federici, 2021, p. 29-30).

<sup>38</sup> O trabalho de cuidado não remunerado consiste no cuidado de pessoas sem remuneração monetária explícita. A maior parte do trabalho de cuidado não remunerado em quase todas as sociedades ocorre dentro de domicílios/famílias, mas os indivíduos também realizam cuidados não remunerados entre domicílios e entre famílias - para outros parentes, amigos, vizinhos e membros da comunidade - e também dentro de uma variedade de instituições (públicas, de mercado, sem fins lucrativos, comunitárias) de forma não remunerada ou voluntária (Shahra Razavi, 2007, p. 16) Tradução própria.

desigual distribuição entre as mulheres e os homens e o seu impacto nas desigualdades de gênero<sup>39</sup> no emprego (CEPAL; OIT, 2025; Corte IDH, 2025).

Essa dinâmica é agravada ainda pela racialização do cuidado (Cíntia Engel; Bruna Pereira, 2015), que coloca as mulheres negras, historicamente associadas a trabalhos informais e desvalorizados, como as principais responsáveis por essa carga. A ausência de políticas públicas que reconheçam e compartilhem o cuidado não remunerado as força a ingressar em ocupações precárias ou as exclui do mercado formal (Brasil, 2023a).

Esse cenário expõe como a negligência estatal e a estrutura econômica não apenas apropriam seu tempo e energia, mas também perpetuam uma dívida social e econômica<sup>40</sup> que se mantém ao longo das gerações<sup>41</sup>. No âmbito da política institucional, o conceito de cuidado tem ganhado destaque em campanhas eleitorais, planos de governo e políticas sociais<sup>42</sup>, porém, geralmente é tratado de maneira superficial e fragmentada.

Tanto os grupos conservadores quanto os progressistas recorrem à ideia de cuidado como uma representação de empatia, humanidade e por vezes responsabilidade social. Apesar disso, é raro vê-lo ser incorporado como um elemento central no planejamento de modelos de desenvolvimento ou na estruturação do Estado.

No plano internacional, organismos atuam na defesa de uma “sociedade do cuidado”<sup>43</sup> como alternativa ao modelo econômico extrativista e excludente (OIT; CEPAL, 2025; ONU, 2025; Corte IDH, 2025). “A transversalidade de gênero é central na construção do problema público nas políticas de cuidado (...). A abordagem predominante enfoca mais a ‘questão da

---

<sup>39</sup> A pobreza e a pobreza extrema se manifestam de maneira desigual na América Latina e no Caribe, segundo a CEPAL a incidência de pobreza varia de 5% a mais de 55% da população, enquanto a pobreza extrema oscila entre 1% e mais de 20%, dependendo do estado ou país. Identificou também uma disparidade na pobreza monetária entre homens e mulheres de 20 a 39 anos, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Essa diferença é atribuída, em grande parte, à divisão sexual do trabalho e à maior dedicação das mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Essa sobrecarga atua como uma barreira à participação feminina no mercado de trabalho remunerado (CEPAL, 2024).

<sup>40</sup> Um exemplo claro é o contingente formado por trabalhadoras domésticas remuneradas no país, em que as mulheres representam 92%, sendo 65% delas negras (DIEESE, 2021). Segundo dados da PNAD Contínua em 2022, 74,1% dessas trabalhadoras não possuem carteira assinada (Brasil, 2025), esse cenário evidencia a divisão sexual e racial do trabalho, na qual as mulheres negras são as mais afetadas pela precarização e pela falta de proteção trabalhista (Helena Hirata, 2022).

<sup>41</sup> Essa realidade está se modificando através de políticas afirmativas (IPEA, 2021, Maria Guerra; Simone Wajnman, 2017).

<sup>42</sup> O termo vem sendo instrumentalizado retoricamente por políticos durante campanhas e discursos eleitorais (Poder 360, 2019; Agência Brasil, 2024; Migalhas, 2023).

<sup>43</sup> Trata-se de uma justiça econômica, climática e de gênero, e avançar rumo a uma sociedade do cuidado que: priorize a sustentabilidade da vida e do cuidado do planeta; garanta os direitos das pessoas que necessitam de cuidados e das pessoas que cuidam; diminua a precarização dos empregos do setor do cuidado; e torne visíveis os efeitos multiplicadores da economia do cuidado em termos de bem-estar e como dinamizador para uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade (CEPAL, 2021, p. n.p.).

mulher’ do que a ‘questão de gênero’ ou intersecções com outras desigualdades” (Mariana Marcondes, 2024, p. 19).

Para o desenvolvimento de políticas de cuidado, é indispensável adotar abordagens que integrem a transversalidade de gênero e considerem a interseccionalidade com outras dinâmicas geradoras de desigualdades, como as relacionadas à raça, etnia, idade, deficiência e território (Mariana Marcondes, 2024; Corte IDH, 2025<sup>44</sup>). Ferramentas de gestão, como planos nacionais e a geração de evidências, desempenham um papel estratégico na elaboração de políticas públicas orientadas por uma perspectiva transversal e interseccional, complementando-se com iniciativas voltadas à capacitação e formação (Corte IDH, 2025).

Para essas instituições, cuidar deve deixar de ser responsabilidade individual ou familiar e tornar-se um princípio organizador das políticas públicas, da economia e da vida em comum. Contudo, como aponta a própria CEPAL (2018), essa transição exige uma transformação profunda das estruturas de poder que historicamente colocaram o cuidado nas mãos das mulheres mais vulnerabilizadas, sobretudo as afrodescendentes na América Latina e Caribe.

Diante disso, é possível afirmar que tanto o mercado quanto a política se utilizam do cuidado sem efetivamente reconhecer sua centralidade para a vida coletiva. O mercado o transforma em mercadoria precária (Nancy Fraser, 2024; Nancy Fraser; Souza Filho, 2020; Helena Hirata, 2022); a política o instrumentaliza como promessa vaga ou gesto humanitário<sup>45</sup>. Em ambos os casos, mantém-se intocada a lógica estrutural que desresponsabiliza o Estado e sobrecarrega as mulheres negras. Por isso, disputar o cuidado como categoria política exige não apenas discursividade, mas reorganização do poder

---

<sup>44</sup> “OC-31/2025: 132. Em suma, a Corte conclui que o direito ao cuidado consiste em um direito autônomo protegido pelos artigos 4.1, 5, 7, 11, 17, 19, 24 e 26 da Convenção Americana e, portanto, os Estados têm o dever de respeitá-lo e garanti-lo, nos termos dos artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana. Do mesmo modo, o direito ao cuidado também decorre dos direitos reconhecidos na Declaração Americana – em particular em seus artigos I, II, VI, XI e XIV a XVI –, assim como nos artigos 34 e 45 da Carta da Organização dos Estados Americanos. Esse direito protege tanto aqueles que recebem cuidados quanto aqueles que os prestam, e tem três dimensões fundamentais: ser cuidado, cuidar e o autocuidado. Ele é regido pelos princípios da corresponsabilidade social e familiar, na medida em que os cuidados cabem ao indivíduo, à família, à comunidade, à sociedade civil, às empresas e ao Estado; pelo princípio da solidariedade, na medida em que reconhece a necessidade de apoio entre os distintos

membros e atores da sociedade; e pelo princípio da igualdade e não discriminação, na medida em que implica um mandato para evitar a desigualdade na prestação e no recebimento do cuidado, particularmente entre homens e mulheres. Os Estados dispõem de uma margem de configuração na elaboração de políticas públicas destinadas à implementação progressiva do direito ao cuidado. Não obstante, a Corte observa que o estabelecimento de Sistemas Nacionais de Cuidado pode ter como instrumento estrutural para a garantia do direito ao cuidado, na medida em que permitem regular, articular, supervisionar e fiscalizar as diferentes modalidades de prestação de serviços de cuidado com base nos princípios e obrigações mencionados anteriormente” (Corte IDH, 2025, p. 48).

<sup>45</sup> Entendido dessa forma se não houver orçamento para sua execução. Ou seja, não adianta negociar política pública sem financiamento, pois não existe política sem dinheiro!

(Walkyria Guimarães, 2024), redistribuição de responsabilidades (Joana Andrade, 2015; Brasil, 2023b) e reconhecimento de saberes historicamente subalternizados (Walkyria Guimarães, 2024; Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013).

Ao integrar a esfera pública, o cuidado deixa de ser um encargo privado para tornar-se uma garantia de proteção estatal tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado (Lucilene Morandi; Hildete Melo, 2021), estabelecendo as bases para uma igualdade real entre os indivíduos. Nesse sentido, é urgente promover uma mudança de paradigma que posicione o cuidado como uma responsabilidade coletiva (Joana Andrade, 2015; Moura, 2023). visto que, enquanto não houver o rompimento da cultura de privatização dessas tarefas, persistirão graves prejuízos à integridade material, física e subjetiva de muitas mulheres.

A inserção desse debate no campo político implica, necessariamente, o reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre Estado, mercado, família e sociedade (Brasil, 2024). Dentre esses atores, o Estado assume um papel central na redução das desigualdades, devendo atuar não apenas para mitigar as falhas dos arranjos familistas, mas para promover a sua efetiva superação por meio de políticas universais e desfamilizadoras.

A autora Fabienne Brugère (2023), enfatiza a necessidade de renovação do Estado Social diante das novas formas de vulnerabilidades e exploração dos indivíduos e da natureza, sustentando a ideia que as tarefas referentes ao cuidado, que notadamente são invisíveis, devem ser reconhecidas como condição para a atividade econômica. “Não pode existir liberalismo e, a fortiori, neoliberalismo sem que se leve em conta as tarefas relativas ao cuidado” (Fabienne Brugère, 2023, p. 8).

Sob essa ótica, Cristina Carrasco (2013) defende que o trabalho doméstico e de cuidado deve ser integrado ao orçamento público por meio de políticas que promovam uma distribuição equitativa de recursos. No entanto, Silvia Federici (2019) adverte que tal mudança exige o enfrentamento direto das lógicas capitalista e patriarcal, as quais naturalizam o cuidado como uma obrigação feminina. Complementarmente, Patricia Collins (2021) demonstra que os marcos interseccionais são fundamentais para revelar como políticas públicas aparentemente neutras podem, na realidade, favorecer a manutenção de desigualdades sociais estruturantes.

Isso implica em uma responsabilidade pública, para efetivar licenças-paternidades efetivas ou licenças parentais com adoção de cotas específicas para os pais a fim de estimular a redistribuição do trabalho de cuidados no âmbito familiar (Ana Camarano, 2023), além de

incentivar a solidariedade dentro das relações familiares. O Estado também deve assumir a desfamiliarização do cuidado (Thamires Ribeiro, 2023), ou seja, responsabilizar-se através de políticas públicas como creches, escolas em tempo integral, restaurantes populares e lavanderias públicas, permitindo que as famílias, em especial as mulheres negras possam ter o direito de escolha.

De acordo com Shahra Razavi “(...) os custos são desproporcionalmente arcados pelas mulheres, enquanto muitos dos benefícios vão para a sociedade de forma mais ampla (2007, p. 12 - Tradução nossa).” Para a autora, a superação do ciclo vicioso que perpetua desigualdades e pobreza depende de processos de desfamiliarização<sup>46</sup> e desmercantilização dessas atividades, uma vez que a economia dominante tende a marginalizar o trabalho não remunerado sob a justificativa de que seu valor não é facilmente mensurável. Adverte, ainda, que a resistência em incluir esses serviços nas análises macroeconômicas baseia-se no argumento de que tal integração teria “inclusão de serviços de cuidado não remunerados terá efeitos adversos na utilidade das contas para fins de análise macroeconômica e de políticas, além de perturbar as tendências históricas” (Razavi, 2007, p. 15 - Tradução nossa).

Portanto, ao observar o papel do cuidado em todas as estruturas sociais, percebe-se que sua função essencial só é valorizada quando convenientemente é utilizado como instrumento que na maioria das vezes penaliza apenas mulheres. Encobrindo o fato que o cuidado, ao mesmo tempo que sustenta a vida, também reproduz as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. E neste sentido, reposicionar o cuidado como elemento central na esfera política exige desconstruir essa naturalização e romantização e lutar por seu reconhecimento como bem público, como direito e como trabalho.

O tema dos cuidados entrou na arena política (Secchi, 2013) principalmente com a pandemia de Covid (Nadya Guimarães; Simone Wajnman, 2025), a partir da crise sanitária, o cuidado se tornou um problema de referência (Secchi, 2013) e debates mais intensificados que no passado. A Política Nacional de Cuidados - Lei nº 15.069/2024, e em Belo Horizonte com o decreto municipal 11.751/2024 - Política Municipal de Cuidados, ambas, são frutos de uma

---

<sup>46</sup> “A noção de desfamiliarização e desmercantilização permite observar em que nível as políticas públicas facilitam a provisão e o acesso a serviços de cuidados, redistribuindo a função social do cuidado entre distintas instituições públicas e privadas e superando ou não a visão segundo a qual as famílias (e dentro destas as mães) seriam as responsáveis exclusivas pela provisão dos cuidados. [...] desde uma perspectiva igualitária em termos de direitos e cidadania é necessário revisar de forma conjunta e articulada os graus de desmercantilização e desfamiliarização do cuidado e bem-estar” (Eleonor Faur, 2014, p. 36 - Tradução nossa).

situação coletivamente reconhecida como um problema<sup>47</sup> (Secchi, 2013) e representam progressos notáveis na promoção de ações que inserem os cuidados no campo das políticas públicas.

Apesar dos avanços recentes, o reconhecimento do cuidado como direito ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente no que se refere à distribuição desigual entre as mulheres negras e brancas e uma política de efetiva transversalização na pauta de gênero e raça (Diane Elson, 2002),

A análise do mercado e da política institucional evidencia como o cuidado é frequentemente precarizado e moralizado, o que perpetua sua invisibilidade estrutural. Diante da omissão do Estado, que delega a responsabilidade pelo bem-estar à esfera privada, as mulheres negras acabam submetidas a uma carga invisível de trabalho. Para compreender as dinâmicas dessa organização, torna-se essencial identificar os agentes que efetivamente provêm o cuidado na sociedade. Para tanto, serão examinadas as formas concretas dessa provisão por meio dos conceitos de “diamante” e “circuito” do cuidado, destacando os arranjos familiares, comunitários, estatais e mercantis que sustentam a vida cotidiana.

## **1.2 As Formas de Prover o Cuidado**

O cuidado, como prática social fundamental para a sustentação e reprodução da vida (Nancy Fraser, 2024; Nancy Fraser; Souza Filho, 2020; Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020; Helena Hirata, 2022), pode ser provido por diferentes instâncias, por meio de variados formatos e arranjos (Nadya Guimarães; Helena Hirata, 2020). Sua provisão está intrinsecamente ligada às estruturas sociais, políticas e econômicas que organizam a vida coletiva, sendo condicionada pelas desigualdades de classe, gênero, raça e território (Walkyria Guimarães, 2024).

Dada a centralidade do cuidado para a reprodução social (Nancy Fraser, 2020; 2024), compreender quem cuida e como se estrutura essa prática é fundamental para revelar as desigualdades que sustentam a sociedade (Brasil, 2023a). Essa interação entre cuidador e quem recebe o cuidado é complexa e multidimensional, podendo ser “nutrida por amor, afeto, gratidão e/ou obrigação”, bem como configurar “uma relação mercantil, de compra e venda de serviço”. Além disso, a provisão pode advir do “Estado, por meio de políticas públicas ou

---

<sup>47</sup> Embora a problemática do cuidado seja perene, autores como Secchi (2013) argumenta que um problema só alcança o domínio público ao ser intersubjetivamente reconhecido pelos atores políticos como uma situação inadequada e como um tema de relevância coletiva.

pela comunidade”, sob a forma de redes de ‘ajudas’ (Ana Camarano; Luana Pinheiro, 2023, p. 13).

A partir disso, analisaremos duas ferramentas conceituais, sendo elas os circuitos do cuidado e o diamante do cuidado, que possibilitam enxergar as formas concretas de sua provisão no Brasil, especialmente na experiência de mulheres negras em situações de vulnerabilidade social.

### **1.2.1 Circuitos do cuidado**

Nadya Guimarães (2020) demonstra que o cuidado deve ser compreendido como uma prática socialmente estruturada e desigualmente distribuída no Brasil. Ao examinar esses arranjos, a autora fundamenta sua análise nos estudos de Arlie Hochschild, Saskia Sassen e Viviana Zelizer<sup>48</sup>, introduzindo o conceito de “circuitos do cuidado”. Esta ferramenta teórica permite compreender a complexidade das interações e os fluxos que conectam as diversas esferas das relações sociais de assistência.

Esses relacionamentos, correspondem ao esforço permanente de diferenciação das relações sociais significativas, ou seja “os indivíduos empenham-se em estabelecer barreiras, em demarcar fronteiras, as quais se tornam visíveis tanto no ato de nomear, e nas estratégias classificatórias nele embutidas, como no estabelecimento de novas práticas” (Nadya Guimarães, 2020, p. 91). Devido à pluralidade de formas e de relações sociais que se desenvolvem sobre o cuidado, sobretudo em contextos de desigualdades como é o caso brasileiro, “não raro privilegiam as chamadas ‘profissões do cuidado’ (...) que podem ser mercantis ou não mercantis e os modos de retribuir o trabalho desempenhado podem ou não se fazer por meios monetários” (Nadya Guimarães, 2020, p. 106). Assim, os chamados “circuitos do cuidado” subdividem-se em “o cuidado como profissão”, “o cuidado como ‘obrigação’” e “o cuidado como ‘ajuda’”, sendo este último o mais relevante para nossa pesquisa.

---

<sup>48</sup> As duas primeiras com a ideia de “circuitos de sobrevivência em cadeias de cuidado” e a terceira em “trabalho relacional e circuitos de comércio” (Nadya Guimarães, 2020).

O primeiro, refere-se às profissionais do cuidado<sup>49</sup>, entendidas como aquelas que exercem atividades remuneradas, reconhecidas social e juridicamente (Nadya Guimarães, 2020). Exemplos incluem enfermeiras, auxiliares e técnicas de enfermagem, bem como empregadas domésticas<sup>50</sup>. Portanto, está ligado a uma relação de trabalho reconhecida enquanto tal, pois fundamentada em um circuito mercantil de troca, embora o ato de cuidar em si não seja tratado como constituindo necessariamente uma ocupação formal nesse sentido.

As ocupações de cuidado como profissão são frequentemente mal remuneradas, informais e desprovidas de proteção social, como aposentadoria ou direitos trabalhistas (IPEA, 2016, Nathália Lipovetsky; Aurélia Neves; Letícia Andrada, 2021). De modo que muitas mulheres são empurradas para a informalidade, por precisar conciliar responsabilidades domésticas com a necessidade de prover renda, especialmente aquelas que são chefes de família. Conseqüentemente, essa situação cria um ciclo de precarização econômica que perpetua a pobreza (Dienifer Lopes; Angela Prates, 2021).

O segundo circuito do “cuidado como obrigação” aborda as atividades desempenhadas por mulheres dentro do contexto familiar e doméstico, sem qualquer tipo de remuneração. Essas ações estão vinculadas aos papéis sociais atribuídos a elas com base em questões de gênero e de gerações, sendo realizadas sob a perspectiva do “amor (por)” e “responsabilidade (com)” (Nadya Guimarães, 2020, p. 113). Ou seja, “os atos de cuidar não estão socialmente reconhecidos como ocupações do ramo do cuidado - e por isso não estão institucionalmente codificados, e nem mesmo entendidas por quem as desempenha como um “verdadeiro trabalho”” (Nadya Guimarães, 2020, p. 113).

Referindo-se especialmente à expectativa de que avós, mães e filhas cuidem dos integrantes da família, tendo como possível retorno o reconhecimento e o afeto (Márcia Tokita, 2013), “tecidas no seio do grupo familiar, o que também torna impertinente qualquer remuneração monetária” (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020, p. 113).

---

<sup>49</sup> Importa dizer que não apenas a categoria das trabalhadoras domésticas remuneradas é feminizada, mas o conjunto de profissões que estão relacionadas ao cuidado. As mulheres representam a grande maioria do trabalho de cuidados remunerado: quase 75% do total dos postos de trabalho existentes no setor de cuidados no Brasil é ocupado por mulheres. Nesse setor, as desigualdades entre mulheres também são expressivas; mulheres negras representam 45% da força de trabalho remunerada de cuidados (Nadya Guimarães; Luana Pinheiro, 2023).

<sup>50</sup> “Embora efetivamente cuidem, essas trabalhadoras domésticas não são vistas, não são contabilizadas e nem mesmo se sentem “cuidadoras”. Tal desconexão entre a atividade concreta (de cuidar) e o reconhecimento profissional que lhes cabe (como “domésticas”) perpassa e organiza não apenas o seu lugar nas estatísticas oficiais e nas interações da vida cotidiana (inclusive com aquelas que podem, dizer-se ‘cuidadoras’), mas esculpe a própria representação que fazem, para si mesmas, do significado do trabalho desempenhado” (Nadya Guimarães, 2020, p. 112).

Consequentemente, esse tipo de cuidado acaba não sendo considerado nas atividades economicamente relevantes e também não é associado ao mercado de trabalho.

Por fim, o circuito do cuidado como “ajuda”. Neste, o cuidado não é reconhecido institucionalmente como ocupação e nem sempre é percebido pelos próprios sujeitos como trabalho, “não serem classificadas dentre as chamadas “ocupações de cuidado” (porque não são social e institucionalmente reconhecidas enquanto tal), tampouco são significadas pelos que as desempenham como trabalho de cuidado” (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, p. 120), sendo frequentemente denominado como um favor ou ajuda, especialmente entre populações pobres e vulneráveis.

Essas redes informais de solidariedade emergem como formas essenciais de cuidado, englobando familiares, vizinhos, comunidades, e, em alguns casos, serviços públicos ou organizações beneficentes (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024; Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013), são sustentadas por valores como obrigações morais, laços afetivos, reciprocidade e confiança.

Thamires Ribeiro (2023) também acredita que essa forma de partilha do cuidado se origina de uma memória ancestral e anticolonial sobre como o cuidado era concebido e praticado na coletividade. Vinculando a uma estratégia que remonta os estudos de Beatriz Nascimento (2021) já que o corpo negro é portador de uma memória ancestral expressa em suas vivências e práticas de aquilombamento (Beatriz Nascimento; 2021; Thamires Ribeiro, 2023).

Essas práticas transcendem os limites do domicílio ou da família nuclear, promovendo um circuito comunitário de apoio que se torna indispensável, sobretudo em contextos onde o Estado é ausente e o acesso aos serviços mercantis é inviável (Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013; Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024). Mesmo quando há alguma compensação financeira envolvida, tais ações não se enquadram como trabalho mercantil, mantendo sua essência de ajuda ou favor pessoal (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020).

Essas modalidades configuram a estratificação da provisão do trabalho de cuidados e doméstico, que dinamizam a organização social e política do cuidado por meio do sistema interligado de opressão, neste mulheres negras e pobres estão na encruzilhada de avenidas acumulativas de desvantagens e opressões que exaurem seus corpos, mentes e emoções na tentativa acrobática de equilibrar a necessidade de prover sustento financeiro e de cuidados e domésticos a sua família (Thamires Ribeiro, 2023, p. 69).

Em cenários caracterizados pela ausência de políticas públicas eficazes e pela dificuldade de acesso a serviços pagos no mercado, criam condições propícias para o desenvolvimento dessas redes informais complexas. Tornando-se o principal mecanismo de provisão de cuidado (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024), que operam sobretudo pela confiança, reciprocidade e uma intensa comunicação entre os participantes (Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013).

. Mesmo quando há alguma forma de compensação financeira envolvida, isso não transforma a assistência em uma atividade mercantil, permanecendo na esfera de ajuda ou favor pessoal (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024).

Essas “ajudas” são essenciais para a sobrevivência em contextos de pobreza (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024; Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013, Thamires, 2023), mas perpetuam a invisibilidade do trabalho de cuidado e a marginalização das mulheres que o realizam (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020). O termo vinculado à ideia de informalidade ofusca e subestima o aspecto profissional envolvido nas atividades de cuidado<sup>51</sup>. Devido à caracterização pessoal, criam-se inúmeras dificuldades em reconhecer essas cuidadoras como profissionais (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Hirata, 2022), o que reforça uma ideia equivocada de que mulheres pobres, sobretudo negras, estão fora do mercado de trabalho ou desocupadas (Brasil, 2023a).

Apagamentos perpetuados inclusive por levantamentos oficiais como a PNAD-C<sup>52</sup>, que, embora tenham avançado na captação de atividades de cuidado, ainda apresentam limites estruturais para mensurar a complexidade das redes periféricas. Atualmente, segmenta o cuidado fora do domicílio em dois blocos distintos: o cuidado prestado a parentes não moradores e o cuidado prestado a não parentes, sendo que este último é categorizado sob a rubrica de trabalho voluntário (PNAD, 2023). Essa distinção terminológica, ao não nomear o apoio a vizinhos e amigos como ‘cuidado’, acaba por fragmentar a percepção das dinâmicas comunitárias mais amplas, dificultando a visibilidade de redes que não possuem vínculos de

---

<sup>51</sup> “O temor de estarmos diante de importante subenumeração encontra a sua razão de ser no relevo com que o tema das “ajudas” aparece nos estudos qualitativos sobre o cotidiano dos grupos sociais em situações de pobreza” (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020, p. 122).

<sup>52</sup> “A invisibilidade das “ajudas” não é diversa daquela que marcou o cômputo do trabalho doméstico não remunerado. Como vimos antes, embora tardiamente, desde 2016 já dispomos, na PNAD Contínua, de pesquisa domiciliar nacional que tem alimentado os estudos sobre a divisão das responsabilidades de cuidado, tanto aquelas exercidas sem remuneração pelos membros de uma mesma unidade domiciliar, como aquelas realizadas em benefício de outros, não parentes nem corresidentes. Entretanto, são quase desprezíveis os números obtidos sobre a prevalência das “ajudas” a partir desse tipo de coleta. Na PNAD 2017, apenas 0,2% das mulheres e 0,1% dos homens haviam registrado envolvimento nessa modalidade de provimento de cuidado, o que acende a luz amarela quanto à operacionalização atual estudos qualitativos sobre o cotidiano dos grupos sociais em situações de pobreza” (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020, p. 121).

consanguinidade diretos (Marcia Tokita, 2013). Ressalte-se que, apenas a partir de 2025<sup>53</sup>, o levantamento passou a mensurar as horas dedicadas a essas atividades fora do domicílio, corrigindo uma lacuna histórica de subestimação, embora persista a invisibilidade sobre a figura do beneficiário, ou seja, as estatísticas informam quem presta o serviço, mas permanecem silentes sobre quem efetivamente recebe esse suporte nas redes informais.

Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020) enfatizam a existência de uma interdependência estrutural entre os circuitos mercantis e não mercantis do cuidado. Essa dinâmica destaca que eles estão longe de ocupar uma posição marginal, uma vez que são fundamentais para sustentar a organização social e econômica contemporânea. Ainda que, em contextos emergenciais, seja possível recorrer a soluções mercantis como babás ou creches privadas, estas são acessadas de forma pontual e precária (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020).

Importa dizer que essa configuração não é neutra, pois se organiza a partir de desigualdades históricas e raciais (Walkyria Guimarães, 2024). Confirmando que as mulheres negras e periféricas são aquelas que mais circulam entre funções de cuidado, seja na sua própria casa, cuidando de familiares, seja no mercado de trabalho informal, como cuidadoras de outras famílias, seja ainda em redes de ajuda comunitária e solidariedade entre vizinhas (Walkyria Guimarães, 2024; Brasil, 2023a). Esses circuitos revelam como o Estado se omite na provisão de cuidado, delegando às mulheres o papel de sustentação das necessidades coletivas.

Segundo Thais Ribeiro (2023) há um ciclo vicioso do cuidado porque é envolto de um trabalho mal pago seja na formalidade e informalidade, a partir disso, essas mulheres repassam parte do cuidado, pagando valores menores a jovens, familiares ou mulheres de suas comunidades para cuidar de seus filhos, sem regulação. Essa estratégia de sobrevivência reforça o que ela chama de “pirâmide de subvalorização, subremuneração e precarização” (p. 68).

Esses arranjos se mantêm invisíveis porque ocorrem fora das estatísticas oficiais e das normas jurídicas. A informalidade dos circuitos do cuidado desafia os parâmetros tradicionais de mensuração econômica e jurídica (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Walkyria Guimarães, 2024; Helena Hirata, 2022; Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013),

---

<sup>53</sup> Ocorreu alteração na PNAD de 2025 sobre a análise de dados estatísticos nas perguntas do trabalho voluntário. Estas, foram adaptadas (período de 30 dias e mudança de ordem). Inclusão de adolescentes como termo. Termo “Afazeres domésticos” virou “Trabalho doméstico não remunerado”, além de perguntas mais detalhadas sobre horas gastas em cada atividade (IBGE, 2025).

evidenciando a importância de reconhecer formas de trabalho e organização que não se enquadram nas categorias clássicas do Direito<sup>54</sup> ou da Economia<sup>55</sup>. Em última instância, os circuitos do cuidado revelam uma economia oculta da reprodução social, sustentada por práticas comunitárias e relações afetivas, mas marcada pela exploração e pela falta de reconhecimento.

Assim, compreender os circuitos do cuidado no Brasil requer reconhecer que a informalidade, a racialização e a feminização estão no centro da engrenagem da reprodução social (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020; Helena Hirata, 2022). Esse reconhecimento é crucial para formular políticas que, além de visibilizar esse trabalho, assegurem redistribuição material e simbólica, rompendo com a lógica da desigualdade estrutural que historicamente penaliza as mulheres negras nos territórios periféricos.

A partir dos circuitos do cuidado, é possível compreender as formas múltiplas e desiguais pelas quais mulheres negras e periféricas assumem responsabilidades de cuidado em casa, no trabalho informal e na comunidade. No entanto, para dimensionar o papel das instituições formais e informais, é necessário incorporar outra ótica. O modelo do diamante do cuidado. A seguir, examinamos como o Estado, o mercado, a família e a comunidade interagem (ou se omitem) na produção do cuidado, revelando tensões, omissões e disputas.

### 1.2.2 Diamante do cuidado

*Hoje e todos os dias,  
Sou grata pelas mulheres negras  
que amam/escrevem/criam/se emocionam  
a partir de suas raízes  
e nunca  
pedem desculpas por sua magia.*

(Upile Chisala, 2020, p. 11)

Para aprofundar a análise institucional dos arranjos de cuidado, é fundamental recorrer ao modelo do “diamante do cuidado”, proposto por Shahra Razavi (2007). Este busca

---

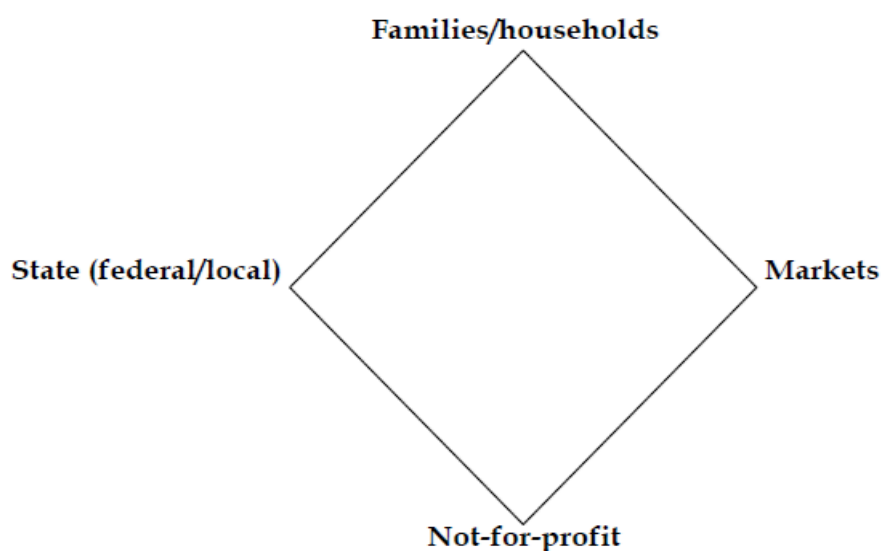
<sup>54</sup> Importa destacar que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulou em seu início principalmente o trabalho fabril, excluindo a formalização do trabalho doméstico e do campo, cujas bases de exploração (jornada exaustiva e ausência de direitos) são “herança” direta da escravidão.

<sup>55</sup> A economia clássica sempre excluiu a mulher (Katrine Marçal, 2022).

representar as quatro principais fontes de provisão do cuidado: a família, o mercado, o Estado e a comunidade<sup>56</sup>.

Essa análise rompe com a ideia binária entre público e privado e destaca que o cuidado é distribuído entre diferentes esferas sociais, com maior ou menor participação de cada uma, dependendo do contexto político, econômico e cultural. Essa estrutura permite compreender a maneira como essas esferas se inter-relacionam ou falham em fazê-lo no provimento do cuidado, especialmente em países do Sul Global, marcados por profundas desigualdades sociais e históricas.

**Figura 1 – Diamante do Cuidado segundo Razavi**



Fonte: Shahra Razavi, 2007, p. 31.

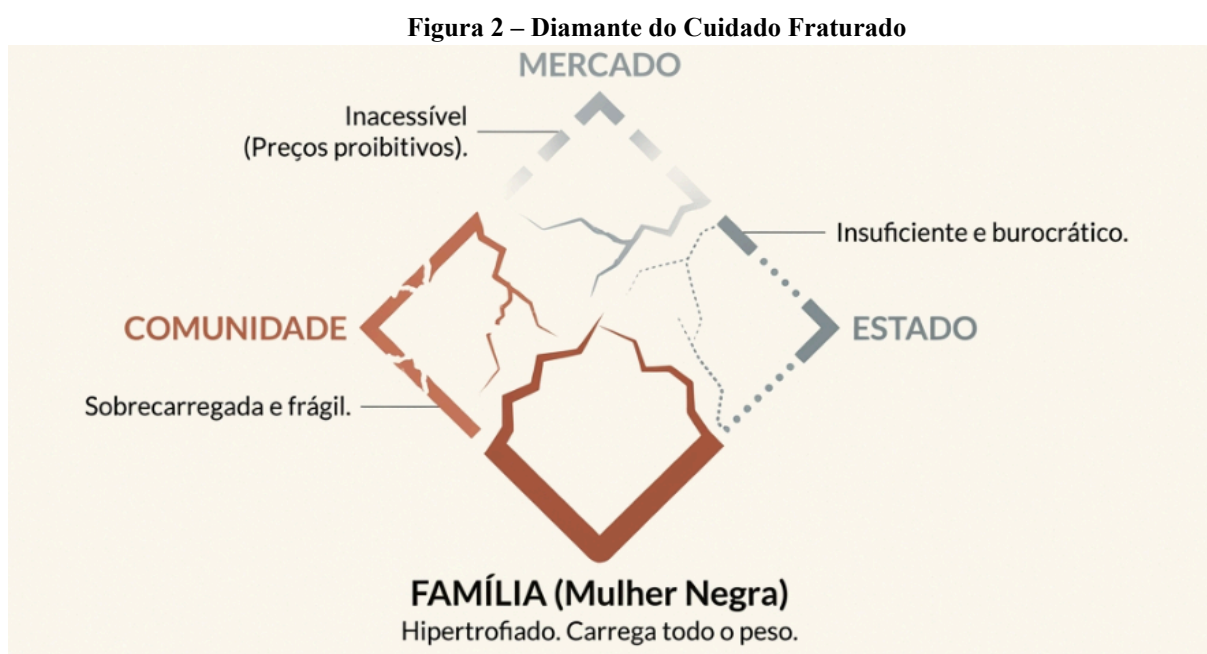
O equilíbrio entre esses “vértices” varia conforme os contextos históricos, políticos e econômicos. Em contextos neoliberais, por exemplo, é comum observar a retração do Estado e o fortalecimento dos vértices mercantil e familiar, o que tende a reforçar desigualdades de gênero e raça na divisão do cuidado. A expansão do mercado como provedor de cuidado não garante justiça social se não for acompanhada por uma intervenção estatal que redistribua responsabilidades e garanta acesso universal aos serviços (Shahra Razavi, 2007).

Nos Estados de bem-estar social consolidados, há uma tendência de maior protagonismo tanto do Estado quanto da comunidade, com o governo estruturando serviços

<sup>56</sup> De acordo com a autora, essa estrutura que pode ser ampliada para o campo denominado domínio do cuidado mostra-se ainda mais interessante para os objetivos, uma vez que engloba não apenas o Estado, o mercado e a família, mas também o grupo diversificado de provedores de cuidado, frequentemente denominado como “comunitário”, “voluntário”, “não comercial” ou “sem fins lucrativos” (p. 31). Dentro desse amplo espectro, algumas organizações, como as instituições de caridade, têm desempenhado um papel significativo, tanto no passado quanto no presente, na oferta de serviços ligados ao cuidado (Shahra Razavi, 2007).

públicos acessíveis e a comunidade se envolvendo por meio de políticas participativas (Shahra Razavi, 2007). Essa dinâmica, em teoria, promove uma divisão mais equitativa das responsabilidades relacionadas ao cuidado. Entretanto, mesmo nesses cenários, a autora chama atenção para o risco de que a responsabilização individual e familiar se intensifique, sobretudo em contextos de reformas orientadas pela lógica da austeridade fiscal, cultural e religiosa (Shahra Razavi, 2007).

No Brasil, no que tange ao Estado, fica evidente uma fragilidade histórica, caracterizada pelo subfinanciamento crônico das políticas sociais e pela interrupção frequente de programas de assistência<sup>57</sup>. Por sua vez, em relação ao mercado, demonstra-se um caráter seletivo e inacessível para a maior parte da população, especialmente para mulheres negras, já que oferece serviços pagos, acessíveis apenas às classes médias e altas (Helena Hirata, 2022). Nesse contexto, os vértices familiar e comunitário acabam assumindo a maior parte da responsabilidade pelo cuidado (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020), como já explorado nos debates sobre as dinâmicas das “ajudas”. Assim, o diamante do cuidado no Brasil revela um desequilíbrio significativo, com dois de seus vértices praticamente inoperantes para as camadas populares, principalmente para as mulheres e sobretudo as negras (Brasil, 2024; Márcia Tokita, 2013) o que aqui podemos denominá-lo como uma fratura. representada pela figura abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora - com auxílio de ferramenta de design/IA, baseado em Razavi, 2007, p. 31.

<sup>57</sup> Ver estudo sobre o corte em políticas para as mulheres do período 2015 a 2020, em especial o recrudescimento e desmonte no governo brasileiro em 2019-2020 (IPEA, 2023). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/8fe64bfc-c472-4fd9-85c9-b23be36c2128>

O diamante do cuidado permite visualizar o desequilíbrio entre os vértices e propõe a necessidade de uma redistribuição mais equitativa da responsabilidade pelo cuidado. Ao mesmo tempo (Helena Hirata, 2022; Shahra Razavi, 2007), aponta para a importância de políticas públicas integradas e intersetoriais que reconheçam a complexidade do cuidado e a pluralidade de seus sujeitos (Shahra Razavi, 2007). No contexto das mulheres negras, essa análise é essencial para compreender como a sobrecarga recai desproporcionalmente sobre elas, mesmo quando atuam em mais de um vértice como cuidadoras em suas casas, trabalhadoras do cuidado no mercado e lideranças comunitárias em suas redes locais (Inaê Nascimento, 2008; Márcia Tokita, 2013; Walkyria Guimarães, 2024).

Os circuitos e o diamante do cuidado evidenciam que a provisão do cuidado no Brasil é marcada pela desigualdade estrutural (Helena Hirata, 2022; Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020), entrelaçada por seu passado colonial e pela redução no papel do Estado via políticas neoliberais, transformando o cuidado em mercadoria sem garantias públicas. Fenômeno este percebido mundialmente com a ascensão de políticas de austeridade fiscal (Helena Hirata, 2022). Essa análise se mostra especialmente relevante no cenário atual do Brasil, em que Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2024a) dialoga com a falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada, como especificidades sobre a fonte de custeio, dotação orçamentária mínima garantida<sup>58</sup> e a aceitação dos demais entes federativos, o que levanta questionamentos sobre sua real capacidade de aliviar o peso desproporcional que afeta mulheres negras em condições de vulnerabilidade.

Portanto, compreender a dinâmica do diamante do cuidado no Brasil e, mais especificamente, em territórios racializados e empobrecidos é essencial para fundamentar propostas que não apenas reconheçam, mas redistribuam as responsabilidades do cuidado de forma justa, garantindo condições materiais e institucionais para uma vida digna às mulheres que historicamente sustentam esse trabalho invisível e desvalorizado.

A análise desenvolvida até aqui evidencia que o cuidado, embora indispensável à manutenção da vida, permanece marginalizado, oscilando entre a invisibilidade e a apropriação difusa. Ao ser naturalizado como expressão de amor ou vocação feminina, o cuidado foi separado das esferas de produção e valor (Silvia Federici, 2017; 2019), tornando-se um campo de exploração permanente. Essa naturalização, alicerçada nas

---

<sup>58</sup> O Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025) entrou em vigor em julho de 2025, com sua publicação. No entanto, em relação ao orçamento, contará com o investimento de R\$25 bilhões até 2027 e, só foi implementado em 15 de dezembro de 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/governo-do-brasil-lanca-plano-nacional-de-cuidados-com-investimento-de-r-25-bilhoes-ate-2027>

estruturas patriarcais, capitalistas e racistas, consolidou o trabalho reprodutivo como pilar silencioso da economia, sustentando a acumulação de capital às custas da expropriação do tempo, do corpo e da subjetividade das mulheres (Nancy Fraser, 2024; Silvia Federici 2017; 2019; 2021).

Essa dinâmica não se distribui de maneira uniforme entre as mulheres. Pelo contrário, ela é atravessada por hierarquias raciais, de classe e de território que organizam socialmente quem cuida e quem é cuidado (Márcia Tokita, 2013; Walkyria Guimarães, 2024). A divisão sexual do trabalho encontra, na colonização das Américas, sua extensão racial: os corpos negros e indígenas foram historicamente designados à função de servir, limpar, nutrir e garantir a sobrevivência de outros corpos considerados ‘superiores’ (Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021; Lélia Gonzalez, 2020). Nesse sentido, o cuidado, antes analisado como uma categoria econômica e política, revela sua dimensão colonial e necropolítica (Mbembe, 2018), pois sua racialização estrutura as formas de exploração e exclusão que persistem até hoje.

Assim, compreender o cuidado nas sociedades contemporâneas exige uma análise de suas raízes coloniais e da forma como o racismo e o patriarcado se articularam para determinar quem merece viver e quem é considerado descartável. O capítulo seguinte, portanto, propõe racializar o cuidado, traçando sua gênese no legado das amas de leite e das mulheres negras escravizadas, figuras fundadoras do trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil. A partir dessa genealogia, será possível compreender como a divisão racial e sexual do cuidado se manifesta nas formas contemporâneas de trabalho doméstico e de cuidado precarizado, e como as epistemologias contracoloniais oferecem caminhos de resistência e reconstrução coletiva.

## **2 RACIALIZANDO O TRABALHO DE CUIDADO: INTERSECÇÕES CONTRACOLONIAIS**

*O Brasil escravista aboliu a escravidão formal, embora nunca tenha abolido a desigualdade herdada do escravismo.*

(Mario Theodoro, 2022, p. 77)

Neste capítulo, pretende-se aprofundar a compreensão do cuidado a partir de uma perspectiva interseccional e contracolonial, deslocando sua análise de um registro exclusivamente funcional ou econômico para um campo em que raça, gênero, classe, território, colonialidade<sup>59</sup> e poder se articulam historicamente e materialmente. Parte-se do reconhecimento de que o cuidado, embora constitua dimensão central do trabalho reprodutivo não remunerado, não se confunde integralmente com ele, assumindo configurações específicas conforme os contextos sociais, raciais e territoriais em que é produzido e apropriado. No caso brasileiro, essas configurações estão profundamente marcadas pelo legado colonial e escravista, que racializou a distribuição e naturalizou sua atribuição às mulheres negras.

O intuito, nesta seção, é situar historicamente os processos que produziram essa distribuição desigual do cuidado evidenciando como a sua gratuidade foi socialmente construída e direcionada a determinados corpos. Longe de ser resultado do acaso ou de uma simples separação abstrata entre esferas produtiva e reprodutiva, a responsabilização desproporcional das mulheres negras pelo cuidado emerge como efeito de um processo histórico de racialização desse trabalho, articulado ao patriarcado e ao capitalismo, no contexto colonial e pós-abolição. Assim, o capítulo busca explicitar as condições estruturais e materiais que produziram essa assimetria, sem perder de vista seus limites analíticos e empíricos. O capítulo não pretende esgotar esse percurso, mas explicitar alguns de seus fundamentos estruturais, reconhecendo seus limites analíticos e empíricos.

Para isso, examina-se em um primeiro momento, a gênese da racialização do cuidado no Brasil, a partir do legado colonial-escravista, com destaque para as figuras da “ama de leite” e “mãe preta” como dispositivos históricos de naturalização do cuidado não remunerado exercido por mulheres negras. Em seguida, discute-se a necropolítica do cuidado compreendida como a produção seletiva de risco, exaustão e desproteção dirigida a esses corpos na contemporaneidade. Por fim, o capítulo mobiliza epistemologias contracoloniais, o feminismo negro e perspectivas comunitárias para criticar a universalização das categorias de gênero e evidenciar como a colonialidade continua a estruturar as formas de apropriação, invisibilização e desvalorização do cuidado.

---

<sup>59</sup> “‘Colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (María Lugones, 2020, p. 57).

## 2.1 A Gênese da Racialização do Cuidado: Do Legado Colonial à Necropolítica

*A gente combinamos de não morrer. Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. (...) Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas.*

(Conceição Evaristo, 2016, p. 108-109)

O ponto de partida é a invasão do território Pindorama<sup>60</sup>, pois esse foi o nome dado pelos habitantes originais dessa terra<sup>61</sup> (Santos, 2015; Krenak, 2015; ), como observa Nascimento (2016, p. 57), “a imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão”.

A divisão sexual e racial do trabalho é um retrato direto do colonialismo europeu nas Américas. Mulheres negras e indígenas<sup>62</sup> foram designadas à esfera reprodutiva e ao cuidado, em condições de exploração e violência, sustentando não apenas a reprodução da vida cotidiana, mas a acumulação capitalista do invasor (Angela Davis, 2016; Heleieth Saffioti, 2013; 2015).

A naturalização dessa divisão consolidou a dupla exploração, atravessada pelo racismo estrutural (Lélia Gonzalez, 2020; Grada Kilomba, 2019; Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021) e pelas marcas de uma desumanização persistente. Sobre essa vulnerabilidade, “sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco” (Nascimento, 2016, p. 73-74).

A chegada de grupos escravizados da África ao território acarretou consequências específicas para as mulheres, que foram transformadas em objetos sexuais e reprodutores de mão de obra (Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021; Lélia Gonzalez, 2020). Forçadas

---

<sup>60</sup> “O estranho é que mesmo pensando ter chegado às Índias, logo denominaram essa terra de Monte Pascoal. Ao perceber que não era um monte, chamaram-na Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e, por último Brasil. Mais estranho ainda, é que os povos aqui encontrados, como por exemplo, os povos da língua Tupi, que chamavam essa terra de Pindorama (terra das Palmeiras), continuam sendo chamados de índios” (Santos, 2015, p. 27).

<sup>61</sup> “(...) batizado com o nome de uma mercadoria uma árvore que, por ter sido implacavelmente explorada, está ameaçada de extinção” (Krenak, 2015, p. 11).

<sup>62</sup> “No plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tidas como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer” (Santos, 2015, p. 37-38).

a cuidar dos filhos das elites brancas na condição de amas de leite, cozinheiras e lavadeiras, eram sistematicamente impedidas de exercer o cuidado com seus próprios filhos (Beatriz Nascimento, 2021).

A formalidade da abolição não alterou essa lógica; ao contrário, as opressões de gênero, raça e classe que sustentam as relações de poder se sofisticaram.<sup>63</sup> Na contemporaneidade, a precarização e a informalidade guardam semelhanças profundas com o passado, mantendo as mulheres negras no trabalho doméstico e de cuidado, muitas vezes sob o disfarce de uma suposta “incapacidade congênita da raça (...), mas fato de que, desde muito cedo, têm que ‘ir à luta’ para ajudar na sobrevivência da própria família” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 100).

Na América Latina e no Caribe, esse processo resultou na imposição de uma perspectiva eurocêntrica e androcêntrica que persiste ainda hoje. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 135), “(...), o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõem a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negro-africana. (...) por isso a Razão é branca, enquanto Emoção é negra” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 135). Essa construção reforça a hegemonia de homens brancos nas esferas econômica, política e social,<sup>64</sup> em detrimento das mulheres negras.

A partir da noção de matriz de dominação de Patricia Collins (2019),<sup>65</sup> compreende-se como raça, gênero, classe e território interagem para estruturar desigualdades. Assim, demonstra-se que a “vocalização feminina” para o cuidado foi, na verdade, imposta pela violência colonial e patriarcal (Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021; Lélia Gonzalez, 2020).

Maria Guerra e Simone Wajzman (2017) afirmam que o trabalho doméstico remunerado no país “é e sempre foi uma ocupação feminina e negra (...) começou nos tempos da escravidão e suas mucamas; sofreu influências da cultura patriarcal de desvalorização do trabalho reprodutivo; sobreviveu à modernização do país, em função do modelo concentrador de renda; e funciona, até hoje” (p. 3).

---

<sup>63</sup> “Por isso mesmo, a alegação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter os negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas. Graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores do ocidente branco são os únicos e verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilização” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 131).

<sup>64</sup> A especificidade histórico-cultural europeia é branca e masculina, estabelecendo-se como um padrão de referência universal e superior do humano (Lélia Gonzalez, 2020).

<sup>65</sup> A noção de matriz de dominação, refere-se à organização geral das relações hierárquicas de poder em uma dada sociedade. Trata-se de conceito fundamental para entender como as opressões interseccionais são organizadas na sociedade, ou seja, como se originam, se inserem e se desenvolvem (Patricia Collins, 2019).

Cynthia Engel e Bruna Pereira (2015) afirmam que “gênero e raça fazem parte de uma lógica complementar de manutenção da divisão sexual do trabalho e constroem hierarquias próprias de atribuições de funções e papéis de reprodução social” (p. 5). Na contemporaneidade, essa exclusão avança sobre o território, que reproduz a precarização (Walkyria Guimarães, 2024; Márcia Tokita, 2013). Como exposto no capítulo anterior, o trabalho reprodutivo não remunerado é vital para o capitalismo<sup>66</sup>, pois transfere custos às mulheres. No Brasil, contudo, essa transferência exige o reconhecimento de uma apropriação originária e racializada do corpo da mulher negra, iniciada no projeto colonial e mantida pela estrutura racista atual (Nascimento, 2016; Lélia Gonzalez, 2020).

A expropriação da vida refere-se à desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo e afetivo, essencial para a sociedade, mas não reconhecido como produtivo. Essa ausência de reconhecimento gerou uma acumulação primitiva de capital (Silvia Federici, 2017) para a elite, enquanto desumanizava populações negras e indígenas (Nancy Fraser, 2024). O elo entre a lógica colonial e a exploração do cuidado revela a genealogia da Necropolítica (Mbembe, 2018), aqui atribuída para compreender regimes de poder nos quais a vida de determinados grupos é sistematicamente desvalorizada, tornando-se mais exposta à exploração, à exaustão e ao abandono estatal. Essa desvalorização persistente estabeleceu a vida de mulheres negras como menos valiosa e, portanto, passível de exploração e abandono pelo Estado (Walkyria Guimarães, 2024).

A apropriação do cuidado no Brasil não pode ser explicada apenas pela separação entre as esferas de produção e reprodução (Silvia Federici, 2017, 2019), mas exige o reconhecimento de uma apropriação originária e racializada do corpo da mulher negra, que teve início no projeto colonial e se mantém pela estrutura racista pós-abolição (Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021<sup>67</sup>; Lélia Gonzalez, 2020).

---

<sup>66</sup> “A dominação colonial na África resultou da expansão de dois imperialismos: o do mercado, que se apropriou da terra, dos recursos e dos homens; o da história, que se apossou de um espaço conceitual novo: o homem não histórico, sem referências nos documentos escritos. A expropriação das terras e dos recursos, a exploração econômica, a mobilização e o inventário da força de trabalho, tudo isso deveria ser legitimado pelas potências coloniais” (Munanga, 2025, p. 24-25).

<sup>67</sup> “A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz a mulher negra. Seu papel como trabalhadora não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos (...). Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que a essas sobrevivências ou esses resíduos do escravagismo se supõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (Beatriz Nascimento, 2021, p. 58).

Assim, a sobrecarga da mulher negra na periferia não é conjuntural, mas um traço estrutural. A violência histórica da “ama de leite” é atualizada pela gestão racializada da vida e da morte promovida pela ausência estatal. Este quadro demarca a necessidade de buscar, por meio das epistemologias contracoloniais, caminhos para a (re)existência e resistência, foco da próxima seção.

### 2.1.1 A “ama de leite” e a “mãe preta” como gênese do trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil

*Enquanto o capital se alimenta da riqueza de populações racializadas, ele também é um devorador de cuidados. Esse aspecto de sua natureza canibal se manifesta hoje na pobreza de tempo e exaustão social generalizada.*

(Nancy Fraser, 2024, p. 89)

Este tópico tem por objetivo reconstruir a genealogia racial do cuidado no Brasil, evidenciando como a figura da “ama de leite” e da “mãe preta” organiza, histórica e simbolicamente, a atribuição do cuidado às mulheres negras. Trata-se também de uma chave de ancestralidade: como aponta Nilma Lino Gomes (2023), a cultura negra possibilita a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade<sup>68</sup>, marcada por processos de africanidade e recriação cultural.

O ponto de origem do cuidado racializado no Brasil está inscrito na história da escravidão e nas formas coloniais de exploração dos corpos das mulheres negras. As “amas de leite”<sup>69</sup> - mulheres escravizadas encarregadas de amamentar e criar crianças brancas; constituíram uma das expressões mais brutais da apropriação do cuidado (Rafaela Vaz; Flávia Carvalhaes, 2022)<sup>70</sup>. O aleitamento do filho da casa-grande era viabilizado pela ruptura do

<sup>68</sup> A importância subjetiva desta genealogia atravessa gerações e se manifesta em trajetórias pessoais, como a da própria pesquisadora, cujas memórias de infância registram a vivência de uma “mãe de leite”, que, em um gesto de solidariedade ancestral e comunitária, compartilhou a amamentação junto com sua mãe biológica, cuidando e nutrindo diversas crianças do entorno. Segundo Lélia Gonzalez “(...) a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (2020, p. 78).

<sup>69</sup> “Ama de leite” refere-se especificamente a mulheres negras escravizadas ou libertas que foram forçadas a amamentar crianças brancas, muitas vezes às custas de amamentar seus próprios filhos (Silva, 2016). Essas mulheres foram transformadas em mercadorias, com seus corpos e leite se tornando um serviço a ser comprado e vendido (Bárbara Martins, 2012).

<sup>70</sup> (...) Precisamente a partir do século XVIII, pois é deste período que a elite brasileira se constrói, de modo mais intenso, com bases e influências da cultura europeia, incorporando certo modo europeu de existência, o que

vínculo com seus próprios filhos, em uma economia afetiva produzida sob violência (Lília Schwarcz, 2016). A prática não apenas explorava trabalho e corpo, mas transformava leite, tempo e afeto em recursos apropriáveis.

Essa engrenagem se sustentava porque a colonização instituiu um regime de poder que hierarquizou corpos e territórios em força de trabalho e mercadoria (Fanon, 2022; Lélia Gonzalez, 2020; Beatriz Nascimento, 2021; bell hooks, 2019). Como defende Beatriz Nascimento (2021), a mulher negra escravizada ocupava posição singular: trabalhadora nos serviços domésticos e no campo e, simultaneamente, reprodutora de nova mão de obra para o mercado interno. A exploração, portanto, era dupla: produtiva e reprodutiva, atravessada pela violência sexual e pela negação sistemática da maternidade (Angela Davis, 2016; Lélia Gonzalez, 2020; Nascimento, 2016).

É nesse quadro que emerge a figura da “ama de leite” e da “mãe preta”<sup>71</sup> frequentemente romantizada como ícone de abnegação, mas fundada em uma relação assimétrica de expropriação do cuidado<sup>72</sup>. Lélia Gonzalez (2020) mostra como, na cultura brasileira, a função materna da casa-grande foi deslocada para a mulher negra, que nutre e educa, enquanto a mulher branca é situada sobretudo como reprodutora legítima. (Lélia Gonzalez, 2020). Essa operação simbólica tem efeitos duradouros: transforma violência em “vocaçãõ”, exploração em “amor”, e consolida a naturalização social do cuidado como destino racial.

Ao mesmo tempo, e aqui está o ponto decisivo para a ancestralidade - a transmissão de língua, valores, afetos e referências culturais sob coação não elimina a agência histórica dessas mulheres (Lélia Gonzalez, 2020). Pelo contrário, permite compreender o cuidado

---

implicou em um número mais expressivo da população escravizada, também por conta da economia mineradora (Lília Schwarcz, 2018). Assim, as amas de leite, que já eram presentes na Europa desde o século XIII (Carneiro, 2006), são reconfiguradas para a realidade brasileira, se tornando figuras presentes no trabalho doméstico e nos cuidados das crianças de famílias mais abastadas economicamente. Destaca-se que essas mulheres ocupam este cenário em uma condição subalterna e escravizadas, sendo circunscritas como propriedade dos senhores de engenho (Rafaela Vaz; Flávia Carvalhaes, 2022).

<sup>71</sup> “*Mãe preta*” é um símbolo cultural mais amplo que representa o papel maternal da mulher negra na sociedade brasileira, incorporando tanto a cuidadora nutridora quanto o complexo trauma histórico da escravidão (Lélia Gonzalez, 2020; Bárbara Martins, 2012). Embora diversas amas de leite tenham sido incorporadas a essa representação simbólica, a expressão “mãe preta” transcende o ato físico da amamentação, abrangendo um arquétipo cultural e emocional de maior complexidade e de resistência negra. Embora relacionadas, “ama de leite” e “mãe preta” não são exatamente a mesma coisa, mas estejam profundamente interligadas no contexto histórico brasileiro.

<sup>72</sup> “A existência das mães pretas revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas as consequências inevitáveis foram a negação da maternidade escrava e a mortalidade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhôs implicava o abandono e a morte dos moleques. Desta forma, ao incorporar a negra ao ciclo reprodutivo da família branca, a escravidão reafirmava a impossibilidade para os escravos de constituírem seu próprio espaço reprodutivo” (Giacomini, 1988, p. 80 *apud* Silva, 2016, p. 302).

também como lugar de disputa: mesmo capturado pelo regime colonial, ele pode produzir memória, repertórios culturais e modos de ser que escapam à total captura. Por isso, a “mãe preta” é uma figura ambígua: marca de dominação e, simultaneamente, registro de permanências culturais negras na formação social brasileira<sup>73</sup> (Lélia Gonzalez, 2020; Nilma Gomes, 2023).

No pós-abolição, a violência não desaparece; ela se reorganiza. O trabalho doméstico e de cuidado permanece socialmente associado às mulheres negras, agora sob arranjos formais e informais de baixa remuneração e alta precariedade, preservando continuidades históricas na distribuição racial do cuidado. Transferidas das senzalas para as cozinhas, ‘quartinhos’ e lavanderias de famílias brancas urbanas, mudou também seu nome - são as babás, empregadas domésticas, diaristas e cuidadoras (Lélia Gonzalez, 2020; Nascimento, 2016; Teresa Marques, 2020; Lilia Schwarcz, 2016). Ou seja, reconfigurou-se em novas formas de servidão, legitimadas pela desigualdade social.

Segundo Françoise Vergès (2020), esse trabalho invisibilizado sustenta a estrutura do mundo capitalista e o estilo de vida considerado saudável e civilizado do homem branco patriarcal e de sua mulher branca. Assim, as mulheres negras são fundamentais para o funcionamento da sociedade heteropatriarcal, capitalista e neoliberal, cuja continuidade depende diretamente de seu trabalho doméstico e de cuidado.

(...) em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. (...) Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compra nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas (Françoise Vergès, 2020, p. 19).

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2024, com base na PNAD Contínua, indicam que o Brasil registra cerca de 5,5 milhões de trabalhadoras domésticas; aproximadamente 69% são mulheres negras e a informalidade permanece majoritária, atingindo 76,4%. Esses números não são contingentes: expressam o efeito histórico de longa duração da racialização do cuidado.

---

<sup>73</sup> “Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da *língua materna* e uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai” (Gonzalez, 2020, p. 88).

**Quadro 1 – Perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil (DIEESE, 2024)**

Indicador	Dados Gerais (Domésticas)	Recorte Racial / Observações
Total de Ocupadas	5,9 milhões (91.9% mulheres)	A categoria é majoritariamente feminina.
Perfil Racial	69% Negras	31% Não Negras. A maioria expressiva é de mulheres negras.
Rendimento Médio	R\$1.225,00	Mulheres ocupadas em geral recebem R\$ 2.783,00 (gap de 56%).
Renda por Raça	Negras: R\$ 1.156,00	Não Negras: R\$ 1.576,00. A mulher negra recebe ainda menos.
Formalização	76,4% Sem Carteira Assinada	Apenas 34,3% contribuem para a previdência.
Chefia de Família	55,4% são Chefes de Família	Índice maior que a média das mulheres em geral (46,1%).
Escolaridade	61% sem educação básica completa	Baixa escolaridade reflete o ciclo de exclusão.
Situação de Pobreza	26% em situação de pobreza	Sendo 7% em situação extremamente pobre.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em DIEESE (2025, p. 1).

Essa desvalorização econômica é acompanhada por uma desqualificação simbólica, em que o cuidado é visto como uma extensão natural do papel feminino negro, e não como uma ocupação que exige técnica e tempo. Assim, a “ama de leite” permanece como símbolo de uma apropriação biopolítica do corpo negro (Mbembe, 2018), combustível para a reprodução social capitalista (Nancy Fraser, 2024).

A genealogia do cuidado nasce, portanto, da ferida de quem alimenta o corpo alheio enquanto vê a sua própria maternidade ser inviabilizada ou cerceada. Essa “inversão do afeto” é o gesto fundador da racialização do trabalho reprodutivo<sup>74</sup> no Brasil. O cuidado, em nossa história, não é apenas uma prática econômica, mas uma tecnologia de poder que distribui desigualmente o direito ao tempo e à vida.

Silvia Federici (2017) aponta que o capitalismo moderno foi edificado sobre a expropriação do corpo das mulheres, convertendo a maternidade em dever moral e a sexualidade em ferramenta de controle social. No contexto brasileiro, essa expropriação adquire nuances coloniais e raciais: o corpo da mulher negra não só produz, mas também nutre e sustenta a vida de outros, enquanto a sua própria humanidade lhe é negada. Ou seja,

<sup>74</sup> “A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante, o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra ‘um destino histórico’. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da escravocracia” (Beatriz Nascimento. 2021, p. 233).

um sistema ‘canibal’ (Nancy Fraser, 2024), que se alimenta das mulheres, transformando-as em combustível para a reprodução social (Nancy Fraser, 2024).

Assim, a ama de leite e a “mãe preta” não operam aqui como “episódio” ilustrativo, mas como matriz histórico-simbólica: a genealogia do cuidado brasileiro nasce atravessada pela expropriação do corpo feminino negro e pela produção cultural negra sob violência. É nessa ambivalência - cuidado como exploração e como memória/ancestralidade - que prepara a passagem para a próxima subseção, na qual se examina como a gestão contemporânea do risco, do exaurimento e do abandono atualiza essa história em chave necropolítica.

### 2.1.2 Necropolítica do Cuidado: A Produção Seletiva do Risco e do Isolamento

*O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual”.*

(Florestan Fernandes, 1972, p. 15)

Se o legado colonial explica a gênese da apropriação do cuidado no Brasil, a noção de necropolítica, tal como formulada por Mbembe (2018) permite compreender sua continuidade, atualização e agravamento na contemporaneidade. O Estado, através de suas instituições operam regimes de gestão da vida e da morte que distribuem proteção, precariedade e risco de forma desigual e de modo persistentemente racializado.

Passado e presente ainda estão conectados para a população negra, evidenciando que a estrutura colonial não desapareceu, ela apenas se reorganizou (Nascimento, 2016; Beatriz Nascimento, 2021). Assim, “se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (Beatriz Nascimento, 2021, p. 58).

Essa permanência não decorre do acaso, mas de uma gestão ideológica que define quais vidas merecem proteção e quais serão deixadas à própria sorte. A matriz dessa violência reside na distinção fundante do projeto colonial (Fanon, 2020; 2022<sup>75</sup>): a separação binária entre a “zona do ser<sup>76</sup>”, habitada pelo colonizador, e a “zona do não-ser”, destinada ao

<sup>75</sup> “O mundo colonizado é um mundo dividido em dois” (Fanon, 2022, p. 34 ).

<sup>76</sup> “Por mais que me exponha aos recentimentos de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Existe uma zona do não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, onde pode brotar uma aparição autêntica. Na maior parte dos casos, o negro não goza da regalia de empreender essa descida ao verdadeiro inferno” (Fanon, 2020, p. 22 ).

colonizado. O racismo, longe de ser um resíduo histórico, constitui o alicerce do capitalismo moderno (Balibar; Wallerstein, 2021), permitindo a exploração ilimitada dos corpos negros em sua dimensão reprodutiva<sup>77</sup> e afetiva.

No Brasil, essa lógica materializa-se na escassez de infraestrutura social nas periferias. A falta de creches<sup>78</sup>, escolas em tempo integral e saúde preventiva que amplia o custo da reprodução social sobre as mulheres negras. Segundo Mbembe (2018), a necropolítica manifesta-se na capacidade soberana de decidir quem merece viver e quem pode ser deixado morrer; ou “deixado para morrer”. No contexto nacional, isso se expressa no abandono sistemático das mulheres que sustentam a vida de famílias abastadas enquanto seus próprios filhos permanecem vulneráveis ao risco, nas estatísticas de mortalidade, nos altos índices de violência doméstica, na informalidade e pobreza, que recaem desproporcionalmente sobre esse grupo<sup>79</sup>.

O Direito e o Estado operam, assim, uma seletividade do cuidado. O caso do menino Miguel<sup>80</sup> ilustra brutalmente como a gestão da vida de uns articula-se com a produção da morte de outros. A ideia de que o cuidado é um bem universal encontra um limite concreto no abandono vivido por populações empobrecidas (Walkyria Guimarães, 2024). Se o cuidado é

---

<sup>77</sup> “Se o capitalismo como sistema gera o racismo, ele precisa também gerar o sexismo? Sim, pois, na realidade, os dois estão estreitamente ligados. A etnicização da força de trabalho existe de modo a permitir salários muito baixos para segmentos inteiros da mão de obra. (...) O sexismo não é apenas a imposição de papéis profissionais diferentes, ou até menos apreciados, para as mulheres, da mesma maneira que o racismo não é xenofobia. Assim como o racismo pressupõe manter as pessoas em um sistema de trabalho, não as expulsar dele, o sexismo tem o mesmo propósito” (Balibar e Wallerstein, 2021, p. 71).

<sup>78</sup> J- PAL, 2023.

<sup>79</sup> A necropolítica impacta a população negra de diversas formas. Nas escolas periféricas, onde a maioria dos estudantes são negros, observa-se a falta de recursos, infraestrutura precária e baixa qualidade de ensino. No mercado de trabalho, a discriminação racial é uma barreira, resultando em salários mais baixos e dificuldades de inserção, mesmo para profissionais com igual qualificação e experiência.

Na área da saúde, a população negra enfrenta menor acesso a serviços de qualidade, sofrendo com doenças que poderiam ser prevenidas ou tratadas. Mulheres negras, em particular, chegam a ser submetidas a procedimentos cirúrgicos com pouca ou nenhuma anestesia. No que tange à segurança pública, a violência policial e o encarceramento em massa afetam desproporcionalmente jovens negros. Este cenário é reflexo de um ciclo histórico de exclusão que restringe o acesso da população negra a melhores condições de educação, moradia e emprego (Carla Akotirene, 2022; Cida Bento, 2022; Sueli Carneiro, 2011).

Sobre dados de violência ver mais em: IPEA/FBSP, 2025.

<sup>80</sup> A morte de Miguel, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata, enquanto esta cuidava dos animais de estimação de sua empregadora, materializa o que Mbembe (2018) conceitua como a gestão diferencial da vida e da morte. Na necropolítica brasileira, a maternidade negra é convertida em uma experiência de luto e violência institucionalizada, onde o sacrifício de certas vidas é a condição para a manutenção do conforto de outrem. O caso evidencia que Miguel não foi vítima apenas de uma negligência individual, mas de um sistema estruturado na desumanização de corpos negros e periféricos, no qual o direito ao cuidado é um privilégio de classe e raça. A impunidade que cerca figuras como Sarí Corte Real reafirma a vigência de um contrato social que normaliza a exploração de mulheres negras e ignora a proteção de seus filhos. Esta tragédia expõe que o cuidado, quando racializado, não apenas sustenta a vida, mas demarca, de forma violenta, quais corpos são passíveis de descarte. A permanência dessa estrutura nos obriga a indagar: quantos outros ‘Miguéis’ são sacrificados cotidianamente sob o silêncio do Estado? (Ferreira, 2025).

essencial à sustentação da vida (Arlie Hochschild, 2000), sua negação seletiva opera como um dispositivo de morte social. O capitalismo moderno reorganizou a hierarquia racial herdada do colonialismo<sup>81</sup>, distribuindo a morte, a precariedade e o risco de forma desigual (Balibar; Wallerstein, 2021; Fanon, 2022; Mbembe, 2018).

Considerando essas estruturas patriarcais e racistas, Patrícia Hill Collins (2019) explora o conceito de “imagem de controle”, destacando-o como um enquadramento rotular que, especialmente em relação às mulheres negras, constitui um conjunto de estereótipos atribuídos como indicadores de uma posição social específica no imaginário coletivo. Essa configuração resulta em pressupostos que legitimam e reforçam o lugar social destinado às mulheres negras. De maneira complementar, Audre Lorde (2025) enfatiza a necessidade de refletir não apenas sobre as dinâmicas que desumanizam e colocam a mulher negra como uma figura marginalizada em uma sociedade estruturalmente racista, mas também sobre os processos internos que ocorrem em cada indivíduo diante da opressão persistente.

Esse processo é reforçado por imaginários sociais que naturalizam a figura da mulher negra como forte, resiliente e capaz de suportar qualquer adversidade (Bárbara Pinheiro, 2023). Essa expectativa moral contribui para a desresponsabilização estatal e para a legitimação de políticas públicas fragmentadas, baseadas na transferência privada dos custos da reprodução social.

Sob essa lógica, o cuidado não é apenas invisibilizado: ele é convertido em instrumento de exposição sistemática ao risco. A necropolítica do cuidado, portanto, não deriva de falhas pontuais, mas de escolhas políticas estruturais que definem quais grupos terão seus direitos materializados e quais permanecerão em situação de vulnerabilidade permanente.

Compreender essa dinâmica exige a adoção de referenciais capazes de articular raça, gênero, classe e território como eixos simultâneos de dominação (Carla Akotirene, 2022). É nesse ponto que a interseccionalidade e as epistemologias contracoloniais se tornam fundamentais, abrindo caminho para a análise desenvolvida no próximo tópico.

---

<sup>81</sup> “O modo como induzimos as mulheres - assim como jovens e idosos - a trabalhar para criar um mais-valor para os proprietários do capital, que nem sequer lhes pagam um pouquinho, é proclamando que seu trabalho, de fato, não é trabalho. Inventamos a ‘dona de casa’ e afirmamos que ela não está ‘trabalhando’, está meramente ‘mantendo a casa’. Assim, os governos calculam a porcentagem da força de trabalho ativa, a empregada, as ‘donas de casa’ não entram no numerador nem no denominador do cálculo. E, com o sexismo, automaticamente tem-se o etarismo. Da mesma maneira que supomos que o trabalho da dona de casa não esteja criando mais-valor, imaginamos que as múltiplas contribuições dos jovens e dos idosos não assalariados também não o façam” (Balibar e Wallerstein, 2021, p. 72).

## 2.2 Epistemologias Contracoloniais: A Interseccionalidade como Chave de Leitura

*É preciso contracolonizar a estrutura organizativa.*

(Nêgo Bispo, 2023, p. 74)

A necropolítica do cuidado evidencia que a distribuição do risco, da precariedade e da morte social não é fortuita, mas estruturalmente dirigida a corpos específicos, majoritariamente de mulheres negras. Essa constatação invalida qualquer análise do cuidado baseada na categoria universal de “mulher”, ao revelar os limites de abordagens que desconsideram a articulação entre raça, gênero, classe e território (Carla Akotirene, 2022). A ausência estatal e o isolamento impostos a essas mulheres não constituem falhas pontuais, mas expressões de um projeto histórico que administra a vida de forma seletiva, definindo quais existências merecem proteção e quais permanecem expostas à precariedade.

Carla Akotirene (2019) entende a interseccionalidade<sup>82</sup> como uma poderosa ‘oferenda analítica’<sup>83</sup>, de caráter ancestral e anticolonial, que surge das vivências das mulheres negras. Essa concepção busca refletir sobre a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e o patriarcado cisheteronormativo (Carla Akotirene, 2022). No tecido brasileiro, a autora propõe “amefricanizar<sup>84</sup>” a análise, tomando como base a perspectiva da encruzilhada<sup>85</sup> (Thamires Ribeiro, 2023; Rufino, 2019), definida como o espaço multideterminado pelos trânsitos de raça, classe, gênero, sexualidade e pelas sobreposições de marcadores identitários. Ela destaca especialmente que as mulheres negras são frequentemente as mais atingidas, uma vez que se encontram mais expostas às interseções e interações estruturais que resultam dessas diferenças (Carla Akotirene, 2019; Thamires Ribeiro, 2023).

A violência analisada nos tópicos anteriores não se restringe ao plano material, mas opera também no plano epistêmico (Sueli Carneiro, 2023). O mesmo projeto

<sup>82</sup> Lélia Gonzalez foi precursora ao abordar a intersecção entre raça, gênero e classe no Brasil ainda nos anos 70 (Carla Akotirene, 2022), mas o termo em si, foi denominado por Kimberlé Crenshaw. Sobre o conceito ver em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>.

<sup>83</sup> Exu, voz ancestral da cultura yorubá, movimentada as avenidas e alimenta-se na encruzilhada, razão dele próprio preferir a oferenda analítica interseccionalidade, essa demonstração cruzada preparada durante as dinâmicas das mulheres negras e na ética de cuidado com os outros acidentados, também, no trânsito das avenidas e seus respectivos eixos de subordinação sexual, de classe, território, etc. (...) Encruzilhada é lugar de decisão (Carla Akotirene, 2019, n.p.).

<sup>84</sup> Ver Lélia Gonzalez, 2020, p.127-138.

<sup>85</sup> “(...) a noção de encruzilhada é um ponto nodal que encontra no sistema filosófico-religioso uma de origem iorubá complexa formulação. Lugar de interseções, ali reina o senhor das encruzilhadas, portas e fronteiras, Exu” (Leda Martins, 1997, p. 26).

“Exu, como dono da encruzilhada, é o primado ético que diz acerca de tudo que existe e pode vir a ser” (Rufino, 2019, p. 5).

moderno-colonial que hierarquizou corpos e territórios, separando a “zona do ser” da “zona do não-ser” (Fanon, 2020; 2022), produziu igualmente uma hierarquia de saberes<sup>86</sup> (Quijano, 2009; Mignolo, 2008; Sueli Carneiro, 2023). Esse processo negou às populações negras, indígenas e periféricas o direito de nomear o mundo a partir de suas próprias experiências, consolidando o epistemicídio como tecnologia de dominação.

A colonialidade<sup>87</sup> do saber e do poder (Quijano, 2005; 2008; Mignolo, 2008; María Lugones, 2020) cindiu através do epistemicídio<sup>88</sup> (Sueli Carneiro, 2023) as histórias e ciências em mitos e lendas, as filosofias, epistemologias e ontologias em cosmologia, cosmovisão e conhecimentos tradicionais. Essa estrutura legitimou a destruição sistemática dos modos de conhecer, organizar a vida e produzir sentido dos povos afropindorâmicos<sup>89</sup> (Santos, 2023), atacando suas bases espirituais, estéticas, sociais e identitárias (Sueli Carneiro, 2023; Santos, 2015). O processo de escravização operou, assim, uma tentativa permanente de fragmentação das identidades individuais e coletivas, associando esses sujeitos à inferioridade moral, intelectual, estética e cultural (Sueli Carneiro, 2023; Santos, 2015).

O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afropindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo curo monoteísta. No plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas.

---

<sup>86</sup> A colonialidade não se limita à dominação política ou territorial, ela se converte em colonialidade do saber, isto é, um processo de supressão, hierarquização e deslegitimação de saberes produzidos fora da matriz eurocêntrica. Nesse sentido, a ciência moderna europeia se constituiu como epistemologia hegemônica ao declarar-se universal e neutra, ao passo que reduziu os conhecimentos dos povos colonizados à condição de mitos, lendas e folclore (Bárbara Pinheiro, 2023).

<sup>87</sup> Segundo Quijano (2005), a colonialidade deriva do colonialismo, pois está relacionada à dominação no âmbito da identidade, valores, costumes, conhecimento e na intersubjetividade de um povo. Colonialismo e colonialidade estão profundamente conectados, sendo a colonialidade resultante e, ao mesmo tempo, autônoma em relação ao colonialismo. Isso significa que, mesmo após o processo de descolonização, a colonialidade persiste de forma enraizada e duradoura nas estruturas subjetivas, no imaginário coletivo, nas maneiras de “ser” e “fazer”, no senso comum, na cultura e na epistemologia das sociedades que foram colonizadas.

<sup>88</sup> Conceito que descreve a concentração histórica da ciência em um único paradigma. Isso resulta na deslegitimação sistemática de outros saberes, especialmente os de grupos marginalizados, sendo visto como genocídio simbólico e instrumento de opressão que nega a validade de epistemologias alternativas e compromete o reconhecimento desses grupos como sujeitos de direito. No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2023) aprofunda o conceito, aplicando-o ao racismo estrutural e demonstrando que a desvalorização dos saberes de populações oprimidas está ligada à negação de sua condição de sujeitos. Ver também: “O Perigo de uma História Única” de Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

<sup>89</sup> O termo afropindorâmicos é utilizado por Nêgo Bispo (2015) para designar os povos afrodescendentes nascidos e formados no território brasileiro. Ou seja, é a confluência entre os africanos e pindorâmicos.

No entanto, na perspectiva da resistência cultural, essas identidades vêm sendo ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes (Santos, 2015, p. 37-38).

Apesar desse projeto de apagamento, as identidades negras vêm sendo continuamente ressignificadas (Santos, 2015). Nesse contexto, emergem as epistemologias do Sul e, de modo mais radical, as epistemologias contracoloniais<sup>90</sup>, que não se limitam à denúncia da dominação, mas afirmam a produção autônoma de conhecimento vinculada à vida, à ancestralidade e ao território (Santos, 2023). Ao rejeitar os prefixos “des” ou “de” em colonização, o pensamento contracolonial<sup>91</sup> afirma a necessidade de romper com a lógica colonial, e não apenas reformá-la (Santos, 2015; 2023).

Desse modo, a contracolônização é o antídoto para esse caos, “precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa” (Santos, 2023, p. 13). A partir da construção de epistemologias contracoloniais, reconhecemos que os modos hegemônicos de produção de conhecimento foram moldados por estruturas racistas, patriarcais e eurocentradas e que a partir dessa aprendizagem, começamos a questionar e se levantar sobre a reprodução de desigualdades e violências.

Essa perspectiva aproxima-se das elaborações de Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021), que, a partir da experiência das mulheres negras, produziram epistemologias situadas nas casas, nos terreiros, nos quilombos e nas ruas. Esses territórios constituem espaços fundamentais de saber, resistência e cuidado, nos quais a sobrevivência coletiva se articula à produção de conhecimento. Nesse contexto, a interseccionalidade<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Antônio Bispo dos Santos ou melhor, Nêgo Bispo. dizia que “quem nomina, domina” (2023), portanto a contracolônialidade, não é teoria, mas trajetória de luta dos povos afropindorâmicos, cuja arte está centrada em uma guerra de denominações, ou seja, da retirada forçada das palavras coloniais pelas contracoloniais, ou seja a retomada dos modos de vida, dos saberes.

<sup>91</sup> O pensamento contracolonial de Nêgo Bispo propõe uma inversão radical da perspectiva dominante através da defesa de uma alternativa civilizatória baseada na biointeração, em contraposição direta ao modelo colonizador e desenvolvimentista. Essa inversão não é apenas política ou econômica, mas se fundamenta na mudança da lógica cosmovisiva, transformando o modo de pensar, organizar e se relacionar com o universo. Essa proposta é comum aos quilombos a aos terreiros das religiões de matriz africana, também é estruturalmente semelhante às práticas desenvolvidas por comunidades como Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher. (Santos, 2015). Bispo afirma que aldeia, quilombo e favela são compartilhantes e se biointeragem e estando em circularidade. E quando finalmente se confluir, o asfalto derreterá (Santos, 2015; 2023).

<sup>92</sup> “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, moderna aparatos coloniais. (...) a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que produz racismo” (Carla Akotirene, 2022, p. 19).

A Interseccionalidade, construída através da militância negra estadunidense, desenhada por Kimberlé Crenshaw e aprofundada por Patricia Hill Collins (2019), surge como o método que expõe a exclusão estrutural, em que se revela o racismo, o sexismo e o classismo não são opressões somadas, mas que se moldam mutuamente para determinar quem será incluído na ou não.

apresenta-se como ferramenta contracolonial fundamental (Carla Akotirene, 2022). Ela permite compreender que o racismo, o sexismo e o cisheteropatriarcado operam em um regime de dominação simultânea.

Sob essa perspectiva, o cuidado passa a ser compreendido como uma estrutura racial e de gênero que organiza quem cuida, quem descansa e quem recebe proteção estatal. Trata-se de uma categoria central para a compreensão da colonialidade contemporânea, na medida em que evidencia a permanência do legado escravista e da servidão moderna na organização da reprodução social (Sueli Carneiro, 2011; Lélia Gonzalez, 2020; Beatriz Nascimento, 2021).

O cuidado constitui, portanto, um dos principais espaços de reprodução da colonialidade e do patriarcado, mas também pode se converter em território de superação dessas estruturas, a depender das condições sociais e territoriais<sup>93</sup>. Para isso, é imprescindível um deslocamento epistêmico promovido pelas epistemologias contracoloniais, que valorizam a oralidade, a ancestralidade, a coletividade e os saberes situados. Essa mudança de perspectiva é, ao mesmo tempo, ética e política (Patricia Collins, 2019; bell hooks, 2019), uma vez que implica na necessidade de redefinir os conceitos de “ciência” e “razão” (Patricia Collins, 2019), de modo a validar os conhecimentos que asseguram a sobrevivência coletiva em contextos de vulnerabilidade e negligência.

O conhecimento produzido por mulheres negras emerge da vivência concreta na intersecção das opressões, mas também da capacidade de criar, cuidar e resistir a elas (Patricia Collins, 2019; bell hooks, 2019). Nesse sentido, o ato de cuidar constitui um processo de produção de saber, uma forma de compreender e organizar a vida a partir de uma lógica relacional, solidária e não produtivista.

Essa estrutura epistêmica é igualmente generificada. O colonialismo instituiu um sistema de gênero binário, racista e hierarquizado (María Lugones, 2020; Oyèrónkè Oyèwùmí, 2021), no qual apenas as mulheres brancas foram reconhecidas como sujeitos plenos de razão e moralidade. Mulheres negras e indígenas foram colocadas fora da categoria de “mulher”, sendo tratadas como corpos destinados ao trabalho, à reprodução e ao cuidado. Trata-se da colonialidade de gênero, que se articula à colonialidade do saber e do poder, produzindo desigualdades sociais e epistemológicas profundas.

---

<sup>93</sup> A depender do território, pois se neste espaço se domina o pensamento e a lógica colonial, far-se-á uma guerra de denominações mais intensa. Segundo Santos (2015; 2023) a biointeração e os saberes tradicionais são fundamentais e constitui a própria essência do contracolonialismo através da resistência contra a expropriação territorial e cultural contemporânea.

As epistemologias contracoloniais negras, indígenas e periféricas (Santos, 2023) propõem, assim, o deslocamento do cuidado da esfera privada e mercadológica para o campo político, compreendendo-o como prática coletiva de sobrevivência e justiça social. Ao fazê-lo, desafiam a lógica moderna do sujeito autônomo e produtivista, afirmando uma ontologia relacional baseada na interdependência e na vida compartilhada.

(...) mulheres negras encantam e resistem transformando dores em potências de libertação, quebrando ciclos de aprisionamento geracionais de mulheres numa revolução por vezes silenciosa e silenciada. Concomitantemente a este processo de superexploração e expropriação na travessia da encruzilhada, mulheres negras construíram estratégias de sobrevivência e resistência ativa, haja vista, seu protagonismo na história de lutas e conquistas pela concretização de direitos em territórios de favela, como por exemplo: a formação do sindicato das trabalhadoras domésticas (Thamires Ribeiro, 2023, p. 71).

Em síntese, a perspectiva interseccional implica reconhecer a herança escravocrata adquirida no Brasil desde o processo de colonização e a diáspora forçada africana. Essa demarcação é crucial para entender os impactos geracionais na restrição do acesso a recursos econômicos, dada a desvalorização e gratuidade desse trabalho dentro da sociedade capitalista (Thamires Ribeiro, 2023), permite ainda identificar os atravessamentos que estruturam as experiências das mulheres negras cuidadoras e reivindicar a legitimidade de seus saberes.

Reconhecer essas trajetórias como situadas e politicamente significativas implica compreender o cuidado como território de produção de conhecimento, resistência e (re)existência. Assim, as epistemologias contracoloniais, articuladas pela interseccionalidade - metaforicamente compreendida como encruzilhada (Carla Akotirene, 2019; 2022), apontam caminhos para analisar o cuidado não apenas como trabalho invisível, mas como fundamento da vida coletiva e da transformação social.

### **2.2.1 Crítica à universalidade do gênero e o feminismo negro**

*Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe.*

(bell hooks, 2019, p. 45)

O cerne das epistemologias decoloniais e contracoloniais reside na crítica à universalização de determinadas categorias, especialmente a categoria “mulher” (Yuderkys

Miñoso, 2019). O feminismo hegemônico<sup>94</sup>, estruturado a partir da experiência da mulher branca, letrada e de classe média, historicamente relegou à invisibilidade as vivências de mulheres negras, indígenas e periféricas (Patricia Collins, 2019; Patricia Collins; Sirma Bilge, 2021; Lélia Gonzalez, 2020; bell hooks, 2019).

O conceito de gênero<sup>95</sup>, conforme formulado no feminismo ocidental, apoiado em postulados apresentados como universais (Yuderkys Miñoso, 2019), mostrou-se insuficiente para abarcar as realidades de trabalho compulsório, sexualização, violência racial e cuidado desumanizado que, desde a diáspora forçada, moldam a trajetória das mulheres negras (Carla Akotirene, 2022; bell hooks, 2019).

Essa crítica fundamenta-se nas reflexões de Beatriz Nascimento (2021) e Abdias Nascimento (2016) sobre a continuidade histórica da violência colonial. A posição social da mulher negra deve ser compreendida a partir da centralidade da raça na estruturação da própria noção de humanidade (Patricia Collins, 2022). Raça e gênero, nesse sentido, não operam como categorias aditivas, mas como uma rede indissociável de dominação forjada no processo colonial (Carla Akotirene, 2022; Patricia Collins, 2022).

Segundo Thamires Ribeiro (2023) a intersecção entre raça e classe nas experiências de mulheres revela as violências do sistema racista. Como afirma Audre Lorde (2019), os problemas das mulheres não são universais, enquanto Sueli Carneiro (2011) questiona a homogeneização da categoria mulher, destacando a pluralidade e especificidades dos processos de tornar-se Mulher especialmente ao considerar raça e classe. Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, denunciou precocemente os efeitos dessa homogeneização nas ciências sociais. Afinal, de quais mulheres se fala? (Thamires Ribeiro, 2023).

Como afirma Sueli Carneiro (2011), o mito da fragilidade feminina nunca incluiu as mulheres negras, historicamente submetidas ao trabalho forçado, à exploração sexual e à objetificação. Essa exclusão revela que a proteção paternalista associada ao feminino foi construída racialmente, reservada às mulheres brancas.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito,

---

<sup>94</sup> “Numa sociedade racista sexista marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Essa é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos que interpretam a opressão sexista com base num diferenciado espectro teórico político-ideológico de onde o movimento feminista emergiu” (Luiza Bairros, 2020, p. 208).

<sup>95</sup> O foco desta pesquisa está na mulher cis negra, que constitui parte essencial do objeto de estudo, e é a partir desta perspectiva que a reflexão foi estruturada. No entanto, reconheço e destaco a importância de futuras investigações que possam abranger e aprofundar a análise das diversas identidades e expressões de gênero.

porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. [...] Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Sueli Carneiro, 2011, n. p.).

Segundo Grada Kilomba (2019), a mulher negra ocupa a posição da “Outra dos outros” (p. 190), marcada por uma dupla alteridade, situada fora da branquitude e da masculinidade. Essa dupla ausência, as coloca em uma posição extremamente desafiadora “dentro de uma sociedade patriarcal e de supremacia branca” (p. 190), pois não são nem brancas nem homens (Thamires Ribeiro, 2023) destituindo-as de reconhecimento pleno.

Segundo Patrícia Hill Collins (2019):

O status de ser o ‘outro’ implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (p. 105).

A interseccionalidade, nesse contexto, configura-se como ferramenta fundamental para compreender como diferentes avenidas de opressão operam simultaneamente (Carla Akotirene, 2022; Patricia Collins, 2022). O corpo da mulher negra constitui o espaço onde racismo, sexismo, cisheteropatriarcado e colonialidade convergem, moldando expectativas sociais, morais e laborais, especialmente no campo do cuidado.

Sueli Carneiro (2023) demonstra que a mulher negra é fixada em um limbo ontológico: autorizada a “ser” enquanto força de trabalho para o cuidado, mas condenada a “não ser” quando se trata de direitos, descanso e reconhecimento. O cuidado não remunerado expressa essa lógica, garantindo o repouso do sujeito branco produtivo enquanto consome a vida da mulher negra. “Mulheres negras possuem um papel central para o funcionamento desta sociedade, esta estrutura social não funcionaria sem a sustentação que desempenham através do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado e mal remunerado” (Thamires Ribeiro, 2023, p. 60).

O gênero não se apresenta como essência natural, mas como uma construção política e histórica de dominação (Monique Wittig, 2022). Para Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), a própria ideia de uma natureza feminina intrinsecamente cuidadora é uma invenção da modernidade ocidental, estando ausente em diversas cosmologias africanas pré-coloniais.

A imposição desse modelo colonial de gênero resulta em uma sobrecarga que compromete a inserção das mulheres negras no trabalho formal, na vida pública e no acesso à renda, além de impactar sua saúde física e mental, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão (Flávia Biroli, 2015; 2018; Walkyria Guimarães, 2024). No Brasil, a naturalização do cuidado encontra raízes em um processo de abolição inacabado, estruturado para preservar os privilégios das elites por meio da exploração do corpo negro (Thamires Ribeiro, 2023). Nesse contexto, o cisheteropatriarcado e o capitalismo moldaram uma divisão sexual e racial do trabalho que, como reforça Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), não é universal, mas produto de um olhar colonial que ignora outros arranjos sociais e horizontes epistêmicos

María Lugones (2019), Yuderkys Miñoso, 2019<sup>96</sup> e Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) criticam a importação acrítica de categorias eurocêtricas. Essa crítica é aprofundada pelas feministas comunitárias Lorena Cabnal, (2010) e Julieta Paredes, (2019), que desvelam a modernidade como projeto imperialista, racista e produtor de morte física e simbólica (Yuderkys Miñoso, 2019; Fanon, 2022; Mbembe, 2018).

A desvalorização do cuidado no Brasil é sustentada por sua feminização e racialização. Construído historicamente como extensão do “instinto materno” e da moralidade feminina, o cuidado foi excluído do reconhecimento formal como trabalho e concentrado, de modo desproporcional, nas mãos de mulheres negras e pobres.

As categorias “mulher” e “gênero<sup>97</sup>” foram constituídas a partir de um referencial branco, colonial e eurocentrado, frutos de construção social, cultural e histórica, não biológica (María Lugones, 2020; Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021; Monique Wittig, 2022; Yuderkys Miñoso, 2019). O gênero, relacional e hierarquizado, organiza responsabilidades, expectativas, papéis, proibições, recompensas, direitos e obrigações distintos para homens e mulheres. Portanto, é sempre relacional, institucionalmente estruturado, hierarquizado e definido em um contexto e tempo/espço específico (Lucia Scuro, 2017 *apud* Thamires Ribeiro, 2023, p. 53).

---

<sup>96</sup> “A crítica do feminismo negro, de cor e, mais recentemente, decolonial, acabou fazendo, dentro do próprio feminismo, a mesma denúncia que a epistemologia feminista fizera à produção científica ocidental do conhecimento: de que ele é, na verdade, um ponto de vista parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência histórica e certos interesses concretos” (Yuderkys Miñoso, 2019, p. 106).

<sup>97</sup> “O problema de gênero nos Estudos Africanos tem sido geralmente colocado como a questão da mulher, isto é, em termos de quanto as mulheres pelo patriarcado em qualquer sociedade. As mulheres e o patriarcado são aceitos com naturalidade e, portanto, são deixados sem análise e explicação. No entanto, ao mapear o quadro de referência iorubá, ficou explícito que a categoria social ‘mulher’ - identificada na anatomicamente e percebida como vítima e socialmente desfavorecida - não existia. Assumir a *priori* a questão da mulher constitui uma aplicação infundada do modelo ocidental, privilegiando o modo ocidental de ver, e, assim, apagando o modelo iorubá de ser” (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021, p. 131).

Ao evidenciar esses limites, o feminismo negro convoca à reconstrução crítica das bases que sustentam a organização social do cuidado. Trata-se de deslocar o olhar do gênero universal para o cuidado como espaço de disputa, produção de vida e resistência, conforme será aprofundado no próximo tópico.

### 2.2.2 O cuidado como território: Colonialidade de gênero e (re) existência

*Fogo!...Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.  
Fogo!...Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.  
Fogo!...Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.  
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
que os vão cansar se continuarem queimando  
Porque mesmo que queimem a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade.*

(Nêgo Bispo, 2015, p. 45)

A colonialidade de gênero, articulada à necropolítica, não apenas classificou corpos, mas reorganizou mundos, instituiu hierarquias de humanidade e definiu quais vidas mereceriam proteção e quais seriam destinadas à exploração. Nesse processo, o cuidado foi convertido em obrigação moral feminina, especialmente das mulheres negras, enquanto seus próprios direitos ao descanso, à proteção e ao autocuidado foram sistematicamente negados.

Essa reorganização colonial operou simultaneamente no plano material e epistêmico. Por meio do epistemicídio (Sueli Carneiro, 2023), foram destruídos os saberes comunitários, espirituais e ancestrais que sustentavam práticas coletivas de reprodução da vida, antes, durante e após a escravização (Santos, 2015; 2023). A colonialidade não apenas explorou o trabalho de cuidado, mas desestruturou as referências culturais que organizavam sua dimensão comunitária.

Segundo Santos (2015; 2023), o processo de colonização inicia-se pela desterritorialização e pela quebra identitária, impondo novos modos de vida, novos nomes e novas racionalidades. “Adestrar e colonizar são a mesma coisa” (Santos, 2023, p. 11), pois

implicam a coisificação dos sujeitos e o apagamento de suas memórias. Trata-se de um processo sistemático de substituição simbólica, no qual uma história é destruída para que outra seja imposta (Santos, 2023). Para as mulheres negras, esse “adestramento” colonial manifesta-se na naturalização do cuidado como uma vocação inata ou uma obrigação moral herdada do período escravocrata, despojando a atividade de seu caráter de trabalho e de seu valor social (Thamires Ribeiro, 2023).

Nesse sentido, o território não se restringe ao espaço físico, mas compreende também os corpos, os afetos, os vínculos e os modos de existir. A biointeração e os saberes orgânicos (Santos, 2023) que se constroem no território constituem a base da resistência contracolonial frente aos processos de expropriação material e simbólica.

Sob essa perspectiva, o cuidado pode ser compreendido como território atravessado por disputas políticas, raciais e epistêmicas. Conforme Thamires Ribeiro (2023), a organização social e política do cuidado no Brasil constitui uma “encruzilhada”, na qual Estado, mercado, família e comunidade se entrecruzam, tendo a mulher negra no centro dessa complexa teia de desigualdades. Essa metáfora conceitual propõe uma leitura “amefricanizada” (Lélia Gonzalez, 2020) da realidade brasileira, rompendo com lógicas binárias eurocêntricas para compreender as complexas interações que produzem as desigualdades sociais.

**Figura 3- Encruzilhada do Cuidado**



Fonte: Elaborado pela autora - com auxílio de ferramenta de design/IA, baseado em Ribeiro (2023, p. 197).

No centro desse ‘cruzamento’, no qual as avenidas das opressões se encontram e as tensões se acumulam, localiza-se a mulher negra. A encruzilhada revela que a articulação entre os diferentes agentes - Estado, Mercado, Família, Comunidade, somada às condições materiais dessa mulher, determina a distribuição do cuidado, podendo promover a equidade ou confinar o corpo negro em uma teia de desigualdades (Thamires Ribeiro, 2023). Essa estrutura constitui uma adaptação crítica do ‘Diamante do Cuidado’ (Shahra Razavi, 2007) à realidade brasileira, posicionando as dimensões política e racial como eixos centrais da análise.

Essa teia de desigualdades e resistências não se manifesta apenas em termos de indicadores econômicos ou sociais, mas inscreve-se diretamente na materialidade do corpo dessas mulheres. Ao deslocar o olhar da organização sistêmica para a vivência concreta, percebe-se que a luta pelo cuidado é, fundamentalmente, uma luta pela soberania sobre o próprio ser.

A partir do feminismo comunitário, Lorena Cabnal<sup>98</sup> (2021) formula o conceito de corpo-território, segundo o qual o primeiro território colonizado é o corpo da mulher. Seus corpos encontram-se profundamente ligados aos modos de vida, às identidades e às formas de organização coletiva. Ela afirma que “não queremos hierarquizar opressões, mas é importante dizer que há diferenças políticas, históricas, estruturais e territoriais nos corpos e na terra” (Lorena Cabnal, 2021, p. 6). O cuidado, nessa perspectiva, não é apenas trabalho, mas práxis de defesa territorial frente ao Estado, ao patriarcado e ao capitalismo.

A mulher confinada ao espaço doméstico, capturada pela sobrecarga e pela responsabilidade exclusiva pelos filhos, tem sua potência comunitária minada, impedida de produzir vínculos e redes de sustentação coletiva. A fragilização dessas redes demonstra a eficácia do sistema em desterritorializar simultaneamente o corpo e a comunidade. Como aponta Thamires Ribeiro (2023), a luta por “sentir-se cuidada” envolve não apenas a esfera privada, mas o acesso a direitos básicos e infraestrutura - o que evidencia que a negligência estatal é uma forma de ataque a esse corpo-território.

---

<sup>98</sup> O feminismo comunitário entende que a luta contra o machismo e a violência sexual, ou seja, manifestações internas da violência patriarcal no corpo-território, é indissociável da luta contra a violência colonial e capitalista, que se expressa no extrativismo e na militarização do território-Terra. Ambas as formas de violência são reconhecidas como manifestações de um mesmo sistema de opressão.

Dessa forma, o feminismo comunitário conecta o corpo-território e o território-Terra não como duas coisas que parecem diferentes, mas, na verdade, fazem parte do mesmo processo. De modo que não se pode proteger o valor extrínseco da Terra se o material intrínseco de que ela é feita, ou seja, o corpo da mulher, está sendo sistematicamente desvalorizado e atacado. A luta deve ser holística e simultânea, tratando o corpo como a primeira e mais imediata fronteira a ser defendida, espelhando a defesa da Terra maior (Lorena Cabnal, 2021).

A colonialidade e o capitalismo fragmentam vínculos, intensificam a individualização do cuidado e produzem um cotidiano marcado pela sobrevivência solitária (Thamires Ribeiro, 2023). Ainda assim, o cuidado permanece como campo político. Ele revela as estruturas de dominação, mas também os limites e as possibilidades de reconstrução coletiva. A agenda pública do cuidado encontra-se em disputa e deve ser enegrecida (Thamires Ribeiro, 2023) a partir das experiências das mulheres negras e de outras mulheres que não compõem a hegemonia dominante.

Compreender o cuidado como território implica reconhecer sua natureza contraditória. De um lado, ele é atravessado pela necropolítica, que se expressa na gestão seletiva da vida e da morte e em uma fratura do vértice público do diamante do cuidado, transferindo a responsabilidade para as famílias. De outro, ele constitui espaço de (re)existência, no qual mulheres constroem, cotidianamente, estratégias inventivas de sobrevivência.

As práticas diárias de cuidado, mesmo quando silenciosas, desafiam a lógica do descarte. Ao sustentar a vida em condições adversas, essas mulheres produzem formas de resistência que articulam memória, ancestralidade e criação coletiva. O cuidado deixa, assim, de ser apenas prática doméstica e privada, revelando-se como ato político de insubmissão e de construção de horizontes possíveis em meio à violência estrutural.

### **2.3 O cuidado entre a necropolítica e a sobrevivência: Fragilidade das redes e centralidade institucional**

*Todos los derechos para todas las personas, cuando no todas las personas tienen acceso a los mismos derechos, se transforman en privilegios.*

(Flor Guimares, n. e.)

A organização social do cuidado no Brasil insere-se em um regime necropolítico que, conforme Mbembe (2018), opera não apenas pela produção direta da morte, mas pela criação sistemática de zonas de abandono, nas quais determinados grupos são privados dos suportes materiais e simbólicos necessários à reprodução da vida.

No campo do cuidado, essa necropolítica manifesta-se por meio de uma economia do desgaste dos corpos racializados (Françoise Vergès, 2020<sup>99</sup>), sustentada pela exaustão física,

---

<sup>99</sup> De acordo com Françoise Vergès (2020), as mulheres negras sustentam o funcionamento da sociedade burguesa, branca e cisheteropatriarcal, inerente ao capitalismo neoliberal. Essa sustentação ocorre por meio do

emocional e temporal das mulheres negras. Como evidencia Thamires Ribeiro (2023), o modelo de vida socialmente valorizado - saudável, produtivo e estável, depende da exploração contínua de um contingente de trabalhadoras responsáveis por sustentar, de forma invisibilizada, a vida cotidiana.

Esse arranjo produz uma lógica de descartabilidade seletiva (Thamires Ribeiro, 2023), intensificada em momentos de crise, como durante a pandemia de Covid-19, quando parcelas significativas da população puderam se isolar, enquanto mulheres negras e pobres permaneceram expostas para garantir o funcionamento dos serviços essenciais. Trata-se de uma gestão desigual da sobrevivência, que define quem tem direito ao descanso, à proteção e à saúde, e quem é permanentemente lançado à exaustão.

Nesse contexto, a sobrevivência cotidiana se dá em meio a processos de precarização ampliada da vida, marcados pela insegurança alimentar, pela violência territorial, pela pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024) e pela ausência sistemática de políticas públicas capazes de sustentar o cuidado de forma coletiva. Thamires Ribeiro (2023) identifica, inclusive, a presença de práticas de “nutricídio<sup>100</sup>” (p. 161) e de gestão da escassez como instrumentos dessa necropolítica, que obrigam mulheres negras a mobilizar esforços constantes para garantir a subsistência familiar.

A necropolítica atua ao naturalizar a solidão da mulher negra como um destino inevitável. Sob essa lógica, espera-se que essas mulheres suportem sozinhas todas as esferas do cuidado - da provisão financeira à mediação de conflitos e ao afeto, enquanto suas próprias necessidades são sistematicamente negligenciadas pelo Estado e pela sociedade. Como adverte Patricia Collins (2019) “As mães negras também são obrigadas a abrir mão do sonho de desenvolver suas habilidades ao máximo” (p. 396).

Essa interdição do desenvolvimento individual reflete a precariedade das estruturas de apoio disponíveis. Em muitos contextos periféricos, o que se observa não são redes consolidadas de proteção, mas arranjos intermitentes, instáveis e sobrecarregados, frequentemente restritos ao âmbito privado das próprias famílias (Thamires Ribeiro, 2023).

---

esgotamento de seus corpos. Essa economia da exaustão viabiliza o modo, o padrão de consumo, o bem-estar e o modelo de “vida saudável” preconizados pela classe burguesa dentro do sistema capitalista neoliberal, no qual o valor das vidas é diferenciado conforme a raça..

<sup>100</sup> “Voltamos ao cenário da fome, da pobreza extrema e da miséria, porém com diferenças, produtos que antes eram descartados e até mesmo doados, agora são vendidos em supermercados, também presenciamos a comercialização de ossos lisos, peles e carcaças de animais, soro de leite, sobras de alimentos como queijos e frios, cascas de legumes, etc. Além da insegurança alimentar grave há o nutricídio como forma de descartabilidade de vidas da população negra operacionalizada pela necropolítica do Estado. Para a população negra, sobretudo a mulher negra, a conta nunca fecha!” (Thamires Ribeiro, 2023, p. 161).

Nesse cenário, a ‘ajuda’ cotidiana transmuta-se em estratégias emergenciais de sobrevivência, distanciando-se de sistemas efetivos de reciprocidade e proteção social. Soluções frágeis - como filhos mais velhos cuidando dos mais novos ou vizinhos que eventualmente ‘olham’ as crianças, tornam-se a única alternativa diante da ausência de políticas públicas, configurando um ciclo de vulnerabilidade (Thamires Ribeiro, 2023) que, embora sustente a vida no limite, é insuficiente para garantir uma cidadania plena (Flávia Biroli, 2015; 2018).

Essa fragilidade não decorre apenas da escassez material, mas também de processos de adoecimento psicossocial e de internalização do trauma racial (Grada Kilomba, 2020; Thamires Ribeiro, 2023). A exigência permanente de força, resiliência e autossuficiência imposta às mulheres negras dificulta a construção de espaços de partilha da vulnerabilidade, transformando o cuidado em uma prática solitária e exaurida.

Paralelamente, a ausência de redes comunitárias robustas reforça a centralidade das instituições estatais na mediação da sobrevivência. No entanto, essa presença institucional ocorre, majoritariamente, sob uma lógica familista e compensatória, que se apropria do trabalho não remunerado das mulheres para viabilizar o funcionamento das políticas sociais (Thamires Ribeiro, 2023).

No âmbito da assistência social, equipamentos como o CRAS tornam-se pontos centrais de contenção do colapso social, operando como espaços de escuta, mediação e acesso mínimo a direitos. Todavia, sua atuação é severamente limitada pela insuficiência de recursos, pela fragmentação intersetorial e pela transferência contínua de responsabilidades às famílias. “Sob esta égide, se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferências dos custos financeiros, emocionais e de trabalho sobre as famílias, alicerçadas no trabalho de cuidado e doméstico remunerado e não remunerado” (Thamires Ribeiro, 2023, p. 129).

Esse modelo produz, frequentemente, a conversão do Estado em agente punitivo, especialmente quando penaliza mulheres pela incapacidade de cumprir exigências institucionais incompatíveis com sua sobrecarga cotidiana, como nos casos relacionados à frequência escolar, ao acompanhamento de serviços ou ao acesso a benefícios (Thamires Ribeiro, 2023).

O cuidado, no contexto brasileiro, configura-se como um campo atravessado por relações coloniais, raciais e de classe, no qual a sobrevivência individual substitui a construção coletiva da proteção social (Thamires Ribeiro, 2023). A necropolítica do cuidado

opera ao naturalizar a solidão, a exaustão e a responsabilização individual como destinos inevitáveis das mulheres negras.

Embora epistemologias insurgentes (Carla Akotirene, 2022; Lélia Gonzalez, 2020; Beatriz Nascimento 2021; Santos, 2023) evidenciem o potencial político das práticas comunitárias e da ancestralidade<sup>101</sup>, o cenário contemporâneo revela limites concretos à sua materialização, impostos pela precarização estrutural da vida pelo sistema neoliberal.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidenciou que o cuidado, no Brasil, encontra-se profundamente atravessado pelas heranças coloniais, pela racialização da vida, pela precarização da reprodução social e pela fragilização das redes comunitárias. A partir das contribuições de autoras e autores utilizados neste capítulo, foi possível compreender o cuidado como um campo estrutural de disputas, marcado simultaneamente pela exploração, pela invisibilização e pelas possibilidades de resistência.

Entretanto, embora essas formulações teóricas sejam fundamentais para desvelar os mecanismos históricos e institucionais que organizam o cuidado, elas não são suficientes para apreender, em sua complexidade, as experiências concretas das mulheres que vivem cotidianamente essas dinâmicas. A necropolítica, a sobrecarga, a solidão e a centralidade institucional adquirem sentidos específicos quando atravessam trajetórias singulares, afetos, escolhas, silêncios e estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, torna-se necessário deslocar o olhar da análise estrutural para a escuta situada, reconhecendo as mulheres participantes da pesquisa não como objetos de investigação, mas como produtoras de conhecimento sobre o cuidado, a maternidade, o território e a vida. Suas narrativas constituem saberes políticos, forjados na intersecção entre vulnerabilidade, resistência e criação cotidiana.

É a partir desse compromisso ético, epistemológico e político que se constrói o próximo capítulo. Nele, apresentam-se os percursos metodológicos, os contextos da pesquisa, e as dinâmicas observadas em campo, buscando compreender como, em meio ao abandono

---

<sup>101</sup> “Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias-, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 47-48).

institucional e à precarização estrutural, essas mulheres elaboram formas próprias de (re)existência, cuidado e dignidade.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO E DESENHO DE PESQUISA

*Se as diferenças entre os grupos raciais não estão sendo consideradas, a instituição está praticando o racismo. Formalmente, a instituição apregoa: não se estabelece diferença entre as pessoas. Mas, muitas vezes, no contato do servidor com quem demanda o serviço, o que acaba vigorando são as percepções individuais acerca das diferenças entre negros e brancos.*

(Luiza Bairros, 2006, n.e.)

Após a construção teórica do cuidado como categoria histórica, política e racializada, bem como de sua inserção na lógica da necropolítica contemporânea, torna-se necessário analisar sua materialização ou fragmentação no território concreto. Este capítulo dedica-se à apresentação do percurso metodológico e do desenho de pesquisa que fundamentaram a investigação empírica realizada no âmbito do CRAS Lagoa, na região de Venda Nova, em Belo Horizonte.

O estudo não tem por objetivo representar a totalidade das mulheres atendidas pela política de assistência social no município, tampouco generalizar seus resultados para toda a região. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter situado, exploratório e crítico (Assis, 2023), configurada como estudo de caso, voltada à compreensão das dinâmicas concretas da organização do cuidado em um território específico, cuja análise se ancora em perspectivas interseccionais, contracoloniais e em epistemologias do feminismo negro.

A investigação foi orientada pela compreensão dos saberes localizados, segundo a qual a produção do conhecimento se dá a partir de perspectivas parciais, situadas e historicamente marcadas. Nesse sentido, a objetividade é concebida como resultado do reconhecimento da posição social da pesquisadora e dos limites inerentes ao campo. Também não se busca comprovar empiricamente a racialização do cuidado, mas parte dessa compreensão como premissa teórica para a construção do campo e para a interpretação das experiências analisadas.

A produção dos dados ocorreu por meio de rodas de conversa, observação participante e registro em diário de campo, sendo os materiais sistematizados por meio da Análise de Conteúdo (Laurence Bardin, 2016). A leitura interseccional crítica orientou a construção e a interpretação das categorias analíticas, articulando raça, gênero, classe, território e cuidado.

O valor analítico da pesquisa não reside na quantidade de participantes, mas na densidade das narrativas, dos silêncios, das ausências e das interrupções observadas, compreendidas como dados empíricos relevantes e como efeitos das condições estruturais que atravessam o cotidiano das mulheres investigadas.

A escolha do território e do equipamento pesquisado foi atravessada pela trajetória da própria pesquisadora, especialmente por sua condição de mãe de três filhos. A necessidade de conciliar o trabalho acadêmico com a maternidade orientou a definição de um campo próximo à sua rede de apoio, evidenciando a posição de *outsider within*<sup>102</sup> (Patricia Collins, 2016; 2022) a partir da qual este estudo foi construído. Ao ocupar o espaço acadêmico com uma trajetória marcada pela maternidade real, utilizamos essa “visão das margens”<sup>103</sup> (Patricia Collins, 2016; bell hooks, 2019) para enxergar estruturas de poder que a ciência positivista frequentemente ignora.

Essa localização não é compreendida como fragilidade metodológica, mas como elemento constitutivo da produção do conhecimento, permitindo a leitura das dinâmicas investigadas a partir de uma perspectiva situada, sensível às relações de poder e às desigualdades estruturais.

Cabe destacar, ainda, que a pesquisa reconhece como parte de seu *corpus* empírico não apenas as mulheres que participaram das atividades propostas, mas também aquelas que não puderam comparecer ou permanecer nos encontros. As ausências e descontinuidades são tratadas como achados metodológicos, na medida em que podem indicar a sobrecarga, a precarização do tempo, desconfianças e as condições materiais que limitam a participação coletiva.

---

<sup>102</sup> “Sociólogos podem se beneficiar ao considerarem seriamente a emergência da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais” (Patricia Collins, 2016, p. 101).

<sup>103</sup> “Estar na margem (...) é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal. É conhecer ambos os lugares, o seu próprio contexto e o dos opressores. É ter um olhar tanto de fora para dentro como de dentro para fora” (bell hooks, 2019, p. 10).

Para além das ausências e discontinuidades, a análise também considera os elementos não problematizados nas narrativas como naturalizações, pressupostos e silêncios enquanto dimensões constitutivas da experiência social investigada.

A partir desse desenho, o capítulo articula os procedimentos metodológicos adotados, os critérios de seleção das participantes, os instrumentos de pesquisa e os cuidados éticos observados, buscando assegurar transparência, rigor e coerência analítica.

Por fim, este capítulo prepara o terreno para a análise empírica desenvolvida no capítulo seguinte, no qual são examinadas, a partir das narrativas e experiências das participantes, as formas concretas pelas quais o cuidado é vivido, tensionado e produzido em contextos marcados pela precarização institucional e pela racialização das desigualdades.

### 3.1 Delimitação metodológica do estudo empírico

*universal/específico;  
Objetivo/subjetivo;  
Neutro/pessoal;  
Racional/emocional;  
Imparcial/parcial;  
Elas/eles têm fatos/ nós temos opiniões;  
Elas/eles têm conhecimento/ nós temos experiências.*

(Grada Kilomba, 2016, n.e.)

Este capítulo sistematiza o percurso metodológico da pesquisa empírica, detalhando as decisões que permitiram tensionar a teoria no território. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de carácter situado, exploratório e crítico, com uso complementar de dados quantitativos secundários para fins de contextualização e triangulação analítica. A pesquisa estrutura-se a partir de uma lógica híbrida, articulando procedimentos dedutivos - por meio do diálogo com categorias previamente consolidadas na literatura, como “ajudas”, trabalho de cuidado, Diamante do Cuidado e necropolítica, e indutivos, ao permitir que novas dimensões analíticas emergissem da escuta das participantes e da observação em campo (Érica Teixeira; Pacífico; Barros, 2023).

A escolha pelo método qualitativo fundamenta-se na compreensão do cuidado como prática social, política e racializada, cujos significados são produzidos nos contextos concretos de vida das sujeitas pesquisadas. De acordo com Bogdan e Sari Biklen (1994), a pesquisa qualitativa fundamenta-se na imersão do pesquisador no ambiente natural, onde os

dados<sup>104</sup> coletados possuem natureza descritiva e o foco recai sobre os significados que os participantes atribuem às suas vivências. No caso desta dissertação, essa imersão ocorreu por meio de três frentes: pesquisa documental, observação participante registrada em gravações e diário de campo, e a realização de Rodas de Conversa.

O grande ganho da pesquisa reside no uso de metodologias que possibilitam a criação de novos dados, a partir da observação da realidade do objeto de investigação, ou seja, nos permite adentrar “o ambiente natural (...) os dados coletados são dotados de descrições de pessoas, situações e acontecimentos que aparecem na forma de extratos da vida social riquíssimos em símbolos” (Menga Lüdke; Marli André, 1986. p. 11-13).

O desenho metodológico foi previamente sistematizado em plano de execução aprovado pelos comitês institucionais competentes, no qual se estabeleceram diretrizes para a condução das Rodas de Conversa, os procedimentos de registro, os cuidados éticos e as estratégias de acolhimento das participantes. Esse planejamento orientou a construção do campo, sem eliminar a necessidade de adaptações diante das contingências empíricas.

A organização e o tratamento dos dados seguiram a técnica de Análise de Conteúdo<sup>105</sup> Temática (Laurence Bardin, 2016), compreendida não como procedimento neutro de classificação discursiva, mas como instrumento técnico de sistematização, voltado à identificação de núcleos recorrentes de sentido e à construção de categorias analíticas.

Há diversas formas de análise, mas optamos pela análise de conteúdo temática (Laurence Bardin, 2016) porque, além de ser a mais simples, é a mais apropriada para estudos qualitativos (Santos, 2012). Com essa técnica, as categorias emergem a partir de uma análise detalhada e leitura minuciosa. O processo ocorre em etapas, à medida que se realiza recortes e fragmentações do conteúdo apresentado, utilizando unidades de registro como palavras, frases ou parágrafos em construções comparáveis com o mesmo conteúdo semântico para o reagrupamento analítico posterior (Sampaio; Lycarião, 2021).

---

<sup>104</sup> “Os dados são simultaneamente as provas e as pistas. Coligidos cuidadosamente, servem como factos inegáveis que protegem a escrita que possa ser feita de uma especulação não fundamentada. Os dados ligam-nos ao mundo empírico e, quando sistematizado e rigorosamente recolhidos, ligam a investigação qualitativa a outras formas de ciência. Os dados incluem os elementos necessários para pensar de forma adequada e profunda acerca dos aspectos da vida que pretendemos explorar” (Bogdan; Sari Biklen, 1994, p. 149).

<sup>105</sup> “(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Laurence Bardin, 1977, p. 42).

Diferentemente de uma aplicação positivista, esta pesquisa opera uma articulação dialética<sup>106</sup> entre a teoria, a política e a realidade apresentada no extrato social. O processo analítico envolveu a fragmentação do *corpus* em unidades de registro - palavras, expressões e enunciados, posteriormente reorganizadas em eixos temáticos, conforme orientam Sampaio e Lycarião (2021).

A interpretação do *corpus* foi orientada pelas epistemologias do feminismo negro e pela crítica contracolonial (Beatriz Nascimento, 2021; bell hooks, 2019; Carla Akotirene, 2022; Lélia Gonzalez, 2020; María Lugones, 2020; Patricia Collins, 2022), permitindo a leitura dos dados como expressões de processos estruturais relacionados à racialização do cuidado, à precarização institucional e à necropolítica (Mbembe, 2018).

A perspectiva interseccional orientou a interpretação dos dados de modo a compreender que a sobrecarga do cuidado, o isolamento e o adoecimento não poderiam ser explicados por categorias isoladas, mas pela atuação simultânea entre o racismo estrutural, a colonialidade de gênero e a precarização e escassez institucional. De tal modo que os achados empíricos são lidos à luz das epistemologias do feminismo negro<sup>107</sup> e das teorias críticas do cuidado, sem perder de vista as experiências produzidas.

Nessa perspectiva, reconhece que a neutralidade é impossível em pesquisas que tocam a sensibilidade da vida cotidiana. Como aponta Bárbara Baptista (2017), o campo no Direito exige reflexividade: a pesquisadora é parte da comunidade e o campo a atravessa. Portanto, o rigor deste estudo não reside em uma imparcialidade distante, mas na transparência dos procedimentos e na ética da escuta, buscando transformar a interação grupal em um espaço de geração de novas teorizações sobre a crise do cuidado (Bernardete Gatti, 2005).

Embora a pesquisa se caracterize como qualitativa, incorporam-se dados quantitativos secundários, provenientes de bases institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte, com a finalidade de contextualizar o território, caracterizar a oferta de serviços e subsidiar a análise empírica. Esses dados não constituem o eixo central da investigação, mas operam como recurso complementar de triangulação.

---

<sup>106</sup> “Na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo dialético, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Isto significa enfocá-lo indutivamente. Porém, ao mesmo tempo, ao descobrir sua aparência e essência, está-se avaliando um suporte teórico, que atua dedutivamente, que só alcança a validade à luz da prática social. Em outros termos, o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo. E compreendido em sua totalidade, inclusive, intuitivamente” (Triviños, 1987, p. 129 – 130).

<sup>107</sup> “O pensamento feminista negro seria então um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade. Ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem” (Luiza Bairros, 2020, p. 213).

Nesse sentido, os achados empíricos são compreendidos como construções analíticas situadas, atravessadas por relações de poder, desigualdades raciais e condições materiais específicas. Não se trata, portanto, de produzir generalizações estatísticas, mas de compreender, em profundidade, as dinâmicas do cuidado no contexto institucional analisado.

Os indicadores de participação, presença e permanência nas Rodas de Conversa, sistematizados nos quadros apresentados adiante, foram tratados como parte constitutiva do *corpus* empírico. Esses registros cumprem função descritiva e analítica, permitindo compreender limites, constrangimentos e possibilidades do campo, sem serem interpretados como meros dados administrativos.

Assim, o delineamento metodológico adotado busca articular rigor técnico, reflexividade crítica e compromisso ético-político, reconhecendo que a produção do conhecimento sobre o cuidado envolve, necessariamente, a consideração das condições históricas, institucionais e subjetivas que atravessam as experiências das mulheres pesquisadas.

### 3.1.1 Natureza da pesquisa e abordagem analítica.

*Voltar-me sobre o passado (...) é um ato de curiosidade necessário. Ao fazê-lo, tomo distância do que houve; objetivando-a, procurando a razão de ser dos fatos em que me envolvi e suas relações com a realidade social de que participei.*

(Paulo Freire, 1994, n.e.)

A natureza interpretativa desta pesquisa exigiu a adoção de um procedimento analítico capaz de lidar, simultaneamente, com a densidade das narrativas produzidas em campo, com os silêncios e interrupções que atravessaram as rodas de conversa e com os condicionantes estruturais que organizam a experiência do cuidado no território investigado.

O tratamento do material empírico seguiu os preceitos da análise de conteúdo temática, conforme a sistematização de Laurence Bardin (2016)<sup>108</sup>, operacionalizada com o

---

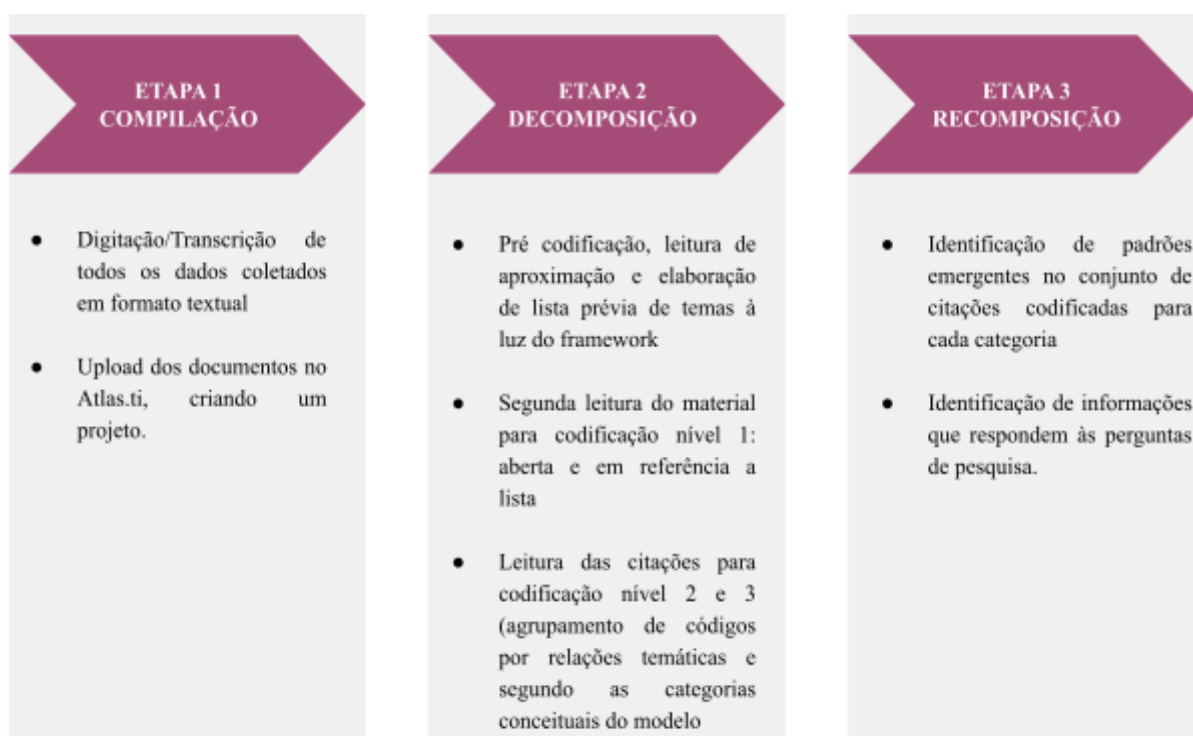
<sup>108</sup> De acordo com Valle e Ferreira (2025), há quatro aspectos de validação segundo Bardin. Sendo eles: 1- Exaustividade, ou seja, capacidade de executar o roteiro; 2- Representatividade para a abrangência do universo desejado, 3- Homogeneidade que são os critérios para garantir coerência interna entre a temática, as técnicas e os interlocutores, e 4- Pertinência que é a conformidade com o objeto e objetivos do estudo. Todos esses aspectos devem ser considerados, mas não se faz possível abordar tudo sobre o tema devido à sua complexidade e abrangência em um curto período como o exigido para uma dissertação de mestrado.

suporte do software de análise qualitativa ATLAS.ti<sup>109</sup> (versão 25) para codificação e armazenamento do material.

Este, foi utilizado não como instância interpretativa, mas como ferramenta de organização metodológica, permitindo armazenamento, segmentação e codificação sistemática das transcrições das rodas, do diário de campo e de documentos institucionais, assegurando rastreabilidade e transparência ao percurso analítico.

Em conformidade com o modelo de Assis (2023), a sistematização foi organizada em três etapas lógicas, ilustradas na Figura 2 e detalhadas a seguir:

**Figura 4 - Etapas e atividades do processo de sistematização dos dados**



Elaborado pela autora baseado em Assis (2023, p. 82).

**I- Compilação (Pré-análise e Preparação):** Nessa fase, realizou-se a transcrição completa das Rodas de Conversa em formato de texto através do software Transkriptor<sup>110</sup>, com revisão manual de trechos para correção de falas. Foram igualmente digitados e organizados o Diário

<sup>109</sup> ATLAS.ti web - versão 25 foi escolhido para análise por ser um extenso banco de dados com recursos que permitem ao pesquisador fazer inferências, como mescla, exclusão e duplicação de códigos. Desenvolvido por Thomas Muhr em 1989, o software auxilia pesquisadores na análise sistemática de dados qualitativos não estruturados em diversos formatos (documentos, vídeos, áudios, imagens), complementando, mas não substituindo, o esforço analítico do pesquisador (Assis, 2023). Um projeto no software consiste na reunião do *corpus* de dados da pesquisa.

Disponível em: <https://atlasti.cleverbridge.com/74/catalog/catalog.2142/overview?cookie=true>.

<sup>110</sup> Disponível em: <https://transkriptor.com/pt-br/plano-do-aluno/>.

de Campo, observações, rodas de conversa e *feedback* que também foram digitados e salvos em formato de texto e todos os documentos derivados foram inseridos em um projeto intitulado “Mestrado Luana” no ATLAS.ti.

Em seguida, foi realizada uma “leitura flutuante” (Laurence Bardin, 2016; Fernanda Santos, 2012), com o objetivo de garantir contato direto com as narrativas, identificar impressões iniciais e reconhecer núcleos preliminares de sentido. Nessa etapa, silêncios, interrupções e choro foram considerados unidades de registro relevantes, dado que, no contexto pesquisado, tais ocorrências constituem dimensões significativas da experiência narrada.

**II- Decomposição (Exploração do Material e Codificação):** A exploração consistiu na aplicação de procedimentos de codificação no ATLAS.ti. Adotou-se uma lógica de codificação híbrida e evolutiva. Em vez de um processo estático, as categorias foram tensionadas pelo confronto entre expectativa teórica e realidade empírica observada em campo.

**a) Categorias iniciais:** (Expectativa Inicial): Derivadas do desenho original depositado junto ao CEP/UFMG, as categorias preliminares focalizavam redes de “ajuda”, ancestralidade negra e estratégias de resistência comunitária, buscando mapear o cuidado por meio de solidariedades cotidianas em um contexto de necropolítica. Cada segmento de texto, expressão ou interrupção narrativa foi marcado no software, gerando citações vinculadas a códigos iniciais, organizados em uma lista de temas prévios (Assis, 2023). Esse procedimento permitiu captar não apenas o conteúdo verbal, mas também a materialidade da exaustão presente nas falas.

**b) Categorias Readequadas e Emergentes (Realidade do Campo):** O cenário encontrado no campo - marcado por ausências, esvaziamento das rodas de conversas, isolamento, violências e dificuldades narradas pelas mulheres, impôs um reposicionamento imperativo do referencial teórico.

A hipótese inicial sobre rede comunitária e “ajudas” não se confirmou como eixo organizador das experiências relatadas. A constatação de solidão estrutural, adoecimento, captura do tempo e insuficiência de respostas estatais e jurídicas exigiu a emergência de categorias mais adequadas ao material empírico. Os achados sugerem que a pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024), em sua intensidade, desloca a resistência do registro coletivo para esforços

predominantemente individualizados de sobrevivência.

Os códigos iniciais foram agrupados em categorias analíticas por similaridade temática (Assis, 2023). Nesse estágio, observou-se o deslocamento analítico: temas que inicialmente orbitavam “ancestralidade” e “ajuda” foram reconfigurados em categorias como “solidão estrutural” e “captura do tempo”, dada a confluência de relatos sobre abandono institucional, adoecimento e fragilização de redes de apoio. Nesse movimento, necropolítica do cuidado e fratura do Diamante do Cuidado tornaram-se ferramentas conceituais centrais para interpretar a falha dos vértices “Estado” e “comunidade” e a sobrecarga resultante sobre as famílias.

**III- Recomposição (Tratamento dos resultados, Inferência e Interpretação):** Nesta fase, os dados foram convertidos em informações analiticamente significativas, articulando interseccionalidade, crítica contracolonial e feminismo negro. As inferências buscaram desvelar o que se apresenta como subjacente às falas - a materialidade da solidão, da exaustão e a produção seletiva do risco. O tratamento culminou no confronto entre dado institucional e vivência situada, permitindo que a análise final não apenas descrevesse a realidade, mas a interpretasse criticamente a partir de uma perspectiva interseccional e contracolonial.

Assim, as categorias foram agregadas em núcleos de sentido que compõem o modelo analítico final. A partir da triangulação entre (i) narrativas das Rodas de Conversa, (ii) impressões do diário de campo e feedback e (iii) dados quantitativos secundários do CadÚnico, foi possível desvelar padrões emergentes que informam sobre a produção seletiva do risco e a invisibilidade do cuidado em Venda Nova.

A validade social e científica desta abordagem reside na triangulação. A análise confrontou:

- a) As narrativas subjetivas (Rodas de conversa),
- b) As impressões intersubjetivas (Diário de campo e anotações);
- c) Os dados objetivos/institucionais (Bases da Vigilância Socioassistencial e indicadores sociodemográficos).

Esse cruzamento permitiu compreender não apenas o que as mulheres pensam e vivem sobre o cuidado, mas também como a estrutura social e socioassistencial do território condiciona possibilidades e impossibilidades do cuidar. A lista com códigos, categorias e reagrupamentos consta no Anexo J.

Este percurso assegura que a interpretação dos resultados não seja meramente descritiva, mas sustentada na dialética entre vivência situada e estrutura político-institucional que a produz. Tendo explicitado a lógica interna da análise e o percurso de codificação, passa-se à apresentação de como o *corpus* foi produzido em campo. Assim, tendo situado a sistematização dos dados, segue-se para a definição das categorias que orientam a análise substantiva.

Durante esse processo, surgem conceitos que são contrastados, refutados ou confirmados com base nos fatos, o que se torna um fator crucial na argumentação durante a análise. Isso fez com que nossas categorias se manifestassem, em resumo:

**Quadro 2 – Etapas da análise de conteúdo e operacionalização (adaptado de Bardin, 2016)**

Etapa	Procedimento Realizado	Objetivo Analítico
<b>1. Pré-análise</b>	Transcrição integral das 3 Rodas de Conversa e leitura flutuante do Diário de Campo.	Constituir o <i>corpus</i> e identificar as primeiras impressões.
<b>2. Exploração do Material</b>	Codificação no software ATLAS.ti, identificando unidades de registro (frases e termos recorrentes).	Mapeamento de categorias como: “Sobrecarga de cuidado”, “Fratura da rede” e “Desconhecimento da Política de Cuidado”.
<b>3. Tratamento dos Resultados</b>	Cruzamento das categorias com as Epistemologias do Feminismo Negro, Interseccionalidade, a Contracolonialidade, Racismo e Necropolítica.	Revelar a divergência entre a “ajuda” esperada (ancestral) e a solidão, pobreza de tempo e “exaustão” encontrada (campo).

Fonte: Elaborado pela autora.

A codificação realizada permitiu a estruturação do *corpus* em núcleos de sentido, os quais emergiram do diálogo entre o referencial teórico e a realidade empírica do caso estudado. Essa transição, do planejamento inicial aos achados concretos, demonstra como a realidade das mulheres participantes impôs a necessidade de readequação das categorias de análise. Esse deslocamento teórico-empírico é essencial para esta investigação.

A conversão das categorias de partida em indicadores de campo não se deu de forma linear, mas por meio de um tensionamento crítico entre a expectativa teórica e a denúncia empírica. Se, inicialmente, buscava-se investigar a ancestralidade negra e as redes de “ajuda” sob uma perspectiva de acolhimento coletivo, o campo revelou o avesso: falas recorrentes sobre “fazer tudo sozinha” e o isolamento imposto pela necessidade de sobrevivência. Portanto, a tradução desses conceitos em indicadores como ‘solidão’ e ‘captura do tempo’

justifica-se pela constatação de que, no contexto de precariedade das participantes, as redes comunitárias encontram-se fraturadas.

O que na teoria sugeria como ancestralidade negra - quilombismo é, na vivência dessas mulheres, capturado por uma lógica de exploração que as imobiliza de tal forma que as impedem de se organizar. Assim, o critério de readequação baseou-se na divergência entre o potencial de resistência das redes e a realidade de exaustão relatada pelas participantes, como detalhado no quadro a seguir:

**Quadro 3 – Transição Analítica: Das Hipóteses Iniciais aos Achados de Campo**

<b>Categoria de Partida (o que buscava)</b>	<b>Indicadores do Campo (o que encontrou)</b>	<b>Categoria Readequada (o que explica o dado)</b>	<b>Fundamentação Teórica</b>
<b>Ancestralidade e Redes de “Ajuda”</b>	Isolamento; narrativas de “fazer tudo sozinha”; Dependência familiar; ausência paterna; ausência de reciprocidade comunitária.	<b>Fratura das Redes de Apoio e Solidão Estrutural</b>	Diamante do Cuidado (Razavi); Fratura Comunitária.
<b>Resistência Negra e Comunitária</b>	Exaustão física e mental; imobilidade; captura do tempo pelo cuidado doméstico.	<b>Necropolítica do Cuidado: Imobilização e Captura</b>	Necropolítica (Mbembe); Pobreza de Tempo (Sorj).
<b>Cuidado como Prática Coletiva</b>	Dificuldade de acesso a direitos (ex: pensão); burocracia institucional; Inexistência de coletividade; Necessidade de apoio da família.	<b>Acesso à Justiça e Racismo Institucional</b>	Barreiras ao Acesso à Justiça; Racismo Institucional (Bairros).
<b>Protagonismo e Saberes Locais</b>	Adoecimento; uso de medicamentos; medo de compartilhar a vida com vizinhos; sobrecarga por filhos com deficiência.	<b>Produção Seletiva do Risco e Vulnerabilidade</b>	Produção Seletiva do Risco; Interseccionalidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao adotar uma leitura crítica e interseccional, reconhecemos que os discursos produzidos nas rodas de conversa não expressam uma realidade em geral, mas experiências situadas atravessadas por relações de poder, racialização, gênero, classe e pela escassez institucional que organiza o território. As categorias analíticas, portanto, não derivam apenas da frequência de temas, mas do modo como determinados enunciados, silêncios e interrupções se repetem e se conectam a estruturas de abandono e contenção.

A partir deste movimento, as unidades de registro foram consolidadas em núcleos de sentido definitivos. De acordo com a sistematização de Laurence Bardin (2016), as unidades de registro foram organizadas em categorias analíticas, que orientam o tratamento dos resultados. O Quadro 4 apresenta as categorias finais deste estudo, os indicadores que as apoiam e a fundamentação crítica-interseccional empregada.

**Quadro 4 – Categorias Analíticas, Indicadores e Referencial Teórico**

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores (Unidades de Registro)</b>	<b>Fundamentação Teórica</b>
<b>1. O Cuidado como “Prisão”, Solidão e adoecimento</b>	Falas sobre “não ter tempo”, “fazer tudo sozinha”, impossibilidade de sair da esfera doméstica.	Necropolítica (Mbembe); Pobreza de Tempo (Sorj); Colonialidade de Gênero (Lugones).
<b>2. O Estado como “Ausência” e Contenção</b>	Relatos sobre a distância dos serviços, morosidade de consultas e horários escolares incompatíveis, o CRAS como última porta.	Racismo Institucional (Bairros, Gonzalez e Nascimento); Necropolítica do cuidado.
<b>3. Obstáculos ao Acesso à Justiça e ao Direito</b>	Dificuldade em pleitear pensão alimentícia; desconhecimento de direitos; burocracia como barreira; o “tempo da justiça” incompatível com o “tempo da sobrevivência”.	Acesso à Justiça; Inefetividade dos Direitos Fundamentais; Interseccionalidade (Akotirene e Collins).
<b>4. A Fratura das Redes comunitárias e a Falência das “Ajudas”</b>	Unilateralidade do cuidado, falta de reciprocidade comunitária, exaustão das redes familiares (ex: avós cuidadoras).	Diamante do Cuidado (Razavi); Crítica à “Ajuda” (Guimarães).
<b>5. Adoecimento e “Corpo-Território” em Risco</b>	Menções a cansaço extremo, uso de medicamentos, dores físicas por filhos com deficiência.	Necropolítica: Produção seletiva do risco; Epistemologias Contracoloniais.

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar que a readequação das categorias, como a transição da ‘Resistência’ para a ‘Necropolítica do Cuidado’, reflete o reconhecimento de que a autonomia dessas mulheres é limitada por uma estrutura que consome seu tempo de forma predatória. A ‘captura do tempo’ surge, portanto, como o indicador que desmistificou a ideia de resistência na forma inicialmente pensada, revelando que o cuidado não remunerado na periferia, sob a ótica do racismo institucional, opera como um mecanismo de imobilização social. Esse rigor na tradução dos achados garante que a análise não mascare as violências cotidianas sob conceitos teóricos abstratos.

Delimitada a lógica interna da análise e explicitado o percurso de codificação, torna-se necessário apresentar, com precisão, como o *corpus* foi produzido em campo. Ou seja, quais fontes documentais foram mobilizadas, como se estruturou a observação participante (Bárbara Baptista, 2017; Teresa Caldeira, 2023) e de que modo as rodas de conversa foram realizadas, registradas e incorporadas ao processo analítico (Bernardete Gatti, 2005). É esse caminho de produção do material empírico que se descreve a seguir.

### 3.1.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi organizada por triangulação, combinando dados quantitativos secundários, documentos institucionais e dados qualitativos produzidos em campo, com o objetivo de contextualizar o território e, simultaneamente, compreender como o cuidado se manifesta no cotidiano das usuárias acompanhadas no CRAS Lagoa.

**a) Dados quantitativos secundários e pesquisa documental (contextualização):** Para a caracterização do território e da demanda socioassistencial, foram utilizados dados institucionais fornecidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, com apoio da Gerência de Dados e Sistemas Informativos (GDSIN/PBH), referentes ao CadÚnico no período de 2020 a 2025, com recortes entre os meses de fevereiro e outubro de cada ano. Esses dados foram sistematizados em quadros descritivos, permitindo: (i) observar a variação do número de famílias cadastradas na Regional Venda Nova e na área de abrangência do CRAS Lagoa; e (ii) compor os indicadores.

Esses dados não são tratados como prova explicativa suficiente dos fenômenos analisados, mas como pano de fundo socioinstitucional para situar as narrativas e delimitar o alcance do estudo. Informações detalhadas sobre cuidados ainda não estão disponíveis no questionário padrão do Cadastro Único. Atualmente, a pergunta sobre quem exerce o cuidado (ou similar) é feita apenas para pessoas com deficiência (modelo do formulário se encontra no Anexo H). Essa lacuna foi registrada como limite empírico da pesquisa e incorporada à discussão sobre a própria forma como o Estado produz visibilidades e invisibilidades na gestão da proteção social.

**b) Observação participante e diário de campo (registro do cotidiano institucional):** No plano qualitativo, a pesquisa empregou observação participante no CRAS Lagoa, com registro

em diário de campo, voltado à descrição do ambiente institucional, rotinas, fluxos, interações, silêncios, interrupções e condições materiais que atravessam a oferta de serviços e a presença (ou ausência) das usuárias.

As visitas ao CRAS Lagoa ocorreram nas seguintes datas: 06/10/2025, 08/10/2025, 16/10/2025 (remoto), 24/10/2025, 29/10/2025, 10/11/2025 (remoto), 19/11/2025, 24/11/2025 e 10/12/2025.

Os registros não foram utilizados para “confirmar” previamente hipóteses, mas para documentar acontecimentos e qualificar a interpretação do material discursivo obtido nas rodas de conversa, preservando a distinção entre: (i) o que foi efetivamente observado; (ii) o que foi relatado pelas participantes; e (iii) hipóteses interpretativas construídas a partir do conjunto do *corpus*.

**c) Rodas de conversa (dispositivo principal de escuta):** O dispositivo central de produção qualitativa foram as Rodas de Conversa, realizadas nas dependências do CRAS Lagoa, em datas previamente pactuadas com a instituição em novembro e dezembro de 2025 (25/11, 26/11 e 04/12/2025), mediante convite da equipe técnica da instituição, com o objetivo de dialogar sobre a rotina de cuidado e as redes de apoio. Sua condução seguiu os princípios da pesquisa qualitativa e etnográfica, priorizando a imersão, a escuta e o registro sistemático das narrativas, sem imposição da perspectiva da pesquisadora (Malinowski, 1978).

A condução seguiu roteiro de perguntas abertas, linguagem não acadêmica e mediação orientada por não-diretividade, buscando garantir que as falas emergissem das próprias participantes, com atenção às dinâmicas coletivas e ao ritmo do grupo.

A Minuta/Plano de Execução foi utilizada como referência de organização do dispositivo (preparação do espaço, apoio da equipe técnica, apresentação inicial, TCLE, lista de presença, oferta de lanche, registro em áudio e notas de campo), permitindo explicitar com transparência: (i) o que foi planejado; (ii) como a execução ocorreu; e (iii) quais ajustes foram necessários diante das condições concretas do território e do serviço. Este encontra-se no Anexo D.

**d) Registros de presença, permanência e motivos de saída (dados do processo):** Além das narrativas produzidas nas Rodas de Conversa, a pesquisa sistematizou registros referentes à presença, permanência e saídas antecipadas das participantes, por meio do controle de frequência, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e anotações

em diário de campo. Esses registros foram organizados nos Quadros 2 e 3 e tratados como parte constitutiva do *corpus* empírico.

Diferentemente de uma compreensão restrita desses documentos como instrumentos administrativos, eles foram analisados como indicadores das tensões temporais que atravessam o cotidiano das participantes. Nessa perspectiva, o esvaziamento das rodas e a dificuldade de permanência integral não são interpretados apenas como obstáculos técnicos, mas como eventos que exigem uma reflexão crítica sobre as condições de produção da pesquisa de campo.

Embora se reconheça que a baixa adesão pode derivar de múltiplos fatores, como o descrédito nas instituições, o medo da exposição ou o desinteresse pelo tema, a recorrência das justificativas apresentadas pelas participantes sugere que o fator 'tempo' é uma barreira preponderante.

Contudo, é imperativo pontuar que a dinâmica de participação também foi condicionada por um viés de seleção institucional: as atividades ocorreram nas dependências e nos horários de funcionamento do CRAS Lagoa. Esse desenho metodológico, ao coincidir com horários escolares e de gestão doméstica, acabou por filtrar a presença daquelas mulheres que dispunham de brechas ínfimas em seus cotidianos, conforme demonstram os Quadros 5 e 6.

**Quadro 5- Dinâmica de participação nas Rodas de Conversa**

Dia	Mulheres Convidadas	Confirmaram Presença	Compareceram Efetivamente	Ficaram até o final da atividade
25/11/2025	34	6	3	2
26/11/2025	33	5	2	2
04/12/2025	11	5	4	0

Fonte: Elaborado pela autora.

A dinâmica dos encontros revelou que os padrões de ausência e evasão não podem ser compreendidos como dados residuais. Conforme indica o Quadro 6, a impossibilidade de permanência integral, especialmente no encontro de 04/12/2025, constitui um dado empírico central, relacionado às condições estruturais que organizam o cotidiano das participantes.

**Quadro 6- Motivos que impossibilitaram de continuar a atividade**

Dia	Mulheres que compareceram	Mulheres que saíram antecipadamente	Buscar filho na escola	Outra atividade de cuidado	Outra atividade
25/11/2025	3	1	-	-	1
26/11/2025	2	-	-	-	-
04/12/2025	4	4	3	1	-

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos motivos de saída antecipada evidencia a centralidade do cuidado na organização da rotina das participantes. De um total de cinco mulheres que deixaram as atividades antes do término, quatro o fizeram em razão de responsabilidades de cuidado, especialmente relacionadas à busca de filhos na escola (04/12/2025<sup>111</sup>) e a outras tarefas domésticas. Esse padrão revela que a dificuldade de manutenção da presença constitui um dado empírico relevante, ainda que situado nos limites deste estudo.

Portanto, a evasão é aqui interpretada como uma manifestação da vulnerabilidade do campo. A baixa adesão não é apenas um ‘silêncio’ das ausentes, mas um dado que aponta para a complexidade da gestão do tempo em contextos de precariedade. Se por um lado a ‘pobreza de tempo’ (Sorj, 2024) limita a participação política e social, por outro, o próprio agendamento da pesquisa em horários institucionais rígidos tensionou essa realidade. Assim, a impossibilidade de participação plena é tratada como parte constitutiva da realidade investigada, revelando que a ‘captura do tempo’ atua como uma barreira de acesso que alcança, inclusive, os espaços de escuta da assistência social.

**e) Identificação de falas e participantes:** A identificação e aproximação das mulheres negras ocorreu através da articulação do CRAS Lagoa. O convite foi realizado pelas técnicas da instituição durante os atendimentos e por contatos telefônicos. Foram utilizados os seguintes parâmetros de inclusão: (i) Mulheres negras (pretas e pardas) na faixa etária entre 18 e 65 anos; (ii) Chefes de família ou responsáveis principais pelo cuidado não remunerado; (iii) Com filhos ou responsáveis por crianças de 0 a 12 anos; (iv) Com filhos ou responsáveis com deficiência; (v) Assistidas diretamente pelo CRAS Lagoa, residentes na Regional Venda Nova.

<sup>111</sup> Importante destacar que neste dia, ocorreu um atraso no início da atividade em decorrência de demandas administrativas do CRAS Lagoa. Praticamente todas as participantes precisavam sair antes das 11:15h para buscar os filhos na escola.

Foram convidadas ao todo 78 assistidas, com o comparecimento de 9 mulheres sistematizadas em quadros. Com intuito de facilitar a compreensão das narrativas das sujeitas entrevistadas foram utilizados os seguintes recursos: As reticências foram utilizadas para sinalizar pausas. O recurso de colchetes para apresentar momentos de choro ou respostas incompletas. Além disso, os trechos considerados importantes em “negrito” e os não centrais para foram excluídos, sendo demonstrados pela inserção de reticências entre parênteses. Para identificar as sujeitas da pesquisa, com vistas à garantia de anonimato, foi utilizada a abreviação ‘P’ de Participante e o código numérico: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9.

**f) Organização do corpus:** O corpus final integra: (i) dados quantitativos secundários; (ii) documentos institucionais e registros administrativos acessíveis; (iii) diário de campo; (iv) transcrições e sínteses das rodas; e (v) formulários de feedback (quando aplicável).

Ao final, as escolhas de coleta evidenciam que o acesso ao campo e a participação das mulheres são atravessados por condições materiais e institucionais que também precisam ser descritas com rigor.

Por isso, antes de avançar para a apresentação e discussão dos resultados, a próxima seção sistematiza as cautelas éticas e os limites do campo, delimitando o que este desenho metodológico permite afirmar - e o que não permite.

### ***3.1.3 Considerações éticas e limites do campo***

A realização da fase empírica empírica desta pesquisa, devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG), exigiu um exercício permanente de reflexividade ética, especialmente devido à vulnerabilidade social, econômica e emocional das mulheres participantes. Desde o planejamento até a execução das Rodas de Conversa, buscou-se assegurar que a pesquisa não se constituísse como um dispositivo de extração de narrativas de sofrimento, mas em um espaço de escuta respeitosa, não diretiva e livre de julgamentos.

O lugar da pesquisadora mulher negra, mãe e moradora do território, não implicou em ingerências na condução das rodas de conversa, as quais seguiram rigorosamente os protocolos éticos e metodológicos aprovados, garantindo a autonomia das participantes, o consentimento livre e esclarecido, o sigilo das informações e o direito irrestrito à interrupção da participação a qualquer momento. Ao contrário, serviu como ponto de ancoragem para

uma escuta qualificada, imparcial e livre de julgamentos, sem induções, sem correção e sem hierarquizar falas, respeitando os tempos, os silêncios e as interrupções como parte constitutiva da experiência narrada, fato essencial para o acolhimento de narrativas atravessadas por traumas e exaustão.

Conforme previsto no projeto originalmente depositado junto ao CEP/UFMG, a investigação partiu da hipótese de que a ancestralidade negra e as redes comunitárias de solidariedade, as “ajudas” desempenhariam papel central como estratégias de resistência no território analisado. No entanto, a ética da pesquisa qualitativa exige abertura ao deslocamento analítico diante da realidade empírica, evitando a confirmação forçada de expectativas teóricas.

Nesse sentido, a baixa adesão, a dificuldade de permanência integral das participantes e a fragilidade das redes de apoio configuraram-se como limites relevantes do campo. Esses elementos, longe de serem tratados exclusivamente como falhas técnicas, foram incorporados à análise como dados empíricos, demandando interpretação cautelosa e situada.

A partir das informações registradas em diário de campo e dos relatos das participantes, levantou-se como hipótese analítica que a sobrecarga de responsabilidades de cuidado, a escassez de tempo e a instabilidade cotidiana podem ter influenciado os padrões de participação observados. Ressalta-se, contudo, que tais interpretações não esgotam as possíveis explicações, uma vez que nem todas as ausências puderam ser diretamente contextualizadas pelas próprias participantes.

Esses limites exigiram um reposicionamento da hipótese inicial da pesquisa, deslocando o foco das redes comunitárias para a análise do isolamento estrutural, da sobrecarga individualizada e da centralidade do cuidado na organização da sobrevivência cotidiana. Esse movimento analítico fundamentou a incorporação dos referenciais da necropolítica do cuidado e do racismo institucional que se mostraram mais adequados para interpretar uma realidade em que a resistência não se manifesta como ação coletiva organizada, mas como o esforço hercúleo e diário de manter-se viva e manter os seus.

Esse diagnóstico impôs uma reflexão sobre novas estratégias de alcance e escuta. Entretanto, diante do rigoroso cronograma acadêmico e das estritas autorizações éticas que delimitam o atual desenho da pesquisa junto ao Comitê de Ética, essas alternativas configuraram-se como horizontes para desdobramentos futuros. Assim, a presente análise assume a ‘ausência’ e o ‘silêncio’ não como lacunas, mas como evidências materiais da

exclusão social e do exaurimento físico e mental que esta dissertação se propõe a problematizar.

A pesquisa também enfrentou limites relacionados à narrativas do sofrimento. Diversas experiências emergiram de forma fragmentada, atravessadas por silêncios, interrupções e manifestações emocionais, o que exigiu postura de não insistência e reconhecimento de que nem toda vivência pode ou deve ser plenamente verbalizada. A escuta sensível, nesse contexto, implicou aceitar que o “não dito” também comunica e que o silêncio pode operar como forma legítima de autoproteção.

Assim, as considerações éticas desta investigação não se restringem ao cumprimento formal dos protocolos institucionais, mas se inscrevem em uma ética da escuta, da responsabilidade e da não revitimização. Reconhecer esses limites implica reconhecer as fronteiras impostas pela própria realidade investigada, marcada pela precarização, pela escassez de tempo e pela sobrecarga feminina, que nos impõe o dever de não revitimizar ou violentar aquilo que se propõe a compreender.

É a partir desse pacto ético e metodológico que o capítulo avança para a caracterização das participantes e do território, situando as condições materiais, institucionais e sociais em que o cuidado se organiza em Venda Nova.

### 3.2 Caracterização do território e das participantes

*Como mulheres, nós fomos ensinadas a ou ignorar nossas diferenças, ou vê-las como causas de separação e suspeita em vez de forças para serem mudadas. Sem comunidade não há libertação, apenas o armistício mais vulnerável e temporário entre um indivíduo e sua opressão. Mas comunidade não deve significar uma queda de nossas diferenças, nem a pretensão patética de que essas diferenças não existem.*

(Audre Lorde, 2025, p. 137)

Para compreender a invisibilidade do cuidado em Venda Nova, é preciso situar o lugar onde essas vidas se desenrolam. O território não é apenas um recorte geográfico, mas um espaço produzido por camadas históricas de ocupação, resistência e políticas de planejamento urbano que, por décadas, negligenciaram a centralidade da vida reprodutiva.

A Regional de Venda Nova<sup>112</sup> possui uma trajetória singular, remontando suas origens em 1711 (Martins, 2021). O território completou 314 anos em junho de 2025, sendo, portanto, mais antigo que a própria capital mineira, que tem 128 anos. Historicamente vinculada a Sabará e Santa Luzia, Venda Nova foi integrada a Belo Horizonte na década de 1940 sob a lógica das “cidades-dormitório” (Martins, 2021), cuja proposta era abrigar os trabalhadores que construíam o complexo da Pampulha (Martins, 2021).

Embora a partir da década de 1990 o território tenha desenvolvido infraestrutura com polos comerciais e equipamentos públicos próprios (Martins, 2021), a herança do planejamento periférico ainda reverbera na precarização dos serviços e de suporte ao cuidado.

Como se observará na Figura 3, a inserção de Venda Nova no extremo norte de Belo Horizonte revela a distância não apenas física, mas política, que separa as mulheres cuidadoras dos principais eixos de decisão e investimento da capital, o que impõe desafios estruturais desde mobilidade e acesso ao centro administrativo e econômico da cidade.

**Figura 5- Mapa geral de Belo Horizonte**



Fonte: Elaborado pela autora baseado em PBH/Prodabel (2025).

<sup>112</sup> As regionais da cidade de Belo Horizonte são: Barreiro, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha, Oeste e Venda Nova (Belo Horizonte, 2017).

Ao estreitarmos o foco para o recorte de Venda Nova, percebe-se a densidade de uma malha urbana que se expandiu à margem do planejamento centralizado, onde o “tempo de deslocamento” torna-se um confisco adicional à jornada de trabalho remunerado e não remunerado da população, sobretudo de mulheres que precisam conciliar todas as demandas e o cuidado.

A genealogia de Venda Nova apresenta uma contradição fundamental, pois embora possua uma ancestralidade de mais de trezentos anos, sendo inclusive anterior à própria capital, sua incorporação ocorreu sob a perspectiva funcionalista. Esse planejamento é excludente, focado apenas na reprodução da força de trabalho (Martins, 2021).

O efeito é perceptível até os dias atuais, pois empurra a população negra e trabalhadora para as periferias. Essa exclusão afeta de maneira ainda mais proeminente as mulheres, sobretudo no que mais é demandado por elas no território: o tempo. Trata-se de uma estrutura de exclusão que assalta as mulheres por meio de deslocamentos longos e da falta de suporte público local.

A imagem apresentada transcende a mera localização geográfica, a regional com seus 36 bairros (Belo Horizonte, 2021) atua como um delineador da topografia da desassistência e da exclusão. A distância física do território em relação aos centros de decisão política e jurídica da capital materializa a necropolítica também no espaço. Isso se deve ao fato de que o isolamento geográfico funciona como um instrumento para perpetuar a desigualdade, invisibilidade, a escassez de acessos e a restrição da mobilidade.

**Figura 6 - Mapa da Região de Venda Nova**



Fonte: Elaborado pela autora baseado em PBH/Prodabel (2025).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui-se como a unidade pública estatal de base territorial, atuando como a “porta de entrada” prioritária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Localizado estrategicamente em áreas com altos índices de vulnerabilidades e risco social e pessoal, o CRAS tem como missão o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (Brasil, 2019).

Os serviços, programas, projetos e benefícios são organizados tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades (Brasil, 2009). Mais do que um espaço de atendimento, a unidade deve atuar como articuladora da rede socioassistencial, facilitando o acesso da população a serviços como Cadastro Único, a benefícios como o Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de fomentar ações coletivas que visem o enfrentamento de problemas estruturais do bairro, como a falta de acessibilidade e a ausência de espaços de lazer (Brasil, 2019).

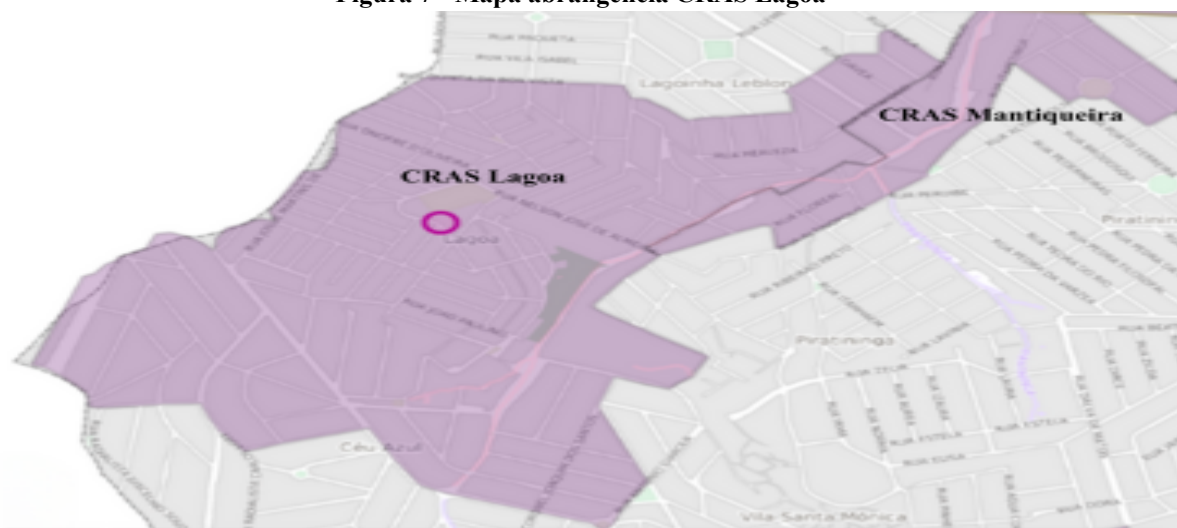
A construção de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é definida no âmbito do planejamento municipal, com base nas normativas do SUAS e critérios que visam atender famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2009; 2019).

É essencial que o CRAS seja entendido além de sua dimensão burocrática e administrativa. Ao prestar atendimento a famílias em situação de desproteção, pessoas com deficiência e idosos, o equipamento se estabelece como o espaço onde a demanda por cuidado assume um caráter institucional.

Conhecer o território permite que a equipe técnica identifique as lacunas de suporte público que sobrecarregam as mulheres periféricas. Assim, ele deixa de ser apenas uma unidade de serviços para se tornar o ponto de interseção entre a política de assistência e a vida reprodutiva, configurando-se, muitas vezes, como o único anteparo estatal disponível para mediar as vulnerabilidades de sobrevivência nos territórios.

Atualmente Belo Horizonte conta com 36 CRAS e possui projeto para a criação de mais 20 nos territórios (Belo Horizonte, 2025). Venda Nova possui além do CRAS Lagoa, outros dois, sendo eles CRAS Apolônia e CRAS Mantiqueira. O CRAS Lagoa atende os moradores dos bairros Lagoa, parte do Piratininga, Leblon, Lagoinha Leblon e Céu Azul.

Esse território é delimitado por famílias com indicadores de vulnerabilidades do município, não sendo classificado por bairro, mas por áreas vulneráveis como demonstra a imagem abaixo.

**Figura 7 - Mapa abrangência CRAS Lagoa**

Fonte: Elaborado pela autora baseado em GEOSUAS/BH (2025).

O CRAS Lagoa, situa-se na Rua José Sabino Maciel, nº 120, no bairro Lagoa, não se tem a data certa de sua inauguração, mas o primeiro atendimento de cadastro de famílias se deu em 26/08/2011, oferece à população o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com oficinas de reflexão, convivência, palestras, reuniões comunitárias, eventos, concessão de benefícios e encaminhamentos diversos. Oferece também, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos, adolescentes e crianças. Os usuários podem ainda, se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Além dos serviços socioassistenciais, o espaço do CRAS é utilizado pelas políticas de saúde, cuja principal oferta é a Academia da Cidade, esportes e ações de inclusão digital (Belo Horizonte, 2025).

**Figura 8 - CRAS Lagoa**

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A composição de trabalhadores alocados no CRAS Lagoa são de concursados, terceirizados e de convênios com a Prefeitura de Belo Horizonte. Sendo: 4 concursados, 6 terceirizados, 8 parceirizados, 1 contrato administrativo temporário, 2 coordenadoras parceirizadas que atendem o Lagoa e outros CRAS na coordenação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Ao operarem na ‘ponta’ do sistema assistencial, as unidades do CRAS configuram o que a literatura denomina como burocracia de nível de rua (Assis, 2023). No CRAS Lagoa, o Estado não se manifesta através de leis abstratas, mas pelo rosto do burocrata que faz a triagem da dor e da carência. Sua atitude evidencia que a implementação das políticas ocorre não apenas por meio de normas, mas principalmente pelas interpretações e decisões cotidianas dos servidores que atuam diretamente com a população (Assis, 2023).

A visão geral sobre as burocracias do nível de rua (...) mostrou que os agentes de rua atuam em condições de trabalho frequentemente inadequadas e sob pressão, o que os leva realizar certas tarefas para controlar essas circunstâncias, como construir a condição social dos usuários para alocar as ofertas diante das situações reais da implementação, estabelecer o contexto de interação para a prestação dos serviços, comunicando ao público as formas de comportamento esperadas. O “imperativo de ação” (Hupe; Hill, 2007), que subjaz esse trabalho, requer que os BNR usem a discricionariedade, façam julgamentos e improvisem na linha de frente (Assis, 2023, p. 43-44).

É neste equipamento que a demanda da população se torna uma questão de política pública, evidenciando que o acesso a direitos básicos depende, muitas vezes, de uma performance de vulnerabilidade exigida por um sistema que gere a escassez em vez de erradicar a precariedade.

Após traçar o contexto socio-histórico e institucional de Venda Nova, a análise passa da escala territorial para a dimensão humana e subjetiva. As mulheres cujas trajetórias são analisadas neste estudo não são tratadas como simples unidades amostrais, mas como agentes políticos cujos cotidianos evidenciam as tensões da necropolítica do cuidado. As identidades, mantidas em anonimato, demonstram a complexidade de quem atua no limite da exaustão para garantir a sobrevivência em regiões pouco assistidas.

### **3.2.1 Vulnerabilidade social, feminização da pobreza e demanda por cuidado no território**

Antes da apresentação das trajetórias individuais das participantes, torna-se necessário situar o contexto estrutural no qual essas experiências se inscrevem. Para tanto, são

analisados, nesta seção, indicadores socioassistenciais produzidos pelo Cadastro Único, que permitem compreender a expansão da vulnerabilidade, a feminização da pobreza e a intensificação da demanda por cuidado no território atendido pelo CRAS Lagoa.

Esses dados, sintetizados nos Quadros a seguir, permitem visualizar o crescimento exponencial das famílias em situação de vulnerabilidade na Regional Venda Nova, com destaque para a predominância de mulheres como responsáveis por domicílios com crianças e pessoas com deficiência.

Os dados do CadÚnico apresentados no Quadro 7<sup>113</sup> evidenciam a expansão contínua da vulnerabilidade social no território de Venda Nova ao longo do período de 2020 a 2025, com impacto direto sobre a demanda atendida pelo CRAS Lagoa. Observa-se que, enquanto a Regional Venda Nova parte de um quantitativo de 21.495 famílias cadastradas em fevereiro de 2020, esse número alcança 36.038 em outubro de 2025. Este crescimento de cerca de 67,7% pode ser lido como expressão estatística da necropolítica, onde os efeitos prolongados da crise sanitária e econômica recaem seletivamente sobre os territórios periféricos (Roubicek, 2023).

No âmbito específico do CRAS Lagoa, a tendência se reproduz de forma ainda mais sensível, em que de 2.097 famílias cadastradas em fevereiro de 2020, o território passa a atender mais de 3.300 famílias em 2025. Trata-se de um crescimento de 58,13% que não pode ser interpretado apenas como ampliação do acesso à política de assistência social, mas como indicador da feminização da pobreza e da intensificação das condições de precariedade.

Ao analisar o recorte temporal específico do território, sobressai o impacto do período pandêmico, o salto de 2.097 famílias em fevereiro de 2020 para 3.670 em outubro de 2023 representa um aumento vertiginoso de aproximadamente 75% na demanda por proteção social em apenas três anos. Este ápice estatístico coincide com o agravamento da insegurança alimentar e a precarização dos vínculos laborais informais durante a crise sanitária, evidenciando como o cuidado não remunerado foi tensionado ao limite pela escassez de recursos.

Observa-se ainda, uma sutil tendência de redução a partir de 2024, com o número de famílias estabilizando-se em 3.316 em outubro de 2025. Tal decréscimo, embora demande cautela interpretativa, pode sugerir uma convergência de fatores, desde a tímida melhoria na

---

<sup>113</sup> Os dados aqui apresentados são inseridos no CadÚnico pelos técnicos do CRAS no momento da admissão do assistido, baseando-se em informações fornecidas pelo próprio cidadão.

renda autônoma das famílias e a eficácia de políticas públicas de transferência de renda, até dinâmicas territoriais de migração ou revisão cadastral.

Esses números materializam o pano de fundo estrutural no qual se inscrevem as narrativas escutadas nas rodas de conversa. Antes de serem vozes singulares, as mulheres participantes são expressão de um processo coletivo de empobrecimento e ampliação das responsabilidades familiares. Nesse cenário, o CRAS Lagoa deixa de ser apenas uma unidade de serviço para se tornar a “última fronteira” de contenção da sobrevivência, onde o Estado gerencia a escassez através de seus burocratas de rua (Assis, 2023) enquanto a invisibilidade do cuidado sustenta a vida no limite da exaustão.

**Quadro 7 - Dados Cadúnico – Venda Nova e CRAS Lagoa**

Total de Famílias Cadastradas no CADÚNICO – Regional Venda Nova (2020–2025)		Total de Famílias Cadastradas no CADÚNICO – CRAS Lagoa (2020–2025)	
Mês/Ano Referência	Total de Famílias	Mês/Ano Referência	Total de Famílias
Fev/2020	21495	Fev/2020	2097
Out/2020	22317	Out/2020	2191
Fev/2021	22107	Fev/2021	2215
Out/2021	24892	Out/2021	2602
Fev/2022	26970	Fev/2022	2876
Out/2022	33540	Out/2022	3416
Fev/2023	35827	Fev/2023	3609
Out/2023	37249	Out/2023	3670
Fev/2024	37086	Fev/2024	3602
Out/2024	35747	Out/2024	3466
Fev/2025	35961	Fev/2025	3458
Out/2025	36038	Out/2025	3316

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Por sua vez, o Quadro 8 aprofunda esse cenário ao evidenciar a centralidade das mulheres na sustentação dos domicílios com crianças pequenas. Entre 2020 e 2025, o número de mulheres responsáveis por famílias com filhos de 0 a 12 anos na Regional Venda Nova cresce de 8.802 para 14.904, um incremento de 69,3% que ratifica a feminização da responsabilidade e a sobrecarga do cuidado infantil no território.

No recorte do CRAS Lagoa, os dados revelam que aproximadamente 42% das famílias cadastradas são chefiadas por mulheres com crianças nessa faixa etária. Esse dado transcende a métrica demográfica, pois materializa a pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024; Brasil, 2023)

como uma barreira estrutural. O cuidado com crianças pequenas não apenas organiza a rotina, mas interdita o acesso ao trabalho, a permanência em espaços de qualificação e a própria fruição de políticas públicas.

É sob esse contexto que se deve interpretar a dificuldade de permanência das mulheres nas rodas de conversa e as saídas antecipadas registradas em diário de campo. O cuidado infantil, no contexto de Venda Nova, não é uma intercorrência eventual, mas uma presença constante e inegociável, que captura o tempo dessas mulheres e delimita suas possibilidades de circulação e articulação. Assim, a estatística corrobora as narrativas de solidão e exaustão. Ou seja, para essas mulheres, o tempo é sistematicamente expropriado pela urgência da reprodução da vida.

**Quadro 8 - Mulheres responsáveis por domicílio com filhos de 0 a 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Regional Venda Nova (2020–2025)		CRAS Lagoa (2020–2025)	
Mês/Ano Referência	Total de Famílias	Mês/Ano Referência	Total de Famílias
Fev/2020	8802	Fev/2020	858
Out/2020	9061	Out/2020	889
Fev/2021	8968	Fev/2021	901
Out/2021	10045	Out/2021	1035
Fev/2022	10736	Fev/2022	1127
Out/2022	13020	Out/2022	1323
Fev/2023	13731	Fev/2023	1371
Out/2023	14459	Out/2023	1423
Fev/2024	15029	Fev/2024	1462
Out/2024	14890	Out/2024	1451
Fev/2025	14957	Fev/2025	1446
Out/2025	14904	Out/2025	1391

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Já o Quadro 9 explicita a face mais aguda e cruel da sobrecarga da responsabilidade feminina, ao analisar os domicílios que incluem pessoas com deficiência. Na Regional Venda Nova, esse contingente cresceu de 4.794 famílias em 2020 para 6.892 em 2025, um aumento de 43,7%, enquanto no território do CRAS Lagoa a demanda estabilizou-se em 582 famílias, após uma queda de um ano. Este dado revela que o cuidado periférico não é apenas volumoso, mas de alta complexidade, exigindo manejos burocráticos, acompanhamentos de saúde, o

desgaste físico e emocional e o adoecimento relatado nas rodas de conversa e que aprofundam a pobreza de tempo.

Essa realidade revela que uma parcela significativa das mulheres atendidas pelo CRAS Lagoa, não apenas cuidam, mas o exercem em contextos de maior complexidade, que exige uma atenção constante.

**Quadro 9 - Mulheres responsáveis por domicílio que contenham pessoas com deficiência: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Regional Venda Nova (2020–2025)		CRAS Lagoa (2020–2025)	
Mês/Ano Referência	Total de Famílias	Mês/Ano Referência	Total de Famílias
Fev/2020	4794	Fev/2020	472
Out/2020	4981	Out/2020	490
Fev/2021	5028	Fev/2021	492
Out/2021	5475	Out/2021	520
Fev/2022	5813	Fev/2022	549
Out/2022	6616	Out/2022	604
Fev/2023	6845	Fev/2023	631
Out/2023	6968	Out/2023	625
Fev/2024	7022	Fev/2024	622
Out/2024	6686	Out/2024	579
Fev/2025	6845	Fev/2025	577
Out/2025	6892	Out/2025	582

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Nesse cenário, transfigura o corpo da mulher em uma extensão informal do Estado, suprimindo, na esfera doméstica, a carência de equipamentos públicos de reabilitação e suporte. A própria escassez de serviços de saúde e de assistência para esse público foi narrada nas rodas. A presença de dependentes atípicos ajuda a compreender por que o CRAS é percebido como a “última porta”, ele é o único anteparo contra a desproteção total. Este cenário estatístico valida as narrativas de exaustão colhidas em campo, demonstrando que a imobilidade social dessas mulheres é um projeto da necropolítica do cuidado, que as retém no espaço privado sob o ônus da sobrevivência alheia.

Essa configuração territorial e socioeconômica constitui a base material a partir da qual se estruturam as experiências, percepções e estratégias das mulheres investigadas. A

compreensão dessas condições é fundamental para a análise das dinâmicas subjetivas, comunitárias e institucionais que serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

#### **4 NECROPOLÍTICA DO CUIDADO E GESTÃO DA SOBREVIVÊNCIA: NARRATIVAS DAS MULHERES DE VENDA NOVA**

*(...) a estrada para a liberdade, o caminho da libertação é marcado pela resistência em cada encruzilhada: a resistência mental, resistência física, resistência direcionada para a tentativa de obstruir o caminho do cativo.*

(Angela Davis, 2015)

A caracterização do território e dos indicadores socioeconômicos evidencia que as experiências das mulheres atendidas pelo CRAS Lagoa são atravessadas por processos estruturais de empobrecimento, precarização do trabalho, intensificação das responsabilidades familiares e escassez institucional. Esses elementos constituem o pano de fundo material sobre o qual se organizam as práticas de cuidado e as estratégias de sobrevivência cotidiana.

Entretanto, os dados quantitativos e institucionais, embora fundamentais, não são suficientes para apreender a complexidade dessas experiências. Eles informam sobre a magnitude da vulnerabilidade, mas não revelam como ela é vivida, negociada e suportada no cotidiano. É nesse ponto que as narrativas das participantes assumem centralidade analítica.

Este capítulo dedica-se à análise das trajetórias, percepções e formas de enfrentamento mobilizadas pelas mulheres de Venda Nova diante da sobrecarga do cuidado, da fragilização das redes comunitárias e da insuficiência das políticas públicas. A partir das rodas de conversa, dos registros em diário de campo e dos dados institucionais, examina-se como essas mulheres produzem estratégias de sobrevivência em um contexto marcado pela necropolítica do cuidado.

A análise articula três dimensões centrais: (i) as condições objetivas de vida, trabalho e organização familiar; (ii) a fratura<sup>114</sup> das redes de apoio e das chamadas “ajudas”; e (iii) o papel do Estado e do Direito na gestão da precariedade. Ao integrar essas dimensões, busca-se

---

<sup>114</sup> Denominamos essa experiência de “fratura”, pois, como pesquisadora inserida nesse contexto, minha sobrevivência dependeu da solidariedade de uma rede de mulheres. Essa rede de apoio mútuo, ia além dos laços familiares, incluindo vizinhas, religiosas e educadoras, que ofereciam cuidados e assistência nas atividades domésticas, muitas vezes sem remuneração, mas motivada por fortes laços de amizade e compadrios.

compreender como a reprodução da vida é sustentada, majoritariamente, pelo trabalho invisibilizado das mulheres negras periféricas.

Mais do que descrever trajetórias individuais, este capítulo evidencia como o cuidado se converte em dispositivo político de contenção da pobreza, transferindo para o espaço doméstico a responsabilidade pela sobrevivência coletiva. Nesse processo, a exaustão, o adoecimento e o isolamento deixam de ser eventos contingentes e passam a constituir elementos estruturais da experiência social analisada.

A partir dessa perspectiva, as seções seguintes examinam, de forma articulada, a fratura das redes comunitárias, a produção seletiva do risco e o papel do CRAS como dispositivo de fronteira entre proteção e gestão da escassez.

#### **4.1 Quem cuida? condições de vida, trabalho e sobrevivência**

A análise das trajetórias das participantes evidencia que o cuidado, em Venda Nova, é exercido sob condições extremas de precariedade material, instabilidade laboral e fragilidade institucional. Longe de constituir uma escolha ou uma vocação naturalizada, o cuidado emerge como uma imposição estrutural que organiza integralmente a vida dessas mulheres.

Predomina entre as participantes a monoparentalidade feminina, marcada pela ausência paterna e pela responsabilização quase exclusiva das mulheres pela manutenção física, emocional e econômica dos domicílios. Essa configuração, longe de ser episódica, constitui uma forma estrutural de organização da vida periférica, na qual o cuidado é feminizado, racializado e desprovido de reconhecimento social.

As participantes, em suas narrativas, revelam um ponto nevrálgico: a naturalização da responsabilidade do cuidado como inerente à família. Embora demonstrem insatisfação com a ausência paterna, principalmente no que tange ao suporte financeiro e à baixa participação na vida dos filhos, e mencionem a necessidade de maior suporte institucional, a responsabilidade pelo cuidado não é transferida para fora da esfera familiar. O cuidado é percebido, de forma recorrente, como um dever intrínseco à organização doméstica. As reivindicações se concentram, via de regra, em melhorias nas condições para o seu exercício, e não em uma redistribuição estrutural dessa responsabilidade, o que inclusive evidencia a institucionalização do familismo no tecido familiar.

No plano laboral, observa-se a predominância de vínculos precários, informais ou intermitentes “(...) gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os

mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentalmente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 27). Atividades como trabalho doméstico, bicos, comércio informal e serviços eventuais compõem a principal fonte de renda, frequentemente interrompida pelas demandas de cuidado. A instabilidade do trabalho, associada à ausência de redes de apoio, produz trajetórias marcadas por ciclos recorrentes de desemprego e subocupação.

A renda das participantes, em grande parte, encontra-se vinculada a políticas de transferência, como o Bolsa Família, que, embora fundamental para a sobrevivência, não garantem segurança material. Esses benefícios operam como mecanismos de contenção da pobreza, sem romper com sua reprodução estrutural, reforçando a dependência institucional.

O cuidado aparece, nesse contexto, como um fator central de restrição da autonomia. As responsabilidades com filhos pequenos, pessoas com deficiência e familiares adoecidos limitam o acesso ao mercado de trabalho, à formação profissional, ao lazer e à participação social. O tempo dessas mulheres é permanentemente capturado pelas urgências da reprodução da vida.

As narrativas revelam que o cotidiano é organizado a partir da gestão permanente da escassez: falta de recursos, de tempo, de serviços e de apoio. A sobrevivência assume a forma de uma administração contínua de crises, na qual cada decisão envolve renúncias, sacrifícios e rearranjos forçados.

Nesse cenário, o cuidado deixa de ser compreendido como prática relacional compartilhada e passa a operar como uma tarefa solitária, exaustiva e invisibilizada. O corpo da mulher torna-se o principal dispositivo de sustentação da vida, funcionando como infraestrutura informal que supre as lacunas do Estado.

Assim, as condições de vida, trabalho e renda das participantes revelam que cuidar, é viver sob permanente estado de alerta, instabilidade e desgaste. Trata-se de uma forma de gestão da sobrevivência que antecipa e fundamenta a análise da necropolítica do cuidado desenvolvida nas seções seguintes.

#### **4.1.1 Perfil Sociodemográfico das participantes**

Apresenta-se, nesta seção, a síntese das trajetórias que compõem o cerne empírico desta investigação. As nove mulheres participantes, cujos perfis estão sistematizados no Quadro 10, permitem observar, em escala situada, características recorrentes entre mulheres

atendidas pela política de assistência social no território analisado. Seus cotidianos indicam que o cuidado, em Venda Nova, articula múltiplas dimensões da vida social, atravessando trabalho, renda, organização familiar e acesso a políticas públicas.

A caracterização das mulheres que compuseram as rodas de conversa evidencia elementos recorrentes na organização do cuidado no território. O grupo é formado por mulheres autodeclaradas pardas e pretas, em idade economicamente ativa, com predominância de arranjos monoparentais e dependência, em diferentes graus, de políticas de transferência de renda.

A sistematização dos perfis apresentada no Quadro 10 permite que a análise transite do dado estatístico para a densidade das vidas que pulsam no território de Venda Nova. Ao observar o conjunto dessas trajetórias, emergem pontos de intersecção que revelam como o trabalho de cuidado, longe de ser uma escolha individual, é uma imposição estrutural que molda o tempo e a saúde dessas mulheres.

**Quadro 10 – Perfil Sociodemográfico das Participantes**

Participante	Idade	Cor/raça declarada	Nº de filhos	Idade filhos	Criança/PCD	Escolaridade	Situação Conjugal	Renda/Benefício	Observações Relevantes
<b>P1</b>	43 anos	Parda	3	13; 9; 5 anos	Não	Não informado	Casada	Renda do Esposo.	Já recebeu BF; Relatou isolamento e depressão
<b>P2</b>	32 anos	Parda	1	2 anos	Não	Superior incompleto	Solteira	Trabalho remunerado	Mãe solo; Nunca recebeu BF; tia fica com a sobrinha até sua chegada em casa.
<b>P3</b>	39 anos	Parda	1	8 anos	1 PCD	Superior Incompleto	Solteira	Recebe BF	Mãe solo; Cuida de mãe idosa em tratamento oncológico; depressão
<b>P4</b>	26 anos	Preta	1	4 anos	Não	Não informado	Solteira	Recebe BF	Mãe solo; Cuida de duas sobrinhas pequenas; depressão
<b>P5</b>	43 anos	Parda	2	6; 4 anos	1 PCD	Não informado	Solteira	Recebe BF	Mãe solo; Cuida de pais idosos e recebe apoio

									dos pais no cuidado dos filhos; depressão
<b>P6</b>	40 anos	Preta	3	16; 15; 10 anos	1 PCD	Superior completo	Divorciada	Recebe BF, faz “bicos para completar renda”	Cuida de mãe idosa, avó c/ demência; depressão
<b>P7</b>	50 anos	Parda	3	adultos (33; 31; 29; 21 anos)	Não	Não informado	Não informado	Recebe BF;	Cuida da neta 7 anos
<b>P8</b>	37 anos	Parda	2	17; 4 anos	Não	Não informado	Divorciada	Recebe BF; Trabalho remunerado à noite	Mãe solo; Cuida do sobrinho de 18 anos
<b>P9</b>	28 anos	Parda	2	6; 2 anos	Não	Não informado	Solteira	Recebe BF Trabalho remunerado informal	Mãe solo

Fonte: Elaborado pela autora<sup>115</sup>.

Um dos primeiros eixos que se destaca na leitura desses perfis e os dados desagregados do CadÚnico é a realidade de que o cuidado possui marcadores nítidos de raça e gênero. O grupo de participantes foi composto a partir de critério metodológico previamente definido, por mulheres autodeclaradas pretas e pardas, em consonância com a abordagem teórica adotada pela pesquisa.

Essa constatação está em consonância com os dados sistematizados pelo sistema DATAcuidados, baseados na PNAD 2022<sup>116</sup> (Brasil, 2025).

Os dados apresentados no Quadro 11 permitem situar o contexto mais amplo em que essas trajetórias se inserem, indicando a predominância de famílias monoparentais chefiadas por pessoas negras no território analisado. Não é uma coincidência amostral, mas o reflexo fiel da estrutura demográfica da monoparentalidade no território, conforme revelam os registros da Prefeitura de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2025) no Quadro 11.

<sup>115</sup>.A menção à “depressão” no quadro 10 corresponde à autodeclaração das participantes durante as rodas de conversa.

<sup>116</sup> Dado desagregado da PNAD 2022, de gênero, raça/cor confirma essa relação em que relaciona que 86,7% das mulheres negras realizam atividade de cuidado não remunerado em relação a 85,5% das mulheres brancas, o que ainda é um dado muito alto em relação a carga de cuidado não remunerado sobre as mulheres. (Brasil, 2025).

**Quadro 11 - Família monoparental filhos até 12 anos - Raça/cor: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Cor/raça da Referência Familiar												
Venda Nova												
Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
<b>Parda</b>	3681	3679	3605	3978	4235	5320	5646	5909	6143	6076	6079	5966
<b>Preta</b>	913	922	881	973	1024	1264	1303	1367	1396	1359	1372	1400
<b>Amarel.</b>	39	39	39	51	56	91	101	101	98	94	93	89
<b>Branca</b>	1013	1005	989	1108	1187	1550	1665	1778	1865	1875	1908	1852
<b>Indigen.</b>	4	4	3	5	5	7	9	9	7	8	7	6
<b>S/ Inf.</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
<b>Em Branco</b>	0	1	1	1	1	2	2	2	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
Cras Lagoa												
Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
<b>Parda</b>	372	377	383	425	462	527	550	573	591	582	578	530
<b>Preta</b>	79	82	77	91	98	122	126	129	132	119	121	133
<b>Amarel.</b>	2	2	2	2	3	6	7	6	6	5	5	4
<b>Branca</b>	98	97	93	112	127	162	166	181	180	183	187	177
<b>Indigen.</b>	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2	3	3
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Os dados do Quadro 11 evidenciam que a responsabilidade solitária pela reprodução da vida em Venda Nova possui marcadores raciais profundos. Na Regional, a soma de famílias monoparentais chefiadas por pessoas negras totaliza 7.366 famílias em outubro de 2025, um número quase quatro vezes maior que o de famílias brancas que são 1.852 no mesmo perfil. No território do CRAS Lagoa, essa disparidade é mantida, na qual a maioria das referências familiares que cuidam sozinhas de crianças de até 12 anos é negra com 663 pessoas.

A predominância de mulheres negras na base da pirâmide do cuidado em Venda Nova está em consonância com a literatura sobre o tema. O fato de todas as nove participantes serem mulheres negras sublinha que, em contextos periféricos, o cuidado é um trabalho racializado. Essa realidade remete diretamente ao legado histórico de expropriação do corpo e do tempo da mulher negra, utilizados para a manutenção da vida de terceiros.

Ademais, evidencia-se a face mais grave da feminização da pobreza (Angela Prates; Dienifer Lopes, 2021) em que 7 das 9 participantes dependem exclusivamente do Bolsa Família para sobreviver. Embora esse auxílio estatal garanta a sobrevivência mínima, não

altera as condições estruturais que limitam a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, especialmente daquelas com altas demandas de cuidados, principalmente as mães de crianças atípicas, como se observa nas observações relevantes, o adoecimento psíquico manifestado nos relatos de depressão emerge como um sintoma direto da exaustão atrelado a pobreza de tempo.

A monoparentalidade observada não é um mero acaso estatístico, mas sim a concretização da divisão racial do trabalho de cuidado. O Quadro em questão demonstra que 8 das 9 mulheres entrevistadas vivem sem a presença de um companheiro no domicílio, sendo solteiras ou divorciadas. A monoparentalidade aliada à gestão da escassez configura o pano de fundo comum à maioria das participantes. Essa predominância sem o suporte financeiro e presencial dos genitores, coloca o Bolsa Família como anteparo vital, garante a sobrevivência biológica, mas não rompe a pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024; Brasil, 2023).

Esses dados são corroborados com o cenário nacional. Segundo o Censo 2022 (IBGE, 2025), 49,1%, mulheres (36 milhões) de mulheres são responsáveis pelos lares, 55,4% são chefiadas por negras<sup>117</sup>.

Como se observará nas seções seguintes, para essas mulheres, o ato de cuidar transborda o âmbito doméstico e se transforma em uma exaustiva peregrinação por diagnósticos, terapias e burocracias. Nesses casos, a pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024; Brasil, 2023) atinge seu ápice, pois a mulher torna-se, compulsoriamente, uma especialista em saúde e assistência, abdicando de sua própria projeção profissional e saúde mental para suprir as lacunas de uma rede pública que, embora ofereça o diagnóstico, muitas vezes falha no suporte contínuo.

**“Dormir? Nem isso eu posso também, porque eu tenho que levantar às 3 da manhã pro [filho] tomar remédio. Porque se não ele não levanta pra tomar remédio. 3 horas da manhã, aí depois eu volto, aí acorda de novo 5 horas pra fazer o café pros meninos sair de manhã pra ir pra escola” (P6).**

Outro dado que merece atenção é o caso de P7, que aos 50 anos de idade assume o cuidado de uma criança de 7 anos, evidenciando cadeias intergeracionais, ou seja, a avó cuida dos netos para a filha estudar, empurrando-lhe o papel de cuidadora geracional.

---

<sup>117</sup> 44,6%, de cor parda, e 11,8%, de cor preta (IBGE, 2025, p. 77).

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), os lares comandados por mulheres enfrentam maior vulnerabilidade socioeconômica. (Brasil, 2025d) revela que, em 2023, cerca de 58,6% dos domicílios chefiados por mulheres tinham renda per capita de até um salário mínimo. Essa situação atinge 70% dos lares liderados por mulheres negras, em comparação a 43,8% dos lares chefiados por mulheres brancas. Seis em cada dez famílias comandadas por figuras femininas enfrentam algum tipo de insegurança alimentar, conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional - Penssan (Cardoso, 2023).

Esse caso é emblemático para compreendermos as cadeias intergeracionais de cuidado na periferia. Ao assumir a responsabilidade principal pela neta para que a filha possa estudar, P7 exemplifica o que pode ser denominado ancestralidade convocada pela escassez. Onde diferente de uma velhice<sup>118</sup> que recebe amparo, sua maturidade é marcada pela reedição do cuidado infantil.

Mais do que uma característica fenotípica, a raça/cor aqui atua como um determinante de vulnerabilidade. São essas mulheres que, como visto nas falas de P3, P4 e P6, enfrentam as maiores barreiras de acesso ao trabalho formal e à saúde pública, restando-lhes o isolamento da “geladeira riscada” (P6) e a “ajuda” intermitente de outras mulheres negras de sua rede. Assim, o perfil sociodemográfico das participantes é a personificação de um sistema que seleciona quem deve cuidar e quem, por falta de suporte estatal e partilha masculina, é impedida de ser cuidada.

A precariedade observada se manifesta na dinâmica de arranjos familiares complexos, onde o tempo dessas mulheres é consumido pelo preenchimento de lacunas estatais e ausências paternas. Desta forma, a próxima seção da pesquisa analisa a organização do cuidado em seus lares. O exame revela que as redes de apoio, quando presentes, são notavelmente frágeis e intermitentes, operando constantemente no limite da ruptura diante das incessantes demandas pela sobrevivência.

#### **4.1.2 Arranjos familiares e organização do cuidado**

Se o perfil sociodemográfico revelou quem são as mulheres participantes, a análise de seus arranjos familiares evidencia como a vida é sustentada no cotidiano. O cuidado, aqui, não se organiza como planejamento de bem-estar, mas como uma engenharia de gerenciamento permanente de crises. Essa dinâmica é marcada pela sobreposição de jornadas, por cadeias multigeracionais de responsabilidade e, sobretudo, pela desoneração paterna.

A rotina doméstica emerge atravessada por um regime de urgências: consultas, escola, medicação, burocracias, deslocamentos e trabalho remunerado, sem que haja, para a maioria, qualquer garantia estável de descanso, revezamento ou tempo próprio.

---

<sup>118</sup> 50 anos não é considerado idoso pela legislação brasileira, que define pessoa idosa como aquela com 60 anos ou mais, segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), mas, as classificações sociais os restringe por exemplo do mercado de trabalho, sob argumento de capacidade física.

Para sistematizar essa dinâmica, apresenta-se, a seguir, o Quadro 12, que sintetiza a composição dos domicílios, as pessoas cuidadas, quem exerce o cuidado e as estratégias mobilizadas para evitar o colapso cotidiano.

**Quadro 12 - Arranjos familiares e organização do cuidado**

Caso-Tipo / Participante	Composição Familiar (quem mora junto)	Pessoas cuidadas e condição	Quem cuida (Principal / Secundário)	Estratégias de Organização do Cuidado	Fragilidades / Tensões
P1 - casal com sobrecarga feminina e apoio da sogra aposentada recentemente	Participante, esposo, 3 filhos; sogra mora em rua próxima	3 Filhos menores	Cuidadora principal: participante; apoio de sogra para ficar com os netos quando necessário	Sogra como apoio; participante centraliza cuidados da casa, filhos e marido	Falta de reconhecimento do trabalho doméstico; adoecimento; cuidado de si sempre postergado
P2 - monoparentalidade; criança em horário integral na escola; paga tia até sua chegada do trabalho	Participante e filha bebê;	Filha de 2 anos	Cuidadora principal: participante; tia remunerada	Todas as rotinas domésticas são feitas no horário da manhã enquanto a criança está na escola; trabalho remunerado à tarde; tia remunerada pelos cuidados até sua chegada em casa	Ausência paterna; dependência da família (irmã) em urgência e tia remunerada nos cuidados
P3 - monoparentalidade com apoio feminino intermitente	Participante + filho com TDAH e mãe da participante	Filho atípico; mãe em remissão de câncer	Cuidadora principal: participante; apoio financeiro e de cuidado da avó materna; apoio eventual de madrinha e tia	Organização da rotina escolar, projeto social e futebol; pagamento de consultas privadas com apoio financeiro da mãe	Dependência da renda da mãe; ausência paterna; adoecimento; espera excessiva na saúde pública
P4 - monoparentalidade	Participante + filho	Filho + 2 sobrinhas menores	Cuidadora principal: participante	Presta ajuda a familiares sem receber apoio equivalente	Sensação de “ajudo, mas não sou ajudada”; solidão afetiva e prática; adoecimento; Ausência paterna

P5 - monoparentalidade com apoio dos pais idosos e irmãs intermitente	Participante + filhos (1 com TDAH e Autismo); pais idosos próximos	Filhos + pais idosos	Cuidadora principal: participante, Apoio: pais idosos e suporte financeiro das irmãs	Revezamento entre consultas e escolas	Ausência paterna; exaustão
P6 - monoparentalidade e deficiência	Mãe cadeirante + 3 filhos (incluindo filho em tratamento oncológico), mãe cadeirante	Mãe idosa dependente + filho atípico em tratamento oncológico + outros filhos + avó com demência	Cuidadora principal: participante; apoio pontual de um filho adolescente	Agenda manual (“geladeira riscada”); leva todos às consultas; uso combinado de ônibus e Uber	Ausência paterna; exaustão extrema; esquecimento da própria medicação; risco de adoecimento grave
P7 - Cuidado multigeracional	3 filhos adultos e 1 neta menor	neta	Cuidadora principal: participante;	“sou eu pra tudo”	ausência paterna
P8 - monoparentalidade com apoio da filha e sobrinho adolescentes	2 filhos e 1 sobrinho + mãe	2 filhas (1 adolescente) + sobrinho adolescente + mãe	Cuidadora principal: participante; Apoio: filha adolescente	suporte da filha adolescente nos cuidados da menor	Ausência paterna;
P9 - monoparentalidade; trabalho e cuidado no mesmo espaço	Participante + 2 filhos	2 filhos em idade escolar	Cuidadora principal: participante	Leva filhos para o salão; alimentação, banho e sono ocorrem no local de trabalho	Conciliação impossível entre trabalho e maternidade; jornada até 22h30 com crianças no trabalho; Ausência paterna

Fonte: Elaborado pela autora.

A leitura do Quadro 12 revela um padrão consistente: o cuidado é centralizado na mulher, mesmo quando existem outros adultos no entorno. A presença de familiares - sogras, mães, irmãs, madrinhas - não implica corresponsabilidade, mas apoios intermitentes, acionados sobretudo em situações de urgência, adoecimento ou impossibilidade absoluta de presença. Em arranjos mais complexos, como os de P3 e P6, a sobrecarga se intensifica pela dupla dependência: filhos com necessidades específicas e mães idosas/doentes, configurando um cuidado multigeracional<sup>119</sup> que exige vigilância contínua e impede o descanso.

<sup>119</sup> Também conhecido como ‘Geração sanduíche’. Soma 1 milhão de pessoas no Brasil, a maior parte mulheres. Destas, 34% estão fora do mercado de trabalho e, entre as que trabalham, 37% estão na informalidade (FGV, 2024).

Ver mais em: O peso sobre a ‘geração sanduíche’, que cuida ao mesmo tempo de pais idosos, filhos e netos. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g7ppnwn0zo>.

**“Minha geladeira é cheia de folha de caderno mesmo, escrito pra lá ó: Dia pra tomar vacina, dia pra levar a minha mãe pra um lugar, outro dia pra levar o meu menino.** E aí eu vou fazer igual eu fiz hoje. Chega lá, pego a canetinha e risco, porque aquele dia eu já fui. Porque senão... Eu esqueço. Eu esqueço. Não adianta só lembrar isso. **Não adianta colocar o telefone pra tocar. Não adianta, porque ele toca pra tudo. É remédio pra um menino, é pra não sei o que. O celular toca o dia inteiro pra remédio de alguém.** Aí você tem que olhar” (P6).

A imagem da “geladeira riscada” funciona como dispositivo de gestão da sobrevivência: um “painel” doméstico que substitui a ausência de suporte institucional e a inexistência de corresponsabilidade paterna e de outros membros do arranjo familiar. O cuidado aparece, assim, como trabalho de coordenação logística, com risco real de falhas que incidem sobre a saúde da própria cuidadora:

**“(...) Às vezes eu esqueço de tomar meus remédios, eu esqueço de tomar. Aí eu falei, meu Deus do céu, eu não dou conta. Eu tô com a minha perna inchada porque eu tive trombose. Porque eu esqueci de tomar meu remédio de trombose. Vê se tem base um trem desse? Eu esqueço.** Daí a médica diz: ‘como você pode esquecer seu próprio remédio?’, **mas você não tem noção do tanto de coisa que eu tenho pra fazer.** (...) Pois é. A psicóloga fala: você tem que cuidar de você. Falei: ‘chega lá em casa pra você ver’” (P6).

Esse regime de organização cotidiana não decorre apenas de “falta de apoio”, mas de uma estrutura social de desoneração masculina, reiterada nos relatos sobre ausência paterna, inexistência de partilha de tempo e recusa de participação efetiva - inclusive quando as mulheres tentam acionar institucionalmente a corresponsabilidade.

**“Como é que você faz o filho e não vai lá cuidar dela?** Nem é questão de ficar comigo não, é questão de cobrar dele cuidar dela” (P2).

“Na minha opinião, não é nem só pelo o valor [pensão]. O valor é tão inferior. Eu falo porque **o meu tem oito anos, mas desde o dia que eu nasceu é uma luta atrás da outra.** O valor que eles estipulam, vamos supor, **o pai do meu nunca pagou nada**” (P3).

**“O pai dos meus filhos também é ausente.** Não faz questão... Não compartilha, não tem lazer com eles. Eles não conhecem [a família do pai]. **Meu filho tem seis anos e ninguém nunca veio pra ver eles. Fez duas cirurgias [o mais velho] e ninguém fez questão dele**” (P5).

“(...) Um belo dia, um dos meus filhos ainda teve a coragem de falar que queriam ficar com o pai. Eu falei, vai vocês, vai. Pode todo mundo! Vai me dar paz! Some todo mundo! some todo mundo! Sabe o que eu fiz? Vim aqui na assistência social do posto, eu tava surtada, nem tinha tomado meus remédios. Falei aqui ó, meus filhos vai morar com o pai, eu não vou em médico com nenhum! Tá aqui a pasta de dados dos três, porque eles tem pai, não quero ninguém lá em casa! **Pai deles, depois que separei, não comprou uma cueca pra eles. Eu falei que, ó, vai morar com o pai. Aí o pai dele, quando eu falei, disse: “Não, não vai não!”**, Falei, vai, vai, porque eles querem!. Ele veio, ele veio. **O mais impressionante ainda é o cara da assistência Social que falou assim: ‘ó, então, já que seu pai não quer ficar com vocês três, ele vai pagar a pensão, aí eu pensei: “oh meu Deus, vou ser castigada por mais isso!”** Aí eles [filhos]: Não! A gente não quer ir com minha mãe, minha mãe, nossa, tem regra pra tudo lá em casa” [filhos] acabando comigo, né?. Não pode

ser lá que eu não sei o quê [filhos], que eu quebrei o videogame, quebrei o videogame mesmo, porque eu não tô cansada.

Aí, o que aconteceu? Foram embora comigo, porque a mãe do pai, a avó, que eles falaram que vai pras avós. Aí, a mãe do pai já morreu, minha mãe estava acamada, fazendo a cirurgia, e eu estou cuidando dela” (P6).

Na ausência do genitor - financeira e presencial - emergem redes femininas que operam como substituição parcial: tias, madrinhas, irmãs, avós. Contudo, essa rede aparece como fragmentada e desigual, ora remunerada, ora baseada em favor, e frequentemente sustentada por outras mulheres também vulnerabilizadas. Em alguns casos, a avó não é apenas apoio afetivo: torna-se suporte financeiro direto para acesso à saúde privada, deslocando o cuidado para um circuito intrafamiliar em que se compensam as falhas do Estado e do pai.

**“Eu, graças a Deus, tenho essa ajuda [bolsa família] e a ajuda da minha mãe. Se não fosse, eu ficaria perdida, porque é muito difícil. Porque ela paga o cartão de todos pra ele, pra mim, poder levar ele pra consulta. Porque se eu depender do posto, eu não consigo nada. Tem dois anos que eu espero um exame neurológico e... E a criança tá esperando. Ela tem que... Ela tem que desenvolver”** (P3).

Esse deslocamento não significa proteção, mas transferência intergeracional da sobrecarga. O caso de P8 é exemplar ao evidenciar que o cuidado não se encerra na maternidade: ele se prolonga como cadeia, em que avós assumem netos para viabilizar a permanência da filha em processos de estudo ou trabalho.

**“Minha neta é difícil, ela não dorme com a mãe dela. Eu acordo 6, 6:30 pra levar ela pra escola. O cabelo dela é muito cacheadinho, eu vou lá é “vô arruma o meu cabelo?”... E depois levo ela pra escola. É eu pra tudo!**

E a mãe dormindo.

Ela já carrega um peso. Ela carrega um peso pra estudar. Mas é bom que tem né gente?” (P7).

Mesmo quando há conjugalidade, o arranjo doméstico não elimina a centralização feminina do cuidado. P1 descreve que, embora exista “família”, a rotina da casa permanece estruturada pela mulher, com ausência de reconhecimento, postergação do autocuidado e naturalização do trabalho reprodutivo.

**“A maioria das mulheres que eu conheço se sentem sem apoio, tanto por parte do pai, parentes mesmo. (...) Porque a mulher em casa, ela também trabalha muito, porque ela cuida, ela cuida da casa, ela cuida do esposo, ela cuida dos filhos. E... Muitas das vezes a gente deixa a gente de lado, né? Não cuida de nós mesmas. Leva os filhos pro hospital, mas... Cê toma um remédio aí pra você e tá bom. Não precisa ir no médico, não. Só vai no último caso mesmo. Então, eu acho que falta mais reconhecimento pra gente do que é do lar”** (P1).

Em paralelo, alguns relatos mostram a borradora de fronteiras entre casa e trabalho, típica da sobrevivência periférica. No caso de P9, o local de trabalho torna-se extensão da

casa: crianças dormem, comem e tomam banho no salão, num regime em que a renda não resolve a crise do cuidado porque o tempo continua capturado.

**“Esses dias eu desci com os dois para o salão, 11 horas da manhã, eu peguei eles na escola assim. Aí pega marmite e fica comigo no salão. Aí faço tudo”** (P9).

Este arranjo evidencia a “conciliação impossível”. O banho e o sono ocorrem sob a luz do trabalho, demonstrando que a autonomia financeira não resolve a crise do cuidado quando a estrutura familiar é desprovida de corresponsabilidade efetiva, sobretudo da presença do genitor, da comunidade e Estado. Além disso, emergem episódios-limite em que a ausência de rede coloca a vida em risco. P2 relata que, diante de uma dengue hemorrágica, só houve ruptura do colapso porque uma irmã interveio em caráter emergencial - evidenciando que a sobrevivência depende de apoios pontuais e não de um sistema de proteção contínuo ou institucionalizado.

**“Eu levei a minha filha no médico, quando eu estava com dengue, aí eu levei ela no médico. A médica da minha filha me obrigou a ir para o hospital, eu estava com dengue hemorrágica. Se não fosse a médica da minha filha, eu poderia ter morrido com ele no caminho de levar ela para o hospital.**

Fiquei três dias internada. **A minha irmã, graças a Deus, ela pegou ela lá no hospital, trouxe pra casa e ficou com ela aqui.** Mas ela tava com 9 meses, aí eu tive que deixar ela. Primeiro dia na escola, primeiro dia sem a minha presença e ficou 3 dias né, coitada” (P2).

Para consolidar os padrões observados, apresenta-se a síntese analítica no Quadro 13.

**Quadro 13 - Síntese Analítica**

<b>Eixo Analítico</b>	<b>Prática Observada</b>	<b>Sujeitos Envolvidos</b>	<b>Conceito Chave</b>
<b>Logística da Crise</b>	Agenda manual, uso de Uber para carregar cadeirantes, cuidados com filhos, pais e avós doentes.	P3, P5, P6	Gestão da Sobrevivência
<b>Fronteiras Borradas</b>	Medicação, cuidados de idosos e filhos, Banho, sono e refeições de crianças, no local de trabalho.	P3, P5, P6, P9	Conciliação Impossível
<b>Solidariedade de Gênero</b>	Avós, tias, madrinhas assumindo suporte financeiro e presencial intermitente.	P1, P2, P3, P5, P7, P8	Rede Feminina de Substituição
<b>Abandono Paterno</b>	Ausência de pensão, presença, afeto e reconhecimento.	P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9	Desoneração Paterna

Fonte: Elaborado pela autora.

Em conjunto, os arranjos familiares analisados demonstram que o cuidado opera como gestão contínua da sobrevivência, sustentada por redes femininas instáveis, por substituições geracionais e por intensa captura de tempo. Essa estrutura doméstica não constitui pano de fundo, mas a própria condição de possibilidade: definindo as condições materiais de

circulação no território, de participação em espaços coletivos e, sobretudo, de inserção no trabalho. Por isso, a subseção seguinte examina como essas dinâmicas familiares se articulam à renda, à informalidade e à precarização do trabalho remunerado, delineando os limites concretos entre “trabalhar” e “cuidar” no cotidiano das mulheres de Venda Nova.

### 4.1.3 Inserção laboral, renda e informalidade

A análise da inserção laboral das participantes evidencia as dificuldades estruturais de conciliação entre as exigências do mercado de trabalho formal e a responsabilidade cotidiana pela reprodução da vida. No contexto investigado, o cuidado não aparece como uma dimensão paralela à trajetória profissional, mas como um elemento central que condiciona, limita e, em muitos casos, inviabiliza formas estáveis de inserção produtiva.

Essa dinâmica se articula com padrões mais amplos de desigualdade racial e de gênero. De acordo com a PNAD Contínua, em 2023, cerca de 70% dos domicílios chefiados por mulheres pretas ou pardas apresentavam rendimento per capita de até um salário mínimo (Brasil, 2025), indicando a persistência de condições estruturais de precariedade econômica.

O Quadro 14 revela, ainda, uma expressiva lacuna informacional no que se refere à situação ocupacional das famílias monoparentais na Regional Venda Nova e no território do CRAS Lagoa. A categoria “Sem Informação” figura de forma recorrente como a mais numerosa, alcançando, em outubro de 2025, o total de 4.683 famílias em Venda Nova e 386 no CRAS Lagoa.

Esse vazio estatístico não pode ser interpretado como um dado neutro. Ele sugere a existência de um contingente significativo de mulheres inseridas em atividades informais, intermitentes ou socialmente desvalorizadas, como bicos, faxinas, pequenos serviços e trabalhos domésticos, que frequentemente não são registrados nos sistemas administrativos. A ausência de informação, nesse sentido, contribui para a invisibilização institucional dessas formas de trabalho e dificulta a formulação de políticas públicas adequadas.

**Quadro 14 - Situação Ocupacional de Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Situação Ocupacional da Referência Familiar												
Venda Nova												
Mês Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
Emp. c/ CTPS	521	515	443	486	493	857	1016	2697	2956	2840	2911	2767

<b>Trab. conta própria (bico, auton.)</b>	1877	1798	1721	1851	1991	2338	2377	1885	1862	1717	1642	1668
<b>Emp. s/ CTPS</b>	21	19	15	31	33	40	39	23	21	29	25	24
<b>Trab. Dom. c/ CTPS</b>	61	59	52	41	34	41	40	6	8	4	55	84
<b>Milit. ou Serv. Publ.</b>	22	20	15	17	17	17	21	15	15	20	53	69
<b>Trabalhador Dom. s/ CTPS</b>	13	20	21	36	45	38	38	21	20	13	14	11
<b>Estag.</b>	2	4	4	4	4	7	5	3	4	3	4	3
<b>Trab. Nao-Rem.</b>	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>Aprend.</b>	3	3	2	1	1	2	1	1	2	2	3	3
<b>Trab. Temp. Área Rural</b>	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1
<b>S/ Inf.</b>	3128	3211	3244	3648	3889	4894	5189	4515	4622	4782	4751	4683
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
<b>CRAS Lagoa</b>												
<b>Mês Ano</b>	<b>Fev 20</b>	<b>Out 20</b>	<b>Fev 21</b>	<b>Out 21</b>	<b>Fev 22</b>	<b>Out 22</b>	<b>Fev 23</b>	<b>Out 23</b>	<b>Fev 24</b>	<b>Out 24</b>	<b>Fev 25</b>	<b>Out 25</b>
<b>Emp. c/ CTPS</b>	42	43	37	36	38	70	88	263	284	276	275	253
<b>Trab. conta própria (bico, auton.)</b>	180	175	162	189	214	250	251	189	178	172	156	192
<b>Emp. s/ CTPS</b>	0	0	0	9	9	6	6	4	3	4	4	3
<b>Trab. Dom. c/ CTPS</b>	6	6	7	4	3	3	4	2	2	2	9	7
<b>Milit ou Serv. Publico</b>	3	2	2	3	3	2	2	2	2	2	5	6
<b>Trab. Dom. s/ CTPS</b>	1	2	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0
<b>S/ Inf.</b>	319	330	345	388	422	486	498	430	442	435	445	386
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informacionais - GDSIN/PBH (2025).

Observa-se, ainda, que o trabalho por conta própria manteve-se, durante longo período, como a principal forma de ocupação declarada, superando o emprego com carteira assinada até o final de 2022. No CRAS Lagoa, em outubro de 2025, a soma entre trabalhadores autônomos e registros ‘Sem informação’ (578) ultrapassava significativamente o número de vínculos formais (253), apesar da crescente nos vínculos protegidos.

Esse cenário dialoga diretamente com as trajetórias de participantes como P6 e P9, para quem a informalidade não se configura como uma escolha individual, mas como uma estratégia de adaptação às exigências do cuidado e à instabilidade das redes de apoio.

A precariedade laboral se reflete também na crescente dependência de transferências de renda. Conforme apresentado no Quadro 15, o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Venda Nova aumentou de 3.773, em fevereiro de 2020, para 6.493, em outubro de 2025<sup>120</sup>. No CRAS Lagoa, o crescimento seguiu tendência semelhante.

**Quadro 15 - Programa Bolsa Família - Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Programa Bolsa Família (PBF)												
Venda Nova												
Mês Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
Sim	3773	4100	4293	4317	5102	6529	6595	7235	7320	7234	7293	6493
Não	1877	1550	1225	1799	1406	1705	2131	1931	2190	2178	2166	2820
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
CRAS Lagoa												
Mês Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
Sim	376	414	432	432	551	657	653	706	711	683	685	585
Não	175	144	123	198	139	161	197	184	200	208	209	262
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

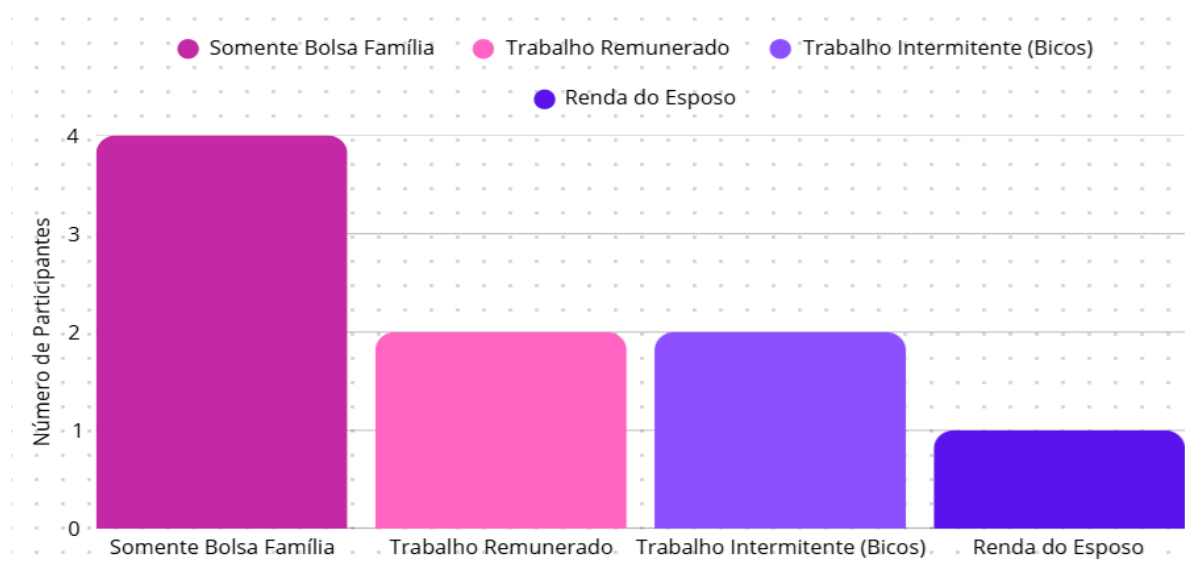
A subsistência das participantes deste estudo é marcada pela dependência de transferências de renda do Estado e pela informalidade no mercado de trabalho. Este cenário sugere que, embora o PBF garanta a sobrevivência mínima dessas mulheres, também indica limites importantes das políticas públicas na promoção de inserção produtiva em contextos marcados por altas demandas de cuidado.

<sup>120</sup> As mulheres se destacam como as principais beneficiárias de programas sociais. Dados de agosto de 2024 mostram que elas representavam 58,2% dos beneficiários e 83,5% dos titulares do Programa Bolsa Família em nível nacional (Brasil, 2025).

O aumento da participação no PBF, em um contexto de estagnação ou informalidade do mercado de trabalho, evidencia os limites concretos de conciliação das exigências do emprego formal com a responsabilidade integral pela reprodução da vida.

O Quadro 16, ao sintetizar as fontes de renda das participantes, reforça esse diagnóstico. Quatro das nove entrevistadas (P3, P4, P5 e P7) dependem exclusivamente do Bolsa Família, enquanto outras combinam o benefício com trabalhos informais ou intermitentes.

**Quadro 16 – Distribuição da fonte de renda e inserção laboral das Participantes**



Fonte: Elaborado pela autora.

No caso de P3, a insuficiência do benefício é explicitada sobretudo pelas necessidades que uma criança atípica necessita. Fato também relatado por P6. Essa limitação evidencia que a transferência de renda, apesar de vital, não é suficiente para romper o ciclo de pobreza. Sua fala revela tanto o desejo de autonomia quanto os obstáculos concretos à sua realização:

**“Porque só o dinheiro do bolsa família não me ajuda e eu não tenho outra coisa. Entendeu? E eu também não vou ter minha mãe pro resto da vida. Porque ela paga o plano, ou ela me dá um pacote de arroz. E eu não consigo trabalhar fora. Então, é isso. Eu não estou querendo viver às custas. (...) porque eu quero aprender a fazer alguma coisa, pra cuidar do meu filho” (P3).**

De forma semelhante, P1 relata que, durante períodos de desemprego, recorreu à venda informal de alimentos como estratégia de complementação da renda, evidenciando a insuficiência do benefício para garantir condições mínimas de reprodução social.

**“Eu recebi por muito tempo o bolsa família, né. Meu marido ficou 3 anos desempregado e ai pra ajudar eu fazia bolo no pote e saia vendendo pra ajudar em casa, porque era muita gente, né, e criança pequena, fralda é muito caro.**

Então, eu fazia um bolo pra vender. E igual ela falou, né, viver Só de bolsa família, não dá” (P1).

Já P5 menciona que, apesar de receber o Bolsa Família, ela também conta com múltiplas fontes de apoio para custear despesas básicas, como aluguel, indicando que a sobrevivência depende da articulação entre múltiplas fontes formais e informais.

“(…) minha mãe, meu pai, minhas irmãs, que me ajudam assim, em termos financeiros. Já recebi muitas ajuda de vizinhos, **porque como a gente paga aluguel e sobrevive de bolsa para a família, é muito difícil**” (P5).

Esses relatos evidenciam que muitas participantes não conseguem sobreviver apenas com o Bolsa Família, apontando para a insuficiência das políticas existentes que ofereçam capacitação e oportunidades de trabalho para melhorar suas condições de vida. O relato de P6 explicita, de maneira contundente, os efeitos da chamada pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024) sobre as trajetórias profissionais. A interrupção de sua formação superior e a migração para trabalhos informais ilustram como as demandas de cuidado, associadas à precariedade das políticas de saúde e assistência, comprometem projetos de longo prazo e restringem possibilidades de mobilidade social.

“Então (...) **o Bolsa Família, não dá conta das despesas da casa. Não dá. Infelizmente a gente tem que trabalhar, tem que pegar uma faxina ali, outra aqui. (...). E eu parei minha faculdade pra cuidar do meu menino, e é como se eu tivesse sem dinheiro nenhum.** Fiz um acordo no serviço para poder pegar um dinheiro para cuidar da saúde dele. Porque o governo, mesmo que a pessoa tenha câncer, o governo não paga. Não paga. Não adianta que não paga! Aí eu fui correndo atrás de várias associações para poder me ajudar” (P6).

A informalidade realizada através de trabalho intermitente e bicos, emerge como uma estratégia de sobrevivência para P6 e P9. O caso de P6 é particularmente dramático, pois além de gerenciar uma “geladeira riscada” com as demandas de saúde de filhos, mãe e avó doente, ela ainda precisa recorrer a faxinas (bicos) para complementar a renda. Nesse contexto, a informalidade emerge como uma estratégia recorrente de sobrevivência, mas também como um fator de intensificação da exaustão física e emocional. O trabalho produtivo não oferece garantias, enquanto o trabalho reprodutivo não oferece descanso. Da mesma forma, P9 operacionaliza seu trabalho no salão de beleza de forma indissociável do cuidado dos filhos.

Apenas duas participantes (P2 e P8) possuem vínculo remunerado estável, sendo que P2 é concursada e P8 trabalha em uma empresa no turno da noite. Lado outro, P1 depende exclusivamente da renda do esposo. Mesmo nesses casos, os relatos indicam que o trabalho doméstico permanece desproporcionalmente concentrado sobre as mulheres, sem reconhecimento social ou econômico. “Eu acredito que a gente, dentro de casa, a gente

trabalha demais, (...). Mesmo que a gente não saia trabalhar fora, mas em casa a gente trabalha muito. Não tem reconhecimento, não tem remuneração nenhuma, né? E eu acho que falta mais isso também” (P1).

O cruzamento entre os dados institucionais e as narrativas das participantes permite compreender a renda não apenas como um indicador monetário, mas como expressão da imobilidade social produzida por uma estrutura que transfere para as mulheres negras periféricas o ônus da reprodução social.

Assim, o acesso ao trabalho remunerado aparece menos como um direito plenamente exercido e mais como um recurso residual, condicionado pela exaustão cotidiana, pela ausência paterna, pela sobrecarga multigeracional e pela fragilidade das redes de apoio. O Bolsa Família e a informalidade garantem a subsistência imediata, mas não são suficientes para romper o ciclo de precarização que marca essas trajetórias.

#### **4.2 A fratura das redes comunitárias de cuidado**

*O desafio político é rejeitar quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa na terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora. Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras da atenção política.*

(Carla Akotirene, 2022, p. 19)

Esta seção analisa o descompasso entre a expectativa teórica de redes comunitárias de “ajuda” e a experiência concreta de isolamento vivenciada pelas participantes. Embora a literatura sobre periferias frequentemente destaque a solidariedade como estratégia histórica de sobrevivência, os dados empíricos desta pesquisa revelam uma fratura significativa dessas redes, nas quais o cuidado tende a se concentrar de forma individualizada, contínua e solitária.

A noção de “fratura” não é utilizada aqui como pressuposto da existência prévia e plenamente funcional de redes de solidariedade comunitária, mas como categoria analítica que expressa a não realização - ou a ativação limitada - dessas redes em contextos marcados por sobrecarga, custo moral da exposição e escassez estrutural.

A literatura estudada apontava uma solidariedade feminina concebida por vezes como estratégia ancestral<sup>121</sup> de sobrevivência na periferia (Patricia Collins, 2022; Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2022; Walkyria Guimarães, 2024; bell hooks, 2019; Beatriz Nascimento, 2021, Márcia Tokita, 2013). A hipótese inicial desta dissertação partia da expectativa de encontrar, entre as participantes, práticas sistemáticas de reciprocidade capazes de mitigar parcialmente a ausência estatal, inspiradas em dinâmicas associadas ao quilombismo (Beatriz Nascimento, 2021), ao apoio intergeracional, ao compartilhamento do cuidado e à circulação de crianças entre domicílios.

Contudo, a investigação empírica revelou um cenário distinto. As redes de apoio existem, mas operam de forma frágil, intermitente e frequentemente unilateral, concentrando-se sobretudo nas figuras maternas das participantes, que também se encontram atravessadas por processos de adoecimento, precarização e exaustão. O cuidado, nesse contexto, não se distribui socialmente, mas se acumula no corpo de uma única mulher, que passa a sustentar, material e emocionalmente, múltiplas gerações. Apenas uma das participantes conta com a filha adolescente como parte de sua rede de apoio.

**“Eu sinto assim, a minha pequena gosta mais dela [filha mais velha] que de mim.(...) tipo assim... eu acho que ela tem mais ela que mãe que eu. Eu sinto assim na hora do abraço, sabe? Aí hoje ela fala [filha mais velha]: mamãe eu não quero ter filho!” (P8).**

Em lugar de comunidades solidárias<sup>122</sup>, emergem ilhas de sobrevivência. A reciprocidade dá lugar a trocas assimétricas; o apoio é substituído pelo silêncio e pela autoproteção; a cooperação cede espaço à solidão e à desconfiança. Ainda que existam vínculos comunitários, estes tendem a ser acionados apenas em situações limite, operando sob constante risco de ruptura.

A análise qualitativa das falas evidencia de forma consistente essa dinâmica. Indicando que o marcador dominante da experiência do cuidado no território é sua internalização no espaço privado, desvinculada de mecanismos coletivos estáveis de suporte.

---

<sup>121</sup> “Por fim, mas sem esgotar as possibilidades de diálogo, é necessário voltar o olhar para as práticas de cuidado seculares desenvolvidas pela população negra, muitas delas ligadas à religiosidade desse povo. A recriação das famílias a partir das redes de sociabilidades e religiosidades apresentou arranjos que foram essenciais para o cuidado com o corpo físico; com a saúde mental e espiritual a partir dos pais, das mães e das famílias de santo; com as crianças realizado por tios e tias afetivos, consolidando os sistemas de compadrios/fraternidade/irmandades que possibilitaram e possibilitam o sustento das famílias a partir do trabalho de mulheres negras; com as trocas de gêneros alimentares, vestimentas, serviços; e, em tempo mais recente, dos livros, entre os filhos de idades próximas (em tempos mais recentes); a garantia da alimentação dentro dos locais de culto das religiões afro-brasileiras; os adjutórios; as irmandades negras religiosas; e as ajudas financeiras mútuas” (Walkyria Guimarães, 2024, p. 9).

<sup>122</sup> Este dado seria muito importante de investigar, mas o tempo para essa pesquisa não permitiu maiores inferências.

Nesse sentido, a fratura comunitária não deve ser compreendida como resultado de escolhas individuais, mas como efeito estrutural da pobreza de tempo, da precarização da vida, da ausência paterna, violência e da insuficiência das políticas públicas. Trata-se de um processo que produz o isolamento como condição recorrente da experiência feminina no cuidado.

O Quadro 17 sintetiza os principais eixos analíticos extraídos das falas das participantes, evidenciando padrões recorrentes de fragilização das redes, privatização da luta cotidiana e reconfiguração defensiva das relações comunitárias. o isolamento aparece frequentemente como uma estratégia de autoproteção ou como consequência de um esgotamento que impede a troca.

**Quadro 17 – Síntese das principais falas: A fratura das Redes e a Privatização do Cuidado**

<b>Eixo Analítico</b>	<b>Participante / Roda</b>	<b>Fala Selecionada (Destaque Empírico)</b>
<b>A “Erosão” da Reciprocidade</b>	P2 (Roda 25/11)	“ <b>Poderiam ter ido ou ficado com ela [a filha] pelo menos uma hora... Não puderam... nem fizeram questão.</b> (...) pra não incomodar também.. a gente acaba não lembrando.. Que tem um vizinho bacana que vai te ajudar.. Você não lembra.”
<b>Isolamento como Autoproteção</b>	P3 (Roda 25/11)	“ <b>Eu pelo menos, eu não... ninguém sabe das minhas lutas... é minhas. Ninguém precisa saber, ninguém vai fazer nada por mim, só eu e Deus.</b> (...) Se precisar, eu sempre tô ali, né? Posso ajudar, mas... em questão de falar da minha vida pra eles, não tenho necessidade né?”
<b>Vigilância Punitiva do Território</b>	P6 (Roda 26/11)	“ <b>Nossa, eu já dei várias surtadas lá em casa. Os vizinhos chamaram o conselho tutelar.</b> (...) Aí eu peguei o celular e fiz umas coisas doidas lá daí que chamaram o conselho tutelar porque mandaram uma carta pra mim (...) porque eu tenho que fazer tudo mas... é muita coisa pra mim, eu não dou conta. “
<b>Insegurança e Desconfiança</b>	P1 (Roda 25/11) P7 (Roda 04/12)	“ <b>E na rua eu não deixo de ficar, porque eu moro aqui no conjunto, né? [...] as influências não são boas,</b> então eu não deixo.”  “ <b>Ali embaixo tem uma favela.</b> Ele tava estudando lá e juntaram uns meninos pra bater nele porque ele passou esbarrou num desses meninos, aí eles esperaram ele sair pra fazer algo. <b>Então a gente fica com medo de acontecer alguma coisa, não ter uma proteção, não ter quem busque ele.</b> ”
<b>Unilateralidade do Cuidado</b>	P4 (Roda 26/11)	“ <b>Eu ajudo, mas eles não me ajudam [família]. Eu deixo isso tudo pra mim.</b> É porque se eu abrir a boca pra falar e... eu acho que vou machucar os outros, então guardo só

		pra mim. <b>Eu tenho ansiedade, depressão, então se for soltar, é complicado.</b> ”
<b>A Privatização da Luta e o Isolamento Defensivo</b>	P3 (Roda 25/11)	Eu nem diria isso. <b>Eu acho que é coisa de ser mais reservada da gente, né? Tipo assim, o direito de ser mais reservada, acontece...</b> Eu não sei o nome do vizinho do lado. O que eu sei é que eu moro aqui. Já mudou o vizinho, já voltou Vizinho, eu não sei o nome de vizinhos. Então, no meu caso, é pra não incomodar. Porque... pensa assim... ah! atrapalhar a rotina do vizinho, né?
<b>Circuitos de ‘Ajuda’ e Interdependência</b>	P5 (Roda 25/11)	"Mas agora, <b>minha sogra tá em casa e ela me ajuda muito, sempre me ajuda muito.</b> ”
<b>A Profissionalização das ‘Ajudas’</b>	P2 (Roda 25/11)	“Aí de 5h a 6h ela fica com a minha tia e eu pago ela pra poder ficar com ela.(...) <b>As minhas tias olham pessoas, olham crianças.</b> Eu vejo isso muito, com muita frequência, porque é troca de menino toda vez. Aí vem um menino, fica até tantos anos, vai lá, vem outros meninos, fica lá. Eu vejo e conheço a realidade. Eu mesma não faço muito isso, não.”
<b>Sobrecarga Multigeracional</b>	P6 (Roda 04/12)	“Tem isso também. <b>O dia que é o dia da minha mãe, pra cuidar da minha avó que tem demência, aí é o meu dia que eu tenho que ir no lugar da minha mãe (...).</b> E ela [avó] tem outros filhos, mas eles se revezam entre eles. <b>Eles tinham que abrir mão da parte da minha mãe, né? Que minha mãe [cadeirante] não tem condições de cuidar da minha avó.</b> E o dia que era da minha mãe, eu que vou.”

Fonte: Elaborado pela autora.

Os relatos apontam para um distanciamento nas relações de vizinhança e no apoio coletivo. A substituição das práticas de solidariedade, historicamente vitais para a sobrevivência e a resistência comunitária, por atitudes de retraimento, silêncio e autopreservação, indica um enfraquecimento desses laços.

Além disso, a presença estatal no território é percebida majoritariamente sob a forma de vigilância e punição, como exemplificado pelos relatos envolvendo o acionamento do Conselho Tutelar e outras instâncias de controle. Esse padrão contribui para a intensificação do medo, da desconfiança e do isolamento, fragilizando ainda mais os vínculos comunitários.

Nesse contexto, observa-se que o “aquilombamento” como mobilizado pela literatura, encontra limites concretos em uma realidade marcada pela exaustão generalizada e pela gestão individualizada da sobrevivência. A sobrecarga contínua inviabiliza a construção de práticas duráveis de reciprocidade, uma vez que todas as mulheres se encontram imersas em rotinas de cuidado intensivo.

Assim, perguntar “quem ajuda?” torna-se inseparável de questionar “quem ainda dispõe de tempo, energia e recursos para ajudar?”. Em territórios onde a sobrevivência é permanentemente negociada, a reciprocidade tende a ser substituída por estratégias defensivas de autopreservação.

Dessa forma, a fratura das redes comunitárias de cuidado revela-se como expressão concreta da articulação entre desigualdades de gênero, raça e classe, evidenciando como o esvaziamento das políticas públicas e a ausência de corresponsabilização masculina convertem o cuidado em uma experiência solitária, precarizada e socialmente invisibilizada.

#### **4.2.1 As “ajudas” na literatura e a hipótese inicial da pesquisa**

A investigação empírica foi inicialmente orientada pela hipótese, fundamentada na literatura, de que, em territórios majoritariamente negros e periféricos, operam formas cotidianas de solidariedade capazes de mitigar, ainda que parcialmente, a ausência estatal. A autora Nadya Guimarães (2020; 2022) indica que o cuidado, nesses contextos, se organiza por meio circuitos de práticas informais - as chamadas “ajudas” que, embora invisibilizadas pelas políticas públicas, sustentam a reprodução da vida. Para Thamires Ribeiro (2023), Márcia Tokita (2013) e Walkyria Guimarães (2024) seria uma espécie de ‘aquilombamento’ enquanto ferramenta estratégica de resistência, coletividade e organização protagonizada por mulheres negras no enfrentamento das expressões da questão social e para viabilizar a reprodução social.

A partir desse referencial, esperava-se encontrar em Venda Nova redes relativamente estáveis de apoio intergeracional, circulação do cuidado entre mulheres, compartilhamento da responsabilidade com crianças e idosos e arranjos comunitários inspirados em formas de “aquilombamento<sup>123</sup>” (Beatriz Nascimento, 2021; Santos, 2015; 2023). Essas práticas seriam expressão de uma solidariedade coletiva capaz de suavizar os efeitos da precariedade estrutural.

Contudo, o material empírico revelou uma realidade que se distanciava da expectativa inicial. Nos relatos, as “ajudas” não se manifestam como uma rede de apoio robusta e organizada. Pelo contrário, elas funcionam como estratégias de sobrevivência pontuais, como “remendos emergenciais”, num contexto comunitário fragilizado pela precariedade. Longe de

---

<sup>123</sup> “nos territórios de favelas denominados a partir das reflexões de Beatriz Nascimento (2018) como quilombos (Thamires Ribeiro, 2023, p. 161).

configurarem um sistema estruturado de reciprocidade, esses auxílios residuais surgem para tentar suprir a ausência paterna e a insuficiência das políticas públicas, sendo, muitas vezes, limitados pelas duras condições materiais e morais que permeiam o cotidiano dessas mulheres.

O relato de P5 exemplifica esse arranjo limitado, sustentado principalmente por uma rede de suporte afetivo e financeiro dos pais, irmãs e, ocasionalmente em momentos críticos, vizinhos. Aqui, a ajuda é o suporte vital que preenche a lacuna deixada pelo valor insuficiente do PBF e pela falta de equipamentos públicos principalmente na assistência com o filho atípico.

Por sua vez, a trajetória de P2 revela uma dimensão ainda mais complexa: a monetização informal do cuidado. As tias possuem trabalho precário, mal remunerado e desprovido de direitos, sustentando a inserção laboral de outras mulheres ao custo de sua própria invisibilidade. Esse cenário dialoga com Nadya Guimarães (2020) sobre o cuidado no ambiente doméstico, onde mulheres dependem da exploração do tempo e do corpo de outras mulheres de sua rede.

**“As minhas tias (...) olham crianças. Eu vejo isso muito, com muita frequência”**  
(P2).

Aqui, o cuidado que “não diz seu nome” (Nadya Guimarães; Priscila Vieira, 2020) manifesta sua ambivalência: permite a circulação mínima da renda, mas reproduz a exploração. Esse fenômeno dialoga com dados nacionais que apontam a concentração de mulheres negras nas ocupações do cuidado remunerado em condições de informalidade, baixos salários e ausência de proteção previdenciária (IPEA, 2022; Brasil 2023a). A informalidade, nesse campo, não é residual, mas estrutural.

A informalidade vivenciada pelas tias de P2 reflete um sistema que transfere a responsabilidade da reprodução social para as famílias e, dentro delas, para as mulheres negras, sem oferecer contrapartida de direitos, a divisão sexual do trabalho desconsidera a estrutura do racismo<sup>124</sup>. A desigualdade racial e de gênero no cuidado amplia a análise para além da divisão sexual tradicional.

Ao analisar essas vivências da discussão de Nadya Guimarães (2020), fica claro que as práticas de “ajuda” não devem ser idealizadas. Elas estão envoltas em várias camadas de

---

<sup>124</sup> Não bastam discursos genéricos que afirmam o acesso a renda desarticulado de políticas públicas efetivas - de proteção social, saúde, educação e saneamento básico - e sem propor mudanças substantivas na organização do trabalho, quando a informalidade e precariedade são as marcas do mercado de trabalho, especialmente entre as mulheres negras (SOF, 2020, p. 50).

violências atuando como mecanismos de gerenciamento da escassez, transferindo para as redes de apoio em grande parte, femininas, a responsabilidade pelo que o Estado não garante. Paralelamente, essas práticas evidenciam os limites estruturais das formas de apoio disponíveis, pois a capacidade de “ajudar” exige um excedente de tempo, energia ou recursos financeiros, elementos que a pobreza de tempo e pela necropolítica do cuidado corroem diariamente.

Ao mesmo tempo, sua própria existência revela o potencial inventivo para essas mulheres na sustentação da vida. Mesmo em condições extremas, elas produzem estratégias de sobrevivência que desafiam a ausência institucional. Contudo, esse potencial encontra limites claros: as ajudas recaem sobre corpos já exaustos, reproduzindo desigualdades de gênero e raça ainda maiores na divisão do trabalho de cuidado.

Dessa forma, a fratura das redes comunitárias resulta da tensão entre expectativa teórica e realidade empírica. As ajudas aparecem como recursos limitados de gestão da urgência, cuja ativação depende da disponibilidade - sempre escassa de tempo, energia e vínculos de confiança - o que evidencia que a solidariedade, isoladamente, é insuficiente para sustentar vidas atravessadas pela pobreza, pelo racismo e pela desproteção estatal.

Os achados desta pesquisa indicam, portanto, que o cuidado não circula de modo equilibrado: ele se acumula. As formas de apoio observadas são intermitentes, fragmentadas e atravessadas pela sobrecarga e sua ativação não depende apenas da necessidade, mas da possibilidade social de tornar essa necessidade visível, o que envolve riscos morais, julgamentos e formas de vigilância no território. Quando o afeto e a reciprocidade entram em colapso, resta, novamente, o corpo da mulher negra como principal infraestrutura da sobrevivência.

Esses achados sugerem que a existência e a intensidade das práticas de ajudas não podem ser assumidas como dadas, mas devem ser investigadas a partir das condições específicas que permitem ou inibem sua ativação, como contextos de crise, eventos coletivos ou situações de excepcionalidade. Mais do que evidenciar o enfraquecimento de redes de solidariedade, os dados desta pesquisa deslocam a questão: não se trata de compreender por que as redes falham, mas em que condições elas efetivamente se tornam possíveis.

#### **4.2.2 Achados empíricos: fragilidade, unilateralidade e isolamento**

*Neste lugar de maior solidão, examino cada decisão que tomo à luz do que tenho aprendido sobre mim mesma e a autodestruição que me foi inculcada pelo racismo e sexismo, pelas circunstâncias de minha vida enquanto mulher negra.*

(Audre Lorde, n. e.)

Nesta subseção, demonstramos que o isolamento não representa a ausência de sociabilidade, mas sim uma estratégia de sobrevivência decorrente da escassez do tempo, da insegurança no território e da abordagem punitiva na gestão da vulnerabilidade. Essa abordagem transfere a responsabilidade pelo cuidado para o âmbito doméstico e transforma as redes de apoio em interações intermitentes, desiguais e, por vezes, monetizadas.

Para compreender a profundidade do isolamento relatado pelas participantes, é preciso recorrer às políticas de silenciamento e a “máscara” da alienação. Grada Kilomba (2019) argumenta que, historicamente, foi negado ao sujeito negro o direito de falar e ser ouvido. Esse instrumento colonial impedia a fala, garantindo que o escravizado permanecesse em um estado de servidão silenciosa. Na fala dessas participantes, essa máscara ressurgiu de forma subjetiva sob o verniz da “discrição”.

A fala de P3 que se define como “reservada”, revela que essa característica vai além de um traço de personalidade. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência e uma resposta ao trauma da invisibilidade. Ela se isola para “não incomodar” evidencia que o silêncio não é apenas traço pessoal, mas uma forma de autoproteção diante da ausência de suporte.

**“Ninguém sabe das minhas lutas... é minhas. Ninguém vai fazer nada por mim”**  
(P3).

E dessa forma, reproduz o silenciamento imposto pela Necropolítica do Cuidado, entendida aqui como gestão seletiva do desgaste, do risco e do abandono nas rotinas de reprodução social, onde pedir ajuda é interpretado como um abuso de direito ou uma falha de caráter. Grada Kilomba (2019) aponta que, o processo de “tornar-se sujeito” exige o rompimento com esse silêncio, entretanto, o campo demonstrou que a estrutura do racismo e a carência de redes de apoio impedem esse movimento.

De modo semelhante, quando P4 afirma que “guarda tudo para si” para não “machucar os outros”. Essas narrativas indicam a produção de uma “máscara” de fortaleza feminina, que encobre o esgotamento emocional e físico, ao mesmo tempo em que evita a exposição à vigilância institucional ou à frustração de pedidos negados.

As redes de apoio, nesse contexto, encontram-se em processo de exaustão. A ajuda aparece como via de mão única ou restrita ao núcleo familiar mais próximo, sem transbordar para o território. A solidão não é apenas geográfica, mas política: é resultado da sobreposição entre pobreza de tempo, insegurança e acúmulo de responsabilidades.

O racismo opera diariamente na vida dessas mulheres, mas de modo ainda mais violento nas interseções entre maternidade atípica e mulheres pretas. Essas se doam em prol do próximo e recebem solidão, exclusão e adoecimento.

Quando as mulheres afirmam que “fazem tudo sozinhas” ou que “não podem contar com ninguém”, elas denunciam a falência também do vértice da Comunidade no Diamante do Cuidado. Elas relatam que “as pessoas estão muito individualistas” e que, se acontecer algo, muitas vezes não podem contar com vizinhos pois **“Se ver morrendo, morre lá mesmo. Ninguém ajuda em nada”** (P4).

A experiência de P2 ilustra essa dinâmica, ao relatar a ausência de apoio familiar em situações críticas e o consequente abandono da tentativa de acionar a rede:

**“Aí teve um belo dia que eu precisei levá-las ao Dentista. Quem que ia levar a [minha filha] para a escola? Ninguém.. Eu tive que levar a [minha filha e as tias] todo mundo... para o Dentista. Aí depois que já tinha acontecido tudo, que eu já tinha brigado com o resto da família que não podia... Poderiam ter ido ou ficado com ela [a filha] pelo menos uma hora... igual a gente faz... pra mim.. Não puderam... nem fizeram questão”** (P2).

Além disso, o relato de P2 sobre suas tias expõe a faceta mais insidiosa da interseccionalidade entre o racismo e o capacitismo. As tias foram rotuladas como “doidas” devido às dificuldades no parto, essas mulheres sofreram ao que indica interdição na trajetória educativa e afetiva “elas nunca foram ensinadas”. Esse estigma opera como um dispositivo de controle, através da patologização de seus corpos, no qual sua capacidade ao trabalho é explorada, mas o acesso a direitos lhes são negados.

**“(...) essa minha tia tem.. não tem.. todo mundo sempre falou.. que ela teve falta de oxigenação no cérebro no nascimento. Minha avó era uma mulher muito grande.. e gêmeos na barriga. Naquele tempo não tinha cesárea de emergência nem nada. Foi muito difícil de tirar os bebês de dentro.. e teve falta de oxigenação no cérebro. Aí eles falavam.. elas são doidas.. elas são inteligentes.. elas sabem fazer as coisas... elas nunca foram ensinadas.. Aí.. Como ninguém ensinou para elas fazer as coisas.. eu preciso também ajudá-las”** (P2).

Do mesmo modo, P3 relata dificuldades para acompanhar a mãe em tratamento sem ter com quem deixar o filho:

**“Quando tava com a minha mãe fazendo tratamento [câncer], eu não tinha ninguém pra ficar com o meu filho. E nesse dia, minha prima, a madrinha dele não tava disponível, passei apertado, como que leva**

menino pro hospital?(...). **Eu precisei do amigo, quer dizer, dos pais da amiga do meu filho” (P3).**

A ajuda existe, mas é incerta, tardia e atravessada por culpa.

**“ (...) Veio a vizinha e falou... por que você não me falou? Aí eu falei.. ah eu esqueci.. Bem assim.. pra não incomodar também.. a gente acaba não lembrando... que tem um vizinho bacana que vai te ajudar... Você não lembra” (P2).**

Outros relatos revelam a ampliação das responsabilidades para além da maternidade. P6 narra o cuidado com uma prima criada como filha, enquanto P7 descreve a tutela do sobrinho em um contexto marcado pela violência territorial. Essas experiências evidenciam a ampliação informal das funções parentais sem suporte institucional.

**“Eu já, tenho uma moça de criação que quando eu não tinha menino nenhum, porque eu não podia ter filhos, Aí a minha menina, na verdade ela é minha prima, aí o pai dela morreu de câncer e minha tia tomou uns remédios e teve que ficar internada. Aí ela pediu pra morar com a gente, aí ela ficou como se fosse minha filha. Hoje ela já é casada, ela tem 21 anos, é um amor de pessoa. E eu fiquei cuidando dela, (...). Então, pra ela, eu sou a mãe e ele é o pai [ex marido]. Mas, na verdade, ela não é minha filha é só em consideração. Primas, na verdade, prima segunda ainda” (P6).**

**“(...) eu tenho um sobrinho de um irmão que é falecido, né. E esse meu sobrinho foi sempre eu que cuidei dele, eu e minha mãe. Minha mãe trabalhando ele ia pra minha cama... e ele e a minha [filha] tem a diferença de um ano, ele 18 e a minha 17. Eu cuido dele e até hoje ele tá aqui, porque eu sou da Bahia e tô tentando deixar ele aqui, até pra ele não ser perder lá, porque é interior e essas coisas, então tô tentando manter ele aqui comigo pra ele trabalhar, ter uma profissão, fazer alguma coisa da vida porque lá eu sei que não tá fácil, né” (P8).**

Paralelamente, observa-se a mercantilização precária do cuidado. P2 descreve o trabalho de cuidado das tias mediante pagamento informal, em fluxo contínuo. Embora haja remuneração, a atividade permanece invisível, sem direitos e sem proteção. Trata-se de uma resposta frágil ao colapso das redes, que redistribui a sobrecarga entre mulheres igualmente vulneráveis.

**“(...) porque é troca de menino toda vez. Aí vem um menino, fica até tantos anos, vai lá, vem outros meninos, fica lá, vai e conhece mais pessoas. Eu vejo e conheço a realidade. (...) No mesmo lote [moram]. Sempre tem crianças. (...) Até os 12 anos [idade das crianças que as tias ‘olham’], começou com a minha filha. Minha filha tinha 9 meses e a minha tia começou a olhar. Aí, de 9 meses até 12 anos, mais ou menos [a idade das crianças]” (P2).**

A precarização do cuidado, impulsionada por sua mercantilização, apresenta-se como uma resposta deficiente ao desmantelamento das redes. Nesse contexto, o cuidado perde sua essência de reciprocidade e se converte em transação informal, geralmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade similar. Essa dinâmica se estabelece sem a devida proteção trabalhista, infraestrutura adequada para as crianças ou reconhecimento legal.

Longe de superar a sobrecarga feminina, essa “solução” apenas a redistribui horizontalmente entre as camadas mais pobres da população feminina, intensificando as disparidades de gênero, raça e classe (Thamires Ribeiro, 2023). Assim, o cuidado não evolui para um trabalho formalmente protegido, transforma-se, antes, em uma mercadoria frágil, cuja subsistência é ditada pela urgência da sobrevivência.

Mesmo nos casos em que há alguma autonomia financeira, como P2 e P9, não se resolve a crise do cuidado se não houver equipamentos públicos como creches e escolas em tempo integral. O relato de P9 ilustra a dissolução entre esses espaços:

**“Dei banho no salão, bota pra dormir lá. é..., é assim 10:30 da noite” (P9).**

O salão, local de potencial autonomia financeira, torna-se extensão da atividade doméstica. A “máscara” da supermulher é reafirmada pela necessidade de ser profissional e mãe simultaneamente por horas ininterruptas, evidenciando a escassez de políticas públicas de apoio ao cuidado infantil.

O caso de P6 expressa o limite extremo dessa unilateralidade. Ao relatar a necessidade de transportar simultaneamente mãe cadeirante e filhos para tratamento médico, evidencia-se a ausência absoluta de apoio estatal.

**“Ou seja, quando eu vou pro médico, tem que carregar todo mundo, Você tem que ver. Carrega minha mãe [cadeirante], carrega o pequenininho. Aí um outro, que é o do meio, que ajuda a gente. Ele ajuda a trocar a minha mãe de fralda. Ele é muito bonzinho. Porque o meu mais velho tá em tratamento de oncologia na garganta. E aí [médico] lá é longe. Quando não tá chovendo, a gente vai de ônibus. É lá longe mesmo, né? Aí a gente vai de ônibus, mas se tiver chovendo a gente pede Uber. Aí não cabe todo mundo, tem que ser dois uber” (P6).**

Aqui, a ajuda vem de outra criança da família, indicando a adultização precoce de crianças negras como resposta à ausência de políticas públicas.

Sob a perspectiva de Grada Kilomba (2019), não há espaço para o “tornar-se sujeito”, pois o tempo dessas mulheres é integralmente consumido pela manutenção da vida alheia. A ausência de reciprocidade não é contingente, mas estrutural, configurando-se como projeto político de confinamento ao cuidado.

Nesse contexto, a Necropolítica do Cuidado manifesta-se na gestão seletiva do abandono: o Estado atua majoritariamente por meio da vigilância e da punição, manifestando-se apenas quando o “surto” de P6 ameaça a ordem, mas nunca para aliviar a carga de trabalho que levou ao colapso.

Os relatos também revelam o desejo generalizado por autonomia financeira. A maioria das participantes expõem trajetórias anteriores de trabalho interrompidas pela maternidade e pelo adoecimento. P3 exemplifica essa impossibilidade:

“Eu, no meu caso, sempre trabalhei fora. Só que pelo fato de eu ter um problema no braço, eu não consigo pegar peso. Eu não consigo manter uma rotina. Se eu der uma faixa aqui hoje (...). Porque o meu braço, deforma todo e aí não tem jeito. Então, quando você vai fazer um serviço fora, você tem que cumprir a sua carga horário (...). Já tentei mas não consegui [cuidar de outras crianças], meu filho tem muito ciúmes. Então, é tudo muito complicado. (...). Eu levo minha mãe pra fazer exames, né? Eu sou acompanhante. Eu não posso pegar uma criança, ter a irresponsabilidade de pegar uma criança e dar uma olhada, sendo que eu tenho que levar ela pra lá e ele, né? Porque é os dois que faz acompanhamento médico, né? (P3).

A fragilidade das redes<sup>125</sup>, a unilateralidade do cuidado e o isolamento defensivo mostram que a resistência dessas mulheres não se expressa em grandes articulações coletivas, mas na persistência cotidiana em manter a vida funcionando sob condições extremas.

**Quadro 18 – Condições estruturais da fratura das redes comunitárias de cuidado e seus efeitos sobre a reprodução da vida**

Eixo Analítico	Descrição Empírica	Efeito Sobre As Redes De Cuidado	Chave Teórica
<b>Pobreza de tempo</b>	Rotinas saturadas por cuidado infantil, cuidado de pessoas idosas e crianças atípicas, deslocamentos longos para médicos e demais atividades e gestão solitária da vida doméstica.	Impossibilidade de reciprocidade: as mulheres não dispõem de tempo excedente para cuidar de si mesmas e umas das outras.	Pobreza de tempo; Necropolítica do cuidado
<b>Medo e insegurança territorial</b>	Relatos de violência, risco para crianças e adolescentes, ausência de proteção comunitária e medo da circulação no território.	Retração das relações comunitárias e quebra da confiança entre vizinhos.	Racismo territorial; Produção seletiva do risco, Necropolítica
<b>Vigilância punitiva do Estado</b>	Atuação estatal concentrada em dispositivos de controle (Conselho Tutelar; Condicionalidades do BF), acionados apenas em situações de crise ou sofrimento.	Autoproteção pelo silêncio; isolamento defensivo das mulheres e retração comunitária.	Racismo institucional; Necropolítica do cuidado
<b>Mercantilização o precária do cuidado</b>	Cuidado infantil realizado por parentes ou vizinhas mediante pagamento informal; circulação de crianças em espaços sem estrutura; ausência de direitos trabalhistas para cuidadoras.	Substituição da rede comunitária por relações precárias de mercado; exploração intergeracional do cuidado feminino.	“Ajudas” (Guimarães; Vieira, 2020); Pirâmide de subvalorização, subremuneração e precarização (Ribeiro, 2023)

<sup>125</sup> Importante destacar que:

- 1- Ausência de qualquer regulamentação ou mapeamento para práticas de cuidado comunitário. Atualmente a prefeitura de Belo Horizonte tem um projeto para mapear e articular dez iniciativas locais, chamado “Territórios de Cuidado”. Ver mais em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-anuncia-iniciativas-selecionadas-para-o-projeto-territorios-de-cuidado> (Belo Horizonte, 2025).
- 2- Inexistência de política pública de cuidadoras populares.
- 3- Relação direta com o Direito do Trabalho e previdenciário negado.

<b>Ausência de equipamentos públicos</b>	Falta de creches em tempo integral, transporte adaptado, cuidadores domiciliares e espaços de proteção social.	Transferência integral da responsabilidade do cuidado para as mulheres e suas redes fragilizadas.	Estado ausente; Gestão da sobrevivência
--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Os achados desta subseção demonstram que a fragilidade das redes comunitárias não decorre de enfraquecimento moral ou cultural, mas de um processo estrutural de esgotamento induzido. A sobreposição entre pobreza de tempo, insegurança territorial, mercantilização precária do cuidado e vigilância estatal transforma o isolamento em condição de sobrevivência.

Nesse sentido, as falas indicam que, ainda que haja percepção das dificuldades impostas pela sobrecarga de cuidado, esses obstáculos são interpretados a partir de uma lógica que mantém o cuidado como responsabilidade prioritariamente familiar e feminina. Demandas como a ampliação do tempo escolar, o acesso a creches e a possibilidade de estudar aparecem como estratégias para viabilizar a conciliação entre cuidado e trabalho, e não como questionamentos à centralidade da família na provisão do cuidado. Esse dado sugere a presença de uma internalização social dessa responsabilidade, na qual o cuidado, mesmo quando exaustivo, não é colocado em disputa enquanto atribuição estrutural.

E nessa responsabilização solitária e desamparo impostos emergem as marcas mais profundas dessa estrutura, em que o trauma e a necessidade de uma autoproteção que, ironicamente, se dá através do isolamento.

#### 4.2.3 Trauma, silêncio e autoproteção

*O corpo da mulher negra é muitas vezes o último baluarte do cuidado de toda a sociedade, mas o primeiro a ser negligenciado*

(Maria Lúcia, 2025, n. p.)

No território analisado, o silêncio não aparece como traço de temperamento, mas como tática de autoproteção diante de uma vida exposta a vigilâncias, julgamentos e ausências. A experiência do cuidado sob precariedade produz um regime em que adoecer não é efeito colateral, mas componente recorrente da reprodução social.

As informações sugerem que o sofrimento se organiza como parte da rotina, sobretudo quando a rede de apoio falha e a presença estatal se materializa mais por controle do que por cuidado.

Para sistematizar esse panorama, o quadro abaixo cruza perfil das participantes, relatos de sofrimento e marcadores contextuais<sup>126</sup>.

**Quadro 19 – Adoecimento mental e físico associado ao cuidado e ao isolamento**

Participante	Sofrimento psíquico (relatos/descrições)	Adoecimento físico (relatos/descrições)	Marcadores de contexto
<b>P1</b>	Relata depressão pós-parto e ansiedade crônica; sensação de não dar conta; isolamento	Fadiga, insônia/hipervigilância; uso de medicação (relatado)	Medo do território; sobrecarga doméstica; apoio parcial
<b>P2</b>	Sinais narrados de ansiedade e exaustão em situações-limite	Episódio grave de dengue hemorrágica e recusa/inviabilidade de interrupção do cuidado	“Não incomodar”; urgências sem apoio; rede monetizada
<b>P3</b>	Relato de depressão; exaustão psíquica; sobrecarga por cuidado atípico e cuidado de familiar	Urticária/somatização; limitação no braço (relatado)	Cuidado atípico + mãe em tratamento; escassez de rede
<b>P4</b>	Relato de depressão; medo/evitação social após violência racial escolar	Retraimento corporal; somatizações associadas ao medo (relatos)	Evasão escolar por violência; criminalização precoce; isolamento defensivo (relatos)
<b>P5</b>	Relato de depressão; exaustão; tristeza persistente (relatos)	Não informado	Filho atípico; precariedade; rede restrita (pais idosos)
<b>P6</b>	Relato de Depressão; Colapso/“Surtos” (relatos)	Trombose; auto-negligência medicamentosa; queda de cabelo (relatos)	Logística impossível; vigilância punitiva; múltiplos cuidados
<b>P7</b>	Irritabilidade/nervoso; solidão (relatos)	Dores nas pernas (relato)	Cuidado intergeracional; dependência do benefício
<b>P8</b>	Medo da violência; preocupação constante (relatos)	Não informado	Proteção por confinamento; risco territorial
<b>P9</b>	Esgotamento e sobrecarga compatíveis com burnout (descrição, sem diagnóstico)	dores de cabeça, exaustão física (relatos)	Trabalho e cuidado no mesmo espaço; ausência de rede

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro evidencia um ponto central: o corpo das mulheres torna-se infraestrutura. Quando o cuidado não encontra suporte público, comunitário ou familiar, ele se materializa

<sup>126</sup> Os termos referem-se a percepções e autodeclarações das participantes.

como desgaste corporal e psíquico, frequentemente acompanhado de auto-negligência. Em P3, por exemplo, a urticária aparece como linguagem do corpo diante do que não encontra vazão na rede. Aqui, a somatização não é mero evento clínico, mas índice da sobrecarga cotidiana que captura tempo, energia e possibilidade de pedir ajuda.

**“Como pesa a rotina, né? Essa rotina da gente de levar menino pra escola, leva menino pro médico E, cuidando da mãe, muito assim, gente, é muita sobrecarga. O emocional da gente pode dar uma bugada ali, que desenvolvi uma urticária que deixou meu corpo todo deformado. Quando você vai ver, era o emocional. Então, o que a gente não põe pra fora, o corpo reage”** (P3).

O silêncio também se articula com medo e confinamento. Em P1 e P7, a proteção dos filhos no território implica restringir a circulação, o que amplia a solidão e alimenta o cansaço. A autoproteção, nesse contexto, é paradoxal: preserva a vida diante do risco, mas cobra um custo emocional permanente.

**“(...) porque quando eu era criança, eu tinha espaço, né? Tinha um quintal grande pra me correr, pra eu fazer as coisas, e eles não têm. E na rua eu não deixo de ficar, porque eu moro aqui no conjunto, né? Então, é... Não sei se vocês já ouviram falar que, né, não é que é perigoso, mas, é... as influências não são boas, então eu não deixo”** (P1).

Em P9, a ausência de rede se expressa na dissolução completa da fronteira entre trabalho remunerado e cuidado. A maternidade é atravessada por culpa e cobrança.

**“Um simples para casa pra gente as vezes é um sacrifício porque, você chega tem comida, roupa pra lavar... quando você vê o menino dormiu e não fez o para casa e uma hora dessas [tarde da noite]. E a Escola depois te manda um bilheteinho.... Aí você se sente a pior mãe do mundo”** (P9).

O ponto decisivo aqui não é moralizar a “organização” da vida, mas demonstrar que, sem equipamentos públicos (creche, escola em tempo integral, transporte adequado, cuidado domiciliar), a autonomia econômica não se converte em alívio: ela apenas desloca o cuidado para dentro da jornada laboral.

**“Eu não tenho [ajuda]. Eu tenho que deixar ele na escola pela manhã e pego 4 horas da tarde. Mas às vezes aparece gente pra fazer escova, 5, 6 horas, aí já não consigo [atender] direito, aí tenho que levar ele [para o salão], e aí aquela trabalhadeira de toda que dá, mas... pelo menos uma escova! Aí o mês sai pra ele [aula] de 7h às 11h, e os dois de 1h. Eu deixava ele de 7h às 11h e já ia trabalhar. Aí eu tô doida, eu vou sair e ele [outro filho] já vai voltar”** (P9).

Já em P6, a autoproteção falha e o colapso aparece como “surto” narrado, seguido de acionamento de dispositivos de controle (Conselho Tutelar). A lógica que se estabelece é persistente: a intervenção estatal não visa o apoio ao cuidado, mas sim a contenção da crise, atuando somente quando o esgotamento se manifesta e ameaça a ordem. Nesse cenário, a saúde da cuidadora é relegada a segundo plano, como evidenciado pelo seu relato de esquecer a medicação para trombose.

**“Os vizinhos chamaram o conselho tutelar. Eu dava umas surtadas em casa. Aí eu falava com os dois [filhos] (...) pra me ajudarem, e dizia assim: ‘gente vocês tem que me ajudar’. Aí eu peguei o celular e fiz umas coisas doidas lá daí que chamaram o conselho tutelar porque mandaram uma carta pra mim, aí a gente pegou e conversou, (...) porque eu tenho que fazer tudo mas... é muita coisa pra mim, eu não dou conta (...) Mas sempre fui eu pra correr atrás de fralda pra minha mãe também. Então é muita coisa, sabe? Muita, muita coisa!”** (P6).

Enquanto cuida de cinco pessoas (3 filhos, mãe e avó) e negligencia o próprio remédio para trombose, seus irmãos - 5 homens, permanecem desonerados. Aqui, o isolamento não é escolha, mas produção política da vulnerabilidade.

**“Meus irmãos são diáconos de igreja, tem carro e eu penando pra cima e pra baixo com minha mãe. Agora você pensa? Meu Deus! (...) E ainda lá em casa nós somos 6, tá? 6 filhos! E os outros filhos da minha mãe, onde tá? Por aí vivendo... Eu estou tentando viver, estou tentando”** (P6).

O desabafo de P6 e P8 desvela a face mais nítida da desoneração masculina e do silenciamento familiar. Nesse arranjo, a “ajuda” não é apenas ausente no fazer - o cuidado físico, mas também na provisão material, revelando que a sobrevivência da idosa é tratada como um encargo exclusivo da filha.

**“Minha mãe tá aqui há um ano, eu trabalho sozinha então, tipo assim, as despesas aumentaram. As contas ... Nunca falaram assim “oh minha irmã, não tá precisando de uma ajuda pras despesas de casa?”... Ninguém, ninguém”** (P8).

Sob a ótica de Thamires Ribeiro (2023), esse cenário exemplifica a “exploração do afeto”, onde a proximidade física e o gênero da cuidadora servem de pretexto para que os demais membros da rede se sintam moralmente autorizados a se ausentar. A queixa de P8 denuncia que o cuidado, longe de ser um território de compartilhamento, opera como um mecanismo de empobrecimento seletivo: ela assume as despesas crescentes e a jornada de trabalho sozinha, enquanto os outros “seguem vivendo” (P6) sem o ônus da reciprocidade. Essa solidão financeira e prática é, portanto, uma das engrenagens da Necropolítica do Cuidado, que expropria os recursos da mulher negra periférica para suprir a omissão de toda uma rede familiar e estatal.

Um dos aspectos mais contundentes da produção do trauma nas trajetórias analisadas refere-se ao modo como as instituições públicas - especialmente saúde e educação - operam a partir de uma lógica racializada de negligência e desresponsabilização. Como analisa Cida Bento (2022), o “pacto narcísico da branquitude”<sup>127</sup> sustenta-se na preservação de privilégios

<sup>127</sup> “A grande questão para mim sempre foi o não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições e na história do país (...) Não temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (...)Relações de dominação de gênero, raça,

materiais e simbólicos por meio da naturalização das desigualdades, deslocando sistematicamente para sujeitos negros o ônus da precariedade, do adoecimento e do fracasso institucional.

No campo da saúde, essa dinâmica manifesta-se de forma explícita no relato de P1, cujo sofrimento psíquico, intensificado no contexto da pandemia<sup>128</sup>, foi deslegitimado pelo profissional de saúde. Ao buscar atendimento, teve sua demanda relativizada naturalizando seu estresse como algo inerente ao período.

“Eu quando minha menina que nasceu, disse que ela nasceu na pandemia, né? Então, foi um período muito difícil. Eu tive depressão. Eu cheguei pra procurar o médico, mas ele disse que por causa da pandemia, né, e como a gente já tava vivendo sobre o estresse por causa da pandemia e tudo, que ele não ia passar remédio pra mim, (...) **E aí nisso foi passando o tempo, a ansiedade tomou conta completamente, aí eu desenvolvi ansiedade crônica, né? Eu tomo medicação, hoje em dia, por causa da ansiedade, e foi muito difícil, porque eu sentia que eu não dava conta de cuidar dos meus meninos. Eu não conseguia cuidar dela.** Eu sentia que eu não conseguia cuidar dela e era aquela sensação horrível que a ansiedade te traz, né? (...) com a medicação, né? Eu comecei a ter melhora” (P1).

A recusa inicial ao cuidado não pode ser compreendida como falha pontual, mas como expressão do racismo institucional que hierarquiza quais dores merecem atenção. O sofrimento da mulher negra é frequentemente interpretado como “normal”, “exagerado” ou “parte da vida” (Maria Leal *et al.*, 2017)<sup>129</sup>, legitimando a negligência. O resultado é a cronificação do adoecimento, transferindo para o corpo da própria mulher os custos da omissão estatal.

**“Hoje em dia é pesada, é pesada as coisas de casa e tudo, conciliar estudo [dos filhos], marido, casa pra mim, é... mas eu tô conseguindo levar mais, né? Melhor hoje em dia do que há uns 5 anos atrás. Foi muito difícil na pandemia sem medicação. Meu esposo desempregado, eu com três filhos, uma recém-nascida, E os meninos no período de escola, minha mais velha, estudando assim, online, né? E era muito complicado.** Eu tinha um apoio porque meu esposo não estava trabalhando nessa época, né? (...) Ficou três anos desempregado. E no período que eu estava ajudando o menino, ou ele ajudava, eu ajudava, né? Os estudos na escola. Também tudo remoto, né? Era pouco tempo, né? Eu acho que era menos de duas horas que eles ficavam. E eu acho que foi isso também que me ajudou, né? A desenvolver essa ansiedade. **Aí eu cheguei num período que se eu tivesse tratado no início, mas como não tive apoio no posto, talvez eu não teria hoje, né? Uma ansiedade crônica. Tenho que tomar medicação**” (P1).

Além disso, durante a pandemia, P1 acumulava simultaneamente cuidado integral dos filhos, escolarização remota, insegurança alimentar e produção informal de renda “fazia bolo

---

classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados” (Cida Bento, 2022, p. 14-15).

<sup>128</sup> Ver: Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

<sup>129</sup> Ver mais em: A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>.

no pote e saia vendendo” evidenciando como, em contextos de crise, o corpo da mulher negra se converte em eixo de sustentação da sobrevivência familiar..

No campo da educação, o relato de P4 explicita a face mais violenta do racismo institucional. A escola, longe de funcionar como espaço de proteção, produziu exclusão e humilhação. O conceito de ‘epistemicídio’ de Sueli Carneiro (2023) materializa-se aqui não apenas como negação de saber, mas como destruição da possibilidade de “ser”:

**“Ah... as pessoas me chamavam de negra, falavam que tinha que viver na escravidão, trabalhar, esses trem. Eu nunca mais pisei na escola (...). Eu nem gosto de escola. Sério, não gosto. Nem de professora, não gosto. Ah, eu odeio. Eu odeio escola. Desde o dia que eu sofri bullying na escola. Nunca mais. Eu vou buscar meu filho porque é uma obrigação termos buscar. Porque senão eu não ia. Eu não tenho ninguém pra buscar também. (...) Eu só quero que ele cresça, fique feliz, estude bastante, fazer uma coisa que eu nunca fiz, estudar. Sempre fui, tipo assim... eu era apaixonada [pela escola], mas aqui peguei uma raiva, um ranço. Até com os outros, não conto nada, não converso com ninguém, fico mais quieta. Tenho medo de mostrar quem eu sou. Sempre fui agredida, né? Então tenho medo... Muito medo (...) Nem minha família foi lá pra me ajudar. Eu fugi da escola, fugi de casa. Fiquei uns dez fora de casa. Aí eles colocaram as minhas fotos só pra dizer que estavam me procurando.**

Sua evasão não decorre de “desinteresse”, mas de um processo sistemático de expulsão simbólica e física. Trata-se de um caso emblemático de epistemicídio - a destruição da autoestima, da confiança institucional e da possibilidade de se reconhecer como sujeito de conhecimento.

**“Ah, passou, né? Eles me agrediam. Foi essa época... que eu era a única preta da turma. Me xingavam bastante. Me colocavam pra fora da escola. Me colocavam lá no fundo da sala. Me maltratavam. Falavam que minha família não tinha condição, não tinha roupa boa pra escola. Meu cabelo... era feito de... Há! um monte de coisas. Eu tomei hoje... tomei raiva dos professores... Tomei raiva de gente (...) Eu apanhava mais do que tinha colega na escola. Até a professora ajudava eles a bater em mim.**

Não, ninguém ficava a meu favor, ficava contra mim. Ele falava, aí eu chamava a polícia, chamava a polícia, e eles falava pra polícia que eu apontava pra escola, que eu não sei o quê, e eu, tipo, levava o telefone e eu gravava, né? (...) As atitudes que eles falava comigo, que eles fizeram comigo. Até colocar a coisa ali, na minha bolsa e falar que eu roubava, me levava pra delegacia... Aí... É... **eu tomei nojo de gente, de escola, de pessoas, faço tudo sozinha” (P4).**

O racismo vivido na infância prolonga-se na vida adulta. A exclusão escolar converte-se em exclusão laboral, reproduzindo ciclos de informalidade, dependência de programas sociais e retraimento social. O medo de instituições, relatado por P4 - inclusive em relação ao sistema de saúde; é efeito direto dessa trajetória de violências acumuladas:

**“No serviço também quando eu trabalhava na padaria era a mesma coisa. Quando comecei a trabalhar, eu tinha quatro mês e o patrão não tava falando coisa com coisa pra mim, olhando pra minha cor, ele é branco, daí eu falei: Aqui não é para mim” (P4).**

**“Eu tenho até medo, eu tenho medo de coisar com os doutores médico. Eu nem vou no hospital porque eu (...) eu tenho medo. Nem gosto nem de olhar, nem de ir (...). Traumas. É um pavor só de olhar. (...) Qualquer homem” (P4).**

O “nojo de gente” e o isolamento que ela pratica aos 26 anos não são traços de personalidade, mas uma possível estratégia de autoproteção devido aos traumas cumulativos, que atravessa corpo, subjetividade e relações sociais, contra um mundo que a invalida desde a cor de sua pele até sua dignidade laboral. Ao cuidar sozinha do filho e dar suporte com as sobrinhas, P4 exerce um cuidado que é seu único refúgio contra a falência absoluta das redes que deveriam tê-la protegido.

Essas trajetórias revelam que o adoecimento não é um evento isolado, mas parte de uma engrenagem social que transforma desigualdade em destino. O Estado que nega cuidado na infância, na escola e no posto de saúde reaparece mais tarde apenas como instância punitiva ou burocrática, reforçando o ciclo de vulnerabilização.

O conjunto das falas revela que o cuidado se concentra e acumula em corpos específicos que passam a funcionar como infraestrutura doméstica, emocional e material da reprodução social. Quando a rede familiar se desresponsabiliza, quando a comunidade se encontra exaurida e quando o Estado atua prioritariamente por meio do controle, sobreviver deixa de ser uma escolha e se transforma em uma rotina de desgaste permanente.

Esse cenário desloca o olhar para a dimensão política da precariedade que atravessa o cuidado, no qual o corpo da mulher negra converte-se no principal território de materialização da desigualdade. É a partir dessa constatação que a próxima seção discute a necropolítica do cuidado e a gestão da sobrevivência, onde sobreviver não é sinônimo de viver, mas de resistir em migalhas de tempo e espera.

### **4.3 Necropolítica do cuidado e gestão da sobrevivência**

*Nunca se esqueça das lições aprendidas na dor.*

Provérbio Africano

As seções anteriores evidenciaram que o cuidado vivenciado pelas participantes se estrutura a partir da fragilização das redes comunitárias, da privatização das responsabilidades e do adoecimento dessas mulheres.

Portanto, o foco analítico desloca-se dos efeitos para as condições políticas que os produzem. A questão deixa de ser o que acontece com essas mulheres e passa a ser como e

por que o Estado organiza um modelo de gestão que naturaliza sua exaustão, o adoecimento e a responsabilização solitária pelo cuidado. Trata-se, portanto, de compreender o cuidado como um campo estratégico de gestão da sobrevivência no interior do Estado racializado brasileiro.

A noção de necropolítica, formulada por Achille Mbembe (2018), é central para esse deslocamento analítico. Se, na biopolítica clássica<sup>130</sup>, o poder se exerce pela administração da vida, no contexto periférico e racializado, essa gestão ocorre pela produção seletiva da exaustão, do risco e do abandono, sem que isso implique necessariamente a morte imediata<sup>131</sup>. A vida de determinados grupos sociais, sobretudo negros, pobres e marginalizados, é marcada pela não proteção, pela exposição à violência e pela ausência de políticas públicas que garantam o cuidado como direito. O cuidado converte-se em dispositivo dessa racionalidade ao transferir integralmente para as mulheres negras a responsabilidade pela reprodução social, permitindo ao Estado reduzir custos e gerenciar populações marginais sob um regime de sobrevivência mínima.

Nesse arranjo, o “não-cuidado” estatal opera como um subsídio invisível ao capital (Balibar; Wallerstein, 2021). A ausência de creches e equipamentos públicos é compensada pelo desgaste da saúde e do tempo das cuidadoras. Como ressalta Walkyria Guimarães (2024), “a dor da mãe negra é permanente em um universo de instabilidades sociais para si e para seus familiares, pois, (...) são atingidas por múltiplas formas de opressão, tocadas pela dor que é preta, causada pelo abandono afetivo, pelo silenciamento, pelo racismo e pela morte”. O Estado manifesta-se no território de forma assimétrica: é onipresente no controle e na

---

<sup>130</sup> O conceito de biopolítica foi desenvolvido por Michel Foucault a fim de explicar uma tecnologia de poder que emerge no século XVIII, deslocando o antigo direito soberano de “fazer morrer ou deixar viver” para uma nova racionalidade governamental centrada no “fazer viver ou deixar morrer”. Diferente da disciplina, que foca na vigilância do corpo individual, a biopolítica incide sobre o “corpo-espécie” da população, operando através de mecanismos estatísticos e reguladores que visam gerir processos biológicos coletivos, tais como natalidade, mortalidade, saúde pública e longevidade, a fim de otimizar a vida em termos de produtividade e utilidade econômica (Foucault, 2005).

<sup>131</sup> Podemos também pensar em outros modos que a necropolítica atinge a população negra, como nas escolas da periferia onde a maioria dos estudantes são negros, costumam ter menos recursos, infraestrutura precária e pior qualidade de ensino. No mercado de trabalho, pessoas negras enfrentam barreiras e discriminação racial, mesmo quando mesmo quando possuem a mesma qualificação e experiência, trabalhadores negros recebem menos e enfrentam mais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, mesmo quando possuem a mesma qualificação e experiência, trabalhadores negros recebem menos e enfrentam mais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho. Na saúde, populações negras têm menos acesso a serviços de qualidade e sofrem com doenças que poderiam ser prevenidas ou tratadas, mulheres negras por vezes são submetidas a procedimentos cirúrgicos com pouco ou quase nada de anestesia. Já na segurança pública, a violência policial e o encarceramento em massa atingem desproporcionalmente jovens negros. Esse fenômeno é resultado de um ciclo histórico de exclusão, que limita o acesso da população negra a melhores condições de educação, moradia e emprego. Resultado de um ciclo histórico de exclusão, que limita o acesso da população negra a melhores condições de educação, moradia e emprego (Sueli Carneiro, 2011).

vigilância, mas se ausenta da provisão de políticas estruturantes de cuidado. Forma-se, assim, um arranjo no qual quem mais cuida é quem menos recebe cuidado e proteção.

Falar em necropolítica do cuidado, portanto, implica reconhecer que essas vidas são mantidas em um limiar de desgaste funcional<sup>132</sup>. A sobrevivência configura-se como a gestão cotidiana da precariedade, na qual adoecer e resistir tornam-se experiências normalizadas para garantir a manutenção da ordem social. As mulheres são forçadas a se desdobrar simultaneamente como mães, provedoras, cuidadoras, mediadoras e gestoras da escassez. O cuidado opera, ao mesmo tempo, como afeto, prática de resistência e como campo sistemático de exaustão.

A partir desta chave analítica, a seção desdobra-se em dois movimentos complementares. Primeiro, examina-se a produção seletiva do risco e da exaustão como tecnologias de governo aplicadas às cuidadoras. Em seguida, discute-se como o adoecimento dessas mulheres é um efeito sistêmico e funcional de um modelo de gestão da vida atravessado pelo racismo estrutural, patriarcado e pela lógica capitalista da reprodução social.

#### 4.3.1 Produção seletiva do risco e da exaustão

*Eu não tenho nenhum momento só meu.  
Até na hora de dormir a paz vai embora, porque  
você já fica pensando nos problemas do dia, a noite  
a gente incomoda. Então, nem à noite você tem o  
descanso.*

(P3, 2025)

A exaustão que atravessa a trajetória das participantes<sup>133</sup> não é uma contingência social ou uma falha administrativa. Trata-se de uma forma específica de governo da vida, na qual o risco e o desgaste são produzidos seletivamente e distribuídos segundo marcadores de raça, gênero e território. O que se observa no campo não é um “acidente”, mas um projeto de gestão da sobrevivência.

“E isso se eu for, **porque eu não vou em médico não. Eu não procuro, (...) quem procura, acha, se eu for, eu vou ficar doida. Então, eu não tô nem indo mais.** Eu só fui porque eu desenvolvi urticária, aí eu fui só por causa disso” (P3).

<sup>132</sup> Os dados relacionados à pobreza, de 2022 evidenciam a profundidade da desigualdade. O IBGE define como pessoas em situação de pobreza aquelas que vivem com até R\$637,00 (seiscentos e trinta e sete reais) por mês; e em extrema pobreza, as que vivem com menos de R\$200,00 (duzentos reais) por mês. O patamar geral de pessoas negras pobres (40%) é duas vezes superior à taxa da população branca (21%), assim como a dos extremamente pobres, 7,7% contra 3,5%. Apesar de serem cerca de 25% da população, mulheres negras representam 41,3% dos pobres no país, e 8,1% dos extremamente pobres em 2022 (DIEESE, 2024).

<sup>133</sup> Essa racionalidade não é inferida abstratamente, mas emergiu da recorrência empírica observada nas trajetórias das participantes, onde as experiências revelaram padrões estruturais de exposição ao risco e à exaustão.

Na perspectiva foucaultiana, a biopolítica opera por meio da administração da vida, da regulação dos corpos e do controle das populações (Foucault, 2005). Contudo, em contextos racializados e periféricos, essa gestão articula-se à necropolítica, definindo quais grupos podem ser sistematicamente expostos ao risco, ao adoecimento e ao desgaste prolongado (Fanon, 2022; Mbembe, 2018). Nesse regime, não se trata apenas de “fazer viver”, mas de administrar vidas sob permanente vulnerabilização.

**“(...) a gente passa por muitos momentos de exaustão mesmo, é uma luta atrás de luta, e a gente tem que ser forte pra tudo, porque no caso de a gente ser mãe solo, ainda mais ser mãe atípica” (P5).**

**“E aí pai, você não vai levar não? [assistente social]. Ai meus meninos ficaram chorando triste, porque eu causei essa situação para eles agora. Nossa, é tanta coisa. Eu falei, meu Deus do céu. Dá uma vontade de desistir” (P6).**

Essa produção seletiva do risco revela que o Estado não se ausenta de forma neutra; ele escolhe onde não estar. A insegurança territorial relatada não decorre apenas da violência urbana, mas da inexistência deliberada de políticas de proteção coletiva - escolas em tempo integral, lazer, transporte adequado, cuidadores domiciliares, suporte em saúde mental e equipamentos comunitários. O risco, assim, é politicamente fabricado e racialmente localizado, recaindo sistematicamente sobre essas mulheres.

**“O posto, pra umas consultas especializadas, demora demais. Mas eu acho que isso é o sistema, né? Eu acho que não é só o posto. Para melhoria no bairro, para as crianças (...) Uma ONG que trouxesse mais recursos, tanto para os pais, atividades para as crianças, ficar mais envolvida nisso, porque a pandemia, ela prendeu a gente dentro de casa. E os meninos, infelizmente foram pro celular, televisão, não tem jeito e agora hoje pra gente tirar é mais difícil. No nosso caso que os meninos não podem ficar na rua e tudo fica mais difícil ainda” (P1).**

Simultaneamente, ocorre a expropriação do tempo. A privatização do cuidado captura quase integralmente a vida cotidiana das mulheres, inviabilizando a produção de qualquer excedente financeiro, temporal destinado ao descanso, ao convívio, à formação ou ao autocuidado.

**“Eu gostaria um pouco de poder ter um dinheiro pra cuidar do meu cabelo, fazer uma unha, que eu nunca faço, mas infelizmente eu não consigo cuidar do meu filho [e de mim] com quem eu ganho” (P3).**

**“Eu não faço unha, não faço sombrancelha, minha sobrancelha tá cheia de pêlo branco aqui, ó! Te falei que a minha cabeça tava com aquele problema. Você acha que eu continuei meu tratamento? Não, porque eu não tenho dinheiro, porque você tem que paga tudo! Deixa eu ficar careca! (...) Eu nem penteio o cabelo” (P6).**

Essa expropriação assume uma dimensão existencial: nega-se às mulheres o tempo necessário para se constituírem como sujeitos (Fanon, 2022; Grada Kilomba, 2019). Viver

passa a significar, prioritariamente, sustentar a vida de outros. A exaustão, nesse contexto, não é efeito colateral, mas elemento estruturante do funcionamento social.

**“Pra mim agora nada** [não deseja nada para sua vida], **só penso nele** [no filho]” (P4).

**“Porque quando você fica muito preocupado, você não descansa. Você perde o sono, você não dorme.** Quanto mais você está cansado, **você fica só pensando. Nossa, eu tenho que fazer isso. Nossa, eu tenho que pagar o que? Nossa, eu tenho que fazer isso”** (P3).

Nesse sentido, a produção do risco e a expropriação do tempo constituem tecnologias da Necropolítica do Cuidado. Ao transferir a responsabilidade pela sobrevivência para o âmbito doméstico, o Estado reduz custos e preserva a governabilidade às custas do adoecimento progressivo dessas mulheres. A exaustão, portanto, não é uma falha sistêmica, mas a condição que possibilita a continuidade de um modelo que gerencia a vida por meio do desgaste.

#### **4.3.2 A Biopolítica do Desgaste: O corpo da mulher negra como infraestrutura do Estado**

*É do conhecimento das condições autênticas de nossa vida que devemos extrair a força para vivermos e as razões para agirmos.*

(Simone de Beauvoir, 1947, n.e.)

A compreensão do adoecimento físico e mental relatado pelas participantes exige ultrapassar o diagnóstico individual e situá-lo no plano da economia política da reprodução social. O adoecimento não se apresenta como evento isolado, mas como efeito sistemático de um arranjo institucional que desloca para essas mulheres a sustentação cotidiana da vida, o que podemos denominar de Biopolítica do Desgaste<sup>134</sup>.

Segundo Françoise Vergès (2020) mulheres negras sustentam através de seus corpos a sociedade burguesa, branca e cisheteropatriarcal do capitalismo neoliberal através da

---

<sup>134</sup> Refere-se a uma racionalidade contemporânea de gestão da vida no interior do Estado liberal, pelo qual o poder público não se orienta pela proteção integral da vida, mas pela administração seletiva do esgotamento físico, psíquico e social de populações racializadas e empobrecidas. Diferentemente de uma omissão accidental, trata-se de um efeito estrutural e funcional do capitalismo, no qual a reprodução social é deslocada para o âmbito doméstico e feminino, transformando vínculos comunitários em relações mercantilizadas, naturalizando a exaustão e produzindo desigualdades sistemáticas na distribuição da possibilidade de viver com dignidade. Produzindo sujeitos localizados na “zona do não-ser” do Estado social, cuja vida é mantida em funcionamento mínimo para garantir a reprodução do sistema, mas não reconhecida como digna de cuidado, proteção ou investimento público (Fanon, 2022; Foucault, 2005; Mbembe, 2018).

economia do desgaste. Essa exaustão viabiliza o padrão de consumo e bem-estar burguês, diferenciando o valor das vidas pela raça.

Numa economia que divide os corpos que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso. A economia do esgotamento, do cansaço, do desgaste dos corpos racializados e generificados é uma constante (Françoise Vergès, 2020, p. 126).

O Estado liberal, ao permitir que os cuidados sejam absorvidos, de forma contínua, pelo tempo, pela saúde e pelo trabalho não remunerado das mulheres as coloca como “aptas a serem usadas e descartadas, tendo suas forças esgotadas e sendo vítimas de doenças, debilidades e deficiências, diante uma vida de exploração e expropriação” (Thamires Ribeiro, 2023, p. 249). Nancy Fraser (2020) evidencia que a reprodução social constitui o elemento essencial e condicionante para a própria existência e o funcionamento do sistema capitalista.

Essas mulheres não estão fora do Estado. Elas ocupam a “zona do não-ser” (Fanon, 2022; Grada Kilomba; 2019), um espaço em que direitos são fragilizados, enquanto responsabilidades são intensificadas. Trata-se de um território político no qual a proteção é precária, mas a exigência de cuidado é permanente.

O cuidado deixa de ser tratado como direito social e passa a ser naturalizado como dever feminino (Gisele Santos; Paula Galvão; Lucivanda Sousa, 2024). A ausência de creches suficientes<sup>135</sup>, de escolas em tempo integral, de transporte acessível e de equipamentos de cuidado especializado não significa ausência do Estado, mas uma forma específica de presença, que desloca sistematicamente para o âmbito doméstico aquilo que deveria ser garantido como política pública. Onde o equipamento público falta, o corpo se estica; onde a política não chega, a saúde é consumida.

Para compreender como essa “presença pela ausência” se materializa nos arranjos domésticos, torna-se necessário observar a composição dos domicílios monoparentais no território. O Quadro 20 sistematiza a distribuição do número de pessoas por domicílio em famílias monoparentais com filhos de até 12 anos na Regional Venda Nova e na área de abrangência do CRAS Lagoa.

---

<sup>135</sup> A faixa etária de 0 a 3 anos apenas 39,8% das crianças estavam matriculadas em creches em 2023. Bem abaixo da meta do PNE, que previa o atendimento de 50% desse público até 2024. Nenhuma região do país alcançou o objetivo. Os índices são: Sudeste (45,5%), Sul (44,4%), Norte (21,4%) e Nordeste (34%) (PNAD, 2024).

**Quadro 20 - Quantidade de pessoas no domicílio - Família monoparental - filhos até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

Quantidade de pessoas no domicílio												
Venda Nova												
Mês/A no	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
1	16	18	19	29	33	62	77	87	116	117	115	96
2	1745	1732	1709	1948	2153	3065	3340	3612	3740	3799	3841	3806
3	2073	2079	2033	2249	2384	2957	3108	3243	3370	3337	3352	3335
4	1165	1168	1127	1222	1279	1470	1531	1578	1622	1550	1542	1500
5	402	405	382	406	409	443	444	430	445	416	426	399
6	158	160	156	167	158	161	157	154	157	137	129	127
7	60	56	58	61	61	41	36	34	32	32	31	25
8	19	19	20	20	17	24	22	17	18	12	12	13
9	6	8	8	8	8	7	7	7	6	7	6	7
10	2	2	3	2	2	1	1	0	0	1	1	1
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
40	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
S/ Inf.	3	2	2	3	3	2	2	4	4	3	3	2
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
CRAS Lagoa												
Mês/A no	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
1	2	1	1	3	5	19	24	29	34	29	28	17
2	171	170	165	198	222	283	296	329	337	352	355	340
3	192	198	198	234	254	296	306	310	318	300	307	282
4	125	129	130	134	152	164	166	159	162	147	143	150
5	34	34	32	33	31	32	33	37	35	36	39	39
6	15	15	16	17	16	15	15	18	16	18	16	14
7	8	8	11	8	7	7	7	5	6	9	6	5
8	2	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
S/ Inf.	2	2	2	3	3	2	2	2	2	0	0	0
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informacionais - GDSIN/PBH (2025).

Observa-se um crescimento expressivo no número de famílias monoparentais com crianças de até 12 anos a partir de outubro de 2022. No CRAS Lagoa, as famílias com 2 membros saltaram de 171 em fevereiro de 2020 para 340 em outubro de 2025. Esse

crescimento evidencia que a estrutura familiar no território está se tornando cada vez mais enxuta e solitária. Se há mais mães sozinhas com seus filhos, há menos adultos para dividir o trabalho reprodutivo, o que sobrecarrega o corpo-território dessas mulheres.

A concentração nas categorias de 2, 3 e 4 membros indica que a maioria das mulheres cuida sozinha de uma ou mais crianças, sem possibilidade real de revezamento ou descanso. Quanto menor o domicílio, menor a capacidade de redistribuição interna do cuidado e maior a exposição ao desgaste físico e emocional. Nesse contexto, cada membro adicional em uma família monoparental representa uma ampliação exponencial da carga de trabalho.

Chama atenção também o crescimento da categoria “1 pessoa no domicílio” que subiu de 2 em fevereiro de 2020 para 17 pessoas em outubro de 2025 no CRAS Lagoa. Embora a administração municipal levante a hipótese de falhas cadastrais, a dificuldade em qualificar esses dados constitui, por si, um dado sociopolítico. Trata-se de uma forma de invisibilização administrativa que compromete o desenho de políticas adequadas.

A impossibilidade de nomear trajetórias solitárias, rupturas familiares e situações de isolamento reforça o que se pode denominar de epistemicídio administrativo<sup>136</sup>: o apagamento de sujeitos por meio da negligência estatística. O que não é registrado, não é reconhecido; o que não é reconhecido, não é cuidado.

Um das possíveis hipóteses também pode ser sobre família unipessoal, dados do censo 2022 indicou que Brasil tem 13,6 milhões de unidades domésticas com apenas uma pessoa (IBGE, 2025).

Esses dados demonstram que a exaustão feminina no território não decorre apenas da pobreza, mas da consolidação de um perfil familiar sobre o qual o Estado organiza sua ação assistencial. Para verificar como essa configuração se traduz no atendimento institucional, torna-se necessário observar o perfil das famílias acompanhadas pelo CRAS Lagoa.

---

<sup>136</sup> O uso da expressão “epistemicídio administrativo” se faz para nomear o apagamento produzido não por violência explícita, mas por falhas sistemáticas de registro e classificação que retiram sujeitos do campo de visibilidade das políticas públicas.

**Quadro 21 – Perfil de Vulnerabilidade e Monoparentalidade (CRAS Lagoa - Out/2025)**

Indicador Social (Cadúnico)	Valor Absoluto	Representatividade (%)
<b>Total de Famílias Cadastradas - (Quadro 7)</b>	<b>3.316</b>	<b>100%</b>
<b>Famílias Monoparentais Femininas (Crianças &lt; 12 anos) - (Quadro 8)</b>	<b>1.391</b>	<b>41,9%</b>
Domicílios com 2 Membros (Mãe + 1 filho)	340	10,25%
Domicílios com 3 Membros (Mãe + 2 filhos)	282	8,5%
Domicílios com 4 Membros (Mãe + 3 filhos)	150	4,52%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

O Quadro 21 evidencia que a monoparentalidade feminina constitui o eixo estruturante da política de assistência social no território. Em outubro de 2025, 41,9% das famílias cadastradas eram chefiadas por mulheres com crianças pequenas. Trata-se do sujeito típico da política pública local.

O fato de que quase metade das famílias são compostas de famílias monoparentais não é um dado acessório. Ao cruzarmos esse dado com a predominância de domicílios com 2, 3 e 4 membros. Nessas configurações, com a ausência de outro adulto coabitante, transforma o cuidado em um regime de confinamento doméstico e de feminização da pobreza (Angela Prates; Dienifer Lopes, 2021).

Diante dessa alta proporção de famílias chefiadas por mulheres, resta examinar a infraestrutura pública disponível para redistribuir esse cuidado. A análise deve ir além do direito formal e focar na materialidade da oferta: onde o turno integral existe e qual o custo territorial do acesso? É o que se detalha na geografia escolar a seguir.

#### **4.3.2.1 Geografia da desassistência e expropriação do tempo: oferta escolar, acesso e confinamento doméstico**

Se o Estado reconhece, via Cadastro Único, que a maioria das famílias acompanhadas pelo CRAS Lagoa é monoparental e chefiada por mulheres negras, a pergunta decisiva é como esse reconhecimento se converte em redistribuição material do cuidado. É na oferta de educação que a biopolítica do desgaste se materializa: o tempo escolar é tempo socialmente redistribuído ou, quando ausente, expropriado das mulheres.

O Quadro 22 sistematiza a rede de escolas municipais<sup>137</sup> localizadas nos bairros que compõem ou fazem mediação direta com o território analisado, indicando os níveis de ensino ofertados e a existência ou não de turno integral.

**Quadro 22 - Infraestrutura Escolar e Oferta de Turno Integral no Território**

Nome da Escola	Bairro	Localização	Níveis de Ensino	Turno Integral?	Total Vagas
<b>EMEI Lagoa</b>	Lagoa	Rua Hécio Pereira Fortes, 06	Creche e Pré-escola	Sim	538
<b>EM Professor Moacyr Andrade</b>	Lagoa	Rua Caçadores, 93	1º, 2º, 3º ciclo e EJA	Não (Manhã/Tarde)	878
<b>EMEI Piratininga</b>	Piratininga	Rua Altinópolis, 582	Creche e Pré-escola	Sim	456
<b>E M Cônego Raimundo Trindade</b>	Piratininga	Rua Brodosqui, 51	1º, 2º ciclo e EJA	Não (Manhã/Tarde)	672
<b>E M Presidente Tancredo Neves</b>	Céu Azul	Rua Radialista Joaquim da Fonseca, 45	Pré-escola, 1º, 2º e 3º ciclo	Sim	793
<b>E M Adauto Lúcio Cardoso</b>	Céu Azul	Rua Ernesto Gazzolli, 164	Pré-escola, 1º, 2º, 3º ciclo e EJA	Sim	1.035
<b>E M Mário Mourão Filho</b>	Céu Azul	Rua Maria Gertrudes Santos, 1029	Creche, Pré-escola e 1º ciclo	Não (M/T/Noite)	660
<b>Total de Alunos</b>					<b>5.032</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Secretaria Municipal de Educação - SMED/PBH (2025).

À primeira vista, os dados poderiam sugerir uma cobertura educacional relativamente ampla. Contudo, essa leitura exige uma cautela metodológica que ultrapassa a leitura aritmética. Embora o somatório de vagas das instituições listadas supere numericamente o recorte de 1.391 famílias monoparentais femininas acompanhadas pelo CRAS Lagoa, essa “folga” estatística<sup>138</sup> é ilusória e mascara a real geografia da escassez.

<sup>137</sup> A análise se concentrou em escolas municipais porque a educação fundamental é de responsabilidade obrigatória do município (art. 211, § 2º da CF/88). Contudo, essa concentração não exclui a atuação do Estado, como será demonstrado posteriormente com dados de escolas estaduais.

<sup>138</sup> Essa comparação não pode ser feita pela mera soma de matrículas totais, por ao menos seis razões: (i) O total de vagas não equivale a vagas disponíveis para as famílias do território de abrangência do CRAS. (ii) O número agregado não discrimina vagas em tempo integral, que permanece como o principal gargalo para a redistribuição do trabalho de cuidado. (iii) Não diferencia etapas e faixas etárias e, portanto, não capta a transição crítica do infantil para o ensino fundamental. (iv) Não informa condições de permanência (turnos, acessibilidade, apoios especializados, transporte e trajetos seguros). (v) Desconsidera que o território vivido produz barreiras temporais e espaciais que a estatística administrativa não registra. (vi) Algumas escolas também têm Educação Jovens e Adultos (EJA) que não engloba neste estudo. A ‘folga’, assim, funciona como efeito óptico do dado agregado, encobrendo a escassez situada.

Outro aspecto sensível e importante é que a presença de escolas em determinados bairros não significa, necessariamente, acesso real, bem como a existência formal de turno integral também não significa universalidade de acesso. Pois apesar de algumas escolas oferecerem oficialmente o tempo integral, não conseguimos obter informações sobre o número de vagas oferecidas nessa modalidade, nem sobre os critérios de acesso. Essa falta de transparência administrativa não é apenas um aspecto técnico, mas um elemento fundamental da gestão do cuidado por desgaste, pois desloca para as famílias a obrigação de enfrentar a incerteza e a inadequação das políticas públicas.

O Quadro 22 revela um gargalo estrutural: a oferta de tempo integral é inversamente proporcional ao crescimento da criança e à necessidade de autonomia da mãe. No bairro Lagoa, a EMEI garante atendimento integral na primeira infância, mas essa política é interrompida no Ensino Fundamental (E. M. Prof. Moacyr Andrade). Essa descontinuidade produz uma ‘armadilha do cuidado’: o Estado retira a infraestrutura de tempo justamente quando a mãe precisaria se estabilizar no mercado de trabalho.

Além disso, mesmo quando há escolas com turno integral em bairros próximos, por exemplo no Céu Azul, a política se torna territorialmente seletiva. De modo que para acessar essa oferta implica deslocamento, custo de mobilidade e exposição a riscos especialmente para mulheres com múltiplas jornadas e crianças pequenas. O “direito” existe como forma, mas sua materialidade se distribui de modo desigual.

O tempo fora da escola é devolvido ao domicílio como um “problema privado”. Esse desenho institucional força as mulheres a organizarem suas vidas a partir do contraturno escolar, resultando na presença de crianças em ambientes de trabalho (como narrado por P9) ou na renúncia à renda como em P1.

“Meu marido levanta às quatro horas da manhã. **Às seis Levanto a minha menina, né? (...) Aí arrumo ela vem para a escola, chega, faço o que tem que fazer em casa também pela manhã,** Levanto os meus meninos **depois às oito horas eles acordam. E aí o café é pra eles. Busco a outra 11 horas na escola. Arrumo os meninos, faço o almoço, levo eles para a escola, à tarde. Cinco horas da tarde, busco eles. Aí é hora da janta** e eu estipulei um horário assim em casa, que até às dez horas da noite eles têm que estar na cama” (P1).

Entre as participantes, apenas P2 e P5 possuem filhos em tempo integral, ambas com crianças pequenas (2 anos e 7 meses e 4 anos respectivamente). Nenhuma das mães de crianças atípicas mencionou acesso à modalidade integral, evidenciando que o suporte estatal diminui conforme a complexidade do cuidado aumenta.

“**Graças a Deus, a minha filha tá na escola integral.** Aí eu, de manhã, igual que eu já comentei com a senhora, que **eu faço as minhas coisas tudo pela manhã, de**

tarde eu vou para o trabalho, aí a minha tia pega ela na escola, aí fica pelo menos uma hora com ela só e eu saio do Meu trabalho e já pego ela de volta” (P2).

(...) Mas... agora minha menina não, ela fica o dia inteiro, ela fica de sete até quase seis (P5).

O Quadro 23 apresenta a localização das escolas municipais de Venda Nova, discriminando o número de crianças com e sem NEE por unidade escolar.

**Quadro 23- Escolas Municipais de Venda Nova: separado por crianças com necessidades especiais e sem necessidades especiais (NEE)**

Bairros	Escola	Sem NEE	Com NEE	Total
<b>Lagoa</b>	<b>Escola Municipal Adauto Lúcio Cardoso</b>	<b>962</b>	<b>73</b>	<b>1.035</b>
São João Batista	Escola Municipal Antônia Ferreira	509	122	631
Parque São Pedro	Escola Municipal Antônio Gomes Horta	253	35	288
Mantiqueira	Escola Municipal Armando Ziller	725	143	868
Letícia	Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade	413	104	517
<b>Piratininga</b>	<b>Escola Municipal Cônego Raimundo Trindade</b>	<b>594</b>	<b>78</b>	<b>672</b>
Copacabana	Escola Municipal Cora Coralina	635	121	756
Jardim Europa	Escola Municipal de Educação Infantil Alessandra Salum Cadar	146	60	206
Céu Azul	Escola Municipal de Educação Infantil Céu Azul	197	45	242
Santa Mônica	Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati	341	44	385
Jardim dos Comerciantes	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comerciantes	398	28	426
Jardim Leblon	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Leblon	179	35	214
<b>Lagoa</b>	<b>Escola Municipal de Educação Infantil Lagoa</b>	<b>455</b>	<b>83</b>	<b>538</b>
Mantiqueira	Escola Municipal de Educação Infantil Mantiqueira	331	62	393
Serra Verde	Escola Municipal de Educação Infantil Miriam Brandão	352	49	401
Céu Azul	Escola Municipal de Educação Infantil Navegantes	340	62	402
Jardim dos Comerciantes	Escola Municipal de Educação Infantil Nova Iorque	290	39	329
(Paraúna)Venda Nova	Escola Municipal de Educação Infantil Paraúnas	233	34	267
<b>Piratininga</b>	<b>Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga</b>	<b>386</b>	<b>70</b>	<b>456</b>
São João Batista	Escola Municipal de Educação Infantil São João Batista	359	43	402
Serra Verde	Escola Municipal de Educação Infantil Serra Verde	264	53	317
(Centro) Venda	Escola Municipal de Educação Infantil	235	53	288

Nova	Venda Nova			
Letícia	Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes	163	31	194
Vila Apolônia	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Apolônia	173	37	210
Letícia	Escola Municipal de Ensino Especial do Bairro Venda Nova		140	140
Mantiqueira	Escola Municipal Deputado Renato Azeredo	835	102	937
Minas Caixa	Escola Municipal Dora Tomich Laender	375	54	429
Jardim Europa	Escola Municipal Dr. José Xavier Nogueira	515	69	584
Piratininga	Escola Municipal Elisa Buzelin	406	60	466
Rio Branco	Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa	1.010	79	1.089
Jardim dos Comerciantes	Escola Municipal Gracy Vianna Lage	626	162	788
Jardim Leblon	Escola Municipal Jardim Leblon	616	111	727
Céu Azul	Escola Municipal Joaquim dos Santos	581	60	641
Serra Verde	Escola Municipal José Maria Alkmim	860	84	944
<b>Céu Azul</b>	<b>Escola Municipal Mário Mourão Filho</b>	<b>543</b>	<b>117</b>	<b>660</b>
Mantiqueira	Escola Municipal Milton Campos	797	74	871
Mantiqueira	Escola Municipal Moysés Kalil	1.361	142	1.503
Rio Branco	Escola Municipal Padre Marzano Matias	1.097	148	1.245
<b>Céu Azul</b>	<b>Escola Municipal Presidente Tancredo Neves</b>	<b>680</b>	<b>113</b>	<b>793</b>
<b>Santa Branca</b>	<b>Escola Municipal Professor Moacyr Andrade</b>	<b>737</b>	<b>141</b>	<b>878</b>
Mantiqueira	Escola Municipal Professor Pedro Guerra	1.160	72	1.232
Rio Branco	Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso	609	91	700
Céu Azul	Escola Municipal Professora Ondina Nobre	773	150	923
Vila Satélite	Escola Municipal Tancredo Phideas Guimarães	553	52	605
Letícia	Escola Municipal Vicente Guimarães	445	62	507
Piratininga	Escola Municipal Zilda Arns	640	89	729
<b>Total</b>		<b>46</b>	<b>23.190</b>	<b>3.603</b>
				<b>26.793</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Secretaria Municipal de Educação - SMED/PBH (2025).

O Quadro 23 aprofunda essa contradição. Venda Nova possui 3.603 alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), mas essa presença não gera proteção extra. Escolas como a Prof. Moacyr Andrade (141 alunos NEE), Mário Mourão Filho (117 alunos NEE) e E. M. Cônego Raimundo Trindade (78 alunos NEE) não oferecem turno integral. O Estado cumpre a meta estatística da matrícula, mas opera uma ‘inclusão abstrata’: ao devolver a criança no meio do dia, ignora que o cuidado atípico exige infraestrutura que o domicílio periférico não supre sozinho.

“[Ter mais tempo e atividades externas na escola] ia ajudar tanto pra gente, quanto pra eles. crescerem, assim, como que, assim, ter infância deles, né?”

Porque só ficar dentro de casa, a gente só pode levar eles pra essas praças, assim, a gente não tem condições pra ficar levando.

**Meu filho nunca foi no parque municipal, nunca foi no zoológico, nenhum dos dois. Meu sonho era eles irem a esses lugares, assim, pra ele ir pra lá”** (P5).

A dificuldade territorial torna-se ainda mais evidente ao analisarmos a E. M. de Ensino Especial do Bairro Venda Nova, localizada no bairro Letícia. Com 140 alunos, representando a concentração do suporte especializado. Entretanto, para as mulheres do bairro Lagoa, Céu Azul e partes do Piratininga, o acesso a este equipamento é filtrado por barreiras físicas e econômicas.

Ou seja, uma unidade especializada não equivale à inclusão territorial, mas à segregação funcional do cuidado, que reorganiza o espaço urbano e o tempo das famílias a partir da deficiência. Para mãe solo com criança atípica, atravessar essas “fronteiras invisíveis” sem transporte adaptado é um exercício de exaustão que muitas vezes culmina na desistência do direito.

**“Como era longe, aí eu fui lá na escola, conversei, ele tava tendo muitos problemas lá, aí eu optei pra perto de casa, pra ter o acompanhamento, assim, pra mim levar aí, pra mim buscar, pra ter mais acesso à vida dele na escola”** (P5).

**“Mas, por exemplo, na chuva, como é que ela sai com uma criança que é cadeirante. Tem que pegar o Uber. Então, querendo ou não, gasta. (...) só a vitamina do meu menino é R\$500,00. Uma vitamina!”** (P6).

Nota-se que o acesso ao tempo integral se concentra na primeira infância, enquanto crianças atípicas em idade escolar permanecem majoritariamente fora dessa modalidade.

Somam-se a isso as narrativas sobre ausência/insuficiência de estrutura no interior da escola, como acompanhamento, apoio, organização pedagógica, o que recoloca no lar parte do trabalho de mediação e contenção que deveria ser compartilhado institucionalmente, muitas vezes sob formas que produzem segregação simbólica.

**“Nesse caso ainda não tem[acompanhante para a criança na sala de aula]. É tanto que eu fui em uma reunião hoje sobre isso... Eles estão querendo fazer no ano que vem colocar uma ajuda pra ele. Ano que vem já estão preparando.. Uma sala... Uma sala exclusiva não seria... uma estrelinha na testa não?.. É um projeto que eles tão montando né (...), porque estão querendo colocar aí uma sala específica para crianças que têm dificuldade, mas é uma coisa, se você tivesse colocando uma estrelinha aqui na testa, você entendeu? Pois é. Por um lado você entende, tipo, ‘nossa ele não tá desenvolvendo e tá atrapalhando outras crianças’ mas é como se estivesse colocando uma estrela”** (P3).

Em termos analíticos, a geografia da desassistência evidencia que o tempo integral opera como recurso escasso e que a política educacional pode realizar uma inclusão estatística - matrícula, sem produzir inclusão material - tempo, suporte e redistribuição efetiva do cuidado. Nessas condições, a expropriação do tempo não se dá apenas pelo relógio escolar,

mas também pelos deslocamentos obrigatórios entre escola, terapias, serviços e atividades de contenção - convertendo o “acesso ao direito” em itinerário cotidiano de desgaste.

As falas de P3 e P5 condensam essa dinâmica: o horário escolar reduzido reorganiza toda a tarde em torno de estratégias de cuidado (telas, projetos sociais, futebol, terapias, tarefas domésticas intensificadas), empurrando a própria existência da cuidadora para planos sempre posteriores - “eu fico terceiro plano” (P3) - e aprofundando privação de sono, vigilância contínua e trabalho doméstico pesado (P5).

**“No meu caso, de manhã eu coloco o meu filho pra estudar, ele fica na escola até as 11h15, eu pego ele, Volto pra casa, dou um lanchinho, coloquei um projeto social pra tirar ele da tela, porque, pelo fato que ele tem TDAH, então ele foca muito tem hiperfoco no no celular. Se você deixar, não come, não bebe, não faz nada. Então eu coloquei um projeto social na parte da tarde, pra ele sair procurando dessa rotina Pego ele, depois vou com ele no futebol, pra gastar um pouco, porque ele é muito elétrico, né? Tem que gastar energia e ir aí no futebol. Aí, depois, ela faz os dever de casa. É assim que é a rotina (...) mas hoje em dia eu não tenho esse tempo mais. (...) porque meu filho precisa de psicólogo, precisa de terapeuta, precisa de acompanhamento. Minha mãe faz exames de rotina, (...) da área de tratamento oncológico. Eu fico terceiro plano. Não tem, você não encaixa” (P3).**

**“Ele não dorme e fica o dia o dia inteiro... depois que ele chega da escola, né? Ele estuda até 11:15h. Aí ele fica agitado o tempo todo... até a noite(...), umas 10 horas da noite, ele vai dormir. (...) E eu tenho que buscar a irmã dele na creche. (...) Eu lavo minhas roupa na mão. Eu não tenho nem tanquinho nem máquina. E é muito sufoco, né? Porque meu menino, ele como faz xixi na cama... aí eu consegui pelo SUS as fralda, aí... agora que melhorou um pouquinho pra mim, porque é roupa demais, né? Aí ... o SUS... tá dando as fralda pra ele. Aí... tá bom (P5).**

Uma possível exclusão de crianças atípicas do turno integral condena a mulher ao isolamento e ao adoecimento, utilizando sua dedicação compulsória como justificativa para a desoneração do orçamento público. A “ajuda” do Estado cessa na porta da escola, transferindo o desgaste para as famílias, permitindo que se encarregue de gerir as vidas que não se encaixam na produtividade capitalista. O que resta para essas mulheres é expor os filhos às telas, só dessa forma para conseguir cumprir todas as demandas impostas.

**“Porque a gente tenta controlar o filho nas redes sociais, eu coloquei limite de horário, acabou. Só que aí vai dando aquela, a crise da ansiedade neles, que aquilo ali perturba a gente. Porque se tem que fazer comida, tem que fazer para casa, cuidar da casa, tem que levar no médico. E aí eles começam, aquele nervosismo que o meu fica. Então, sempre acaba, vai mais dez minutos. Você cede dez minutos. Entendeu? Aí acaba se perdendo nos minutos. E então, você precisa de um apoio” (P3).**

Se, nesta subseção, o foco foi demonstrar como a oferta escolar e o acesso desigual ao tempo integral produzem confinamento doméstico e captura do tempo materno, a próxima subseção aprofunda a dimensão espacial dessa dinâmica, examinando a circulação forçada, a

fragmentação territorial dos serviços e como o “direito” se converte em trajetos obrigatórios, custos cotidianos e ampliação do desgaste.

#### 4.3.2.2 Circulação forçada e fragmentação territorial do cuidado escolar

A distribuição geográfica das matrículas referentes a outubro de 2025 indica que o direito à educação, no território analisado, não se concretiza por meio de uma infraestrutura local integrada, mas por meio de uma circulação forçada entre instituições. A incapacidade do Estado de absorver a própria demanda educacional produz deslocamentos contínuos, fragmenta o cotidiano das famílias e amplia o trabalho invisível do cuidado.

**Quadro 24 - Quantitativo de Alunos por Região de Estudo: Famílias monoparentais com filhos de 0 a 12 anos - CRAS Lagoa - Out/2025**

Região da Escola	Percentual (%)
Belo Horizonte	91,47%
Sem Informação (Endereço não localizado)	3,34%
Ribeirão das Neves	3,34%
Contagem	0,74%
Santa Luzia	0,37%
Vespasiano	0,37%
Pompéu	0,19%
São José da Lapa	0,19%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informacionais - GDSIN/PBH (2025).

Como demonstra o Quadro 24, embora 91,47% das matrículas estejam formalmente localizadas em Belo Horizonte, 8,53% concentram-se fora do município, além de 3,34% sem informação territorial. Ribeirão das Neves, Contagem, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Pompéu aparecem como destinos recorrentes. Esse dado revela que a matrícula não garante inserção territorial, tornando o acesso ao direito dependente de atravessamentos intermunicipais, redes informais e estratégias familiares.

A circulação, nesse contexto, não constitui efeito colateral, mas componente estrutural do funcionamento da política educacional em territórios periféricos. Para famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o direito à educação converte-se em tempo de deslocamento, custos de mobilidade, exposição a riscos e exigências permanentes de coordenação logística. Como sintetiza P3: “(...) viação canela [deslocamento para as

demandas do filho]. Porque pra mim, pra mim é cansativo né. Praticamente ando o dia inteiro e eu tô resolvendo coisa dele”.

Esses custos se acumulam às jornadas de trabalho remunerado e às tarefas domésticas. A desigualdade não se manifesta apenas na vaga escolar, mas no trajeto. Políticas que deveriam aliviar a sobrecarga acabam por fragmentá-la ao distribuir crianças em múltiplas instituições com horários incompatíveis. Essa lógica se aprofunda após a primeira infância<sup>139</sup>, conforme demonstra o Quadro 25<sup>140</sup>.

**Quadro 25 – Famílias monoparentais com filhos de 1 a 12 anos - Concentração de Estudantes por Principais Instituições no Território (Recorte 1-12 anos) - Out/2025**

Nome da Instituição	Dependência Administrativa	Total de Alunos	Perfil Etário Predominante
<b>EMEI Lagoa</b>	Municipal (PBH)	173	2 a 5 anos (Infantil)
<b>E. M. Mário Mourão Filho</b>	Municipal (PBH)	79	4 a 7 anos (Infantil/1º Ciclo)
<b>E. M. Adauto Lúcio Cardoso</b>	Municipal (PBH)	41	4 a 7 anos (Infantil/1º Ciclo)
<b>E. E. Menino Jesus de Praga</b>	Estadual (MG)	40	11 a 12 anos (2º Ciclo)
<b>E. M. Professor Moacyr Andrade</b>	Municipal (PBH)	18	6 a 9 anos (1º/2º Ciclo)
<b>E. M. Presidente Tancredo Neves</b>	Municipal (PBH)	13	10 a 11 anos (2º/3º Ciclo)
<b>Particulares, Convênios e Associações</b>	Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Contagem e São José da Lapa	Diversas	1 a 5 anos (Creche/infantil)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Enquanto na primeira infância há relativa concentração territorial, a partir dos 7 anos observa-se uma dispersão máxima. Quem financia essa circulação é, majoritariamente, a mulher. O tempo gasto em deslocamentos, esperas, custos de transporte e exposição à violência urbana recai sobre ela. A política garante a matrícula em algum ponto do mapa, mas privatiza integralmente a gestão do percurso, transformando as mulheres em infraestrutura móvel do direito à educação.

O resultado é um mosaico de escolas municipais, estaduais, instituições privadas, associações e unidades de outros municípios passam a coexistir no cotidiano das famílias monoparentais do território. Essa fragmentação pode por vezes inviabilizar apoios cruzados entre vizinhos e mercantilizar parcialmente o cuidado. Pois se cada criança frequenta uma

<sup>139</sup> A Educação Infantil compreende o atendimento a crianças na faixa etária de creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos).

<sup>140</sup> A lista completa das escolas está no Apêndice 8.

instituição diferente, com horários e calendários desencontrados, a logística destrói qualquer possibilidade de compartilhamento do cuidado.

Ao final, o que os quadros e os relatos demonstram é que a expropriação do tempo e o confinamento do cuidado não resultam de falhas pontuais, mas de um sistema que distribui desigualmente a infraestrutura e devolve às famílias a gestão do que deveria ser direito social.

Nesse desenho, o CRAS, não surge como solução à fragmentação territorial do cuidado, mas como efeito da própria arquitetura de vulnerabilidades que se produz, sendo um administrador da escassez (Assis, 2023). Quando o Estado falha em garantir direitos, a assistência social torna-se o ponto de contenção do sofrimento sem alterar as condições estruturais que produzem a vulnerabilidade. A partir dessa ambígua relação entre proteção e gestão da carência, o próximo capítulo analisará a relação entre o Estado e o Direito. Diante desse cenário, a questão norteadora é: onde está o Estado quando a vida insiste em sobreviver?

## **5 ONDE ESTÁ O ESTADO? O CUIDADO ENTRE A EXPROPRIAÇÃO, O DIREITO E A DEMOCRACIA**

*Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.*

Provérbio Iorubá

O capítulo anterior demonstrou que, para as mulheres participantes, o cuidado funciona como estratégia individual de sobrevivência. A exaustão física, psíquica e temporal decorre de uma arquitetura institucional que desloca responsabilidades, fragmenta direitos e naturaliza o abandono paterno e sobrecarga feminina como condição ordinária da reprodução social. Quando o Direito não julga, a previdência não garante, o mercado exclui e a cidade expulsa, não há democracia. Pois “quando se assume o papel de cuidar de alguém em sociedades nas quais se nega ao cuidado valor e relevância, ou mesmo a sua definição como trabalho” (Flávia Biroli, 2015, p. 111) há inevitavelmente enormes desvantagens.

É a partir desse cenário de ausência produzida institucional e socialmente que este capítulo se constrói. Diferentemente do que se esperava, a pesquisa de campo realizada no CRAS Lagoa revela outro dado, menos celebrado e mais incômodo: a solidão estrutural das mulheres cuidadoras. A palavra “ajuda” quase não emerge nos relatos, e, quando aparece, está associada a arranjos precários, pontuais ou mercantilizados. O cuidado é exercido de forma

ampliada, estendendo-se a sobrinhos, primos, idosos e pessoas com deficiência, profundamente feminizado sem participação masculina e raramente compartilhado de maneira estável ou comunitária.

Não há, nos discursos das participantes, referências à ancestralidade como herança viva, tampouco à espiritualidade como espaço de acolhimento coletivo. A igreja, quando mencionada, surge como lugar de silêncio, não de escuta. O território, por sua vez, aparece marcado pela ausência de espaços de lazer, pela insegurança e pela impossibilidade de deixar crianças desacompanhadas. As poucas iniciativas comunitárias identificadas como as atividades semanais do CRAS Lagoa ou Projeto Vida, são reconhecidas como importantes, mas insuficientes, incapazes de romper a lógica da sobrevivência cotidiana. O tempo ofertado é escasso, as vagas são limitadas e a demanda excede, em muito, a capacidade de atendimento.

Nesse contexto, sobreviver não é um ato heroico nem uma resistência organizada; é uma prática cotidiana silenciosa, atravessada por renúncias, interrupções e projetos de vida deslocados. As mulheres expressam o desejo de trabalhar, de estudar, de proporcionar experiências mínimas de lazer aos filhos, de acessar a cidade e de construir um futuro diferente. Contudo, tais desejos esbarram na ausência de políticas que garantam tempo, renda, mobilidade e corresponsabilização no cuidado. O Programa Bolsa Família, embora reconhecido como importante, é percebido como insuficiente frente às necessidades reais da vida, reforçando a sensação de dependência sem oferecer caminhos de autonomia.

Assim, este capítulo não se propõe a descrever redes de cuidado consolidadas, mas a analisar o que emerge quando elas não existem. Ao fazê-lo, desloca o olhar da romantização da periferia para a crítica das condições materiais que produzem o isolamento, a exaustão e a responsabilização individualizada das mulheres, sobretudo, negras.

O cuidado, aqui, não aparece como valor cultural herdado, mas como trabalho imposto, não reconhecido e constantemente tensionado pela falta de políticas públicas efetivas e de uma divisão sexual igualitária. Assim, tencionar a “centralidade do cuidado é fundamental para abordagens da democracia que ultrapassem a igualdade formal, em direção a uma compreensão alargada dos mecanismos de reprodução de vantagens e desvantagens para os indivíduos e grupos sociais” (Flávia Biroli, 2015, p. 113).

Ao perguntar “onde está o Estado?”, este capítulo não busca apenas localizar sua ausência, mas evidenciar como ela é produzida, gerida e naturalizada. O que se revela, ao final, é que, enquanto o cuidado seguir sendo tratado como recurso privado das mulheres

negras, o direito e a política permanecerão incompletos e a sobrevivência continuará sendo exigida como virtude política de quem, na verdade, deveria ser protegido.

### 5.1 Estado, Direito e centralidade institucional do CRAS

*Uma ideologia revolucionária só poderá ser criada se as experiências daquelas pessoas que estão à margem, que sofrem a opressão sexista e outras formas de opressão de grupo, forem compreendidas, discutidas e assimiladas. Elas precisam participar do movimento feminista como proponentes teóricas e líderes práticas.*

(bell hooks, 2019, p. 234)

As seções anteriores evidenciaram que a expropriação do tempo e da saúde das participantes transcende a falta de infraestrutura; ela se vincula à forma como o Estado se organiza perante a reprodução social. Quando não há políticas públicas articuladas, o cuidado se converte em estratégia de sobrevivência, enquanto o Direito assume a face de um labirinto burocrático.

Neste contexto, o Estado não está ausente. Ele se faz presente de forma seletiva, desarticulada e desigual, atuando sobretudo como gestor do sofrimento social. As mulheres que participaram desta pesquisa não vivem fora do alcance do Estado, ao contrário, estão submetidas a uma forma específica de governamentalidade marcada pela burocracia do desgaste, que reconhece a pobreza, mas não rompe com suas causas estruturais.

Os relatos indicam que o Direito à saúde, à previdência, à renda, à proteção social existe como promessa normativa que raramente se materializa no ritmo que a vida acontece. A espera de anos por consultas especializadas, a dificuldade de acesso a terapias e medicamentos de alto custo, a precariedade do transporte público para pessoas com mobilidade reduzida, a morosidade da justiça nos processos de pensão alimentícia e o desconhecimento sobre políticas públicas de cuidado compõem uma realidade em que o custo de acessar direitos é integralmente arcado pelas mulheres.

A incompatibilidade entre o tempo jurídico e o tempo do cuidado favorece sistematicamente a desresponsabilização masculina. Pais ausentes, irmãos que não assumem o cuidado dos pais idosos e familiares que se eximem de obrigações encontram na lentidão

institucional uma forma indireta de proteção. Enquanto os processos se arrastam, as mulheres seguem sustentando sozinhas a reprodução da vida.

Paradoxalmente, é nesse contexto de falência das políticas setoriais que o CRAS Lagoa emerge como principal referência institucional acessível. Diferentemente de outras instâncias, o CRAS é descrito como espaço de acolhimento, orientação e mediação, capaz de traduzir o Direito abstrato em algum apoio concreto, ainda que limitado.

Essa centralidade, contudo, não deve ser romantizada. Ela revela tanto a potência quanto a tragédia da assistência social. O CRAS torna-se central justamente porque os demais vértices do cuidado falham. A assistência passa a administrar a escassez: mitiga o sofrimento sem romper com as estruturas que o produzem.

Para sistematizar essa arquitetura institucional fraturada, a pesquisa mobiliza a metáfora do Diamante do Cuidado (Razavi, 2007), reelaborada a partir do território empírico.

**Quadro 26 - Diamante do Cuidado em Venda Nova: Fratura**

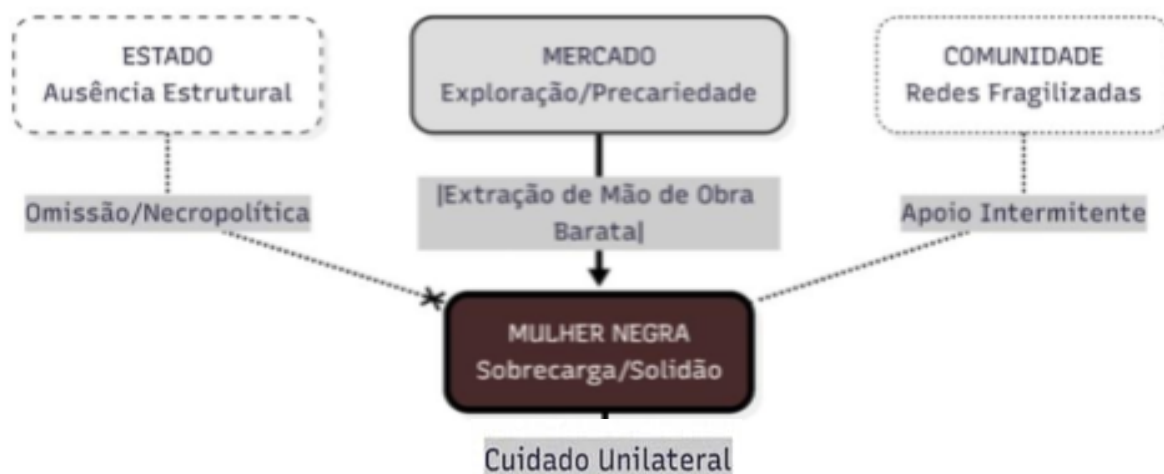
<b>Vértice</b>	<b>Situação Atual</b>	<b>Efeito nas Mulheres Negras</b>
<b>Estado</b>	Ausência estrutural, política da escassez	Produção de solidão, exaustão e adoecimento
<b>Família</b>	Monoparentalidade e abandono masculino	Sobrecarga unilateral do cuidado
<b>Comunidade</b>	Redes fragilizadas	Ajuda intermitente
<b>Mercado</b>	Empregos precários e exploração	Confinamento doméstico; Ciclo de pobreza

Fonte: Elaborado pela autora.

No território analisado, o Estado comparece sobretudo pela escassez estrutural, o mercado aprofunda a exploração por meio de vínculos precários, a comunidade oferece apoio intermitente e a família, marcada pela monoparentalidade feminina, sustenta unilateralmente o cuidado. O resultado é um sistema fraturado, no qual o direito se torna inexecutável e o cuidado deixa de ser política pública para se transformar em estratégia de sobrevivência.

É essa realidade que a Figura 8 representa. Quando nenhum dos vértices sustenta a reprodução social de forma equilibrada, o corpo da mulher negra torna-se a infraestrutura central de sustentação da vida.

**Figura 9 - Arquitetura do Cuidado na periferia**



Fonte: Elaborado pela autora - com auxílio de ferramenta de design/IA, baseado em Razavi (2007).

Esta seção examinou, portanto, o papel do Estado na vida das mulheres negras de Venda Nova, tomando o CRAS Lagoa como referência empírica. Ao evidenciar a distância entre o Direito formal e sua materialização, demonstrou-se como a burocracia produz desgaste e como a assistência social ocupa uma posição ambígua: ao mesmo tempo protetora e limitadora. Essa análise desloca a responsabilidade individual e explicita a estrutura institucional que transforma o cuidado em sobrevivência.

### 5.1.1 A distância entre direitos formais e materialidade do acesso.

*Num mundo de possibilidade para todas nós, nossas visões pessoais ajudam a montar a base para ação política. O fracasso de feministas acadêmicas em reconhecer diferença como uma força crucial é um fracasso de ultrapassar a primeira lição patriarcal. No nosso mundo, dividir e dominar precisam se tornar definir e empoderar.*

(Audre Lorde, 2025, p. 138)

A distância entre direitos formalmente assegurados e sua materialização cotidiana, no território analisado, não se explica por lacunas normativas, mas por um modo de funcionamento institucional que torna o acesso estruturalmente incompatível com a vida de mulheres negras responsáveis pelo cuidado. Nessa chave, o problema não é a inexistência do direito, mas a forma como ele é condicionado por requisitos práticos - tempo, deslocamento,

dinheiro, disponibilidade emocional e logística - que o próprio contexto de sobrecarga impede de reunir.

Entre esses direitos, a pensão alimentícia emerge como um exemplo contundente. Os relatos das participantes convergem ao evidenciar que a busca por alimentos não é dificultada pela ausência de previsão legal, mas pela impossibilidade prática de acessar o sistema de justiça sem comprometer a própria sobrevivência. A exigência de comparecimento presencial, a lentidão processual, a necessidade de reiteradas comprovações e a responsabilização individualizada da mulher pela cobrança da obrigação paterna produzem um cenário em que o direito existe apenas como promessa abstrata. Como relata P2:

**“Mas ele assumiu o risco de fazer [filha], fez e desapareceu. E aí não tem como ir atrás dele pra cobrar essa presença. Ele fala assim, vai procurar a pensão, essas coisas, mas não tem onde falar (..) Não dá, não adianta, não paga direito [pensão]. Aí não te paga direito, aí me fala assim: vai lá e pede pra polícia ir lá prender ele. Não adianta, isso demanda tempo. Tem que sair do seu trabalho pra Poder ir mandar prender a pessoa que não quer procurar nem o próprio filho. Difícil demais” (P2).**

Entre os relatos das participantes, o sistema judiciário atua como uma barreira estrutural que favorece sistematicamente o abandono masculino, ao mesmo tempo em que penaliza as mulheres responsáveis pelo cuidado cotidiano. O Quadro 27 materializa estatisticamente o que os relatos denunciam, o esvaziamento quase absoluto do suporte financeiro paterno sob a convivência institucional do Estado.

**Quadro 27 - Dados Cadúnico - Pensão Alimentícia**

Famílias Monoparentais - Pensão Alimentícia												
Venda Nova												
Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
Sim	0	0	0	0	51	45	37	31	25	15	15	9
Não	5650	5650	5518	6116	6457	8189	8689	9135	9485	9397	9444	9304
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
CRAS Lagoa												
Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
Sim	0	0	0	0	27	25	19	17	12	4	3	2
Não	551	558	555	630	663	793	831	873	899	887	891	845
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Os registros indicam que, ao longo do período analisado, o recebimento de pensão em famílias monoparentais é residual. Em Venda Nova, mesmo no maior valor observado (Fev./2022), foram 51 registros de “Sim” diante de 6.457 famílias monoparentais. No CRAS

Lagoa, em Out./2025, apenas 2 famílias declararam receber pensão, enquanto 845 declararam não receber. Em termos proporcionais, isso significa que quase a totalidade das famílias monoparentais acompanhadas pelo CRAS Lagoa a criança não acessa esse direito - o que desloca a pensão do campo da corresponsabilização para o campo da exceção e de regime de abandono tolerado.

Esses números desmontam a narrativa jurídica segundo a qual a pensão alimentícia opera, por si, como mecanismo eficaz de responsabilização parental. Na prática, o que se observa é a normalização da inadimplência paterna e a transferência integral da responsabilidade financeira, emocional e material para as mulheres. O direito existe, mas não opera, a obrigação é reconhecida, mas não exigida com eficácia, e o custo da ineficiência institucional é absorvido exclusivamente pelas mães.

Quando se articula os dados microlocais do CRAS Lagoa com os indicadores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) para a Comarca de Belo Horizonte<sup>141</sup>, o quadro deixa de ser apenas territorial e revela um padrão institucional: a justiça opera em um tempo que não corresponde ao tempo do cuidado.

**Quadro 28 - Litigiosidade e (In)Eficácia do Judiciário (Comarca de BH -nov./2025)**

Classe Processual	Total de Ações	Julgados	Taxa de Julgamento	Tempo Médio do Pendentes	Tempo Médio Primeiro Julgamento/dias	Taxa De Congestionamento
<b>Alimentos</b>	5.779	579	10%	888	607	66,25%
<b>Fixação de Alimentos</b>	6.239	397	6,36%	923	754	67,97%
<b>Revisão</b>	5.788	188	3,24%	679	637	60,12%
<b>Oferta</b>	6.238	66	1,05%	739	662	64,42%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Painel de Estatísticas (CNJ, 2025).

Na Comarca de Belo Horizonte, até 30 de novembro de 2025, apenas 10% das ações de alimentos e 6,3% das ações de fixação de alimentos haviam sido julgadas. Além disso, os processos que permanecem pendentes acumulam um tempo médio de tramitação que varia entre 679 e 923 dias, enquanto o tempo médio até o primeiro julgamento ultrapassa dois anos em demandas de fixação de alimentos.

Esses indicadores, produzidos pelo próprio CNJ, evidenciam que o “tempo da justiça” opera em completa dissonância com o tempo da vida e do cuidado. Embora a legislação processual estabeleça prazos curtos para atos decisórios, a realidade empírica demonstra que

<sup>141</sup> ver mais em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>.

as ações destinadas a garantir a subsistência de crianças permanecem paralisadas por anos. A isso se soma uma taxa de congestionamento processual acima de 60%, indicador que revela a incapacidade estrutural do Judiciário de dar vazão ao volume de demandas que ingressam, produzindo um estoque permanente de processos sem solução.

O resultado não é neutro. Em demandas que deveriam garantir subsistência, a morosidade funciona como proteção indireta ao devedor e como mecanismo de produção de desigualdades: enquanto o processo se arrasta, o cuidado permanece sendo financiado e executado por quem já o executa integralmente. Como afirma P3, o “correr atrás” não é apenas uma expressão; é a forma de existência institucionalmente exigida.

**“Então, assim... Essas coisas, eu acho que é... É incalculável. Às vezes eu falo, é... Correr atrás. E tudo tá nas costas da gente. Então, no meu caso, eu ainda cuido da minha mãe. E cuidar de uma mãe [doente] não é tranquilo, não” (P3).**

A burocracia do acesso à justiça exige uma moeda que as participantes desta pesquisa não possuem - o tempo. Para P2, a “justiça” é uma abstração inalcançável porque o custo de acioná-la implica o risco imediato da perda de renda. O Estado exige que a mulher negra abandone seu posto de trabalho para “correr atrás” de um pai que o próprio sistema permite que desapareça.

**“(...) Eu estou te dizendo, o que acontece, era pra ele ter pago no dia 15. Hoje já é dia 25. Ele não pagou ainda. E já tem dois atrasados. Aí vai falar assim, vai na polícia, vai lá procurar seus direitos, não sei que lá. Não adianta! Porque aí eu vou ter que largar o meu trabalho. Aí eu vou perder o dia do serviço, o dinheiro do dia do serviço que vai também atrapalhar. Então, não vai adiantar. Tem que esperar o pai dela pagar. Ou então [usar] o cartão de crédito. Na teoria é prático, né? Não pagou pensão vai preso, mas a realidade não é essa, né? Porque a gente tem que sair do nosso local pra poder ir atrás de alguém que vai mandar prender, entendeu? Na verdade nem teria que ir, né? A responsabilidade é de ambas as partes. Eu nem tinha que correr atrás disso não. É responsabilidade de homem e mulher assumir consequências, né?” (P2).**

P5 desabafa: “tô na justiça contra ele [pai] pra receber a pensão. É muito difícil! E tem vários anos”, convertendo o direito em uma tortura burocrática. O pai, amparado por essa lentidão, utiliza o pouco que contribui como ferramenta de controle e ameaça, como no caso de P4, no qual R\$200,00 tornam-se o preço do silenciamento e da reclamação constante.

**“Quando ele paga [pai], ele fica achando muito, ele fica reclamando e quer as notas. Aí eu não mando, ele fica xingando. Tipo, pra mim é ameaça, né? Fala que os trem no telefone. Mas não ligo também não. Faço tudo sozinha. Quando ele manda é só R\$200,00 e pronto! E olha, não pega não [o filho]!” (P4).**

Essa distância entre norma e vida não se restringe ao Direito de Família. Ela se reproduz no campo da saúde, da mobilidade urbana e do acesso a políticas assistenciais e previdenciárias, onde o Estado frequentemente exige prova através de laudos muitas vezes

caros e muitos deslocamentos e persistência, mas não garante as condições mínimas para que esses requisitos sejam cumpridos. No cotidiano, “acesso” depende de transporte que funciona, de agenda disponível, de consulta que acontece, de laudo viável - e, quando isso falha, o cuidado retorna ao domicílio como tarefa privada. P6 mostra como a precariedade do transporte transforma o direito à saúde em obstáculo, sobretudo quando há deficiência e mobilidade reduzida.

**Gente, e os ônibus? A minha mãe é cadeirante e tem elevador que nem funciona, então pra quê tem aquilo?** (...) Mas com chuva, essas coisas não tem nada, tem que ser Uber. E ela, agora que ela soltou a cadeira de roda, graças a Deus, ela tá no andador, **porque tem Uber que não pega nem gente com cadeira de rodas, viu! Não é fácil!**” (P6).

De modo semelhante, P3 evidencia que a espera por especialidades e a dificuldade de conseguir atendimento efetivo deslocam o cuidado para a esfera privada e, muitas vezes, para o endividamento familiar.

**“Agora, se a gente pede... Bom, eu fui pedir um, né? Um Neurologista. Eu tenho dois anos que estou esperando um, né? Aí minha mãe paga o cartão de todos pra eu conseguir levar. E ele já tá fazendo o acompanhamento. Quer dizer, tá andando. Se eu tivesse esperando por aqui [posto de saúde], ele não teria ido até hoje. Ele tá ali sem medicação.** Então, eu acho que, primeiramente, a melhoria que teria que ter nessas coisas aí, é a mesma burocracia que tem nesses lugares” (P3).

O Direito, portanto, opera como um mecanismo de contenção, de modo que se reconhece a existência dessas 845 famílias para registrá-las na escassez, mas se retira da função de partilha. Ou seja, o custo do Uber, as ladeiras do Lagoa e a negligência do transporte público, a burocracia para acessar a defensoria pública são componentes do Racismo Institucional que confina essas mulheres ao espaço doméstico.

No campo assistencial e previdenciário<sup>142</sup>, as falas também apontam para um padrão: o direito se realiza como “luta”, marcada por negativas, erros administrativos, demora e insuficiência do valor frente ao custo real do cuidado atípico. P5 descreve a instabilidade provocada por “erro” no INSS e a vida “de ajuda”.

**“(...) Minha mãe não é aposentada. Meu pai (...) ele perdeu o benefício por causa de um erro que aconteceu lá no INSS. Então... nós estamos vivendo de ajuda mesmo, de ajuda mesmo** (...) Meu filho e a minha mãe não recebe nada, assim, de benefício. A gente também, assim... nossa... a pessoa, a gente fica muito com... cansativo mesmo!” (P5).

<sup>142</sup> Os dados da Justiça Federal (TRF 6 - Seção Judiciária de Minas Gerais) ratificam o cenário de obstrução de direitos previdenciários. Embora não tenha sido possível desvincular especificamente o BPC de outras demandas contra o INSS nos dados consultados, o volume de processos pendentes e as baixas taxas de julgamento na Comarca de Belo Horizonte espelham o gargalo observado no Direito de Família. Assim como na fixação de alimentos, a morosidade previdenciária atua como tecnologia de contenção, forçando a mulher negra a compensar a ausência da renda estatal com o aumento da jornada de trabalho não remunerado e precário.

**“(…) eu estou tentando o benefício pra ele, e é muito difícil, é muita luta!” (P5).**

Enquanto P6 explicita o descompasso entre o desenho do benefício e as despesas concretas (vitaminas, terapias, deslocamentos).

**“Ela [mãe] é aposentada, mas o dinheiro dela mal, mal dá pra ela, não dá. Eu tenho que ajudar. Ela tá sem fazer fisioterapia (...) Mesmo se ele for aposentado, ele vai receber um salário mínimo. Um salário mínimo não dá pra pagar nem as vitaminas. Só a vitamina do meu menino é 500 reais” (P6).**

Essa afirmação compromete a proteção básica ao enfrentar os desafios do custo de vida. A ‘aposentadoria’, proposta como solução, mostra-se inadequada frente às despesas reais relacionadas ao cuidado, que englobam medicamentos de alto custo, terapias fora da cobertura do SUS, transporte, alimentação específica e a necessidade de acompanhamento constante. Embora a previdência reconheça formalmente a condição de deficiência, ela não leva em conta o custo verdadeiro para assegurar a sobrevivência dessas pessoas.

Além disso, P6 destaca o impacto direto causado pela falta de políticas de cuidado articuladas, ocasionando na retirada compulsória do mercado de trabalho e da educação para assumir completamente as responsabilidades do cuidado familiar. Ela renúncia ao futuro para cuidar dos outros enquanto observa os irmãos “por aí vivendo” e ela tentando viver.

**“Eu saí do meu serviço pra cuidar dele. E tranquei minha faculdade... faço faxina, qualquer coisa eu faço (...) Na escolha pelos meus filhos eu abri mão de tudo, da minha vida, da minha carreira... pra cuidar dos meus filhos e da minha mãe” (P6).**

Esse conjunto de evidências permite delimitar o argumento central: a “distância” entre direitos formais e materialidade do acesso não é um ruído periférico do sistema; ela constitui um modo de governar que administra a sobrevivência por meio de filas, espera, prova, deslocamento e sobrecarga. Nessa engrenagem, a mulher negra cuidadora é convertida em infraestrutura prática de políticas que se apresentam como universais, mas funcionam com custos privatizados.

Esse cenário expõem violações recorrente das diretrizes estabelecidas pelo Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, definido pela Resolução CNJ nº 492/2023 (CNJ, 2023), e pelo Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, instituído pela Resolução CNJ nº 598/2024 (CNJ, 2024)<sup>143</sup> em que a suposta neutralidade do tempo institucional, dos requisitos probatórios e das rotinas burocráticas produz efeitos racializados e generificados.

---

<sup>143</sup> É relevante mencionar que ambos protocolos, que sem dúvida são avanços para o judiciário, ainda enfrentam resistência. Exemplo disso é o PDL 89/2023, de autoria da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), que busca aboli-lo integralmente.

Em Venda Nova, a consequência não é abstrata: ela se traduz em abandono paterno tolerado, adoecimento, endividamento e renúncia de projetos de vida.

A falta de uma abordagem interseccional converte direitos fundamentais em meras promessas, forçando essas mulheres a demonstrar constantemente aquilo que o próprio Estado já reconhece em seus registros. O que se evidencia em Venda Nova através dos dados e pelas falas das participantes não é um problema isolado, mas sim um sistema de desgaste onde o corpo da mulher negra continua servindo como o último recurso entre a garantia de direitos e a luta pela mínima sobrevivência.

É nesse terreno - em que o Direito aparece como promessa e o Estado como barreira, que o CRAS Lagoa adquire centralidade prática. Não como substituto das políticas públicas, mas como dispositivo de mediação cotidiana entre direitos formalizados e necessidades urgentes. É o que a próxima subseção examina ao tratar o CRAS como “dispositivo de fronteira”.

### **5.1.2 O CRAS Lagoa como dispositivo de fronteira: entre o acolhimento e a gestão da escassez**

*Pois as ferramentas do senhor nunca derrubaram a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos temporariamente em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio.*

(Audre Lorde, 2025, p. 137)

A centralidade do CRAS Lagoa nos relatos das participantes não pode ser interpretada como simples avaliação positiva de um serviço público, mas como um indicador estrutural: quando políticas públicas falham (educação integral, saúde, mobilidade, acesso à justiça), a assistência social se torna a porta possível - e, muitas vezes, a única. É nesse sentido que o CRAS opera como dispositivo de fronteira: ao mesmo tempo em que acolhe e viabiliza acessos, também administra a escassez produzida em outros pontos do Estado, sustentando o cotidiano sem reordenar as causas da sobrecarga.

A Assistência Social no Brasil iniciou seu processo de legitimação e institucionalização como política pública com a Constituição de 1988, consolidando-se

posteriormente com a Lei 8172/1993. Antes disso, as ações eram esporádicas e conduzidas principalmente por instituições filantrópicas, beneficentes ou religiosas, operando sob uma lógica de caridade, com eficácia limitada e frequentemente sujeitas a práticas de clientelismo e patrimonialismo (Assis, 2023).

Foi a partir da Constituição no seu artigo 194 que a Assistência Social<sup>144</sup> integrou o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência. No entanto, a consolidação de uma política estruturada como um sistema único, não contributivo e garantido pelo orçamento público<sup>145</sup> ocorreu há pouco mais de duas décadas sobretudo nos anos 2000, “quando o SUAS é criado e se desenvolve em termos normativos e operacionais, com a definição clara das responsabilidades dos entes federativos, tipificação de suas ofertas, instalação de equipamentos públicos, recrutamento e formação de recursos humanos” (Assis, 2023, p. 89).

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definiu de forma clara as responsabilidades dos diferentes entes federativos, organizou os serviços ofertados, estabeleceu equipamentos públicos e implementou programas de recrutamento e qualificação de profissionais. Estabelecendo uma organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços. Numa ponta, a atenção social básica e, na outra, a atenção social especial, de alta e média complexidade (Brasil, 2009). Assim as práticas de assistência social foram transformadas, passando a ser reconhecidas como um direito fundamental dos cidadãos e uma obrigação do Estado enquanto política pública.

Baseando-se nos princípios de universalidade e acessibilidade aos apoios públicos, com destaque a responsabilidade do Estado em atender às necessidades sociais geradas pelo sistema econômico, o SUAS valoriza o respeito à diversidade, à autonomia e à convivência familiar e comunitária do cidadão (Assis, 2023). Suas diretrizes estabelecem uma política descentralizada e participativa, priorizando a família como principal foco de atuação (Assis, 2023; Brasil, 2009; 2012). Através de sua gestão federativa, as atribuições, competências e responsabilidades é feita nos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais,

---

<sup>144</sup> Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

<sup>145</sup> Ver também: art. 4 da Lei 8212/91.

Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Parágrafo único. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

a) descentralização político-administrativa;  
b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

com coordenação geral pela União, com a participação ativa e o financiamento das demais esferas federativas, além da colaboração de entidades privadas do setor, o controle social por Conselhos representativos e a cogestão e negociação por Comissões Intergestores (Assis, 2023; Brasil, 2009; 2012).

Para atingir os objetivos e garantir as seguranças necessárias, o SUAS estrutura suas ofertas em dois níveis de proteção social, semelhante ao modelo de atenção à saúde adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) através da proteção básica e proteção especial<sup>146</sup>. A proteção social básica (PSB) segue uma abordagem preventiva, buscando prevenir o agravamento de situações de risco social enfrentadas pelos usuários da política, como privações de renda e enfraquecimento de vínculos sociais, além de buscar fortalecer competências e disponibilizar recursos para famílias e territórios, consolidando vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2004; 2009; 2011a). Os serviços da PSB, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), são prioritariamente executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>147</sup>.

Portanto é na unidade do CRAS, que é possibilitado, na maioria das vezes, o primeiro acesso das famílias e indivíduos aos direitos socioassistenciais e por meio dele que a proteção social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades (Brasil, 2009). É nesse desenho normativo, que promete universalidade e proteção integral, que ele emerge como o ponto onde o direito toca ou falha em tocar o território.

No CRAS Lagoa as atividades executadas como o Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>148</sup>, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV<sup>149</sup>) e, de

---

<sup>146</sup> A Proteção Social Especial (PSE), inclui o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), atua na intervenção socioassistencial especializada para restaurar direitos violados. Se a prevenção falhou ou o usuário está em risco de violação, a PSE realiza acompanhamentos personalizados. A especialização reside nas diversas situações de violação que definem o acesso e a necessidade de intervenção específica. Trata-se de situações de negligência, abandono, violências de diferentes tipos, situação de rua, discriminações e afastamento dos vínculos familiares (Brasil, 2004; 2012).

<sup>147</sup> A existência do CRAS está estritamente vinculada ao funcionamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que constitui condição essencial e indispensável para o funcionamento do CRAS (Brasil, 2009).

<sup>148</sup> Oferecido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) é um serviço socioassistencial crucial no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua abrangência é nacional e seu foco são as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Como principal oferta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o PAIF visa o fortalecimento da capacidade protetiva familiar, atuando na prevenção de situações de rompimento de vínculos sociais e de violação de direitos (Brasil, 2014).

<sup>149</sup> O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), parte da Proteção Social Básica do SUAS, complementa o PAIF e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). É um espaço gratuito de convivência, encontros e troca de experiências para todas as faixas etárias, organizado em grupos. Visa promover o desenvolvimento pessoal e coletivo, fortalecer laços familiares e comunitários, prevenir riscos sociais e estimular a participação. O acesso é feito via CRAS de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2025).

modo mais incisivo, o Programa Maior Cuidado<sup>150</sup>, aparecem como experiências raras em que o Estado efetivamente compartilha ainda que de forma parcial o trabalho do cuidado.

Atualmente no local está ativo pelo SCFV dois grupos de crianças entre 6 a 14 anos, um de jovens entre 15 a 18 anos (PROJOVEM), um de adultos e três de idosos. Oferece o espaço para outros atores intersetoriais como a Secretaria da Saúde com a realização das atividades Academia da Cidade<sup>151</sup> e Arte da Saúde<sup>152</sup> e a Secretaria de Esportes e Lazer com o Programa Vida Ativa<sup>153</sup>. E para a comunidade desenvolver atividades livres no período noturno, como: capoeira, Muay Thai, Kickboxing, Batalha de Rap, Pré-Enem e grupos de corte e costura e grupo de crochê.

No tocante ao SCFV com as crianças, atualmente possui 29 crianças vinculadas. As atividades dos grupos ocorrem nas segundas feiras no horário da tarde e o outro grupo nas terças feiras no horário da manhã. Sempre realizados no contraturno escolar as atividades são realizadas por uma hora e meia com profissionais contratados pela ADRA<sup>154</sup>, instituição vinculada para essas atividades pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Apesar do curto tempo a atividade gera um impacto significativo na vida das mulheres como se percebe no relato de P1:

**“Porque uma hora e meia que eles não estão na televisão, não estão gritando na minha cabeça. Pra mim fez muita diferença. Eu acho que tinha que ter mais dias, porque é só na terça feira, uma hora e meia.** Então eu consigo, nos outros dias da semana, eu falo, diminui, gente, já tá bastante tempo na TV, já tá bastante tempo no celular, chega. Eu vou tentando tirar, mas eles voltam. Não tem jeito, eu sigo nas costas, vou fazer alguma coisa, eles voltam. Eu entendo, porque quando eu

<sup>150</sup> O Programa Maior Cuidado visa apoiar famílias e melhorar a qualidade de vida de idosos dependentes/semidependentes, oferecendo atendimento domiciliar por cuidadores, com foco na prevenção da exclusão e do isolamento. O trabalho apoia famílias de idosos inseridos no PAIF que necessitam de atenção constante, garantindo acesso a direitos e evitando o rompimento de vínculos. As atividades incluem higiene, alimentação, locomoção, mudança de posição, controle de medicamentos e acompanhamento em lazer e consultas médicas (Belo Horizonte, 2019).

<sup>151</sup> As Academias da Cidade são distribuídas nas nove regionais. Implantados pela Secretaria Municipal da Saúde, com incentivo do Ministério da Saúde. Atualmente, são 83 unidades, com aproximadamente 15 mil usuários inscritos. As atividades são gratuitas e qualquer pessoa, preferencialmente acima de 18 anos, cada usuário participa das aulas três vezes por semana, com duração de uma hora cada. Sendo realizada no CRAS Lagoa nos horários de 07h às 12h (Belo Horizonte, 2018).

<sup>152</sup> O programa Arte da Saúde, da Prefeitura de Belo Horizonte e Caritas Regional Minas Gerais, promove a saúde de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social/pessoal. Utiliza a arte (artes plásticas, artesanato, dança, música, teatro, circo, entre outras) e atividades socioculturais para desenvolver cidadania, protagonismo, autoestima e habilidades. Inclui também circulação urbana (cinema, teatro, museus, parques), ampliando o sentimento de pertencimento à cidade (Belo Horizonte, 2018).

<sup>153</sup> O programa Vida Ativa, vinculado a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, oferece atividades físicas, de lazer e socialização para idosos acima de 60 anos, visando melhorar sua qualidade de vida e autonomia. Profissionais e estagiários de Educação Física atendem mais de 2.500 pessoas em 43 núcleos comunitários. Sendo realizado no CRAS Lagoa nas quartas feiras nos horários de 14h a 16h (Belo Horizonte, 2018).

<sup>154</sup> Organização da Sociedade Civil (OSC) parceirizada que oferece mão-de-obra para as oficinas SCFV conforme contrato com a PBH. Atualmente o CRAS Lagoa é atendido pelas instituições ADRA (crianças) e GDCOM (jovens).

era criança, eu tinha espaço, né? Tinha um quintal grande pra me correr, pra eu fazer as coisas, e eles não tem” (P1).

A força desse relato não autoriza romantização. Ao contrário: ele expõe o quanto a vida dessas mulheres está organizada em um regime de sobrecarga tão contínuo que 90 minutos se convertem em respiro e em condição para a manutenção mínima da casa e da saúde mental. Trata-se de um acolhimento que impede o colapso imediato, mas não altera a estrutura do cuidado privatizado

Também é desenvolvido no território o Projeto Vida Pe Gailhac<sup>155</sup> com crianças e adolescentes. Trata-se de uma unidade socioassistencial da Rede Sagrado Coração de Jesus que atua em parceria com o município. A presença de instituições confessionais ou filantrópicas remonta à história da assistência social, evidenciando que o Estado ainda depende de redes parceiras para capilarizar a proteção social básica.

P3 descreve esses projetos como decisivos para o filho e para si, especialmente porque impactam sono, ansiedade e rotina, isto é, incidem diretamente na saúde mental da cuidadora.

**“No meu caso, fez muita diferença [apoio do CRAS]. Ele entrou no projeto [Projeto Vida Padre Gailhac], e depois, agora, saiu futebol na escola. Aquilo também tá sendo excelente (...) Só que pra ele e pra mim, tá bom que ele chega livre e focado, Ele tá se sentindo melhor fazendo atividades físicas. Eu acho que foi um projeto interessante eles fazerem isso, porque ajuda os pais (...) Você sabe que pra mim tem diferença? No meu caso, mais para falar... Quando você sente ansiedade, né? Pra mim, é cansativo, mas pelo menos eu consigo dormir. Ele também dorme (...) Então, pra mim, tá sendo bom também. É, o meu emocional deu uma melhorada. Só hoje teve um pouco de abalado, mas tá bom. Porque eu chego em reunião hoje na escola. Aí a gente fica meio assim, né...”** (P3).

**“(...) Tem um projeto ali perto da escola, né, eu ainda não consegui colocar os meninos”** (P1).

Em outro trecho, P3 nomeia o CRAS como lugar de “socorro”, deslocando-o do registro burocrático para o registro da emergência subjetiva: não é apenas encaminhamento - é sustentação quando as redes já falharam.

**“(...) Aqui foi a primeira vez precisei, pensei, tô precisando de uma ajuda. (...) Aqui [CRAS Lagoa] fui atendida, fui socorrida. já tá no projeto. Já teve 90% de melhora. Crises deles de ansiedade, nervosismo, porque a tela causa nervosismo neles, né? Pra crianças que têm, ne, superexposição, eles vão causando tanto nervosismo, que na hora que você tirar, ali só falta bater na gente se bobear”** (P3).

---

<sup>155</sup> O Projeto Vida Pe. Jean Gailhac busca a proteção social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, fortalecendo vínculos familiares e sociais. Realiza atividades em grupos, de janeiro a dezembro, incluindo oficinas artísticas, esportivas, culturais e tecnológicas, além de grupos reflexivos. O foco é em cidadania, direitos, respeito à diversidade e saúde (física e mental), promovendo educação não formal, convivência, participação social e a valorização da singularidade (Rede Sagrado, 2025).

Para muitas participantes, é o único espaço institucional onde suas dores são reconhecidas sem julgamento, onde o sofrimento não precisa ser justificado por documentos ou laudos. Não por acaso, ele é descrito como “terapia”, “socorro” e “ajuda”. indicando que o CRAS assume funções que, em um arranjo de políticas públicas efetivamente articuladas, deveriam estar distribuídas entre educação, saúde, cultura, mobilidade e justiça.

**“Para mim, isso, um ano atrás, me acolheu bastante. Toda vez que eu vinha aqui [no CRAS], eu recebia as informações que eu precisava. Me ajudou bastante com os meus filhos” (P5).**

O Programa Maior Cuidado explicita ainda mais a ambivalência: é uma intervenção concreta que produz alívio real, especialmente em casos de envelhecimento, deficiência e cuidado contínuo, mas opera em regime de insuficiência frente ao tamanho da demanda. P6, que cuida da avó, da mãe e de um filho com necessidades específicas, mostra o que significa uma cuidadora vinculada ao CRAS na vida cotidiana:

**”Aí, no dia que é o dia da minha mãe, eu vou lá cuidar dela. (...) Ela [avó] tem demência, ela arranca a fralda. Ela fica com uma cuidadora aqui do CRAS” (P6).**

A existência dessa cuidadora temporária - do Maior Cuidado<sup>156</sup> é o que permite que P6 transite entre suas múltiplas jornadas, mas não a retira da condição de infraestrutura de suporte definitivo.

Ao mesmo tempo, o CRAS aparece como mediador de microacessos - como vale-transporte, fundamentais para viabilizar deslocamentos e consultas, ainda que não resolvam as barreiras estruturais de mobilidade e acessibilidade

**“(...) Aí eu vim pro CRAS, consegui um cartãozinho [vale-transporte] pra poder levar [a mãe nas consultas]” (P6).**

Esses elementos permitem sustentar o argumento central da seção: o CRAS Lagoa é fronteira porque opera entre dois movimentos simultâneos. De um lado, acolhe, orienta, encaminha e cria respiros reais, afetando diretamente a vida cotidiana e a saúde mental das cuidadoras. De outro, atua dentro de um regime de escassez que não produz redistribuição estrutural do cuidado: a escola segue sem integral para muitos, a saúde especializada não chega no tempo da vida, o transporte segue falho, a justiça permanece lenta e a paternidade ausente permanece tolerada. Assim, apesar do CRAS “ser o Estado no território” (Brasil,

---

<sup>156</sup> Apesar de sua inegável importância e reconhecimento como modelo para outros entes federativos, o serviço de atendimento aos idosos no CRAS Lagoa apresenta limitações significativas. Há uma quantidade reduzida de profissionais para a demanda, o que, consequentemente, impacta a redução do tempo de cuidado prestado pelas mulheres em casa. Atualmente, o CRAS Lagoa conta com 5 profissionais para atender a demanda. A quantidade varia de mês a mês. No mês de dezembro de 2025, foram atendidos 27 idosos. O tempo de atendimento individual varia conforme o grau de vulnerabilidade analisado pela equipe do PAIF, oscilando entre o mínimo de uma hora e o máximo de quatro horas por idoso.

2012), ele se torna o lugar onde o mesmo Estado falha em outros pontos. Ou seja, ele administra os efeitos de um sistema que já falhou antes. Protege sem transformar.

**“(…), eles só me encaminharam para esse projeto para tirar ele da tela. Então, só a diminuição da tela já foi feita. Tem um projeto, você vai ter uma atividade física, porque você não tem dinheiro para pagar um judô. Você não tem dinheiro para pagar um, né, karatê, natação. Tudo é um orçamento caro. E o orçamento da gente... que é restrito. Mas graças a Deus, pelo menos eu tô aqui, né? Mas... Agora, se a gente pede (...). Então, eu acho que, primeiramente, a melhoria que teria que ter nessas coisas aí, é a mesma burocracia que tem nesses lugares” (P3).**

Essa ambiguidade é capturada na fala de P1, quando reivindica divulgação, pracinhas, ONGs, cursos profissionalizantes e oportunidades que ampliem renda e autonomia - isto é, políticas que não apenas “socorram”, mas desenhem futuro:

**“Eu acho que deveria ser muito mais divulgado, todas as coisas, porque eu não fiquei sabendo desse projeto [Projeto Vida], fui chamada pelo [técnico do CRAS], mas não é mais divulgado (...). Ter mais opções pra criança, igual aqui no Céu Azul, aqui na região não tem uma pracinha, não tem uma ONG que fizesse um projeto social pra ajudar, (...). Poderia dar um curso profissionalizante. Qualquer coisa assim que pudesse ajudar os pais a ter um dinheirinho e as crianças a desenvolver, um curso de inglês? Ah, essas coisas que eu acho que deviam ter esses incentivos. Isso eu acho que ainda falta muito” (P1).**

O CRAS Lagoa, assim, opera como um verdadeiro dispositivo de fronteira. Ele é, simultaneamente, o território do acolhimento e o instrumento de gestão da escassez. É onde o Estado aparece para escutar, orientar, encaminhar e, sobretudo, sustentar emocionalmente mulheres que já se encontram no limite da exaustão. Sendo para muitas, o único espaço institucional onde a dor não precisa ser traduzida em documentos, laudos ou provas formais, mas pode ser simplesmente dita.

Portanto, a centralidade do CRAS não deve ser lida como evidência de “sucesso” isolado, mas como sintoma da arquitetura estatal que desloca para a política de assistência a administração da urgência. Esse espaço é o lugar em que a dor é reconhecida e traduzida em encaminhamentos, mas também onde se evidencia que o cuidado permanece privatizado<sup>157</sup> e que a sobrevivência continua sendo exigida como virtude cotidiana das mulheres negras.

É por isso que esta seção não conclui com celebração, mas com tensão: quando a política pública se limita a conter a crise e a ofertar alívios fragmentados, ela impede a queda imediata - sem, contudo, desarmar o regime que produz o desgaste. Nesse cenário, o corpo da

<sup>157</sup> O Relatório das Desproteções de 2025, divulgado pelo CRAS Lagoa em janeiro de 2026, indicou que a “Sobrecarga da mulher nos cuidados” foi o segundo maior indicador (30), ficando ligeiramente abaixo de “Conflitos familiares” (31), conforme detalhado no Anexo F.

A instituição planeja, para 2026, incluir entre as possibilidades: o desenvolvimento de uma oficina do PAIF com foco na sobrecarga da mulher ou o fortalecimento dos grupos já existentes, incluindo esse tema em suas discussões.

mulher negra permanece como infraestrutura última, e o CRAS, como fronteira, revela tanto o possível quanto o insuficiente de um Estado que chega tarde e com pouco.

## 5.2 Sonhos interrompidos, tempo expropriado e projetos de vida inviabilizados

*É imperioso mantermos a esperança mesmo quando a dureza ou aspereza da realidade sugiram o contrário.*

(Paulo Freire, 1995, n.e.)

Os atos de educar, cuidar e criar uma criança ainda são vistos como exclusivos das mulheres. “As mulheres-mãe seguem sendo sobrecarregadas física e mentalmente, tentando conciliar as demandas domésticas, de cuidado com as crianças e a construção/manutenção de uma carreira profissional” (Gisele Santos; Paula Galvão; Lucivanda Sousa, 2024, p. 4). Ainda hoje, a vida das mulheres é afetada pela maternidade. Essa situação impõe uma sobrecarga de trabalho considerável, sobretudo para mulheres negras e de baixa renda. Consequentemente, restringe sua autonomia econômica, inviabiliza a concretização de projetos pessoais, como a continuidade dos estudos e a inserção no mercado de trabalho remunerado, e perpetua disparidades sociais históricas (Brasil, 2024).

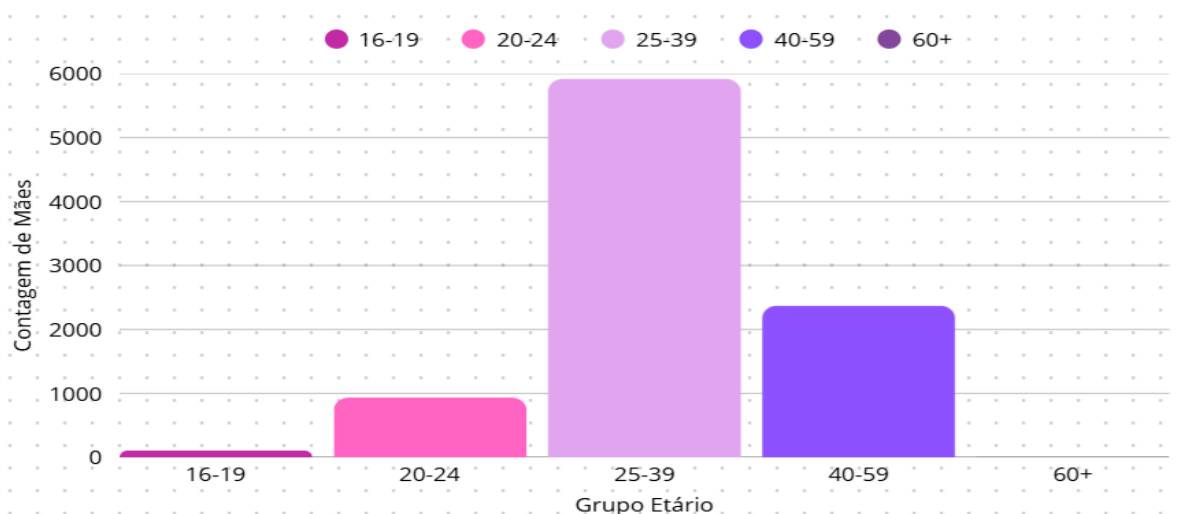
**“Eu já pensei em trabalhar, ter minhas próprias... minha própria conquista, né? Eu já pensei em ter um carro, uma coisa assim, já pensei em... ou com sonhos (...) Minha família vem em primeiro lugar, mas financeiramente a gente não consegue. Eu gostaria de... de ter formado, que eu não pude fazer, não pude ter essa formação. Eu gostaria de estar num lugar melhor, não onde a gente mora, eu gostaria de estar num lugar melhor, com mais espaço, ter uma vida tranquila financeiramente também. Gostaria disso” (P1).**

Importa registrar que a sobrecarga de cuidado e seus efeitos sobre trabalho, renda e escolarização não se restringem às mulheres negras e pobres, nem às mães solo, estando presentes, em diferentes graus, em diversos estratos sociais. Contudo, se faz importante demarcar raça e racismo nas discussões, análises e proposições acerca do cuidado (Thamires Ribeiro; Oliveira, 2023) de modo a visibilizar como a intersecção dos marcadores sociais de raça, gênero e classe operam na produção de desigualdades e intensificam quando se sobrepõem às camadas de precariedade do território - baixa renda, informalidade, déficit de serviços públicos, insegurança alimentar, adoecimento, mobilidade urbana penosa e redes de proteção fragilizadas, de modo que o cuidado opera como eixo que condensa e agrava um ciclo longo de exclusão já em curso.

A expropriação do tempo das mulheres cuidadoras contribui diretamente para o ciclo de pobreza desse grupo. Trata-se de uma estrutura que transforma a idade “produtiva” em tempo indisponível para trabalho remunerado, educação e participação social. Os Quadros 29 e 30 ilustram este ponto ao detalhar a distribuição etária das famílias monoparentais femininas na Regional Venda Nova e no CRAS Lagoa. Os dados revelam que há uma concentração de mulheres em faixas etárias cruciais para a inserção ocupacional e a consolidação de suas carreiras.

Os dados obtidos indicam um aumento quantitativo ao longo dos anos de famílias monoparentais femininas, e também explicitam a faixa etária das mulheres. Ao observar a distribuição etária em Outubro de 2025, nota-se uma concentração massiva de mulheres entre 25 e 45 anos. Os gráficos abaixo apresentam a distribuição por idade em Venda Nova e no CRAS Lagoa em Outubro de 2025, agrupados nas faixas etárias.

**Quadro 29 - Distribuição da Idade Famílias Monoparentais por Grupo Etário - Venda Nova (Outubro/2025)**

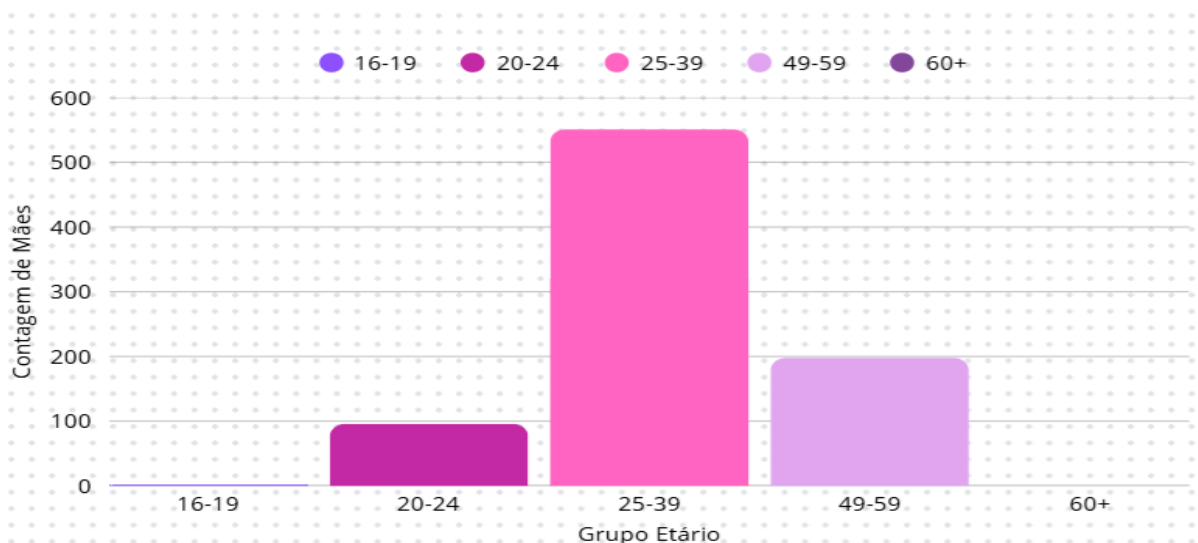


Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Em Venda Nova as idades com maior densidade são entre 26 e 34 anos, com picos como a idade de 29 anos (450 mulheres) e 34 anos (439 mulheres). Por sua vez, no território do CRAS Lagoa, o pico ocorre na faixa dos 29 aos 33 anos, com destaque para a idade de 29 (51 mulheres) e 34 (49 mulheres). A lista completa está no Anexo G.

Os dados do Censo 2022 (IBGE, 2025) revelam que, nos arranjos familiares monoparentais, há um nítido predomínio de mulheres entre os adultos com 25 anos ou mais. Esse dado gráfico consta no Anexo K.

**Quadro 30 - Distribuição da Idade Famílias Monoparentais por Grupo Etário - CRAS Lagoa (Outubro/2025)**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informacionais - GDSIN/PBH (2025).

A faixa etária de 16 a 19 anos apresentou uma redução no número de mães, registrando apenas duas mulheres, em comparação com os anos anteriores. Da mesma forma, o grupo de 60 anos ou mais não conta mais com a presença de mulheres. A faixa etária predominante entre as mães solo registradas nesse período é a de 25 a 39 anos, totalizando 551 mulheres. Em seguida, encontra-se o grupo de 49 a 59 anos, com 198 mães. O grupo de 20 a 24 anos concentra 96 mães solo.

Em Venda Nova as idades com maior densidade são entre 26 e 34 anos, com picos como a idade de 29 anos (450 mulheres) e 34 anos (439 mulheres). Por sua vez, no território do CRAS Lagoa, o pico ocorre na faixa dos 29 aos 33 anos, com destaque para a idade de 29 (51 mulheres) e 34 (49 mulheres). A lista completa está no apêndice 10.

Além disso, os dados mostram a persistência de mães solo muito jovens. Em Venda Nova, em Outubro de 2025, são 77 mulheres com idades de 16 a 19 anos chefiando famílias. No CRAS Lagoa em comparação a 2020, a presença desse grupo vem diminuindo. A presença dessas idades aponta para trajetórias marcadas por maternidade precoce e transição abrupta para responsabilidades adultas, frequentemente sem o suporte de políticas robustas de permanência escolar, formação profissional e renda (Brasil, 2025).

Outro dado que chama atenção é o grupo de mulheres acima dos 50 e até 60 anos. Em Venda Nova no último período registra mulheres de 60, 62, 63 e até uma de 86 anos chefiando famílias monoparentais. Por sua vez, no CRAS Lagoa mantém mulheres de 50 a 60 anos nessa condição.

Esses dados dialogam com o cenário nacional, segundo a PNAD Contínua (2023) as mulheres responsáveis pelo domicílio se concentram a partir de 25 anos de idade (93,7%), com maior peso entre 40 a 59 anos (38,2%) e, ainda assim, com parcela relevante de idosas (26,7%), o que evidencia a centralidade do cuidado também no envelhecimento e em arranjos estendidos (Brasil, 2025).

Entre fevereiro de 2022 e outubro de 2022 em ambas as tabelas houve um aumento considerável. Venda Nova de 6.508 mulheres passou para 8.234 e no CRAS Lagoa de 690 para 818. Essa informação indica tanto um período de mudança nas políticas públicas quanto o acúmulo de pobreza que ocorreu durante o isolamento social. Esse fato também foi confirmado na PNAD Contínua, a ocorrer a partir de 2022, indicando uma inflexão estrutural na organização doméstica recente (Brasil, 2025).

Ao observarmos que segundo os dados fornecidos pela GDSIN, 99,76% das famílias monoparentais no CRAS Lagoa não recebem pensão, conforme demonstrado no Quadro 27 e cruzarmos com a densidade de mulheres entre 25 e 39 anos, compreendemos que o Estado administra uma massa de mulheres que estão, simultaneamente, no auge de sua capacidade produtiva e no limite de sua exaustão reprodutiva. A chefia monoparental exercida por mulheres idosas demonstra que a expropriação do tempo feminino não se restringe a um período da vida, mas persiste se estendendo por diversas gerações.

A invisibilidade do cuidado não remunerado é o que permite que essa massa de mulheres garanta a reprodução social de Venda Nova ao custo da inviabilização de suas próprias carreiras e sonhos. A sobrevivência, conforme indicam os dados, constitui uma prática política silenciosa, enquanto seu relógio biológico e produtivo avança, sua autonomia permanece cerceada pela gestão estatal da escassez e por uma desigual divisão do trabalho de cuidado.

A análise do quadro 31 mostra a escolarização desse grupo. Em Venda Nova e no CRAS Lagoa, há forte presença da formação básica e média, como podemos ver a seguir:

**Quadro 31 - Escolaridade - Famílias Monoparentais com crianças até 12 anos: Regional Venda Nova e CRAS Lagoa**

<b>Grau De Instrução Da Referência Familiar</b>												
<b>Venda Nova</b>												
<b>Mês/Ano</b>	<b>Fev 20</b>	<b>Out 20</b>	<b>Fev 21</b>	<b>Out 21</b>	<b>Fev 22</b>	<b>Out 22</b>	<b>Fev 23</b>	<b>Out 23</b>	<b>Fev 24</b>	<b>Out 24</b>	<b>Fev 25</b>	<b>Out 25</b>
<b>Sem Inst.</b>	115	111	108	112	120	137	150	152	150	144	139	148
<b>Fund. Incomp.</b>	1400	1352	1295	1325	1348	1527	1553	1486	1508	1383	1361	1227
<b>Fund. Compl.</b>	810	814	798	853	878	1084	1103	1103	1110	1078	1074	1008
<b>Médio Incomp.</b>	1035	1020	1012	1125	1197	1514	1607	1707	1769	1724	1733	1690
<b>Médio Compl.</b>	2148	2135	2146	2494	2741	3666	3976	4359	4579	4668	4738	4823
<b>Sup. Incomp. Ou Mais</b>	141	145	159	205	222	304	335	357	392	414	413	416
<b>Sem Infor.</b>	1	73	0	2	2	2	2	2	2	1	1	1
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>
<b>CRAS Lagoa</b>												
<b>Mês/Ano</b>	<b>Fev 20</b>	<b>Out 20</b>	<b>Fev 21</b>	<b>Out 21</b>	<b>Fev 22</b>	<b>Out 22</b>	<b>Fev 23</b>	<b>Out 23</b>	<b>Fev 24</b>	<b>Out 24</b>	<b>Fev 25</b>	<b>Out 25</b>
<b>Sem Inst.</b>	16	14	14	14	13	17	18	20	18	12	12	14
<b>Fund. Incomp.</b>	133	131	128	136	141	156	163	158	169	166	162	133
<b>Fund. Compl.</b>	81	83	87	100	104	117	115	116	117	114	116	105
<b>Médio Incomp.</b>	104	103	106	117	126	140	147	148	149	140	139	138
<b>Médio Compl.</b>	207	210	209	249	288	361	377	409	419	416	421	418
<b>Super. Incompl. Ou Mais</b>	10	11	11	14	18	27	30	39	39	43	44	39
<b>Sem Infor.</b>	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informativos - GDSIN/PBH (2025).

Em Venda Nova, quase metade das referências familiares concentra-se no ensino médio completo com 4.823 mulheres, no CRAS Lagoa, o padrão se repete, com 418 mulheres (49,4%) com ensino médio completo. A predominância desse grupo sugere que essas mulheres conseguem acessar a educação básica, mas são interrompidas antes ou durante a profissionalização superior. Isso as mantém em postos de trabalho informais ou em serviços precários, retroalimentando o ciclo de invisibilidade.

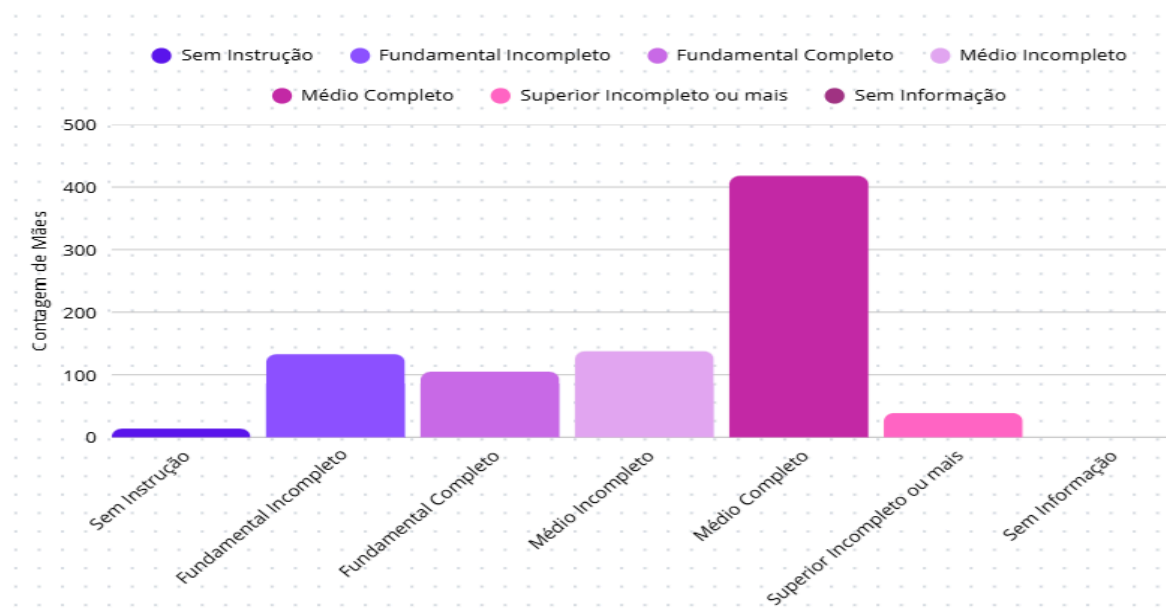
Segundo dados da PNAD Contínua do 2º trimestre de 2024 (Brasil, 2025), o trabalho doméstico remunerado no país apresentava baixa formalidade e era exercido majoritariamente

por mulheres pretas ou pardas (67,7%). Além disso, 61,4% dessas trabalhadoras não possuíam o ensino médio completo.

Além disso, houve um pequeno aumento no nível superior incompleto ou mais (de 10 registros em 2020 para 39 em 2025), contudo, esse dado ainda representa uma parcela mínima das famílias do CRAS Lagoa. Desse modo, percebe-se que o ensino superior enfrenta uma barreira que possivelmente é temporal. O trabalho de cuidado não remunerado sequestra o tempo que seria investido na escolarização, limitando as trajetórias de autonomia dessas mulheres.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição das famílias monoparentais do CRAS Lagoa em Outubro de 2025, agrupadas nas faixas de escolarização.

**Quadro 32 - Escolaridade Famílias Monoparentais - CRAS Lagoa (Outubro/2025)**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Gerência de Dados e Sistemas Informacionais - GDSIN/PBH (2025).

A análise dos dados de outubro de 2025 indica que a maior proporção de escolaridade entre as mulheres é o Ensino Médio completo (49,4%). No entanto, observa-se uma parcela significativa de baixa ou incompleta escolaridade. Destacam-se o Ensino Fundamental incompleto, com 133 casos (15,7%), e o Ensino Médio incompleto, com 138 casos (16,3%). Além disso, uma pequena parte (1,7%) ainda se encontra sem instrução.

O cuidado impõe à mulher uma posição de “terceiro plano”, tornando a vida uma série de encaixes impossíveis. Essa arquitetura da renúncia é bem resumida pela P3, que relata ter precisado abandonar o ensino superior que cursava.

“Quando eu ia fazer, **nossa! igual, eu estudava, já cheguei a fazer terceiro, três períodos de faculdade, mas hoje em dia eu não tenho esse tempo mais.** Não

tenho essa dedicação mais, **porque meu filho precisa de psicólogo, precisa de terapeuta, precisa de acompanhamento. Minha mãe faz exames de rotina, causa que é da área de tratamento de oncológico. Eu fico no terceiro plano. Não tem, você não encaixa**” (P3).

A educação, mesmo quando presente, falha em se traduzir em autonomia, visto que o cuidado absorve o tempo, a energia e a capacidade de planejamento. Para P6, o custo do cuidado aparece como interrupção de um projeto de qualificação que tinha racionalidade econômica nítida em aumentar renda e garantir aposentadoria menos precarizada.

**“(…) Meu pai falou, não sei pra que que você estudou tanto pra trabalhar desse jeito. E eu estudei muito. Eu tava fazendo pós-graduação em ciências contábeis pra aumentar o meu salário (...) eu tinha que me formar em ciências contábeis pra eu aposentar com um salário melhor no meu serviço. E eu parei minha faculdade pra cuidar do meu menino, e é como se eu tivesse sem dinheiro nenhum. Fiz um acordo no serviço para poder pegar um dinheiro para cuidar da saúde dele. Porque o governo, mesmo que a pessoa tenha câncer, o governo não paga. Não paga. Não adianta que paga. Aí eu fui correndo atrás de várias associações para poder ajudar”** (P6).

Como demonstra P6, a transição da pós-graduação<sup>158</sup> para a faxina não é uma escolha, mas uma imposição da Necropolítica do Cuidado, onde a vida do filho depende da morte dos projetos da mãe. Quando não há corresponsabilização pelo cuidado, desperdiça-se o capital intelectual dessas mulheres, forçando-as a acordos precários de trabalho para custear tratamentos médicos.

Mesmo quando há inserção laboral, ela se organiza sob a forma de exaustão temporal e impossibilidade de estudo. P9 descreve uma rotina de deslocamento e trabalho que começa às 3h30 e termina com a segunda jornada doméstica.

**“Eu trabalhei na PUC e UFMG também tem uns 15 anos, e lá tinha bolsa pra fazer faculdade. Eu não tinha como, porque eu já tinha a minha menina de 4 anos. Eu tinha que sair 3:30h da manhã pra chegar lá às 6h. Aí eu chegava lá às 6h, saía duas da tarde pra estar aqui 4:30h pra buscar ela na escolinha. E chegar, dar a ela café da tarde, janta, lavar roupa, dormir cedo. Aí o pessoal fala assim: faz faculdade, mas que horário se faculdade é de manhã ou à noite, eu tenho que madrugar pra conseguir trabalhar? Vou ficar sem ver ela o dia inteiro também, fazer faculdade a noite e quem vai cuidar dela? Perdi uma oportunidade muito boa”** (P9).

“E quem vai cuidar dela?” (P9). Nessa pergunta há uma crítica política completa, pois o acesso formal à educação existe, mas o acesso material depende de como se organizará o cuidado. Podemos ver pelos relatos que a expropriação do tempo dessas mulheres atinge o que elas possuem de mais precioso para a mobilidade social que é a educação. O cuidado atípico, a mãe recuperando do câncer, o filho paciente oncológico, a mãe cadeirante e a

<sup>158</sup> A participante ora menciona cursar a pós-graduação em Ciências Contábeis, ora a graduação na mesma área. A transcrição preserva as falas originais. Embora haja indícios de que se tratava da graduação, a informação não pode ser confirmada com certeza.

criança pequena exigem uma dedicação integral que é incompatível com o rigor acadêmico, empurrando mulheres para a informalidade, para a exclusão.

A vida democrática exige condições materiais de voz e presença, exige tempo e recursos para participação na vida social e pública. Quando o cuidado sequestra esse tempo e quando o Estado não o redistribui, a cidadania se torna formal e a democracia, incompleta (Flávia Biroli, 2015). projetos de vida são sistematicamente adiados, interrompidos e substituídos por uma ética compulsória da sobrevivência, na qual a mulher sustenta o mundo enquanto perde, pouco a pouco, o seu lugar nele.

### **5.3 Propostas emergentes: A gramática do cuidado a partir da periferia**

*Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir a ser...*

(Paulo Freire, 1996, n.e.)

Os dados empíricos e as narrativas convergem para um mesmo ponto ao denunciar que o cuidado, como organizado na sociedade brasileira, opera como um mecanismo silencioso de exclusão democrática. Ao impedir que mulheres em idade produtiva estudem, trabalhem, descansem e participem plenamente da vida social e política, o cuidado expropriado transforma direitos formais em promessas vazias.

Não se trata, portanto, de sonhos individuais frustrados, mas de projetos de vida sistematicamente inviabilizados por uma estrutura que privatiza o cuidado e naturaliza a sobrecarga feminina, especialmente sobre mulheres negras e de baixa renda. A sobrevivência cotidiana, longe de ser uma escolha, converte-se em destino imposto.

Essa constatação desloca o debate do plano moral para o plano político. Sem a redistribuição do cuidado, não há igualdade substantiva, nem cidadania plena, nem democracia efetiva. É a partir desse diagnóstico que emergem, no próximo tópico, as propostas formuladas pelas próprias mulheres, não como utopias abstratas, mas como gramáticas concretas do cuidado forjadas na experiência da periferia.

As propostas apresentadas pelas mulheres participantes desta pesquisa não se organizam sob a forma de reivindicações abstratas ou projetos ideológicos sistematizados. Elas emergem, ao contrário, da experiência concreta da exaustão, da gestão cotidiana da

escassez e da necessidade imediata de tornar a vida minimamente viável. Trata-se de uma gramática do cuidado formulada pela periferia, marcada por soluções práticas, orientadas pelo tempo, pela sobrevivência e pela dignidade.

Diferentemente do discurso técnico das políticas públicas, as falas das participantes revelam que o problema central não é a ausência total do Estado, mas a forma como ele comparece em suas vidas fragmentado, insuficiente, lento e incapaz de dialogar com a complexidade do cuidado real. As propostas, nesse sentido, não pedem favores, mas reorganizações estruturais que redistribuam tempo, responsabilidade e recursos.

### 5.3.1 Justiça e paternidade responsável: tirar o cuidado da invisibilidade feminina

No campo da justiça, a reivindicação mais recorrente, ainda que nem sempre formulada como “proposta” diz respeito à responsabilização efetiva dos pais. As mulheres não demandam punição abstrata, mas celeridade, execução real e retirada do ônus da cobrança de seus corpos.

**“Como eu sou mãe solo, eu sempre penso na política sempre incentivar o pai a cuidar da criança também, porque ele literalmente abandonou. Não é nem questão de cobrança. Eu não fico cobrando as minhas coisas, mas não quer nem participar, sabe? Só essa parte que eu queria que o governo fosse em cima, sabe? Fosse mais, vamos dizer assim, rigoroso” (P2).**

A crítica não se dirige apenas à ausência do pagamento da pensão, mas ao fato de que o sistema judicial transforma a mãe em agente da cobrança, exigindo tempo, deslocamento, provas e desgaste emocional. A proposta implícita é: o Estado deve assumir a cobrança, e não terceirizá-la às mulheres.

Quando P2 sugere “um WhatsApp” para comunicar o atraso e que o Estado “fosse atrás”, ela não está pedindo tecnologia, mas deslocamento da responsabilidade institucional.

**“(…) Ou então um negócio mais fácil, vamos dizer assim, é um WhatsApp aqui, aqui ó, não pagou ainda não, tá? Aí você [Estado] vai lá atrás dele, que aí eu não vou ter que parar Meu trabalho pra poder ir atrás” (P2).**

Trata-se de retirar a mulher da posição de mediadora permanente do conflito e reconhecer que a inadimplência paterna não é um problema privado, mas uma violação de direitos da criança e da cuidadora. A gramática periférica da justiça, aqui, não pede punição exemplar, mas efetividade administrativa, demonstrando que a omissão do Estado funciona como mecanismo ativo de reprodução da desigualdade de gênero no cuidado.

### 5.3.2 Educação e tempo: escolas integrais, cursos e qualificação compatíveis com o cuidado

No campo da educação, as propostas giram em torno de tempo liberado para estudar e trabalhar. As mulheres não rejeitam a educação formal ao contrário, reconhecem-na como fundamental para um futuro melhor para si e para os filhos, mas denunciam a incompatibilidade entre os formatos existentes e suas realidades.

As falas evidenciam a necessidade de escolas em tempo integral, especialmente para crianças com deficiência ou necessidades específicas, atividades extracurriculares públicas e acessíveis, que não dependam de pagamento, cursos profissionalizantes vinculados ao território, preferencialmente compatíveis com o cuidado ou realizados no próprio espaço.

**“E eu não consigo trabalhar fora. Então, é isso. Eu não estou querendo viver às custas. Mas eu acho que deveria ter um curso, assim, que fosse para ajudar a pessoa. Ora, você quer estudar? Então, vamos lá. Fazer um curso de capacitação, um curso de inglês, se a pessoa quiser, mas pra ela não ficar... ela desenvolver, né? Ter uma condição de renda (...) Então, pra mim, vai ser isso. Eu ter uma educação pra poder dar melhor pro meu filho. Porque o ensino médio não te coloca no caminho. Não quero tirar a nossa responsabilidade por questão nenhuma, mas pra gente que é mãe, que igual ela tem três. Vamos supor, quando você vai lá no supermercado [trabalhar], é o que? De 9, ou 7:30 da manhã, ou até as 9, 10 da noite. Como você consegue cuidar disso? Porque eu sou mãe solteira. Não encaixa as coisas. Entendeu? A pessoa tem que ter uma profissão, assim, pra dar o melhor pra sua família, né? É uma coisa boa. Eu penso assim, sabe?” (P3).**

Quando P1 e P2 mencionam cursos que permitiriam “trabalhar dentro de casa” ou quando outras participantes sugerem cursos técnicos, profissionalizantes ou de curta duração, a proposta não é a adaptação individual, mas a criação de políticas que reconheçam que o cuidado consome tempo estruturalmente.

**“(...) ela também tem a dificuldade dela, que é a mãe e o menino dela. Eu não consegui ir trabalhar fora por causa dos meus três meninos. Também, pra mim, eu penso hoje em dia que não ia compensar, né? Por ter que pagar alguém pra ficar com eles. E pra mãe dentro de casa mesmo, o projeto que ajudaria [cursos para trabalhar em casa] tanto socialmente como mental também, que a gente precisa muito” (P1).**

As mulheres identificam que o isolamento das crianças em frente às telas (celulares/TV) é um fator de adoecimento tanto para os filhos quanto para as mães e propõem a ampliação do tempo nos projetos sociais. Há uma demanda para que atividades como as do CRAS Lagoa ou do Projeto Vida Pe. Gailhac sejam ampliadas e que ocupem mais dias da semana. A criação de praças e espaços de convivência seguros em bairros como o Céu Azul é vista como uma forma de aliviar a tensão do cuidado doméstico confinado.

As participantes denunciavam que a escola por mais que tenha melhorado ainda é um ambiente atravessado por diversos preconceitos, mas reconhecem que as crianças que reproduzem racismo, capacitismo reproduzem discursos que aprendem “de casa”.

**“Aconteceu com meu menino com cabelo. Isso aí me deixou um pouco chateada. Quem... (...) o meu filho tem cabelo cacheadinho, aí um coleguinha falou assim que o cabelo dele era ruim. Ele ficou muito triste. Eu falei assim, o cabelo é lindo, cacheadinho. Aí ele ficou muito triste. A outra questão também é porque os outros, tipo assim, né gente, é pobre, né? O menino perguntou assim você tem geladeira na sua casa, eu falei, meu Deus! Aí ele falou assim, mamãe, ele acha que eu sou tão pobre que nem geladeira eu tenho. Aí eu lembrei da molecagem, eu pensei, meu filho, não importa, deixa ele achar. É, acontece umas coisas assim, é que eu, e pelo menos o meu filho, eu falo assim, é porque a criança refletiu aquilo que ele viu de alguém. A criança não tira aquilo do nada, ela refletiu aquilo que ela já vivenciou em casa. Se ela falou aquilo do cabelo, o que os pais ensinaram? Falou com uma coisa ou com a menospreza uma outra pessoa, entendeu? Então aquilo ela repetiu. Mas o meu ficou muito chato, todo o cabelo dele é cacheado”** (P3).

**“Quando o meu mais velho fez tratamento, quando ele voltou para a escola, ele voltou careca. Ele tinha um cabelão, voltou careca. Você acredita que mesmo assim ele sofreu bullying na escola? Sofreu bullying na escola. Eu tive que ir buscar. (...) E o [filho] lerdo daquele jeito e ele é gago, não fala, diz que já sofria bullying desse menino (...) ele, primeiro dia que ele voltou careca, esse menino mexeu com ele, aí um ciclo (...). E eu chorando, chorando. Meu Deus do céu! [choro] O menino voltou doente e eles ainda queriam vir bater no menino [choro]. Então eu acabo falando que a gente tem medo, porque eles são muito inocentes. A gente acha que não é, mas são. Aí a escola, se quiser mandar, ele pode mandar. Outro menino foi expulso e ele continua indo na escola. Mas é assim, é muito surreal, a gente quer proteger [choro]”** (P6).

Elas também reivindicam que o Estado ofereça cursos profissionalizantes permitindo que os jovens se desenvolvam.

**“(...) conversamos, né? Com o meu menino, que tem 13 anos. Converso com ele porque a partir do ano que vem tem o pé de meia, né. Mas eu queria que ele aprendesse uma profissão, então eu queria que você Já pensasse em algum projeto assim, menor aprendiz, alguma coisa assim para ele aprender uma profissão, porque o projeto, esse projeto agora do Pé-de-meia ajuda, né? Tem ajudado os jovens, mas eu penso assim, até você entrar numa faculdade, você tá lá, vai, com 13 anos ainda, com certeza esse dinheiro não vai ficar guardado. Até, e quando chegar o período da faculdade, vai estar bem, mas caro, né? E eu acho que você começando agora, já, se profissionalizar um curso, alguma coisa assim, eu acho que seria melhor. Eu converso sempre com ele isso, né? A questão de... desse curso, né? Profissionalizante pra ele seria melhor do que ele ficar atoa e receber o pé de meia. Então, eu prefiro que ele já comece um trabalho”** (P3).

Questionam as desigualdades educacionais, mas reconhecem na educação o único meio para promover alguma melhoria de vida. Consideram essenciais políticas públicas que, além da transferência de renda, proporcionem o acesso da população de baixa renda aos estudos, como estratégia para reduzir as desigualdades.

**“Em minha opinião, eu acho que as leis deveriam... primeiramente, mudar as leis. Eu acho que deveria, como projeto, novamente, ajudar as pessoas a não acostumarem elas a ficarem só ali, nosso povo, recebendo alguma coisa, mas a**

questão de um curso para a pessoa se capacitar, para a pessoa ir estudar, para a pessoa ir aprender. Isso eu acho que melhoraria a desigualdade, porque a diferença de realidade é ampla, entre as nossas e eles lá. Só que eles têm uma rede de ensino muito superior, você não consegue concorrer com eles. Não adianta, o ensino do público não é igual ao particular. Você nunca vai conseguir competir, essa desigualdade já começa aí. Por mais que você queira estudar para dar uma vida melhor para o filho, você não consegue. Sabe que é uma faculdade, você também não consegue. É muito caro. Ou você come, ou você é paga. Então, eu estudei um pouco porque eu ainda não tinha filho, mas depois eu tive não tive como estudar mais. As coisas não encaixam. Então, eu acho que devia ter algum tipo pra... O governo podia pensar mais naqueles que estão lá embaixo, que precisam capacitar a mente primeiro, pra evoluir. Daí a questão social também. Outro negócio que eu falo, agora, vamos fazer um curso, né? Pra você ter seu negócio, pra você conseguir cuidar do seu filho, né? Eu acho que devia começar ali. Vindo deles, né? Aí quando acho que começaria a ter menos desigualdade. Porque a gente vive na base do pé das pessoas que tem. Mas não é culpa deles também, não é culpa deles Também, mas para diminuir um pouco deveria ter isso. Um ensino melhor. Um posto que atendesse as pessoas para ajudar. Eu, na minha opinião, seria isso” (P3).

As participantes também levantam a necessidade de um diálogo mais efetivo entre a educação e a assistência. Eles apontam que a falta de suporte, especialmente quando as crianças precisam se ausentar das aulas por motivo de doença, seja para continuidade de tratamentos, doenças comuns ou crises em casos de crianças com necessidades especiais, pode levar as famílias a passarem por processos de descumprimento de condicionalidades.

As propostas relacionadas à educação evidenciam que o acesso à escolarização, à qualificação profissional e ao futuro não é limitado por desinteresse ou desvalorização da educação, mas pela expropriação estrutural do tempo das mulheres cuidadoras. As falas revelam que a incompatibilidade entre formatos educacionais e a realidade do cuidado cotidiano converte a educação em um privilégio inacessível, sobretudo para mulheres negras em idade produtiva. Ao reivindicarem escolas integrais, cursos territorializados e formação compatível com o cuidado, as participantes formulam uma crítica concreta à falsa neutralidade das políticas educacionais, que desconsideram a divisão sexual do trabalho. Sem redistribuição do cuidado, a educação deixa de operar como vetor de mobilidade social e passa a reproduzir desigualdades já existentes.

### **5.3.3 Saúde e cuidado: descentralização, especialidades e atenção à cuidadora**

Na área da saúde, as propostas emergem como resposta direta ao que as mulheres definem como “burocracia” e “demora”. O que se reivindica não é apenas mais serviços, mas serviços mais próximos, articulados e contínuos. As falas apontam para descentralização de especialidades médicas, redução do tempo de espera por consultas e exames, reconhecimento

de que o deslocamento é, em si, um custo financeiro e emocional, atenção à saúde mental das cuidadoras, não como luxo, mas como condição de sobrevivência.

**“No posto de saúde, algumas coisas sim, como Neurologia que não tem, psiquiatria com as crianças que tem TDAH. (...) Só a parte dos médicos. Porque o meu menino hoje, ele faz acompanhamento, lá no Ciências Médicas, porque eu lutei, porque é caro a consulta com a neurologista, 210 reais.(...) não é todas as vezes que a gente vai, que a gente consegue. Tem um pouco de dificuldade pra gente ter as especialidades, né?” (P5).**

A recorrência da palavra “cansativo”, “exaustão” e “não dormir” revela que a saúde mental aparece como uma necessidade básica, e não como demanda secundária. Quando P1 afirma que a saúde mental é “a mais importante”, ela desloca o cuidado do campo moral para o campo da política pública.

**“E a saúde mental também é importante, acho que é a mais importante. Acho que é essa parte” (P1).**

Elas também denunciam que o sistema de saúde deveria ter um olhar mais atento e empático. Denunciam maus tratos, episódios de racismo por parte dos profissionais de saúde.

**“No hospital quando fui ter meu menino. Talvez pode ser coisa da minha cabeça, mas eu senti um tratamento diferente. Assim... o jeito da médica me responder as questões que eu perguntei, eu senti um pouco a resposta meio agressiva da parte dela, sabe? Não sei, talvez eu pensei, no meu caso, eu pensei porque da minha cor, né? Eu era a mais escurinha de lá dentro da sala. Ah! É coisa da minha cabeça... talvez... pode ser coisa da minha cabeça. Mas eu senti um tratamento, uma resposta meio agressiva da parte da médica” (P1).**

**“Eu acho que a burocracia, deveria ter menos burocracia. Porque eu falo assim, no posto de saúde eu não tenho sorte nenhuma com eles. (...). Então, assim, se eu consegui alguma coisa pro meu filho, foi porque eu vim aqui e conversei com assistente Social, sei lá, mas pelo SUS? pelo posto? Não! Então, eu acho que é uma partida de melhoria que a tinha que ser, é ali [posto de saúde]. Eu acho que ... tem que melhorar, porque ali falta empatia, falta tudo! Porque a pessoa que tava procurando umas redes de apoio... parece que pediu de esmola, mas a gente não tava pedindo esmola! A gente tá procurando o direito da gente, que é uma consulta, um médico, uma melhoria pro filho, pra filha, né? Então, acho que a burocracia que eles arrumam é demais” (P2).**

Parte das participantes destacam a urgência de um diálogo mais eficaz entre os setores de saúde, educação e assistência social. Atualmente, quando as crianças necessitam continuar o tratamento e tomar medicamentos, a escola se recusa a administrá-los. Essa recusa resulta no envio das crianças de volta para casa, gerando faltas escolares. Consequentemente, as famílias são obrigadas a comparecer ao CRAS para justificar essas ausências, visando evitar a perda do benefício do Bolsa Família.

Assim, a demora no acesso a especialidades, a centralização dos atendimentos e a ausência de atenção sistemática à saúde mental convertem o cuidado em um percurso de desgaste contínuo. Ao reivindicarem descentralização, empatia institucional e articulação

intersetorial, as mulheres expõem a insuficiência de um modelo de saúde que reconhece a doença, mas ignora quem sustenta cotidianamente a vida de quem adocece.

### **5.3.4 Economia do cuidado: benefícios ajustados à realidade e reconhecimento do custo real**

No campo econômico, as propostas tensionam diretamente o modelo uniforme de benefícios sociais. As mulheres reconhecem a importância do Bolsa Família, mas afirmam reiteradamente que ele não cobre os custos reais do cuidado, sobretudo em situações de deficiência, doença crônica ou cuidado intergeracional. Apesar do desejo de retornar ao mercado de trabalho, a maioria das participantes é impedida de o fazer devido às demandas com cuidado.

**“Ah, eu me sinto tipo... uma pessoa, tipo... inútil, porque eu preciso trabalhar, preciso colocar coisa dentro de casa, se não fosse o Bolsa Família, eu não teria nada em casa com ele. Porque trabalhar, eu não vou. Realmente eu quero. Aí você tem, tipo... Tem gente que não vai ficar com seu filho. Aí você não confia numa pessoa que vai ficar com seu filho, porque você não sabe se ele já comeu, já tomou banho. Então, é muita coisa que está acontecendo por causa disso” (P4).**

**“Hoje eu sinto falta de trabalhar, porque eu sempre trabalhei fichada né?. E hoje, depois que eu descobri que o meu filho é autista, hoje... eu não posso trabalhar mais, hoje eu fico mais por conta dele. Minha vida mudou totalmente, eu sinto falta de trabalho (...) Eu não me sinto confortável. Eu sempre trabalhei, (...) mas agora chega um momento que não dá pra fazer nada. A gente tenta, a gente tenta, mas não sei. (...). Ele quer um brinquedo e não tem como brincar, porque a mãe não trabalha” (P5).**

A proposta implícita é a construção de políticas que considerem o cuidado “caso a caso”, para entender as necessidades específicas das mães solo e daquelas que cuidam de pessoas com doenças crônicas ou deficiências, oferecendo um suporte financeiro mais robusto que cubra despesas reais, os custos adicionais com medicamentos, terapias, transporte e alimentação específica a impossibilidade de inserção imediata no mercado de trabalho.

**“Para a gente ter uma ajuda, né? Assim, a gente que é mais homens [políticos], olhar mais para o lado da gente, porque a gente não trabalha, não é porque a gente não quer, o que a gente tem é limitações. Eles podem olhar, eles se atuam assim. Porque ele já ajuda no benefício da mãe, mas tem horas mais que ela não dá e recebe ajuda de pessoas. Não é, gente, não é porque a gente quer, é porque a gente precisa mesmo. Agora é bem difícil. Se o governo bloquear de vez, como é que a gente vai pagar aluguel e fazer algumas coisas? Porque sobra muito pouco, não é? Igual não tem ajuda do Estado. Aí, como é que os filhos vão ficar? Então, acho que o governo deveria olhar mais do lado da gente assim, analisar caso a caso, pra ver o que ele poderia fazer pra ajudar a gente nessa parte” (P5).**

Quando P6 afirma que “só a vitamina custa 500 reais” e que “mesmo aposentado um salário mínimo não dá”, ela expõe a inadequação entre o valor do benefício e a realidade material do cuidado. A reivindicação não é aumento abstrato, mas adequação à vida real.

Além disso, a criação de condições que permitam a conciliação entre o sustento e a presença familiar. O “trabalhar fora” é visto como inviável se não houver um suporte que compense o custo financeiro e emocional.

As participantes propõem a existência de equipamentos onde os filhos estejam “bem cuidados e bem alimentados” e jornadas que permitam a convivência, o objetivo é não chegar a casa exausta ao ponto de apenas conseguir dormir para trabalhar no dia seguinte.

**“Então, ter um lugar de confiança, um horário que você vá trabalhar. Assim, reduzido, né? Porque você ficar o dia todo fora. Chegar a noite, você chega cansada, você vai querer só dormir pra no outro dia tá no trabalho de novo. Então, é algo assim, horário, né? Pra ter um pouco de convivência com os filhos, com a família e o horário pra trabalhar” (P3).**

Sugerem projetos que ensinem profissões que possam ser exercidas a partir de casa. Esta proposta visa gerar renda sem a perda da rede de proteção aos filhos, que o mercado de trabalho formal muitas vezes exige.

**“Então, eu não tenho com quem deixar meus meninos, pra mim sair pra trabalhar, com a formação que eu tenho é um salário, E pra mim, pagar três crianças é o salário todo. Pra mim, não vale a pena. Entende? É deixar a criação dos meus filhos na mão de outra pessoa. Eu tenho minha mãe, mas minha mãe é de idade, minha sogra é de idade, tem uns problemas de saúde. Eu não posso colocar os meus meninos sob cuidado dela, vou sobrecarrega-las. O que me impede é isso” (P1).**

A economia do cuidado, como vivida na periferia, revela que a ausência de políticas redistributivas transforma a proteção social em mecanismo de contenção da pobreza, e não de superação das desigualdades.

### **5.3.5 Subjetividade, escuta e espaços de fala: cuidar de quem cuida**

As participantes apresentam a necessidade de escuta e reconhecimento subjetivo. As mulheres relatam que o CRAS é, muitas vezes, o único espaço onde podem falar sem julgamento. Revelando uma demanda por espaços contínuos de escuta, grupos de apoio permanentes, políticas que reconheçam que a figura da “mulher forte” é uma violência simbólica.

A proposta aqui não é assistencialismo emocional, mas rompimento com a lógica que exige controle, resiliência dessas mulheres. Elas validam a roda de conversa como uma

necessidade. A fala “parece que estou na terapia” indica que elas propõem espaços permanentes de desabafo e troca de experiências para romper o isolamento, apresentando o desejo de conviver com pessoas fora do núcleo familiar estrito, pois sua rotina é isolada em casa.

**“Uau! Eu acho que se eu pudesse sair pra conviver mais com outras pessoas sem ser um indivíduo familiar, eu acho que pra mim seria mesmo bom. Porque é igual aqui mesmo, essa é a minha aula. Eu pude conversar mais, me abrir mais dentro de casa até eu fico mais calada. Meu esposo, né, sai muito cedo pra trabalhar, chega tarde e já vai de ir pro computador. É pouco tempo que a gente conversa. Tempo só pra nós é muito difícil, né? Fim de semana mesmo é tempo pra igreja. Então, eu acho que o tempo assim pra eu sair ou um curso, alguma coisa, isso é bom também pra mim” (P1).**

As participantes demonstram que a sobrecarga do cuidado é agravada pela solidão e pelo isolamento, e identificam nos encontros coletivos, como a própria roda de conversa da pesquisa é um espaço vital de alívio emocional e reconhecimento mútuo. O isolamento é descrito não apenas como físico, mas como uma sensação de que ninguém entende o que elas passam.

A troca de experiências rompe essa barreira ao mostrar que outras mulheres vivem as mesmas lutas. Ao ver “tantas mães” em situações até mais complexas, elas percebem que fazem parte de um coletivo. “ Aí lá, quando você chega lá, às vezes a gente acha que a vida a gente tá péssima. Mas aí quando você chega lá, você vê tantas mães, tantas mães... Aí lá elas estavam falando que a gente é mãe, que fica em casa cuidando dos filhos ” (P6).

Essa identificação é crucial, pois muitas vezes elas guardam o sofrimento para si mesmas.

**“Eu não consigo conversar, eu tenho que conversar, mas não consigo. (...) Eu não sei. Eu devia entrar, eu fiquei muitos dias presa de casa assim, sem olhar pra ninguém. (...) Não consigo nem olhar pra gente. Tipo, falar uma coisa comigo já abaixo a cabeça, eu fico só escutando, depois não... Sabe que não dura nada na cabeça, não... eu só fico para baixo, para baixo, assim. Aí depois eu fico assim olhando para os lados, tipo, não gosto de ter gente me olhando.(...) Não sei como tô conseguindo falar aqui” (P4).**

Portanto, para as participantes, a criação de espaços permanentes de escuta não é apenas um “bônus”, mas uma necessidade urgente de saúde mental e reconstrução de laços comunitários, permitindo que elas deixem de carregar o fardo do cuidado de forma solitária e invisível.

### 5.3.6 Sociedade do cuidado: Mudança Cultural e Comunitária

*Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.*

Paulo Freire, 1987

Por fim, há um desejo de que a sociedade seja menos individualista e mais solidária. As participantes relatam a falta de uma rede de apoio comunitária e sugerem que as pessoas deveriam ser mais unidas e educadas para ajudar o próximo, em vez de julgar as mães solo ou aquelas que não trabalham fora por falta de opção.

**“As pessoas estão muito... é... assim... é... é... individualista, né? Eles não olham mais pro próximo, assim, tem criança, precisa de uma assim... de alguma coisa, eles não olham isso (...) As pessoas julgam muito a pessoa (...) Só que você sai na rua, eles acham que a gente já deve estar indo beber, (...), mas não sabe o nosso dia-a-dia. Que é... às vezes a gente chora, chora, toda hora eu choro, eu vou para o quarto chorando sozinha. (...) Que as pessoas fossem mais unidas, né? Mais educadas, mais... Ajuda um outro, que fique a coisa que tá precisando” (P5).**

Há um desejo expresso de que as pessoas fossem “mais unidas” e “mais educadas” para ajudar o próximo, desejam mais reciprocidade, indicando que a construção de laços comunitários é vista como uma solução para a sobrecarga.

**“A gente ajuda, a gente tem um coração mais amplo pra ajudar, mas não tem o recíproco. Se fosse ter um retorno ali pro que você precisa. Às vezes eu preciso e eu não tenho aquele apoio todo ali, mas você está sempre podendo ajudar uma próxima. Filho, mãe, padrasto. (...) Olha, marca um exame para mim. Vai comigo no médico. Mas, na hora que eu preciso mesmo, você vai sozinha, você se vira” (P3).**

Elas também pedem o reconhecimento de que o trabalho doméstico e de cuidado realizado dentro de casa é um trabalho árduo e sem remuneração que merece valorização.

**“Porque a mulher em casa, ela também trabalha muito, porque ela cuida, ela cuida da casa, ela cuida do esposo, ela cuida dos filhos. E... Muitas das vezes a gente deixa a gente de lado, né? Não cuida de nós mesmas. Leva os filhos pro hospital, mas... Cê toma um remédio aí pra você e tá bom. Não precisa ir no médico, não. Só vai no último caso mesmo. Então, eu acho que falta mais reconhecimento pra gente do que é do lar” (P1).**

Também compreendem que os meninos também devem realizar atividades de casa e assumir responsabilidades, embora admitam que a implementação prática dessa divisão enfrenta desafios culturais e geracionais. Há um reconhecimento crescente de que a autonomia doméstica deve ser ensinada desde cedo, independentemente do gênero. Algumas entendem como uma preparação necessária para a vida adulta e para o mercado de trabalho.

**“Mas eu pensava assim, são crianças ainda, depois, mais pra frente, eles aprendem. Mas não. Eu aprendi que eles têm que aprender agora, desde mais novo. Senão eles não fazem. Eles não levam isso pra mim (...) Eu até me surpreendi um dia que eu sem vontade, sem exigir nem nada à minha menininha, Colocou o banquinho e foi lá e lavou as vasilhas. Eu ia tirar, mas eu falei assim. Eu não vou tirar. Eu vou deixar, né? Ela só tem cinco aninhos. Aí eu deixei. Se tiver alguma**

coisa de novo, eu lavo de novo. Mas eu deixei ela fazendo. Eu falei, pequenininha, ela tomou a iniciativa. Mas eu acho bom. **Eu acho bom eles colocarem eles pra fazer ele ter uma atividade, porque começa agora, né? Caso meu menino já tá com 13 anos, eu espero colocar ele em algum projeto assim pra trabalhar, né? Como é que fala? Jovem aprendiz. Então, eu acho que é bom já ir pensando sobre isso já. Fazendo as atividades lá de casa. Quero que tenha responsabilidade, né?”** (P1).

A participação dos meninos varia conforme a idade e as condições de cada família. Algumas mães relatam que os filhos já ajudam guardando brinquedos, levando o copo para a pia.

**“Meu filho fica numa cama sozinho. Ele vai no banheiro sozinho. (...) Lava o copinho e coloca a cadeirinha no tanque que lavamos o copinho dele. Ele junta os brinquedos dele e coloca debaixo das coisas lá, no guardadinho. Deu de manhã, pega a água sozinha, vai beber sozinha. Faz tudo! Faz tudo nem precisa de mãe”** (P4).

No caso de crianças atípicas, o foco inicial é a autonomia pessoal como banho e troca de roupa. P3 relata que seu filho ainda não ajuda na limpeza pesada, mas ela tenta introduzir iniciativas como levar o lixo para fora e cuidar dos animais de estimação.

**“Comecei igual a médica mesmo falou, né? Pra deixar ele ter um pouco de autonomia. Aí eu tô começando a colocar agora os bichos que ele que cuida, mas só dele começar cedo e chega, já chega, a casa já tem que estar arrumada. Então a casa está arrumada, não tem nada o que fazer. Mas ele tem que ter iniciativa, ele quer ajudar, lavar o banheiro, sabe? Aí eu peço, ó, quando ele tá em casa por o lixo, mas por enquanto é só isso que ele faz”** (P3).

A sociedade do cuidado, como formulada pelas mulheres, não se apresenta como ideal romântico, mas como crítica à naturalização do isolamento feminino. O que se reivindica não é heroísmo, mas redistribuição real de responsabilidades entre Estado, famílias, homens e instituições, condição indispensável para romper a lógica da sobrevivência precarizada e produzir políticas ajustadas à vida real.

Ao reivindicarem justiça efetiva, educação compatível com o cuidado, saúde acessível, benefícios ajustados à realidade e espaços de escuta, as participantes desenham, a partir da periferia, os contornos de uma política de cuidados que ainda não existe plenamente no Brasil. É nesse sentido que suas falas tensionam diretamente o debate nacional, elas deslocam a Política Nacional de Cuidados do campo abstrato da formulação normativa para o terreno concreto da vida cotidiana.

Ao escutar essas mulheres, torna-se evidente que qualquer política de cuidados que ignore essas dimensões estará condenada a reproduzir a lógica que elas mesmas denunciam, a da sobrevivência administrada, e não da vida digna garantida. A próxima seção analisa, portanto, em que medida a Política Nacional de Cuidados dialoga ou falha em dialogar com

essa gramática produzida pelas mulheres negras periféricas, revelando os limites e as possibilidades de um cuidado efetivamente democrático.

#### 5.4 A Política Nacional de Cuidados sob a lente de Venda Nova

*Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?*

(Audre Lorde, 2025, p. 53)

O Brasil enfrenta o desafio de reconhecer o cuidado como trabalho e como o alicerce estruturante que possibilita a existência de toda a sociedade e da economia. Isso exige além de uma nova cultura na sociedade, políticas públicas que enfrentem a desigualdade de gênero na distribuição do tempo, na formalização e valorização do trabalho de cuidado, e ampliação do acesso a serviços públicos. Mais do que um problema individual ou familiar, a precariedade do cuidado é um problema coletivo (Brasil, 2025a), que revela os limites de um modelo de desenvolvimento excludente, centrado na extração da força de trabalho de mulheres, principalmente negras sem lhes oferecer, em troca, cuidado, tempo ou dignidade.

A Política Nacional de Cuidados (PnaC) instituída pela Lei nº 15.069/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 12.562/2025<sup>159</sup> inaugura no ordenamento jurídico brasileiro um deslocamento normativo relevante ao reconhecer o cuidado como um direito e um bem público essencial (Brasil, 2025c). Ao afirmar que o cuidado não pode permanecer restrito à esfera privada nem recair de forma naturalizada sobre as mulheres, a política introduz a corresponsabilização entre Estado, famílias, mercado e sociedade civil como princípio organizador, incorporando de forma explícita na norma a equidade de gênero, o antirracismo e a justiça social como fundamentos da ação estatal (Brasil, 2025c).

Ao reconhecer o cuidado como necessidade humana universal (Corte IDH, 2025), a PnaC também introduz conceitos centrais para a crítica desenvolvida neste trabalho, como a pobreza de tempo, a valorização do trabalho de cuidado não remunerado, a

---

<sup>159</sup> Estabelece metas físicas e orçamentárias. O Governo Federal aplicará R\$25 bilhões em 79 ações distribuídas em cinco eixos estratégicos até 2027.

corresponsabilização do homem pelo cuidado e a necessidade de políticas intersetoriais capazes de articular saúde, educação, assistência social, trabalho e renda (Brasil, 2025b).

Trata-se, portanto, de um marco que não se limita à ampliação de serviços, mas que propõe uma reconfiguração da própria organização social do cuidado (CEPAL; OIT, 2025), tensionando a lógica histórica que sustenta a reprodução da vida a partir da expropriação silenciosa do tempo, do corpo e da energia das mulheres, especialmente das negras e periféricas.

Mais do que uma política setorial, propõe uma reconfiguração do próprio pacto social:

transformar a organização social do cuidado no país, promovendo uma nova cultura que reconheça o cuidado como um direito, um trabalho e uma necessidade universal, e que promova a desnaturalização da mulher como principal responsável pela oferta de cuidados, seja em âmbito familiar ou não (Brasil, 2025c).

Contudo, como demonstram os dados empíricos desta pesquisa, o cuidado não se apresenta apenas como um problema de política social, mas como um problema democrático. A expropriação do tempo, a sobrecarga feminina e a responsabilização individualizada das mulheres, em especial negras e periféricas, produzem uma cidadania truncada, na qual o acesso formal a direitos não se traduz em condições reais de participação social, política e econômica.

Nesse sentido, a Política Nacional de Cuidados deve ser compreendida não apenas como resposta à crise do cuidado, mas como condição para a realização da democracia substantiva. Como argumenta Flávia Biroli (2015), sociedades que desvalorizam o cuidado e o tratam como obrigação privada produzem desigualdades profundas na distribuição de tempo, recursos e possibilidades de escolha, afetando diretamente quem pode participar da vida pública e em quais termos. O cuidado, quando invisibilizado, opera como mecanismo silencioso de exclusão democrática.

As mulheres de Venda Nova tornam visível essa engrenagem. Suas narrativas revelam que a ausência de políticas de cuidado efetivas não resulta apenas em precariedade material, mas em restrição de horizontes, interrupção de projetos de vida e confinamento à lógica da sobrevivência. A impossibilidade de estudar, trabalhar, descansar ou circular pela cidade não é uma falha individual, mas o efeito direto de uma organização social que naturaliza a sobrecarga feminina como base invisível da reprodução social.

A PnaC propõe corresponsabilização entre Estado, famílias, mercado e comunidade. No entanto, a pesquisa evidencia que essa corresponsabilização só se torna efetiva quando acompanhada de infraestrutura pública de transversalização da política de cuidado, sobretudo

no tocante a raça, redistribuição do tempo, responsabilização masculina e políticas ajustadas às desigualdades reais. Sem esses elementos, o cuidado permanece sendo um recurso privado extraído dos corpos das mulheres, ainda que revestido por um discurso progressista.

Além disso, é indispensável a implementação de uma “pedagogia social do cuidado” (Eleonor Faur, 2017), de modo a desnaturalizar e desfamiliarizar a responsabilidade do cuidado, especialmente aquela imposta às mulheres, que é incessantemente produzida e reproduzida, mesmo em situações de sobrecarga extrema.

Mesmo que as mulheres reconheçam as limitações materiais e institucionais que permeiam suas vidas, é crucial que elas percebam que o cuidado é, essencialmente, um problema público que demanda redistribuição, e não uma obrigação privada que deve ser gerida exclusivamente por elas.

A desfamiliarização do cuidado é, portanto, apresentada como um processo complexo, envolvendo atores e instituições que lidam diariamente com suas próprias ideologias e valores, e para os quais nem sempre é fácil se libertar da estrutura maternalista que vê as mães como “as melhores cuidadoras possíveis”. A forma como isso é expresso e reconstruído por meio da abordagem analítica proposta ilumina as dimensões do “modelo a ser construído” (Eleonor Faur, 2017, p. 112 - Tradução nossa).

Ao propor a socialização do cuidado, a PnaC vai contra uma estrutura patriarcal, familista, racista e capitalista que ainda permanece hostil ao reconhecimento e acessos a melhores serviços no cuidado. Uma vez que “a socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente” (Angela Davis, 2016, p. 226).

A redução das tarefas de cuidado enquanto responsabilidade privativa das mulheres é por óbvio um “objetivo estratégico da libertação feminina” (Angela Davis, 2016, p. 244), mas a socialização delas pressupõem colocar um fim ao domínio “do desejo de lucro sobre a economia” (Angela Davis, 2016, p. 244) e o capital apoiar essas propostas que “contém um potencial revolucionário explosivo” faz colocar em dúvida a validade do capitalismo monopolista<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> Os únicos que deram passos significativos em relação a eliminação da escravidão doméstica, foram países socialistas (Angela Davis, 2016).

Lênin falou e escreveu repetidas vezes sobre a necessidade de socializar o trabalho doméstico, descrevendo-o como “o mais improdutivo, o mais selvagem e o mais árduo trabalho que a mulher pode fazer”. Sem poupar adjetivos duros, escreveu que “o trabalho doméstico banal esmaga” e “degrada” a mulher, “a amarra à cozinha e ao berçário” onde “ela desperdiça seu trabalho em uma azáfama barbaramente improdutivo, banal, torturante e atrofiante” (Wendy Goldmann, 2014, p. 23).

A centralidade da democracia no debate sobre cuidados torna-se ainda mais evidente quando se observa que as mulheres pesquisadas estão majoritariamente em idade produtiva e apresentam níveis de escolaridade que indicam potencial de inserção social e econômica. O que as impede não é a falta de qualificação ou desejo, mas a ausência de condições materiais para exercer escolhas. A pobreza de tempo (Bila Sorj, 2025), conceito chave e estruturante da legislação, aparece aqui como forma concreta de negação da liberdade e de acesso a direitos fundamentais.

Sob a lente de Venda Nova, a Política Nacional de Cuidados revela-se, portanto, como um horizonte democrático necessário, mas ainda em disputa. Ela aponta para a possibilidade de um Estado que não apenas administre a sobrevivência, mas que sustente a vida; que não apenas reconheça o cuidado como valor, mas o incorpore como eixo estruturante das políticas públicas, que não apenas proclame direitos, mas crie condições reais para exercê-los.

Mais do que implementar serviços, trata-se de redefinir prioridades políticas. Colocar o cuidado no centro da democracia significa reconhecer que não há liberdade sem tempo, não há igualdade sem redistribuição do trabalho reprodutivo e não há cidadania plena enquanto a sustentação da vida continuar recaindo de forma desigual sobre mulheres negras e pobres.

Assim, a PnaC, quando interpretada à luz das experiências das mulheres participantes, deixa de ser lida apenas como um marco normativo e passa a ser compreendida como um projeto de sociedade. Trata-se de um horizonte que exige enfrentar o racismo estrutural, a divisão sexual do trabalho e a lógica neoliberal de responsabilização individual, afirmando que o cuidar não pode ser um privilégio, nem um fardo solitário, mas um compromisso democrático coletivo.

É a partir desse entendimento que se torna possível avançar para a última seção deste trabalho, dedicada a pensar o Direito ao Cuidado como eixo antirracista e emancipatório, capaz de romper com a lógica da sobrevivência administrada e afirmar o cuidado como fundamento da vida digna e da democracia no Brasil.

### **5.5 Por um Direito ao Cuidado Antirracista: Proposições Finais**

*Bom mesmo seria que o racismo não existisse, pois isso implicaria na inutilidade/inexistência do antirracismo.*

(Nilma Lino Gomes, 2023, p. 9)

O percurso desta dissertação demonstrou que o cuidado, longe de ser uma prática neutra ou universal, é atravessado por relações de poder racializadas, generificadas e territorializadas. Nas experiências das mulheres negras que materializaram essa pesquisa, o cuidado aparece como trabalho imposto, como obrigação naturalizada e como critério silencioso de exclusão democrática. O racismo, nesses contextos, não opera apenas como discriminação episódica<sup>161</sup>, mas como estrutura organizadora da distribuição do tempo, do valor social e do reconhecimento institucional.

As vivências relatadas pelas participantes revelam que o racismo se manifesta de forma cotidiana e institucionalizada nos serviços públicos, no mercado de trabalho, na escola e nos espaços urbanos. De modo que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (Almeida, 2019, p. 34).

Ou seja, na saúde, ele aparece no tratamento desumanizado, na agressividade dirigida a corpos negros e na suspeição permanente sobre quem acessa políticas públicas. No mercado de trabalho, emerge na exigência de adequação estética e comportamental ao lugar subalterno reservado às mulheres negras, obrigando-as a esconder competências, saberes e aspirações para caberem em ocupações desvalorizadas. Na escola, o racismo se inscreve como trauma, produzindo abandono escolar, silenciamento e reprodução de estigmas que recaem, inclusive, sobre as crianças.

Essas experiências evidenciam que o cuidado é racialmente distribuído. Às mulheres negras é atribuída, histórica e socialmente, a função de cuidar dos outros; filhos, idosos, doentes, casas alheias sem que lhes seja garantido cuidado, proteção ou reconhecimento equivalentes. Trata-se de uma lógica que remonta à escravidão, mas que se atualiza no presente por meio de políticas fragmentadas, serviços precarizados e expectativas morais que exigem resiliência infinita dessas mulheres.

Ao mesmo tempo, as participantes demonstram compreensão da estrutura do racismo. Reconhecem que a sociedade brasileira ainda reserva à população negra posições de servidão, visíveis na mídia, no imaginário social e nas oportunidades concretas de ascensão. A dificuldade de visualizar pessoas negras em profissões valorizadas como médicos, professores

---

<sup>161</sup> “Crenças racistas fazem com que mulheres e homens negros não recebam carinho, ou porque a sociedade acha que não precisam ou porque verticalizam o carinho para baixo na cabeça e não conseguem acariciar um cabelo black, dreadado ou de trança (Bárbara Pinheiro, 2023, p. 81).

universitários, líderes religiosos ou gestores públicos revela que a desigualdade não é apenas material, mas simbólica, produzindo limites aos horizontes do possível.

Diante desse cenário, as proposições que emergem não se organizam como políticas acabadas, mas como diretrizes ético-políticas construídas a partir da vida real. As mulheres apontam a educação antirracista<sup>162</sup> como condição indispensável para romper a reprodução do preconceito, reconhecendo que o racismo aprendido na infância é reflexo de práticas familiares, escolares e institucionais. Reivindicam capacitação profissional e educação de base como caminhos para quebrar a lógica que mantém a população negra concentrada na base da pirâmide social. Demandam, ainda, a ampliação da representatividade negra em espaços de poder como estratégia concreta de desnaturalização das hierarquias raciais.

Essas proposições permitem afirmar que não há política de cuidados possível sem enfrentamento direto do racismo estrutural. Um Direito ao Cuidado que ignore a dimensão racial corre o risco de apenas reorganizar a exploração, mantendo as mulheres negras como principais responsáveis pela sustentação da vida, agora sob nova roupagem discursiva. O cuidado, quando desvinculado do antirracismo, transforma-se em tecnologia de gestão da desigualdade.

Assim, defender um Direito ao Cuidado Antirracista significa reconhecer que o racismo não apenas agrava a sobrecarga do cuidado, mas define quem cuida, em que condições e com quais possibilidades de escolha. Significa compreender que a democracia permanece incompleta enquanto o tempo, o corpo e a energia das mulheres negras continuarem sendo tratados como recursos disponíveis para compensar a ausência do Estado, a irresponsabilidade paterna e a precariedade das políticas públicas.

As experiências de Venda Nova revelam que cuidar, para essas mulheres, não é um valor cultural romantizado, mas uma exigência imposta por estruturas que combinam gênero, raça e classe. Tornar o cuidado um direito implica, portanto, deslocá-lo da moralidade privada para o campo da justiça social, da redistribuição material e do reconhecimento político.

Concluir este trabalho é afirmar que não há democracia possível sem cuidado, nem cuidado justo sem antirracismo. Um Direito ao Cuidado Antirracista exige políticas públicas robustas, corresponsabilização masculina, serviços universais e territorializados, educação emancipadora, “ter a sua humanidade legitimada pela prerrogativa de autocuidar-se” (Brasil, 2025a, p. 27) e reconhecimento de que sustentar a vida não pode continuar sendo tarefa

---

<sup>162</sup> “Compreendendo como práticas antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição” (Bárbara Pinheiro, 2023, p. 89).

solitária de mulheres negras. Trata-se, em última instância, de decidir se a sociedade brasileira seguirá administrando a sobrevivência ou se assumirá, de forma coletiva, o compromisso com a vida digna.

## 6. CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

*Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim.*

(Nêgo Bispo, 2023, p. 102)

Como ensina Nêgo Bispo (Santos, 2023), os povos de trajetória não caminham em linha reta nem se orientam pela lógica do ponto final. São povos de circularidade, de retomada, de continuidade. É sob essa chave que este trabalho se encerra ou, mais precisamente, se movimenta. Não como fechamento definitivo, mas como gesto político e epistemológico que devolve à vida aquilo que o Direito, historicamente, insistiu em capturar, silenciar ou administrar.

Desde o início, esta dissertação partiu do reconhecimento de que o cuidado, longe de ser uma prática neutra ou meramente privada, constitui um campo central de disputa política, jurídica e democrática, atravessado por relações de raça, gênero, classe e território. Ao tomar como ponto de partida as experiências de mulheres negras da periferia de Venda Nova, o trabalho recusou a abstração universalizante que marca grande parte da produção jurídica e se inscreveu em uma perspectiva contracolonial, que reconhece o saber produzido na vida cotidiana como conhecimento legítimo, crítico e transformador.

A pesquisa partiu de uma hipótese sustentada na literatura sobre cuidado em contextos periféricos, segundo a qual a reprodução da vida nesses territórios estaria ancorada em circuitos de “ajudas” informais, organizados a partir de redes de solidariedade comunitária. Esperava-se, portanto, identificar, no campo empírico, práticas relativamente estáveis de reciprocidade capazes de mitigar, ainda que parcialmente, a ausência estatal.

Entretanto, os achados não confirmaram essa hipótese em sua forma estruturada. Longe de evidenciar a presença de circuitos de cuidado, o material empírico revelou práticas pontuais, intermitentes e profundamente condicionadas por restrições materiais, temporais e morais. As “ajudas”, quando emergem, operam como respostas situadas diante de necessidades imediatas, e não como expressão de uma rede contínua e estável de suporte

comunitário. Essa não confirmação da hipótese inicial abre uma agenda de investigação ainda pouco explorada: a necessidade de compreender não apenas a existência dessas redes, mas as condições concretas que possibilitam ou impedem sua ativação no cotidiano.

Nesse sentido, os dados indicam que a mobilização das “ajudas” não depende exclusivamente da necessidade, mas da possibilidade social de tornar essa necessidade visível. Essa visibilidade implica custos morais relevantes, associados à exposição de vulnerabilidades, ao risco de julgamento e à presença de dispositivos de vigilância no território. Em contextos marcados pela precarização da vida, pela sobrecarga e pela insegurança, o silêncio, o retraimento e a autoproteção emergem como estratégias igualmente racionais de gestão da sobrevivência.

Além disso, a pesquisa evidencia que as formas de apoio disponíveis são atravessadas por limites estruturais. A capacidade de ajudar exige um excedente de tempo, energia ou recursos que raramente está disponível. Assim, mesmo quando presentes, tendem a se organizar de maneira desigual, frequentemente recaindo sobre os mesmos corpos femininos já exaustos, o que reforça a concentração e a acumulação do cuidado, em vez de sua circulação.

Esses achados permitiram deslocar o foco analítico: mais do que investigar por que as redes de solidariedade falham, torna-se necessário compreender em que circunstâncias elas efetivamente se constituem. Evidências sugerem que contextos de crise aguda, eventos coletivos ou situações de excepcionalidade podem favorecer a emergência de práticas mais intensas de cooperação (Nadya Guimarães; Simone Wajnman, 2025) - hipótese que demanda aprofundamento em futuras pesquisas qualitativas.

A trajetória das mulheres que materializaram esta pesquisa evidenciam que o cuidado, tal como organizado no Brasil, opera como tecnologia de reprodução das desigualdades. Ele expropria tempo, interrompe projetos de vida, restringe a circulação no espaço urbano, inviabiliza a participação política e produz uma cidadania permanentemente incompleta. Trata-se de uma forma de violência estrutural que não se manifesta apenas na ausência do Estado, mas, sobretudo, na sua presença fragmentada, burocrática e racialmente hierarquizada.

Nesse sentido, o cuidado revelou-se, ao longo da pesquisa, como categoria-chave para a crítica ao Direito. Um Direito que, ao não reconhecer o cuidado como um direito fundamental e eixo estruturante da vida social, naturaliza a sobrecarga feminina, terceiriza responsabilidades e transforma direitos formais em promessas vazias para quem sustenta a vida em condições de extrema precariedade. O que está em jogo, portanto, não é apenas a

ampliação de políticas sociais, mas a própria forma jurídica de produzir cidadania, historicamente fundada na exclusão dos corpos negros e femininos.

A perspectiva contracolonial e interseccional que atravessa este trabalho permitiu compreender que a condição das mulheres negras cuidadoras não é um desvio da norma, mas parte constitutiva do projeto colonial que estruturou o Estado brasileiro. Da escravidão ao trabalho doméstico, da ama de leite à mãe solo periférica, o cuidado aparece como continuidade histórica de uma lógica que extrai trabalho, tempo e afeto sem oferecer reconhecimento, proteção ou redistribuição. O presente, assim, não rompe com o passado: ele o reinscreve sob novas formas institucionais.

A pesquisa revelou também que o ‘diamante do cuidado’ em Venda Nova - ao menos no grupo participante - está fraturado. Onde deveria haver corresponsabilidade, há solidão estrutural. Onde deveria haver investimento, há expropriação. Ainda assim, os dados não indicam imobilismo, mas a construção cotidiana de estratégias de sobrevivência, negociação e reivindicação. O que emerge é uma gramática política que interpela o Estado não como senhor, mas como servidor da vida. O Direito ao Cuidado que aqui se desenha não é uma concessão legislativa; é a retomada de um tempo que sempre pertenceu a essas mulheres, mas que lhes foi sequestrado para sustentar uma democracia que ainda não as alcançou.

Ao escutar as mulheres de Venda Nova, tornou-se evidente que suas propostas não se organizam como reivindicações técnicas ou programas acabados, mas como gramáticas políticas do cuidado, forjadas na experiência da exaustão e da resistência cotidiana. Essas gramáticas apontam para a necessidade de corresponsabilização masculina, infraestrutura pública de cuidado, políticas ajustadas às desigualdades reais, atenção à saúde mental de quem cuida e reconhecimento do cuidado como trabalho socialmente indispensável. Mais do que demandas pontuais, elas configuram uma crítica profunda à organização social e jurídica do cuidado no Brasil, ainda que culturalmente elas assimilem uma cultura familista.

É nesse contexto que a Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2024) surge como horizonte normativo relevante, ainda que em disputa. Ao reconhecer o cuidado como direito, bem público essencial e necessidade humana universal (Corte IDH, 2025), a política inaugura uma inflexão importante no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, como demonstram as experiências empíricas analisadas, sua efetividade depende de um compromisso concreto com o enfrentamento do racismo estrutural (Almeida, 2019), da divisão sexual do trabalho (Helena Hirata; Danièle Kergoat, 2007) e da pobreza de tempo (Bila Sorj, 2024). Sem isso, corre-se o risco de apenas reorganizar a exploração sob nova linguagem institucional.

Importante dizer também sobre o limite das ferramentas disponíveis para o estudo do cuidado. As formas de apoio que escapam ao âmbito domiciliar, não são mediadas pelo Estado e não se inserem plenamente no mercado permanecem, em grande medida, invisíveis às estatísticas oficiais. Até mesmo o CadÚnico não mensura em suas perguntas sobre demandas do cuidado - exceto em casos de pessoas com deficiência - mesmo assim limitado. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de ampliar tanto os investimentos em pesquisas de campo quanto o desenvolvimento de instrumentos capazes de captar essas dimensões ocultas da reprodução social.

Ao colocar em questão uma hipótese central da literatura e evidenciar a complexidade, a ambivalência e os limites das práticas de “ajuda”, este trabalho não oferece respostas definitivas, mas contribui para reposicionar o problema. O cuidado, como observado neste território, não se organiza, de forma estruturada e contínua, como redes comunitárias, como ajudas, como ancestralidade ou resistência negra: ele se sustenta, sobretudo, na persistência de mulheres que, mesmo em condições extremas, continuam a garantir a vida - ainda que, para isso, tenham que fazê-lo, muitas vezes, sozinhas.

Defender, portanto, um Direito ao Cuidado Antirracista é afirmar que não há democracia possível enquanto o cuidado continuar sendo sustentado de forma desigual pelos corpos das mulheres negras. É reconhecer que a liberdade, a igualdade e a cidadania não se realizam sem tempo, sem redistribuição material e sem reconhecimento político e jurídico. É deslocar o cuidado da moral privada para o campo da justiça social, da responsabilidade estatal e da transformação estrutural.

Encerrar este trabalho em movimento é, assim, um gesto de fidelidade às mulheres que o tornaram possível. Suas trajetórias não cabem em conclusões estanques, assim como suas vidas não se orientam por finais. Elas seguem em circularidade, sustentando a vida apesar das ausências, reinventando estratégias de cuidado, produzindo saberes e resistências que desafiam o Direito e a política a se repensar.

Este trabalho não pretende oferecer respostas definitivas, mas reposicionar perguntas: que Direito é possível quando se parte da vida das mulheres negras? Que democracia se constrói quando o cuidado ocupa o centro da política? Que justiça emerge quando o tempo, o corpo e a dignidade deixam de ser tratados como recursos disponíveis?

Como povos de trajetória, seguimos. Porque não há fim onde há vida em movimento.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Em pronunciamento, Lula diz que vai cuidar do povo e economia é forte.** Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil. Publicado em 23/12/2024 - 21:19. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-12/discurso-de-natal-lula-diz-que-economia-e-forte-e-vai-cuidar-do-povo>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Batizado Brasil que cuida, Plano Nacional de Cuidados sairá em breve.** Paula Laboissière – Repórter da Agência Brasil. Publicado em 19/03/2025 - 11:54. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/batizado-brasil-que-cuida-plano-nacional-de-cuidados-saira-em-breve>. Acesso em: 16 jun. 2025).
- AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza.** 04/03/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTTA, Valentina. **Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay.** Íconos - Revista De Ciencias Sociales, 18 (50), p. 43–60.2014. Disponível em <https://iconos.flacsoand.es.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1427>. Acesso em: 12 set. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** In: Feminismos Plurais. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/ferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** Coleção Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo. Pólen, 2019.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. **O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças.** Revista Brasileira de Ciência Política, N 18; 2015. p. 265-300.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Trad. Heci Regina Candiani. -1 ed. São Paulo.: Boitempo, 2019.
- ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Burocratas de nível de rua do sistema único de assistência social: o que fazem, como interagem e classificam os usuários?** 2023. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. p. 206-214.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: identidades ambíguas**. - Trad. Wanda Caldeira Brant. - 1. ed.. - São Paulo: Boitempo, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil); tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. - São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTHYÁNY, K. *Las políticas y el cuidado en América Latina: Una mirada a las experiencias regionales*. Serie Asuntos de Género Nro. 124. CEPAL. Santiago, 2015.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.751, de 24 de Setembro De 2024 **Institui a Política Municipal do Cuidado**. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2024/1176/11751/lei-ordinaria-n-11751-2024-inst-tui-a-politica-municipal-do-cuidado>. Acesso em: 01 out. 2024.

BELO HORIZONTE. **11/2024 - famílias baixa renda no CRAS**. Disponível em: <https://portaldassinaturav2.pbh.gov.br/it/dataset/familias-de-baixa-renda-no-cras/resource/fd27d665-c8c9-472a-8116-b9909797f145>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BELO HORIZONTE. **11/2024 - Famílias no Cadastro Único**. Disponível em: [https://portaldassinaturav2.pbh.gov.br/it/dataset/familias-no-cadastro-unico/resource/9f34a1e2-fcb2-45ce-a763-f13167e67265?view\\_id=9d0ee709-f17d-40c8-b163-9b326f843501](https://portaldassinaturav2.pbh.gov.br/it/dataset/familias-no-cadastro-unico/resource/9f34a1e2-fcb2-45ce-a763-f13167e67265?view_id=9d0ee709-f17d-40c8-b163-9b326f843501). Acesso em: 11 fev. 2025.

BELO HORIZONTE. **BHGEO. Dados Geoespaciais da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhgeo>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BELO HORIZONTE. **Estatísticas e Indicadores**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BELO HORIZONTE. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia>. Acesso em: 13 fev 2025.

BELO HORIZONTE. Disponível em: **SMASAC - Dados Abertos**. <https://portaldassinaturav2.pbh.gov.br/it/organization/smasa>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BELO HORIZONTE. **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Criado em 06/02/2018 - atualizado em 05/10/2025 | 11:17. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/assistencia-social/equipamentos/cras>. Acesso em: 12 out. 2025.

BELO HORIZONTE. **Prodabel detalha tamanho e número de bairros das regionais**. Notícias, Belo Horizonte, 15 maio 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prodabel-detalha-tamanho-e-numero-de-bairros-das-regionais>. Acesso em: 06 dez. 2025.

BELO HORIZONTE. **Arte na Saúde**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/atencao-a-saude/atencao-primaria/arte-na-saude>. Acesso em: 02 jan. 2026.

BELO HORIZONTE. **Academias da Cidade**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/atencao-a-saude/promocao-da-saude/academia-da-cidade>. Acesso em: 06 dez. 2026.

BELO HORIZONTE. **Vida Ativa**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/esportes-e-lazer/vida-ativa>. Acesso em: 06 dez. 2026.

BELO HORIZONTE. **Programa Maior Cuidado vira referência para a criação de plano do Governo Federal**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/programa-maior-cuidado-vira-referencia-para-criacao-de-plano-do-governo-federal> Acesso em: 06 dez. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, Flávia. **Responsabilidades, cuidado e democracia**. Revista Brasileira De Ciência Política, n. 18, p. 81–117, 2015.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão**. Trad. Juliana Penna. - São Paulo: Elefante, 2023.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Sara dos Santos e Telmo Morinho Baptista. Revisor: António Branco Vasco. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família E Combate À Fome. **Relatório completo do Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-com-pleto.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 5.791, de 2024**: Institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2819744&filename=Avulso%20PL%205791/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2819744&filename=Avulso%20PL%205791/2019). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Planalto. **Lei n.º 15.069, de 2024**: Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm). Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 3. ed. São Paulo: FBSP, 2020. ISBN 978-65-89596-00-4. 2020.

BRASIL. **Relatório de Programas e Ações - BELO HORIZONTE (MG)**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=310620&aM=0>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Cadastro Único - BELO HORIZONTE (MG)**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.** disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/ferramentas-do-cadastro-unico>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL, **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes.** MDS. Publicado em 20/03/2024 18h05. Atualizado em 20/03/2024 18h07. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes>. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **As mulheres negras no trabalho de cuidado.** Nota Informativa nº 1/2023 MDS/SNCF. Disponível em: [https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Nota\\_Informativa/Nota\\_Informativa\\_N\\_1.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf). Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. STJ. Terceira turma. **REsp 1.159.242/SP.** Rel. min.: Nancy Andrighi. Julgado em: 24/4/12. Disponível aqui. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. STJ. Quarta turma. **REsp 1.717.167/DF.** Rel. min.: Luis Felipe Salomão. Julgado em: 11/2/20. Disponível aqui. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Planalto. **LEI N.º 15.069, DE 2019:** Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm). Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.460,** de 30 de março de 2023. Acesso em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11460.htm#:~:text=DECRETA%3A,do%20Plano%20Nacional%20de%20Cuidados](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11460.htm#:~:text=DECRETA%3A,do%20Plano%20Nacional%20de%20Cuidados). Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. **As mulheres negras no trabalho de trabalho de cuidado.** Nota informativa nº 1/2023a. MDS/MNCF Disponível em: [https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Nota\\_Informativa/Nota\\_Informativa\\_N\\_1.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf). Acesso em 29 mai. 2025.

BRASIL. **Nota Informativa n1/2023b MDS/SNCF.** Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em 29 mai. 2025.

BRASIL. **Estruturação da Política Nacional de Cuidados.** Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br>

/programas-e-acoes/programa-orcamentario/5501-estruturacao-da-politica-nacional-de-cuidados. acesso em 20 jul. 2025.

BRASIL. **DataCuidados**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/observatorio-do-cuidado/datacuidado>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Estruturação da Política Nacional de Cuidados**. Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoes/programa-orcamentario/5501-estruturacao-da-politica-nacional-de-cuidados>. acesso em 27 out. 2025.

BRASIL. **Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SNCF>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2025a.

BRASIL. **As condicionalidades do Programa Bolsa Família potencializam o acesso das famílias do programa a direitos básicos de saúde e educação**. MDS. Informe nº 92 • 8 de outubro de 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/2025/informe\\_bolsa\\_familia\\_n\\_92.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/2025/informe_bolsa_familia_n_92.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Plano Plurianual 2024-2027**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzQ4MzQ1NzItOTk0NC00YTY4LTg2YjQtZjM0YTlmYTVkM2EwIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTFhNGYxOC04YWVhM2EwIiwiaWQiOiJmYmY0YTk3OCJ9>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Plano Plurianual 2024-2027: Valores e diretrizes**. Ministério do Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/dimensao-estrategica>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. **Assistência Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-centro-dia>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Orçamentos Anuais PLDO- LDO - PLOA - LOA - Atos Normativos 2026**. Ministério do Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2026#PLDO>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.. Acesso [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212rep.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm). Acesso em 12 dez. 2025.

BRASIL. **SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome .2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf). Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras**. MDS. Publicado em 12/12/2019 10h15 Atualizado em 04/12/2023 15h27. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em 12 nov. 2025.

BRASIL, **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 129, p. 1-3, 07 jul. 2011a.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica/SUAS. Brasília, 2012.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012b. Volume 2 apud BRASIL, 2016b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 11**, de 23 de setembro de 2015. Caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 183, p. 75-76, 24 set. 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: MDS, 2004

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 233, p. 18.769-18.772, 08 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM**. Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. -- Ano 7 (mar. 2025) - . – Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025

BRASIL. **Decreto nº 12.562**, de 23 de julho de 2025. Regulamenta o art. 9º e o art. 11 da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui o Plano Nacional de Cuidados. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm). Acesso em: 01 dez. 2025b.

BRASIL. **Brasil regulamenta Plano Nacional de Cuidados. Política reconhece o cuidado como um direito.** Agencia Gov. Via MDHC e MMulheres. 25/07/2025 - 08:30. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/brasil-regulamenta-plano-nacional-de-cuidados-com-publicacao-de-decreto-presidencial>. Acesso em: 01 dez. 2025c.

BRASIL. **Plano Nacional de Cuidados terá R\$25 bilhões do Governo do Brasil.** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Publicado em 15/12/2025 13h50 Atualizado em 26/12/2025 19h20. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/plano-nacional-de-cuidados-tera-r-25-bilhoes-do-governo-do-brasil>. Acesso em: 01 jan. 2026d.

BRASIL. **Brasil que Cuida, 15/12/2025.** Cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Cuidados. Canal Youtube do MDS. Transmitido ao vivo em 15 de dez. de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qe8KPVHkrGw?si=67cY8uVSIC8vnu69>. Acesso em: 01 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2026:** Volume I. projeto de lei orçamentária. - Brasília, 2025.

BRUGÈRE, Fabianne. **A ética do cuidado.** Trad. Ercilene Vita. 1. ed. - São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

BRUGÈRE, Fabianne. **A ética do cuidado.** Trad. Ercilene Vita. 1. ed. - São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Cadernos de pesquisa, v. 37, n° 132, p. 537-572, set/dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>. Acesso em 02 de jul. de 2023.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** En L. Cabnal, & A.-L. Segovias, *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (págs. 10-25). España: ACSUR: Las segovias, 2010.

CABNAL, Lorena. **Corps-territoire et territoire-terre: le féminisme communautaire au Guatemala.** Entretien avec Lorena Cabnal. *Cahiers Genre* 2015;2(59):73-89.

CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 2023. il. color. ISBN: 978-65-5635-057-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578>.

CARDOSO, Rafael Sampaio, LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação.** - Brasília: Enap, 2021.

CARDOSO, Rafael de Carvalho. **Famílias chefiadas por pessoas negras são mais atingidas pela fome.** Agência Brasil. Publicado em 26/06/2023 - 08:11. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/familias-chefiadas-por-pessoas-negras-sao-mais-atingidas-pela-fome>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. - São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRASCO, Cristina. **El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía**. Cuadernos de Relaciones Laborales [online], v. 31, n. 1, p. 39-56, 2013.

CARVAJAL, Julieta Paredes. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 194-205.

CARRASCO, Cristina. **El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía**. Cuadernos de Relaciones Laborales [online], v. 31, n. 1, p. 39-56, 2013.

CEPAL. **A sociedade do cuidado**: um horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero. 31 de outubro de 2023. Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/documentos/la-sociedad-cuidado-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CEPAL/OIT. **Tiempos para cuidar en América Latina y el Caribe**: hacia la corresponsabilidad social y de género. Boletín Igualdad de Género, No 4, Santiago, 2025.

CEPAL. **É necessário avançar rumo a uma sociedade do cuidado na América Latina e no Caribe para alcançar uma recuperação transformadora, sustentável e com igualdade de gênero**. 29 de Setembro de 2021. Press Release. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/necessario-avancar-rumo-sociedade-cuidado-america-latina-caribe-alcancar-recuperacao#:~:text=Nessa%20sess%C3%A3o%2C%20a%20CEPAL%20apresentou,e%20Feministas%2C%20entre%20outros%20assuntos>. Acesso em: 02 jul. 2025.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2024** (LC/PUB.2024/21-P/ReVs.1), Santiago, 2024, pp. 62, 65 e 66. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b47d0172-5948-467c-804e-083de2968fe9/content>. Acesso em: 17 out. 2025.

CEPAL. **Mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe**: Dívidas de igualdade. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Boitempo. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. (1948). Tradução Bruna Barros, Jess Oliveira; orelha: Elaini Cristina Gonzaga da Silva. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. -1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Fabiana Alves da. **Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 3, n. 6, jul./dez. 2018 – ISSN 2448-0738, 2018. p. 434 –452.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva OC-31/25**, de 7 de agosto de 2025. Conteúdo e alcance do direito ao cuidado e sua inter-relação com outros direitos. San José, Costa Rica, 2025. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/OC-31-2025/index-por.html>. Acesso em: 23 fev. 2026.

COSTA, Joana Simões et. al. **A Face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**: Brasília: Ipea, 2005.

COSTA, Ranieri. **Está na Bíblia? Por que alguns evangélicos defendem submissão das mulheres**. Colaboração para o UOL. 20/04/2024. 04h00. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/20/por-que-os-evangelicos-fal-am-tanto-em-submissao-feminina.htm>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COSTA, Leandra Cristina de Oliveira. **Cuidado entre a política e o direito: a construção do direito ao cuidado na agenda jurídico-política da América Latina**. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CUNHA, Aline Teixeira da. **Fatores que colaboram para ocorrência da dupla jornada das mulheres no Brasil**: um estudo empregando dados do instituto Brasileiro de geografia e estatística. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 10, pp. 05-25. maio de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/ocorrencia-da-dupla>. Acesso em: 02 jul. 2023.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. **El concepto de “Social Care” y el análisis de los estados de bienestar contemporáneos**. In: El trabajo de cuidados. História, teoría y políticas. Ed. Catarata, 2011. p. 225.

DAVIS, Angela. **O sentido da liberdade: e outros diálogos difíceis**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Trabalho doméstico no Brasil**. São Paulo: DIEESE; 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

DIEESE. **Trabalhadoras domésticas** -Dados do 4º trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Disponívem em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2025.

DIOCESE DE ANÁPOLIS. **Papa aponta ‘capacidade única’ das mulheres em discurso sobre o papel feminino na Igreja e sociedade.** 07 de março de 2024. Disponível em: <https://www.diocesedeanapolis.org.br/papa-aponta-capacidade-unica-das-mulheres-em-discurso-sobre-o-papel-feminino-na-igreja-e-sociedade/>. Acesso em 02 jul. 2025.

DUFFY, M. **Fazendo o trabalho sujo:** gênero, raça e trabalho reprodutivo em perspectiva histórica. *Gênero e sociedade*, v. 21, n. 3, p. 313-336, 2007.

ENGEL, Cínthia; PEREIRA, C J Bruna. **A organização social do trabalho doméstico e de cuidado:** considerações sobre gênero e raça. *Revista Punto Género* N° 5. Noviembre de 2015. ISSN 07190417 /4-24.

DIEESE. **Trabalho doméstico no Brasil.** São Paulo: DIEESE; 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

ESQUIVEL. **El cuidado en los hogares y en las comunidades.** Documento Conceptual. Informe de investigación de OXFAM. 2013.

ELSON, Diane (2017). **Reconhecer, Reduzir e Redistribuir o Trabalho de Cuidado Não Remunerado:** Como Fechar a Disparidade de Gênero. *New Labor Forum* , 26 (2), 52-61. <https://doi.org/10.1177/1095796017700135> (Trabalho original publicado em 2017)

ELSON, Diane (2002). **Gender Responsive Budget Initiatives: Key Dimensions and Practical Examples.** UNIFEM / Commonwealth Secretariat).

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** [1925-1961]. Trad. Ligia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos.- 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** [1925-1961]. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI mujeres malabaristas en una sociedad desigual.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014

FAUR, Eleonor. **Cuidar o educar:** Hacia una pedagogía del cuidado. *In Encrucijadas entre cuidar y educar: debates y experiencias / Laura Santillán...* [et al.]; compilado por Patricia Redondo; Estanislao Antelo. - 1a ed. - Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução: Heci Regina Candiane. – 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Luiz Claudio. **Caso Miguel completa 5 anos: mãe critica lentidão da Justiça**. Agência Brasil. Publicado em 08/06/2025 - 14:42. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-06/mae-de-miguel-que-morreu-ha-5-anos-critica-lentidao-da-justica>. Acesso em 10 jul 2025.

FGV- FEIJÓ, Janaína. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos. mai 2023**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Trad. Anselmo Costa e Sávio Cavalcante. Revisão de Renata Gonçalves. *NewLeft*, n. 56, mar/abr de 2009. p. 11-33.

FRASER, Nancy. **Devorador de cuidados: porque a reprodução social é um grande campo da crise capitalista**. In: *Capitalismo Canibal*. São Paulo: Autonomia literária, 2024. p. 89-120.

FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. de. **Contradições entre capital e cuidado**. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FRANZIM, Adriana. FERREIRA, Priscila. **De casa para o trabalho: como a dupla jornada afeta a vida das mães – apesar de a participação feminina no mercado de Trabalho ter aumentado**. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/de-casa-para-o-trabalho-como-dupla-jornada-afeta-vida-das-maes>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

GALVANI, G. **Trabalho doméstico vale 10 trilhões de dólares não pagos a mulheres anualmente**. *Carta Capital*, 20/01/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-domestico-vale-10-trilhoes-dedolares-nao-pagos-a-mulheres-anualmente/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; WAJNMAN, Simone. **Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: a escolaridade é mesmo determinante?**. *Anais Congresso ALAP*, p. 1-21, 2017.

GOES, F.; MARQUES, F.M. C.; RIBEIRO, T.S.; PEREIRA, C. F. **Equidade Racial e a Agenda de Cuidados no Brasil**. In: Capítulo 2 do livro *Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2023.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GOLDMANN, Wendy. **Estado, mulher e revolução**: política familiar e vida social das soviéticas, 1917-1936. 1 ed. São Paulo, Boitempo: Iskra Edições, 2014. p.17-53.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. 1ª Ed. Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena. **O gênero do cuidado**: Desigualdades, significações e identidades - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **O cuidado e seus circuitos**: Significados, relações, retribuições. in: O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades. Nadya Araújo Guimarães & Helena Sumiko Hirata. - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020, p. 91-104.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. **As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome**. Estudos avançados, n. 34, vol. 98, pp.7-23.

GUIMARÃES, Nádyá. **A “crise do cuidado” e os cuidados na crise**: refletindo a partir da experiência brasileira. sociol. antropol. | rio de janeiro, v.14:01: e230050, 2024. <https://doi.org/10.1590/2238-3875.2024v14i18.p.1-22>.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; PINHEIRO, Luana Simões. **O Halo do Cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil**. in: Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Ana Amélia Camarano; Luana Pinheiro (org.). Brasília: Ipea, 2023. il. color. ISBN: 978-65-5635-057-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578>.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e desigualdades**: uma questão de política (s) e direito (s). In: Diversidade sexual e de gênero: o Direito pensado por mulheres e pessoas LGBTQIA+ / organização Marcelo Maciel Ramos, Pedro Augusto Gravatá Nicoli, Gabriela Alkmin. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2023. p. 21-40.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; WAJNMAN, Simone. **Cuidado e desigualdades no Brasil**: uma rota regressiva? Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 37, n. 3, e2025.238435, 2025. p.1-22.

GUIMARÃES, Walkyria Chagas da Silva Santos. **Reflexões sobre agendas de cuidado e população negra brasileira**. Dossiê - Cuidado no Brasil e na Argentina. Interface (Botucatu) 28. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230076>. Acesso em: 02 jan. 2025.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em 19/12/2025.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. 1. ed. -São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, p.61-73.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOART, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; KERGOART, Daniele. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. *Cadernos Pagu*, v. 17, n. 2, p. 139-156, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOART, Daniele. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, p.61-73.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/bell hooks**; tradução: Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Global care chains and emotional surplus value**. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony (orgs.). *On the edge: living with global capitalism*. London: Jonathan Cape, 2000. p. 130-146.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução Kenia Cardoso. — São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. — São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

ILO. International Labor Organization. **SDG Labor Market indications**. ILOSTAT, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer15/?lang=en&segment=&id=SDG\\_0131\\_SEX\\_SOC\\_RT\\_A](https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer15/?lang=en&segment=&id=SDG_0131_SEX_SOC_RT_A). Acesso em 07 ago. 2023.

ILO. International Labor Organization. **OIT pede ação urgente para prevenir crise global da economia de cuidado**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS\\_633464/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS_633464/lang--pt/index.htm). Acesso em: 20 de out. de 2023.

ILO. International Labor Organization. **Mulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS\\_619819/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS_619819/lang--pt/index.htm). Acesso em 20 de out. 2023.

IBGE, Agencia. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Estatísticas Sociais, 16 de jul de 2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 19 de jul. 2023.

IBGE, Agencia. **Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens.** 26 de abril 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em: 19 de jun. 2023.

IBGE, Agencia. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza.** 04/03/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 12 set. 2024.

IBGE, Agencia. **Censo 2022: pela primeira vez, menos da metade das famílias do país são formadas por casais com filhos.** 05/11/2025 10h00 | Atualizado em 07/11/2025 11h15. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44960-censo-2022-pela-primeira-vez-menos-da-metade-das-familias-do-pais-sao-formadas-por-casais-com-filhos#:~:text=Essa%20composi%C3%A7%C3%A3o%20familiar%20estava%20presente,1%2C2%20milh%C3%A3o%20em%202022>. Acesso em: 12 jan. 2026.

IBGE, Agência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas técnicas. Versão 1.6.** 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

IBGE, Agência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2013. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad2013v33\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad2013v33_br.pdf). Acesso em: 17 jun. 2023.

IBGE, Agência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE, Agência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Outras Formas de Trabalho 2022.** Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/5616d6a502ea0befe38ba89412c9d31b.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5616d6a502ea0befe38ba89412c9d31b.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

IBGE, Agência. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza.** 04/03/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 12 jun. 2025.

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 02 out. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 Nupcialidade e Família**: Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102230.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526). Acesso em : 21 jun. 2023.

IPEA. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Organizadoras: Alinne de Lima Bonetti, Maria Aparecida A. Abreu. – Brasília: Ipea, 2011.

IPEA. **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. Portal Ipea, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2024.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526). Acesso em: 21 jun. 2024.

IPEA. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. 2005. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1649?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1649?locale=pt_BR). Acesso em: 23 dez. 2024.

IPEA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP 2025**. Atlas da Violência 2025. Brasília: IPEA/FBSP, 2025.

IPEA. **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. Portal Ipea, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-d-esigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2024

IPEA. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. 2005. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1649?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1649?locale=pt_BR). Acesso em: 23 dez. 2024.

IPEA, OIT. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil / organizadores: Luana Pinheiro, Carolina Pereira Tokarski, Anne Caroline Posthuma. – Brasília, 2021.

IPEA. **Mulheres e Trabalho**: breve análise do período 2004-2014- Nota técnica nº 24, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6524>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IPEA. **De política pública à ideologia de gênero**: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. Tokarski, Carolina Pereira; Matias, Krislane de Andrade; Pinheiro, Luana Simões; Correa, Ranna Mirthes Sousa. 2023.

IPEA. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Editores: Alexandre de Ávila Gomide, Michelle Moraes de Sá e Silva, Maria Antonieta Leopoldi. – Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

Inter-American Commission of Women. **Ley Modelo Interamericana de Cuidados**. / [Comisión Interamericana de Mujeres y EuroSocial]. 35p.; 21x29,7cm. (OAS. Documentos oficiales; OEA/Ser.L/II.6.33) ISBN 978-0-8270-7465-1

J-PAL. **Acesso a creches para melhorar o empoderamento econômico das mulheres**. Abdul Latif Jameel Poverty. Cambridge, MA: Action Lab. 2023. Disponível em: <https://www.povertyactionlab.org/policy-insight/access-childcare-improve-womens-economic-empowerment>. Acesso em: 28 ago. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano /Grada Kilomba. tradução Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Cobogó, 2020.

KILOMBA, Grada. **“Descolonizando o Conhecimento”** Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: maio. 2021.

KRENAK, Ailton. **Encontros - Ailton Krenak**. Organização Sergio Cohn. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. – 1ª. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

INTER-AMERICAN COMMISSION OF WOMEN. **Ley Modelo Interamericana de Cuidados**. / [Inter-American Commission of Women and EuroSocial].(OAS. Official Records; OEA/Ser.L/II.6.34) ISBN 978-0-8270-7468-2

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARE, Hélène le; SENOTIER, Danièle. Dictionnaire critique du féminisme. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003. Disponível em: [https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho\\_0.pdf](https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf) . Acesso em: 09 jul. 2023

LAWSON, Max; BUTT , Anam Parvez, ROWAN Harvey, SAROSI, Diana; COFFEY, Clare; PIAGET, Kim e THEKKUDAH, Julie. **Tempo de cuidar**: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Internacional, janeiro de 2020. p. 05-06.

LERNER. Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. 1920-2013. Tradução Luiza Se ller a. - São Paulo. 1ª. ed. Cultrix. 2019.

LEITE, Carolina Alves. **Crise de cuidado no Brasil**: precária cobertura de creches e desafios para construção de rumos democráticos nos limites do neoliberalismo. In: FAZENDO GÊNERO 13: Congresso Internacional Fazendo Gênero: Contra o Fim do Mundo, 2024, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2024.

LIPOVETSKY, Nathália; NEVES, Aurélia; ANDRADA, Leticia Vulcano de. **Relações de trabalho doméstico remunerado no Brasil a luz da teoria de Amartya Sen: uma análise de gênero, raça e justiça**.v. 5 n. 1 (2018): Anais do V Simpósio Gêneros e Políticas Públicas. p. 777-788 2021. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1185/989>. Acesso em: 09 mai 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.

MACKINNON, Catharine A. **Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para Teoria**. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 798-837, 2016.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?** Artigos Temáticos Mulheres no Mundo do Trabalho. Rev. Estud. Fem. 18 (2). Ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jshjDy5bBjYS9WxgQMgQT7N/?lang=pt>. Acesso em: 05 de jul. 2023.

MARQUES, Barbara Marciano; GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena. **O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades**. Cotia: Ateliê Editorial. 296 p., Anuário Antropológico [Online], v.49 n.1 | 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/11920>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11920>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MARTINS, Bárbara Canedo R. **Reconstruindo a Memória de um Ofício: As amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880)**. Revista de História comparada, Rio de Janeiro, 6 – 2: 138-167, 2012.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória – O Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. **Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil**, 2013. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, p. 159–185, jan. 2018.

MONTEIRO, Solange. **Mulheres: responsabilidades aumentam mais que a renda**. FGV. Conjuntura Econômica. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mulheres-responsabilidades-aumentam-mais-que-renda>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MONTEIRO, Solange. **Mais da metade dos lares brasileiros é chefiada por mulheres, que ganham 30% a menos que os homens**. FGV. Conjuntura Econômica. 04 ago 2025. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mais-da-metade-dos-lares-brasileiros-e-chefiada-por-mulheres>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MORANDI, Lucilene; MELO, Hildete. **Cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas**. 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/348818307\\_Cuidados\\_no\\_Brasil\\_conquistas\\_legislacao\\_e\\_politicas\\_publicas/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/348818307_Cuidados_no_Brasil_conquistas_legislacao_e_politicas_publicas/citation/download). Acesso em: 05 de jul. 2023.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre a família, o Estado e o mercado:** mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado. 2019. Tese (Doutora em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOURA , Bruno de Freitas. **Dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza:** Desigualdade de gênero impede desenvolvimento. Agência Brasil, 11/08/2023. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/dupla-jornada-para-mulheres-leva-ciclo-de-pobreza>. Acesso em: 03 set. 2024.

MOURA , Bruno de Freitas. **PNAD:** mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. Agência Brasil, 11/08/2023. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico>. Acesso em: 03 set. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras:** Relações raciais, quilombos e movimentos. 1942-1995; Organização Alex Ratts. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso.** In: RATTIS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006. p.109-115.

NASCIMENTO, Gisêlda Melo. **Grandes mães, reais senhoras.** In: Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente / Elisa Larkin Nascimento (org). São Paulo: Selo Negro: 2008.

OIT. **Prestação de cuidados:** trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno / Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, ISBN 978-972-704-429-0. 2019.

OLIVEIRA, Heloisa Helena de Sousa Franco. **Trabalho doméstico não-remunerado:** rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados. 2021. Tese (Doutora em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OLIVEIRA, Rayllan. **Pobreza em BH:** onde vivem as milhares de pessoas que ganham até R\$105 por mês. O Tempo, 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pobreza-em-bh-onde-vivem-as-milhares-de-pessoas-que-ganham-ate-r-105-por-mes-1.2702100>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Trabalho doméstico não remunerado representa até 39% do PIB dos países, diz ONU Mulheres.** 06.03.2017 - Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/75901-trabalho-dom%C3%A9stico-n%C3%A3o-remunerado-representa-at%C3%A9-39-do-pib-dos-pa%C3%ADses-diz-onu-mulheres>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres.** 05.03.2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

ONU Mulheres. **Desvendando a sociedade do cuidado cuidando das pessoas e do planeta.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/desvendando-a-sociedade-do-cuidado-cuidando-das-pessoas-e-do-planeta/>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

ONU Mulheres e CEPAL. **Rumo à construção de sistemas integrais de cuidado na América Latina e no Caribe: elementos para sua implementação.** 2022. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo\\_construcao\\_sistemas\\_integrais\\_cuidados.pdf&ved=2ahUKEwjI19zd-2JWJAxXxqZUCHeoOI3IQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3JBtWpbbdahsyaIX3aT\\_E](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf&ved=2ahUKEwjI19zd-2JWJAxXxqZUCHeoOI3IQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3JBtWpbbdahsyaIX3aT_E). Acesso em: 30 de abr. 2025.

OXFAM BRASIL. **Trabalho de cuidado: uma questão também econômica.** 23/01/2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-de-cuidado-uma-questao-tambem-economica/>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

OYEWUMÍ, Oyèrónkè. **A Invenção das Mulheres:** Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. 1997. Trad Wanderson Flor Nascimento. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, Hildete; CASTILHO, Marta. **Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz?.** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. **O Cuidado como Valor Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 2008. Capítulo “O princípio da prevalência da família: a permanência do cuidar” de Luiz Edson Fachin e outros, p. 123-140.

PERISSÉ, Camile; LOSCHI Marília. **Mulher e trabalho:** papéis sociais em questão - Trabalho de mulher - Mercado de trabalho reflete desigualdades de gênero. Retratos da revista do IBGE. Nº 17. Jul/ago 2019. p. 20.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Outras formas de trabalho:** 2022; PNAD contínua, Rio de Janeiro, 2023

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana; BARBOSA, Ana de Holanda. **Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil.** Brasília, DF: Ipea, set. 2023. 44 p. ISSN 1415-4765. (Texto para Discussão, n. 2920). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2920-port>.

PINHEIRO, Luana; GOES, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI:** reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da pnad contínua. In: PINHEIRO, L. S.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (Ed.). Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para

o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea; OIT, 2021. p. 67-104.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PODER 360. **Damares fala em reeleição e que precisa de 12 anos para ‘cuidar do Brasil’**. 12.out.2019 (sábado) - 19h46 atualizado: 12.out.2019 (sábado) - 21h19. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/damares-fala-em-reeleicao-e-que-precisa-de-12-anos-p-ara-cuidar-do-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

POSTHUMA, Anne Caroline. **A Economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil**. In: Entre Relações de Cuidado e Vivências de Vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. IPEA. 2021. p. 25-46.

PRATES, Angela Maria Loura Costa; LOPES, Dienifer Aparecida. **Feminização da pobreza: relações de gênero, racismo, e trabalho**. Org. SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha; SILVA, Maynara Costa de Oliveira. Mulheres em situações de vulnerabilidades. São Luis: Editora Expressão Feminista. 2021.

RAZAVI, Shahra. **The Political and Social Economy of Care in a Development Context Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options**. Gender and Development Programme Paper Number 3. UNRISD. 2007.

RELIGIOSAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA. **Projeto Vida Padre Gailhac – Belo Horizonte**. Disponível em: <https://www.rscmb.com.br/category/noticias/raje/pvpg-bhte/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

RELIGIOSAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA. **Projeto Vida Pe Gailhac**. Disponível em: <https://www.rscmb.com.br/projeto-vida-pg-bh/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA Sabrina Pontes; BORDINI Ana Silvia Juliatto. **Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado**. Cad Saúde Colet, 2022; 30(3) 416-423. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Rj7CcQFNb JHCTF pwWGrnppp/>. 02 jul. 2025.

RIBEIRO SILVA, **Amor ou trabalho não pago?** Reflexões acerca da invisibilidade do trabalho de cuidado feminino e seu impacto na socioeconomia brasileira. **Revista Avant**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 44–59, 2024. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/7454>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RIBEIRO, Thamires da Silva; Oliveira, Antonio Carlos de. **Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado**. Rio de Janeiro, 2023. 366 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Thamires da Silva. PEREIRA, Gabriel da Silva. **Mulher negra no Trabalho de Cuidado e Doméstico no Brasil**. Perspectivas Sociais, 8(01). <https://doi.org/10.15210/rps.v8i01.22609>. 2022.

ROUBICEK, Marcelo. **Os efeitos mais graves da pandemia nas periferias, em 4 pontos**. 02 de junho de 2020 (atualizado 28/12/2023 às 12h42). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/02/os-efeitos-mais-graves-da-pandemia-nas-periferias-em-4-pontos>. Acesso em: 11 dez 2025.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. (1987). - Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade/ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti**. – 3.ed – São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. -- Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Antonio Bispo.dos. **Colonização e Quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI)/Universidade de Brasília (UnB), 2015.

SANTOS, Antonio Bispo.dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora/Piseagrama, 2023.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. Resenha de: [BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP, 2012.

SANTOS, Gisele Cerqueira ; GALRÃO, Paula da Luz; SOUSA, Lucivanda Cavalcante Borges de. **Quem disse que ser mulher é ser mãe? Feminilidade(s) e maternidade(s)**. Rev. Saúde Soc. São Paulo, v.33, n.1, e220388pt. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 1-21.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. SOF - 2020. Disponível em: <https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>. Acesso em: 12 ago 2024.

SILVA, Robson Roberto. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*. v. 9, n. 17, p. 297-322, jan./jun. 2016. DOI: 10.5433/1984-3356 .2016v9n17p297.

SCHWARCZ, Lilia. Afeto e violência: sobre mães negras, amas de leite, e babás. Nexo. 29 de março de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/afeto-e-violencia-sobre-maes-negras-amas-de-leite-e-baba-s>. Acesso em: 26 ago 2025.

SORJ, B.; FONTES, A; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsync85TCBVCJWm7KHhT7J/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SORJ, Bila. **Socialização do cuidado e desigualdades sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014. p. 123-128.

SORJ, Bila. **Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil**. Tema em Destaque - Trabalho e Gênero. Cadernos de Pesquisa 43 (149). Ago. 2013. p. 478-491. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>

SORJ, Bila. **Desigualdades de gênero e pobreza de tempo**. Blogbvps. 07.03.2024. Ocupação Mulheres. Disponível em: <https://blogbvps.com/2024/03/07/ocupacao-bvps-mulheres-2024-desigualdades-de-genero-e-pobreza-de-tempo-por-bila-sorj/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

THINK OLGA. **Autonomia das Mulheres**. São Paulo: Think Olga, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/autonomia-das-mulheres/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

THINK OLGA. **Economia do Cuidado**. São Paulo: Think Olga, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

THINK OLGA. **Sem a Mulher Negra, a Economia Para**. São Paulo: Think Olga, 2021. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/sem-a-mulher-negra-a-economia-para/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TOKITA, Márcia Figueiredo. **Mulheres Negras**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. GT 7. Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina. p.120-133, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

QUIJANO. Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. Epistemologias do Sul. Ed. Almedina S/A. Coimbra, p. 73-117, 2009.

UNB. **Cuidado em Debate**. UnB notícias. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/component/agenda/agenda/4913>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNIPERIFERIAS. **Significações da periferia: representações, confluências e transgressões**. YouTube, 25 de abr. de 2019. (25:42). Módulo II - Confluências da Periferia. Disponível em: <https://youtu.be/RiKAU5oGgRE?si=7vYTKDJyhne6ahcS>. Acesso em: 02 jan 2026. Exemplo: CANAL. Título [vídeo]. YouTube, dia mês ano.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques De Lima. **Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin**: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. EDUR. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 41. 2025. p. 1-21.

VAZ, Rafaella Massuia; CARVALHAES, Flavia Fernandes de. “**E a ama de leite cumé que fica?**”: problematizando imagens de controle. ECOS | Estudos Contemporâneos da Subjetividade | Ano 13 | Volume 1, 2022.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **O cuidado como trabalho**: uma interpelação do direito do trabalho a partir da perspectiva de gênero. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-30102020-143919/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

XIRINACHS. José Manuel Salazar. **A sociedade do cuidado**: Atuar hoje para um melhor futuro. CEPAL. 29 DE OUTUBRO DE 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/artigos/2024-sociedade-cuidado-atuar-hoje-melhor-futuro>. Acesso em: 11 jun. 2025.

WEEMS, Cleonora Hudson-. **Africana Womanism**: A Paradigm Rooted in Culture, Centered in Family, and Committed to Collective Liberation. Disponível em: <https://clenorahudson.com/africana-womanism/>. Acesso em: 09 ago. 2025

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução Maíra Mendes Galvão. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

ZIBECCHI, C.; PAUTASSI, L. **Cuidado y políticas públicas**: debates y estado de situación a nivel regional. In: PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Coords.). Las fronteras del cuidado. Agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Editorial Biblos. ISBN: 978-987-691-148-1. Capítulo 1, p. 27-58..

## APÊNDICE A - Parecer da Câmara Departamental para Submissão ao Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, a aprovação *ad referendum* da Câmara Departamental do parecer emitido pela Professora Maria Fernanda Salcedo Repolês com fins de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, referente ao projeto de pesquisa "Cuidado, resistência e Estado: a ancestralidade e a invisibilidade do cuidado não remunerado das mulheres negras na periferia de Venda Nova", da aluna de mestrado Luana Tatiane Lima Rodrigues, orientada pela Professora Nathália Lipovetsky e Silva.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2025.

PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI  
Chefe do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Augusto Gravata Nicoli, Chefe de departamento**, em 26/05/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 4238205 e o código CRC 964C9D10.

## APÊNDICE B - Autorização Para Pesquisa De Campo – Pesquisa SUASS



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS  
Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

### AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO – PESQUISA SUASS

Declaramos, para os devidos fins, que a Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação Permanente – DGTE recebeu o parecer consubstanciado CEP/UFMG 7.851.411 o qual aprova os procedimentos metodológicos previstos no projeto de pesquisa “Cuidado, Resistência e Estado: a ancestralidade e a invisibilidade do cuidado não remunerado das mulheres negras na periferia de Venda Nova”, sob responsabilidade de Nathália Lipovetsky e Silva. A emissão do parecer consubstanciado favorável ratifica que o projeto está em consonância com os requisitos da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e suas complementares. Sendo assim, a DGTE autoriza o início do trabalho de campo e da coleta de dados previstos no projeto. Ressalta-se que é de responsabilidade da solicitante, de acordo com as orientações das unidades e diretorias da SUASS, a organização das etapas necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2025.

---

Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Carlos Eduardo Firmino

BM 105.514-1

Portal da Assinatura - PBH

2 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quinta-feira, 25 de setembro de 2025 às 09:08

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

---

Autorizacao de pesquisa Luana Tatiane (1).pdf

---

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quinta-feira, 25 de setembro de 2025 às 09:08

Assinante: CARLOS EDUARDO FIRMINO Matrícula: PR105514

Hash da assinatura: 980AA8D79BD5239D7F314660E7CFFE48DC89D922 Para validar utilize o QR Code ao lado



## APÊNDICE C - Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CUIDADO, RESISTÊNCIA E ESTADO: A ANCESTRALIDADE E A INVISIBILIDADE DO CUIDADO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES NEGRAS NA PERIFERIA DE VENDA NOVA

**Pesquisador:** NATHALIA LIPOVETSKY E SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 91456825.6.0000.5149

**Instituição Proponente:** Faculdade de Direito

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.851.411

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de mestrado intitulado CUIDADO, RESISTÊNCIA E ESTADO: A ANCESTRALIDADE E A INVISIBILIDADE DO CUIDADO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES NEGRAS NA PERIFERIA DE VENDA NOVA. A mestranda Luana Tatiane Lima Rodrigues, vincula-se ao PPGD e Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito sob a orientação da professora Nathália Lipovsky e Silva.

Como estratégia metodológica previram-se rodas de conversa com mulheres atendidas pelo CRAS Lagoa. O recrutamento para formação do grupo será feito também em parceria com o CRAS. Os critérios de inclusão, segundo as Informações básicas do projeto são: A) Mulheres autodeclaradas negras (pretas ou pardas, conforme classificação do IBGE); B) Residentes na região de Venda Nova, Belo Horizonte, assistidas pelo CRAS Lagoa. Situação Socioeconômica: A) Chefes de família ou responsáveis principais pelo trabalho de cuidado não remunerado (de crianças, idosos ou pessoas com deficiência); B) Renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo ou beneficiárias de programas sociais (Bolsa Família, BPC). Experiência com Redes de "Ajudas": A) Participação ativa em arranjos comunitários de cuidado (ex.: rodas de vizinhança, trocas de favores, cuidado coletivo de crianças); B) Disponibilidade para compartilhar vivências

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-:** coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 7.851.411

sobre a divisão sexual e racial do trabalho. Faixa Etária: A) Mulheres entre 18 e 65 anos, em idade economicamente ativa ou possível aposentadas por cuidado familiar.¿

Foram juntados

- Folha de rosto preenchida e assinada;
- Projeto detalhado e informações básicas;
- Currículo das pesquisadoras;
- TCLE;
- Cronograma;
- Parecer favorável Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito a que se vincula a pesquisadora elaborado pela Professora Maria Fernanda Salcedo Repolês (documento em Parecer Anterior -Submissão 3), aprovado ad referendum em 26.05.2025 (documento Oficiodois.pdf em Outros ¿ Submissão 3);
- Roteiro para a roda de conversa (em Outros ¿ Submissão 3);
- Autorização para a pesquisa no âmbito da SUASS ¿ PBH, assim como a Carta de Anuência (em Outros ¿ Submissão 3);

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo geral da pesquisa é ¿analisar o papel do trabalho de cuidado não remunerado na estrutura socioeconômica, com foco nas práticas coletivas exercidas por mulheres negras periféricas na região de Venda Nova, Belo Horizonte, sob a perspectiva contracolonial e interseccional¿.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos apontados são emoção, desconforto com lembranças. Enfatiza-se a possibilidade de suspender se for o desejo da participante. .

Os benefícios são a possibilidade de mudança das políticas públicas e o conhecimento das histórias pessoais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O objeto da pesquisa tem relevância, como acentuado no parecer do Departamento e perceptível na análise dos documentos.

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
 Bairro Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município BELO HORIZONTE  
 Telefone (31)3409-4592 E- coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.851.411

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme item IV.3, da Resolução 466/2012, traz:

- a) justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados - ok;
- b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto da participante da pesquisa - ok;
- c) esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito as participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa e ok, de acordo com os riscos específicos;
- d) garantia de plena liberdade à participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma - ok;
- e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade das participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa - ok;
- f) garantia de que a participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e essa informação não consta do TCLE
- g) não se prevêem despesas - ok;
- h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa - ok;
- i) previsão de como e por quanto tempo os dados coletados serão guardados e esse dado não consta do TCLE;
- j) não foi especificado o espaço para rubrica nas páginas que não serão assinadas.

**Recomendações:**

Como os itens que faltam no TCLE são simples, sugerem-se recomendações que devem ser observadas sem necessidade de diligência com retorno a este Comitê:

- Inserção de espaço para rubrica nas folhas que não serão assinadas;

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
 Bairro Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município BELO HORIZONTE  
 Telefone (31)3409-4592 E- coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.951.411

Outros	ao_Departamento_Direito.pdf	15:18:21	Lima Rodrigues	Aceito
Outros	Portal_de_Servicos_Autorizacao_de_pesquisa_cientifica_no_ambito_da_subsecretaria_de_assistencia_social_SUASS.pdf	22/06/2025 19:16:08	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	Autorizacao_de_pesquisa_cientifica_no_ambito_da_subsecretaria_de_assistencia_social_SUASS.pdf	22/06/2025 19:13:24	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	Solicitacao_de_Esclarecimentos_sobre_Submissao_de_Pesquisa_Cientifica_Pedido_de_Carta_de_Anuencia.pdf	22/06/2025 19:07:24	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_completo_de_pesquisa_brochura_do_investigador.docx	22/06/2025 18:46:20	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	22/06/2025 18:22:42	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	01503080termodecompromissoeresponsabilidadepesquisasuass_assinado.pdf	22/06/2025 18:18:14	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	MINUTA_VERSAO_COEP_LUANA_TATIANE_LIMA_RODRIGUES.pdf	22/06/2025 18:01:12	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	FORMULARIO_DE_FEEDBACK.pdf	22/06/2025 17:58:28	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_RODA_DE_CONVERSA.pdf	22/06/2025 17:57:37	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CUIDADO_RESISTENCIA_E_ESTADO_PESQUISA_LUANA_TATIANE_LIMA_RODRIGUES.PDF	22/06/2025 17:55:33	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito
Parecer Anterior	PARECER_CONSUBSTANCIADO_DO_DEPARTAMENTO.pdf	22/06/2025 17:48:22	Luana Tatiane Lima Rodrigues	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
**Bairro** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município** BELO HORIZONTE  
**Telefone** (31)3409-4592 **E-** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.851.411

BELO HORIZONTE, 22 de Setembro de 2025

---

**Assinado por:**  
**Corinne Davis Rodrigues**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
**Bairro** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município** BELO HORIZONTE  
**Telefone** (31)3409-4592 **E-** [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

## **ANEXO A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)**

Pesquisa: **“CUIDADO, RESISTÊNCIA E ESTADO: A ANCESTRALIDADE E A INVISIBILIDADE DO CUIDADO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES NEGRAS NA PERIFERIA DE VENDA NOVA”**

### **Por que esta pesquisa está sendo feita?**

Esta pesquisa quer entender como as mulheres, especialmente as mulheres negras, são invisibilizadas no trabalho doméstico e de cuidado não pago. Queremos ouvir as histórias de mulheres que cuidam da casa e da família, muitas vezes sem reconhecimento ou ajuda. A pesquisa também quer mostrar como a sociedade e as políticas públicas podem mudar para valorizar melhor esse trabalho.

Além disso, a pesquisa busca entender quais são as ajudas que as mulheres recebem (ou não recebem) no cuidado não pago. Isso inclui apoio de familiares, vizinhos, instituições ou políticas públicas. Queremos saber como essas ajudas (ou a falta delas) afetam a vida das mulheres.

### **Por que você está sendo convidada?**

Você está sendo convidada a participar porque sua experiência é muito importante para entendermos melhor essa realidade. Queremos ouvir suas histórias e opiniões para que a pesquisa reflita a vida real de mulheres como você.

### **O que vai acontecer na pesquisa?**

Você vai participar de rodas de conversa com outras mulheres no CRAS Lagoa. Nessas conversas, vamos falar sobre o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e como isso afeta a vida das mulheres. Também vamos conversar sobre quem te ajuda (ou não te ajuda)

nesses cuidados, como familiares, vizinhos, instituições ou políticas públicas. Sua participação é voluntária, ou seja, você pode escolher se quer ou não participar.

### **Quais são os seus direitos?**

- Você pode decidir não participar ou sair da pesquisa a qualquer momento, sem precisar dar explicações.
- Suas informações serão mantidas em sigilo. Seus dados pessoais não serão divulgados.
- Você não terá nenhum custo para participar e também não receberá pagamento pela participação.
- Se você se sentir desconfortável em algum momento, pode parar de participar.

### **O que acontece com as informações que você der?**

- Todas as informações que você compartilhar serão usadas apenas para a pesquisa.
- Seus dados serão guardados com segurança e, depois que a pesquisa terminar, serão destruídos.
- Seus nomes não serão divulgados. Usaremos siglas ou codinomes para proteger sua identidade.

### **Dúvidas ou problemas?**

Se você tiver dúvidas sobre a pesquisa ou quiser falar com alguém da equipe, pode entrar em contato:

**Prof. Nathalia Lipovetsky:** [nathalialipovetsky@gmail.com](mailto:nathalialipovetsky@gmail.com)

**Luana Tatiane Lima Rodrigues:** (31) 98482-3918 | [luanatatianelrs@gmail.com](mailto:luanatatianelrs@gmail.com)

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante, pode ligar para o **COEP-UFMG:** (31) 3409-4592 ou enviar um e-mail para [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br).

**Concordância**

Eu, \_\_\_\_\_, li (ou ouvi) as informações acima e entendi os objetivos da pesquisa. Concordo em participar das rodas de conversa e sei que posso sair da pesquisa a qualquer momento, sem precisar dar explicações.

**Assinatura do(a) participante:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## **ANEXO B - Roteiro Para Roda De Conversa**

### **1- ACOLHIMENTO E APRESENTAÇÃO**

#### **1.1- Breve apresentação pessoal e do tema da pesquisa**

- Explicar o objetivo da pesquisa: entender como o trabalho doméstico e de cuidado não pago afeta a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, e como políticas públicas podem ajudar.
- Falar sobre a importância da participação delas para que a pesquisa reflita a realidade das mulheres da comunidade.

#### **1.2- Convite para que cada participante se apresente**

- Nome, idade, como se identificam (cor/raça), situação familiar (se tem filhos, quantos, idades) ou se cuidam dos filhos de alguém, se recebem algum benefício do governo (como Bolsa Família, LOAS, etc.).

#### **1.3- Breve explicação sobre as políticas de cuidado**

- Falar sobre as legislações Lei Municipal 11.751/2024 (Política Municipal de Cuidados) a Lei 15.069/2024 (Política Nacional de Cuidados):
- Essas leis buscam garantir direitos e apoio também para quem cuida de crianças, idosos ou pessoas com deficiência, recebendo ou não por esse cuidado.
- Perguntar:
- O que vocês esperam dessas políticas?
- Já ouviram falar delas?

### **2- DINÂMICAS DE CUIDADO E "AJUDAS"**

## **2.1- Rotina de cuidado**

- Como é a rotina de vocês em relação ao cuidado da casa e dos filhos?
- Quem ajuda nessas tarefas? (familiares, vizinhos, amigos, etc.)

## **2.2- Ajuda na comunidade**

- Na comunidade, como as mulheres se ajudam mutuamente?
- Há trocas de favores ou "ajudas"? (ex.: cuidar dos filhos de uma vizinha enquanto ela trabalha).

## **2.3- Experiências de ajuda**

- Vocês já receberam ou ofereceram ajuda para cuidar de crianças?
- Como foi essa experiência?

## **3- IMPACTO DO TRABALHO DE CUIDADO**

### **3.1- Sobrecarga e conciliação**

- Como o trabalho de cuidado afeta a vida de vocês?
- Há sobrecarga ou dificuldades para conciliar com outras atividades (trabalho, estudo, lazer)?

### **3.2- Sacrifícios pelo cuidado**

- Vocês já deixaram de fazer algo importante por causa do cuidado com os filhos? O que foi?

## **4- POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE CUIDADO**

#### **4.1- Acesso a serviços**

- Vocês têm acesso a creches, escolas integrais ou alguma outra assistência governamental?
- Como isso impacta a vida de vocês?

#### **4.2- Avaliação das políticas públicas**

- O que vocês acham das políticas públicas de cuidado disponíveis na região?
- Elas atendem às necessidades de vocês?

#### **4.3- Melhorias necessárias**

- O que poderia ser melhorado nas políticas públicas para apoiar mulheres como vocês?

### **5- DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA**

#### **5.1- Diferenças entre homens e mulheres**

- Como vocês percebem as diferenças entre homens e mulheres no cuidado da casa e da família?
- Quais de vocês tem filhos meninos? Eles fazem alguma atividade em casa? Se não, por quê?

#### **5.2- Mulheres negras e o cuidado não remunerado**

- Na opinião de vocês, por que as mulheres negras são as que mais realizam trabalho de cuidado não remunerado?

#### **5.3- Discriminação e preconceito**

- Vocês já sofreram discriminação ou preconceito por serem mulheres e negras?
- E os filhos de vocês?
- Como isso afeta a vida de vocês?

## **6. ENCERRAMENTO**

### **6.1- Redução das desigualdades**

- O que vocês acham que poderia ser feito para reduzir as desigualdades de gênero e raça no trabalho de cuidado?

### **6.2- Sugestões e reflexões finais**

- Alguma sugestão ou reflexão final que gostariam de compartilhar?

### **6.3- Avaliação da roda de conversa**

#### **- Importância do formulário de feedback:**

- "Agora, vou entregar um formulário de feedback para que vocês possam avaliar essa atividade. A opinião de vocês é muito importante para entendermos o que funcionou bem e o que pode ser melhorado nas próximas rodas de conversa. Isso nos ajudará a garantir que a pesquisa seja feita de uma forma que respeite e valorize a experiência e a vivência de vocês."
- "O formulário é simples e não precisa colocar seu nome. Ele vai nos ajudar a melhorar a pesquisa e garantir que ela realmente reflita as necessidades e realidades de mulheres como vocês."

### **6.4- Considerações finais**

- Gostaria imensamente de agradecer a participação e reforçar que a roda de conversa é apenas o começo de uma discussão importante para as nossas vidas e de nossos filhos.
- “Esse encontro não é o fim da pesquisa, mas uma iniciativa para fomentar a discussão e compreender melhor a realidade de vocês. A partir das informações compartilhadas, vamos buscar formas de contribuir para políticas públicas mais eficientes e que atendam à realidade da população.”

**ANEXO C - Formulário De Feedback**

Pesquisa: **“CUIDADO, RESISTÊNCIA E ESTADO: A ANCESTRALIDADE E A INVISIBILIDADE DO CUIDADO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES NEGRAS NA PERIFERIA DE VENDA NOVA”**

**Instruções:**

Este formulário é para saber sua opinião sobre as rodas de conversa. Suas respostas nos ajudarão a melhorar a pesquisa. Não é preciso colocar seu nome.

**1- Como você se sentiu durante as rodas de conversa?**

- Muito à vontade
- À vontade
- Pouco à vontade
- Desconfortável

**2- Os temas discutidos foram claros e fáceis de entender?**

- Sim
- Mais ou menos
- Não

**3- Você acha que suas opiniões foram ouvidas e respeitadas?**

- Sim
- Mais ou menos
- Não

**4- Na sua vida, você recebe ajuda para cuidar da casa e da família?**

- Sim, de familiares

- Sim, de vizinhos ou amigos
- Sim, de instituições ou políticas públicas
- Não recebo ajuda

**5- Como a falta de ajuda (ou a ajuda que você recebe) afeta sua vida?**

---

---

---

---

**6- O que você achou mais interessante nas rodas de conversa?**

---

---

---

---

**7- O que poderia ser melhorado?**

---

---

---

---

**8- Você gostaria de participar de outras atividades como essa?**

- Sim
- Não
- Talvez

**9- Alguma sugestão ou comentário adicional?**

---

---

---

---

**Muito obrigada pela sua participação! Sua voz é muito importante para nós.**

## **ANEXO D - Plano De Execução Das Rodas De Conversa**

**Projeto:** Cuidado, Resistência E Estado: A ancestralidade e a invisibilidade do cuidado não remunerado das mulheres negras na periferia de Venda Nova

**Pesquisadora:** Luana Tatiane Lima Rodrigues

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Nathália Lipovetsky e Silva

**Instituição:** Universidade Federal de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFMG)

**Autorização:** CEP/UFMG e Subsecretaria de Assistência Social - SUASS/PBH

**Número do CAAE:** 91456825.6.0000.5149

**Local da pesquisa:** CRAS Lagoa – Regional Venda Nova - Belo Horizonte/MG

**Data de início da etapa:** 25 e 26 /11/2025

### **1. Estratégias de Atuação em Campo**

Com objetivo demonstrar o passo a passo da construção metodológica em campo no bojo das ciências humanas e sociais (Teixeira; Pacífico; Barros, 2023). As rodas de conversa seguirão fundamentos da pesquisa qualitativa, observação participante e abordagem etnográfica curta como uma ferramenta metodológica imprescindível em pesquisas dessa natureza (Caldeira, 2023; Magnani, 2002).

A questão que está por trás de toda a investigação científica é a questão da verdade. Pode-se dizer que o cientista, ao iniciar uma pesquisa, está à procura de descobrir uma verdade que é ignorada ou que está oculta (cabendo-lhe, portanto, revelá-la). E, ao que parece, também os entrevistados – e estou pensando basicamente na pesquisa “qualitativa” – compartilham dessa ideia, preocupam-se em fornecer uma verdade, selecionando o que é e o que não é conveniente informar. Talvez um exemplo nos ajude a entender melhor este aspecto (Caldeira, 2023, p. 4)

Com base nos critérios aprovados pelo CEP/UFMG, os técnicos do CRAS Lagoa realizaram os convites. O contato com as mulheres com o perfil indicado foi feito por meio de mensagens via WhatsApp ou durante os atendimentos presenciais na instituição

As Rodas de Conversa serão realizadas no espaço do CRAS Lagoa e contarão com a supervisão e apoio de duas técnicas e do coordenador. O local já está devidamente preparado e equipado com todos os materiais necessários para a atividade, incluindo um ambiente amplo, cadeiras e uma atmosfera acolhedora, sendo frequentemente utilizado para eventos dessa natureza.

Os documentos a serem utilizados são o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será impresso pela pesquisadora e entregue antes do início das Rodas de Conversa, a lista de presença e o Formulário de *Feedback*, que será disponibilizado às participantes ao final da atividade. Além disso, serão oferecidos lanches a todas as participantes, fornecidos pelo CRAS Lagoa e a pesquisadora.

As Rodas de Conversa, parte essencial da dissertação, estão agendadas para ocorrer nas instalações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Lagoa, nas datas e horários previamente confirmados e disponibilizados pela instituição para a realização dessa atividade, sendo o primeiro dia 25 de novembro (terça feira) e o segundo dia 26 de novembro (quarta feira). Ambos os encontros terão início pontualmente às 09h00min.

Em relação às mulheres convidadas, foi precedido de preenchimento da tabela com dados e confirmações das participantes. A planilha interna de controle de convites e presença, sob guarda do CRAS e da pesquisadora. Esta foi realizada pelas técnicas do CRAS Lagoa durante os atendimentos e contatos telefônicos. Além disso, houve convites feitos durante o evento em comemoração ao Dia da Consciência Negra, realizado em 19/11/2025 na instituição.

As rodas de conversa serão conduzidas de acordo com os princípios tradicionais da pesquisa qualitativa e etnográfica, que enfatizam a imersão, a escuta e o registro detalhado das narrativas dos participantes, sem impor a perspectiva do pesquisador (Malinowski, 1978), em consideração as relações de poder, das áreas "não respeitáveis" e dos deslocamentos do pesquisador durante a experiência de campo (Caldeira, 2023), utilizando os limites e as oportunidades da observação participante no Direito, particularmente no que diz respeito à reflexividade e à definição do papel do pesquisador (Baptista, 2017), clareza metodológica, ética, sistematicidade e registro documental cuidadoso (Demo, 1985; Gil, 2008; Teixeira; Pacífico; Barros, 2023) e por fim rigor metodológico em grupos focais, garantindo ambiente seguro, perguntas abertas e neutralidade (Gatti, 2005).

O trabalho com grupos focais oferece uma boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado. Ele se presta muito para a geração de teorizações exploratórias até mais que a verificação ou teste de hipóteses prévias. Não que não possa ser usado para essa verificação. Porém a riqueza do que emerge "a quente" na interação grupal, em geral extrapola em muito as ideias prévias, surpreende, coloca novas categorias e formas de entendimento, que dão suporte a inferências novas e proveitosas relacionadas com o problema em exame (Gatti, 2005, p. 13).

Em relação a condução e atos preparatórios ocorrerão baseando-se nas diretrizes de Malinowski (1978), Caldeira (2023) e Magnani, (2002), utilizando de estratégias de

acolhimento e aproximação buscando fomentar um relacionamento próximo e empático, evitando qualquer postura de autoridade. Reconhecer a influência mútua entre o pesquisador e o campo de estudo, mantendo uma análise contínua sobre a própria presença e impacto Magnani, (2002). Por fim, buscando construir um ambiente seguro e de confiança, essencial para que as mulheres se sintam à vontade para expressar de forma autêntica suas experiências cotidianas.

A construção do ambiente seguro, baseada em Baptista (2017), Gatti (2005) e Gil (2008) inclui estratégias como a disposição circular das cadeiras, sem mesa central, para promover a horizontalidade e eliminar hierarquias, com adoção de uma linguagem clara, simples e não acadêmica, deixando explícito de que não há respostas "certas" e que o grupo não será submetido a avaliação, com criação de regras de convivência, estabelecendo princípios iniciais de interação, focados em respeito, escuta ativa e confidencialidade.

O processo será guiado por estímulo à participação, através da livre circulação da palavra entre as participantes. Conforme Gatti (2005), a pesquisadora atuará como moderadora, e não como especialista, utilizando perguntas abertas e neutras que não induzam respostas. Além disso, é imprescindível proceder com registro detalhado em um caderno já reservado para essa finalidade, anotando expressões não verbais e dinâmicas grupais nas notas de campo (Baptista, 2017; Magnani, 2002, Malinowski, 1978; Teixeira; Pacífico; Barros, 2023).

Na condução do grupo focal, é importante o respeito ao princípio da não diretividade, e o facilitador ou moderador da discussão deve cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele, como intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares, conclusões ou Outbis formas de intervenção direta. Não se trata, contudo, de uma posição não diretiva absoluta, ou do tipo "Laissez faire", por parte do moderador. Este deverá fazer encaminhamentos quanto ao tema e fazer intervenções que facilitem as trocas, como também procurar manter os objetivos de trabalho do grupo. O que ele não deve é se posicionar, fechar a questão, fazer sínteses, propor idéias, inquirir diretamente. Fazer a discussão fluir entre os participantes é sua função, lembrando que não está realizando uma entrevista com um grupo, mas criando condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a conversar coletivamente. A ênfase recai sobre a interação do grupo e não em perguntas e respostas entre moderador e membros do grupo. A interação que se estabelece e as trocas efetivadas serão estudadas pelo pesquisador em função de seus objetivos. Há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em contato, mas também em contato como elas pensam e porque pensam o que pensam (Gatti, 2005).

Dessa forma a observação deve ir além do conteúdo verbal, observando os modos de interação e a dinâmica do grupo, documentar não apenas o discurso, mas também contradições, tensões, silêncios e manifestações emocionais, de modo a realizar uma

descrição detalhada, seguindo a tradição da pesquisa antropológica (Baptista, 2017; Magnani, 2002, Malinowski, 1978; Teixeira; Pacífico; Barros, 2023), além de manter uma conduta ética e refletir constantemente sobre os próprios vieses, limites e o impacto da presença do observador no campo (Baptista, 2017; Caldeira, 2023; Magnani, 2002).

Inspiradas nas contribuições de Caldeira (2023), Demo (1985) e Magnani, (2002), as diretrizes adotadas estão em reconhecer as relações de poder inerentes a qualquer processo de pesquisa, buscando manter um registro reflexivo sobre a posição como pesquisadora que também é mulher negra, mãe e que é atravessada por muitas dificuldades em relação aos cuidados. A antropologia (Malinowski, 1978) e os estudos de campo no Direito (Baptista, 2017) deixam claro que o pesquisador não é neutro, o campo nos atravessa e a pesquisadora é parte da comunidade.

Creio que esse aspecto esclarece uma das principais características de uma relação de pesquisa em ciências sociais. O “objeto” da investigação não é por nada um objeto neutro e passivo que possa ser simplesmente observado: seu depoimento é, antes de mais nada, uma ação significativa para si mesmo, é uma ação vivida, e uma ação vivida não de forma isolada, mas numa relação com um outro, aquele que desencadeou a ação. Mas tampouco o pesquisador é neutro e passivo nessa relação, apenas um observador que recolhe o seu material. Ele é a todo instante incluído na ação que transcorre. Em primeiro lugar, é a ele que é dirigido o relato, a confissão, o desabafo. Mas talvez a sua participação e inclusão fique mais clara quando o entrevistado lhe solicita esclarecimentos, informações, opiniões, lhe exige, enfim, uma resposta. Estabelece-se uma relação de troca e é razoavelmente comum o surgimento de situações em que, no final da entrevista, o informante fala: “acabou? Bom, agora eu vou fazer uma entrevista com o senhor, o senhor agora vai me responder umas perguntas” (Caldeira, 2023, p. 9-10).

É imperioso destacar que por mais que a pesquisadora conheça e vivencie parte do território e da rotina que muitas mulheres enfrentam na região será assegurado que interpretações preliminares, vivências e experiências não irão influenciar o campo de pesquisa antes da fase de coleta de dados, mas também não deixa de ser e apresentar algo muito relevante, inclusive para uma possível aproximação das participantes ao incentivo para o diálogo.

Entretanto, não bastava passar por esse lugar ou mesmo freqüentá-lo com alguma regularidade para ser do pedaço; era preciso estar situado (e ser reconhecido como tal) numa peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc. Assim, era o segundo elemento – a rede de relações – que instaurava um código capaz de separar, ordenar e classificar: era, em última análise, por referência a esse código que se podia dizer quem era e quem não era “do pedaço” e em que grau (“colega”, “chegado”, “xará” etc) (Magnani, 2002, p. 21).

Foram adotados procedimentos operacionais, assim denominados antes do início das rodas de conversa com os membros do CRAS Lagoa eleitos para atuarem em conjunto com a pesquisadora (Ver ata nº 3 e 5). Onde houveram alinhamento da Equipe com reunião prévia

(ata nº 5 de 24/11/2025) com definição das responsabilidades de cada membro participante. Também será testado o equipamento de áudio do telefone que servirá para gravar e o estabelecimento de plano de contingência para eventuais falhas, utilização de computador e tablet de reserva.

A preparação da abertura, será iniciada pelos membros do CRAS e posteriormente dado a palavra e a condução da atividade para a pesquisadora que utilizará falas com neutralidade no diálogo apresentado de forma simples a necessidade de consentimento e assinatura do TCLE antes do início da dinâmica e de sua gravação em conformidade com a Resolução nº 510/2016. Haverá uma breve apresentação da pesquisadora apresentando também sua realidade de mãe, buscando aproximação das mulheres e geração de confiança (Caldeira, 2023).

A condução das Rodas de Conversa, conforme delineado, exige uma postura mediadora rigorosa e sensível, focada estritamente na experiência e nas vozes dos participantes (CNJ, 2023; Gatti, 2005; Oliveira, 1996). É imperativo que o diálogo seja conduzido sem a introdução de arcabouços teóricos pelo moderador (Gatti, 2005), assegurando que as discussões permaneçam ancoradas nas percepções genuínas do grupo (Caldeira, 2023; Gatti, 2005; Magnani, 2002; Oliveira, 1996). A pesquisadora e moderadora deverá exercer com extrema cautela, e bom senso e sensibilidade (Gatti, 2005; Oliveira, 1996) para garantir a equidade na participação e prevenir qualquer forma de constrangimento, as perguntas serão abertas e com linguagem simples, com foco nas experiências reais das mulheres.

Nesse contexto, torna-se crucial que as opiniões majoritárias não sejam sobrepostas, garantindo um ambiente onde o confronto saudável de ideias, a promoção e gestão da divergência seja catalisador para um novo patamar de compreensão (CNJ, 2023). O foco deverá ser mantido nas questões centrais, com a observância das regras básicas de interação, como a alternância de falas (CNJ, 2023; Gatti, 2005; Oliveira, 1996). Essa atividade, realizada através de uma observação participante silenciosa e respeitosa (Caldeira, 2023; CNJ, 2023; Gatti, 2005; Magnani, 2002; Oliveira, 1996), visa a identificação clara de consensos e dissensos, cumprindo seu propósito acadêmico específico (Caldeira, 2023; CNJ, 2023).

Após a realização da atividade, haverá a revisão analítica inicial sem antecipar conclusões. Esse processo de gestão e análise de dados de campo exige etapas rigorosas para garantir integridade, rastreabilidade e profundidade reflexiva. Dessa forma deverá ocorrer o Registro Imediato (Reflexão Pós-Fato), em que as falas serão transcritas o mais rápido

possível, impressões, reflexões, sentimentos e *insights* do pesquisador, documentando eventos factuais e interpretações preliminares.

De modo a garantir a segurança dos dados (Demo, 1985) e em conformidade com requerido pelo CEP/UFMG, a gravação será exclusivamente em áudio e o arquivo gerado, será organizado em pasta digital e também salvo em um pen-drive com nomenclatura clara para sua identificação. Seu armazenamento será por 5 anos e acesso restrito à pesquisadora e orientadora. O documento gerado, será encaminhado por email à professora orientadora. Importante destacar que somente iniciará a gravação após a confirmação das assinaturas no TCLE e com a declaração verbal da pesquisadora dando início a gravação após a anuência de todas as presentes.

Assim, com base nas leituras recomendadas e outras pesquisadas, as estratégias foram adaptadas para buscar um rigor metodológico, ética na escuta, neutralidade ativa, bem como a reflexividade da pesquisadora, com buscas na centralidade da experiência das participantes e aderência à antropologia, sociologia e metodologias qualitativas. Utilizando também da noção de campo político já que este “permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. Ela permite, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades” (Bourdieu, 2011, p.195) e, por conseguinte, a comparação ao mesmo tempo de construção e de análise.

Além disso, deverá imediatamente realizar leitura das notas e da audição gravada para familiarização, identificação de temas, padrões e categorias iniciais, com foco nas descrições, resistindo a conclusões prematuras, para garantir que a interpretação se baseie na evidência empírica. “A página em branco do diário deve apresentar um cabeçalho com data, nome de quem tomou as notas, horário que iniciou as anotações e horário em que terminou as anotações, local e especificação do número da nota (primeira, segunda, terceira)” (Bogdan; Bliklen, 1992, p. 152-166).

O roteiro elaborado para a condução e execução da atividade de campo segue como anexo.

## Referências

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito:** desafios, limites e possibilidades. In MACHADO, M. R. (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.5, p.193-216, 2011. [https://www.researchgate.net/publication/262594166\\_O\\_campo\\_politico](https://www.researchgate.net/publication/262594166_O_campo_politico)  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Uma incursão pelo lado “não-respeitável” da pesquisa de campo**. Dossiê. Saúde Soc. São Paulo, v.32, n.4, e230423pt. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230423>.

CNJ. **Como fazer pesquisas – A técnica do grupo focal nas pesquisas qualitativas em direito**. S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (1h 59min 30seg). Publicado pelo canal do CNJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/83U9zNIIAdA?si=4AIm28llrvSD20TN>. Acesso em: 30 out. 2025.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. - 2. ed. 2. ed. -São Paulo: Atlas, 1985.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Rev. bras. Ci. Soc. 17 (49) • Jun 2002  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. [1884-1942]. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos arquipélagos da Nova Guiné melanésia / Bronislaw Malinowski; prefácio de Sir James George Frazer; Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham.2. ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 4-86.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP , 1996, v. 39, nº 1. p. 12-37.

TEIXEIRA, Érica J. P., PACÍFICO, J. M., & BARROS, J. A. (2023). **O diário de campo como instrumento na pesquisa científica**: contribuições e orientações. Cuadernos De Educación Y Desarrollo - QUALIS A4, 15(2), 1678–1705. <https://doi.org/10.55905/cuadv15n2-035>

## **ROTEIRO DEFINITIVO PARA EXECUÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA**

### **1. APRESENTAÇÃO**

Este documento apresenta, de forma formal e institucional, o roteiro oficial a ser utilizado nas rodas de conversa da pesquisa acima identificada, conforme:

- a) Roteiro aprovado pelo CEP/UFMG;
- b) Autorização de pesquisa emitida pela SUASS/PBH;
- c) Recomendações metodológicas enviadas pela Orientadora;
- d) Normas éticas da Resolução CNS nº 510/2016;
- e) Avaliação prévia da banca de qualificação e dos pareceristas.

As perguntas abaixo não sofreram alterações de conteúdo, apenas adequação de linguagem para garantir acessibilidade às mulheres da comunidade, conforme previsto no projeto aprovado.

#### **1.1. Acolhimento e criação de ambiente seguro**

- a) Recepção individual e acolhedora das participantes.
- b) Linguagem simples e próxima da realidade das mulheres.
- c) Reforço da voluntariedade e possibilidade de sair a qualquer momento, reforçando através da Leitura do TCLE e tempo para dúvidas e a assinatura das participantes.
- d) Cadeiras em roda, sem hierarquia espacial.

#### **1.2. Condução da roda de conversa**

- a) A pesquisadora atuará como mediadora, não como especialista.
- b) Nenhuma explicação teórica será dada aos participantes.
- c) Perguntas serão abertas, com linguagem simples e não indutivas.
- d) O roteiro será seguido internamente, sem leitura literal, mas se necessário, será apresentado as perguntas em apresentação em PPT para os casos de acessibilidade. (Link: [https://docs.google.com/presentation/d/1B83Tc3kmZGo97ff2hRPodss4D\\_EH6fAEmQAC6C](https://docs.google.com/presentation/d/1B83Tc3kmZGo97ff2hRPodss4D_EH6fAEmQAC6C))

D1FW8/edit?usp=sharing

### **1.3 Escuta ética e observação participante**

- a) Atenção às falas, expressões corporais, silêncios e emoções.
- b) Registro de notas de campo logo após a roda.
- c) Reflexividade sobre a presença da pesquisadora no campo.

### **1.4. Neutralidade e cuidado metodológico**

- a) Não emitir opiniões, julgamentos ou interpretações durante a roda.
- b) Não “explicar” conceitos, não enquadrar falas, não confirmar hipóteses.
- c) Garantir que cada mulher fale no seu próprio tempo e jeito.

### **1.5. Papel da equipe técnica do CRAS**

- a) Apoio logístico.
- b) Auxílio no acolhimento.
- c) Apoio em situações sensíveis, se necessário.
- d) Participação como observadoras, não como falantes principais.

## **2. ESTRUTURA FORMAL DO ENCONTRO**

Cada roda de conversa será organizada em seis eixos principais:

- a) Acolhimento e Apresentação
- b) Dinâmicas de Cuidado e Ajudas
- c) Impactos do Trabalho de Cuidado
- d) Políticas Públicas e Serviços
- e) Desigualdades de Gênero e Raça
- f) Encerramento e Feedback

As atividades serão conduzidas em ambiente reservado no CRAS Lagoa, com acompanhamento das técnicas designadas Paula e Poliana.

### **2.1. Material de Apoio a Ser Utilizado**

- a) TCLE impresso (versão aprovada pelo CEP/UFMG e SUASS/BH).
- b) **Lista de presença** (somente iniciais, conforme Res. 510/2016).
- c) **Roteiro da Roda de Conversa** (uso interno) e lembretes éticos: Ouvir sem julgar, Perguntar sem induzir. Acolher sem intervir, Registrar com cuidado, Garantir sigilo (Caldeira, 2023; Gatti, 2005; Magnani, 2002; Oliveira, 1996; Teixeira et al, 2023).
- d) **Formulário de feedback** para participantes (opcional).
- e) **Caderno exclusivo** para notas de campo da pesquisadora.
- f) **Celular com gravador de áudio** + bateria carregada + backup.
- g) **Carregador portátil**.
- h) **Envelope** para guardar TCLEs.
- i) **Canetas** para assinatura do TCLE e do Feedback.
- j) **Água, lanches e apoio logístico** disponibilizados pela pesquisadora e CRAS Lagoa.

### **3. ROTEIRO OFICIAL APROVADO**

Versão aprovada e que será rigorosamente seguida. Será usada internamente, sem leitura literal.

#### **3.1. ACOLHIMENTO E APRESENTAÇÃO**

##### **3.1.1. Abertura e contextualização**

A pesquisadora realizará a seguinte apresentação:

“Bom dia meninas!

Me chamo Luana, sou pesquisadora da UFMG no curso de Direito e mãe de três filhos. E queria começar dizendo que eu sei o que é cuidar de casa, de criança, de família e que não é fácil. Na minha própria trajetória, eu só consegui estudar, trabalhar e chegar até aqui porque

tive ajuda, especialmente da minha mãe e de outras pessoas da comunidade. Por isso, eu tenho muito respeito pelas histórias de cuidado que cada mulher vive no dia a dia.

Essa pesquisa quer entender essas histórias: o que pesa, o que ajuda, o que atrapalha, o que funciona, o que falta e por isso estou aqui hoje para conversar com vocês sobre o tema do cuidado no dia a dia, especialmente o cuidado com crianças, casa, família e tudo o que envolve essa rotina tão pesada.

Esta pesquisa quer entender como vocês vivem essa rotina de cuidar.

Queremos escutar suas histórias, o que é difícil, o que dá certo, o que falta, o que ajuda, quem ajuda e também quando não tem ajuda nenhuma.

Aqui ninguém está avaliando comportamento, maternidade ou vida de vocês. Não existe resposta certa ou errada. Vocês podem falar o que quiserem, do jeito que quiserem, no seu tempo, do que quiserem compartilhar. Nada do que vocês falarem interfere em benefício, cadastro, atendimento ou relacionamento com o CRAS.

Estarei gravando nossa conversa, mas a gravação é só para eu conseguir escrever depois, e ninguém será identificado. A ideia é que a experiência de vocês ajude a universidade a mostrar o valor do trabalho que nós mulheres fazemos todos os dias, um trabalho que todo mundo sabe que é pesado, mas quase nunca é reconhecido.

Então, quero entender como o trabalho doméstico e de cuidado, que quase sempre é feito por mulheres e muitas vezes não é reconhecido, impacta a vida de vocês. E também como as políticas públicas podem ajudar. A participação de vocês é essencial para a pesquisa mostrar a realidade das mulheres negras da comunidade.

Obrigada por estarem aqui!

Antes de começarmos gostaria de pontuar algumas informações importantes:

- 1- Cada uma fala quando quiser.
- 2- Ninguém será obrigada a responder nada, mas será muito importante ouvir cada uma de vocês.
- 3- Se alguém quiser parar, levantar, beber água, ir ao banheiro, tudo bem.
- 4- A gente escuta sem julgar.
- 5- Se todas estão de acordo, vou ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em caso de dúvidas é só perguntar. Ao final aquelas que estão de acordo assinem por favor. Isso é um procedimento obrigatório da pesquisa que detalha sobre o estudo, os objetivos, riscos, benefícios e confidencialidade. A ideia é que participem de forma voluntária colaborando com a pesquisa em desenvolvimento.

Somente após a assinatura de todos, iniciaremos a gravação e a atividade.

Mais uma vez gostaria de agradecer por estarem aqui.

Iniciando a gravação da roda de conversa do dia 24 ou 25 de novembro, conforme TCLE assinado.”

### **3.1.2. Apresentação das participantes**

As mulheres serão convidadas a compartilhar:

- a) Nome;
- b) Idade;
- c) Autodeclaração de cor/raça;
- d) Situação familiar (filhos, idades ou crianças sob cuidado);
- e) Se recebe benefícios socioassistenciais (Bolsa Família, BPC/LOAS etc.).

Será entregue também uma ficha para caso não quiserem responder, preencher juntamente com o formulário de Feedback.

(Link:<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1pBygapUEP5RRWgCS829PAeix5G5IrcS3NvLlzRWw6z0/edit?usp=sharing>)

“Se vocês se sentirem à vontade, podem dizer seu nome, idade, como se identificam (cor/raça), se têm filhos e as idades, se cuidam de alguém, e se recebem algum benefício.

Quem não quiser falar agora, pode só preencher na ficha depois, tá bem?”

### **3.1.3 – Introdução simplificada às Políticas de Cuidado**

**Lei 15.069/2024** – Política Nacional de Cuidados

**Lei Municipal 11.751/2024** – Política Municipal de Cuidados

**Perguntas a serem feitas:**

“Existem leis novas que falam sobre cuidado e apoio a quem cuida. Queria saber se vocês já ouviram falar disso e o que esperam que o governo faça pra ajudar quem cuida.”

### **3.2. DINÂMICAS DE CUIDADO E ‘AJUDAS’**

#### **3.2.1. Rotina de cuidado**

“Como é que você cuida da casa, das crianças ou de outras pessoas no seu dia a dia? Como você organiza isso tudo?”

“Quem ajuda vocês no cuidado?”

#### **3.2.2. Ajudas na comunidade**

“Aqui na comunidade, as mulheres se ajudam? Como?”

“Existem trocas de favores ou de cuidado? Por exemplo cuidar do filho da vizinha até ela chegar do trabalho”

#### **3.2.3. Experiências de ajuda**

“Vocês já receberam ou ofereceram ajuda para cuidar de crianças? Como foi?”

### **3.3. IMPACTOS DO TRABALHO DE CUIDADO**

#### **3.3.1. Sobrecarga e conciliação**

“O cuidado pesa na rotina? Como você divide seu tempo entre cuidar da casa, das crianças, trabalhar, estudar ou outras coisas? Você consegue descansar?”

#### **3.3.2. Sacrifícios**

“Vocês já deixaram de fazer algo importante por causa do cuidado com os filhos? O que foi?”

### **3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS**

#### **3.4.1. Acesso a serviços**

“Vocês conseguem acessar creches, escolas integrais ou outros serviços que ajudem no cuidado com os filhos?”

“Isso faz diferença?”

#### **3.4.2. Avaliação das políticas**

“O que vocês acham das políticas públicas de cuidado aqui na região? Atendem às necessidades de vocês? Por exemplo: O CRAS, a escola, o posto de saúde ou outros serviços ajudam?”

#### **3.4.3. Melhorias necessárias**

“O que poderia melhorar nesses serviços? Tem alguma dificuldade para acessar?”

### **3.5. DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA**

#### **3.5.1. Diferenças no cuidado entre homens e mulheres**

“Na casa de vocês, homens e mulheres dividem as tarefas e os cuidados da mesma forma?”

“Quais de vocês têm filhos meninos? Eles fazem alguma atividade doméstica em casa? Se não, por quê?”

#### **3.5.2. Mulheres negras e trabalho de cuidado**

“Por que vocês acham que as mulheres negras são as que mais fazem as atividades de cuidado sem receber nada em troca?”

### **3.5.3. Experiências de discriminação**

“Já aconteceu de você ser tratada de forma diferente ou injusta por causa da sua cor, da sua condição, por ser mulher ou mãe?”

“E os filhos de vocês?”

“Isso afeta a vida de vocês?”

## **3.6. ENCERRAMENTO**

### **3.6.1. Redução das desigualdades**

“O que você faz para conseguir dar conta das dificuldades?”

“As mulheres da comunidade se ajudam? Como?”

“O que você acha que deveria mudar para facilitar a vida das mulheres que cuidam? Que direitos deveriam existir ou funcionar melhor?”

### **3.6.2. Reflexões finais**

Espaço aberto para falas espontâneas.

“Alguma sugestão ou reflexão que gostariam de compartilhar?”

### **3.6.3. Aplicação do formulário de feedback**

“Agora, vou entregar um formulário de feedback para que vocês possam avaliar essa atividade. A opinião de vocês é muito importante para entendermos o que funcionou bem e o que pode ser melhorado nas próximas rodas de conversa. Isso nos ajudará a garantir que a pesquisa seja feita de uma forma que respeite e valorize a experiência e a vivência de vocês.”

“O formulário é simples e não precisa colocar seu nome. Ele vai nos ajudar a melhorar a pesquisa e garantir que ela realmente reflita as necessidades e realidades de mulheres como vocês.”

#### **3.6.4. Considerações finais**

“Quero agradecer demais por cada palavra que vocês trouxeram hoje. Tudo isso é muito importante e vai ajudar a mostrar para a universidade e para o poder público o valor do cuidado que vocês fazem todos os dias.

Gostaria imensamente de agradecer a participação e reforçar que a roda de conversa é apenas o começo de uma discussão importante para as nossas vidas e de nossos filhos.

Esse encontro não é o fim da pesquisa, mas uma iniciativa para fomentar a discussão e compreender melhor a realidade de vocês. A partir das informações compartilhadas, vamos buscar formas de contribuir para políticas públicas mais eficientes e que atendam à realidade da população.

Mais uma vez obrigada pela confiança e pela coragem de compartilhar!”

#### **4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

**a)** Gravação exclusivamente em áudio, com autorização via TCLE.

**b)** Fala obrigatória de início da gravação:

“Iniciando a gravação da roda de conversa, conforme autorização registrada no TCLE.”

**c)** Salvamento imediato em repositório protegido.

**d)** Acesso restrito: pesquisadora e orientadora.

**e)** Armazenamento por 5 anos (Res. 510/2016).

**f)** Notas de campo elaboradas após a roda.

#### **5. CONFORMIDADE INSTITUCIONAL**

Este roteiro:

**a)** Está totalmente alinhado ao documento aprovado pelo COEP/UFMG;

- b) Segue a autorização da SUASS;
- c) Não altera conteúdo nem intenção das perguntas;
- d) Mantém rigor metodológico, ético e científico.

## **6. ASSINATURA**

Estando de acordo as partes assinam

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2025.

---

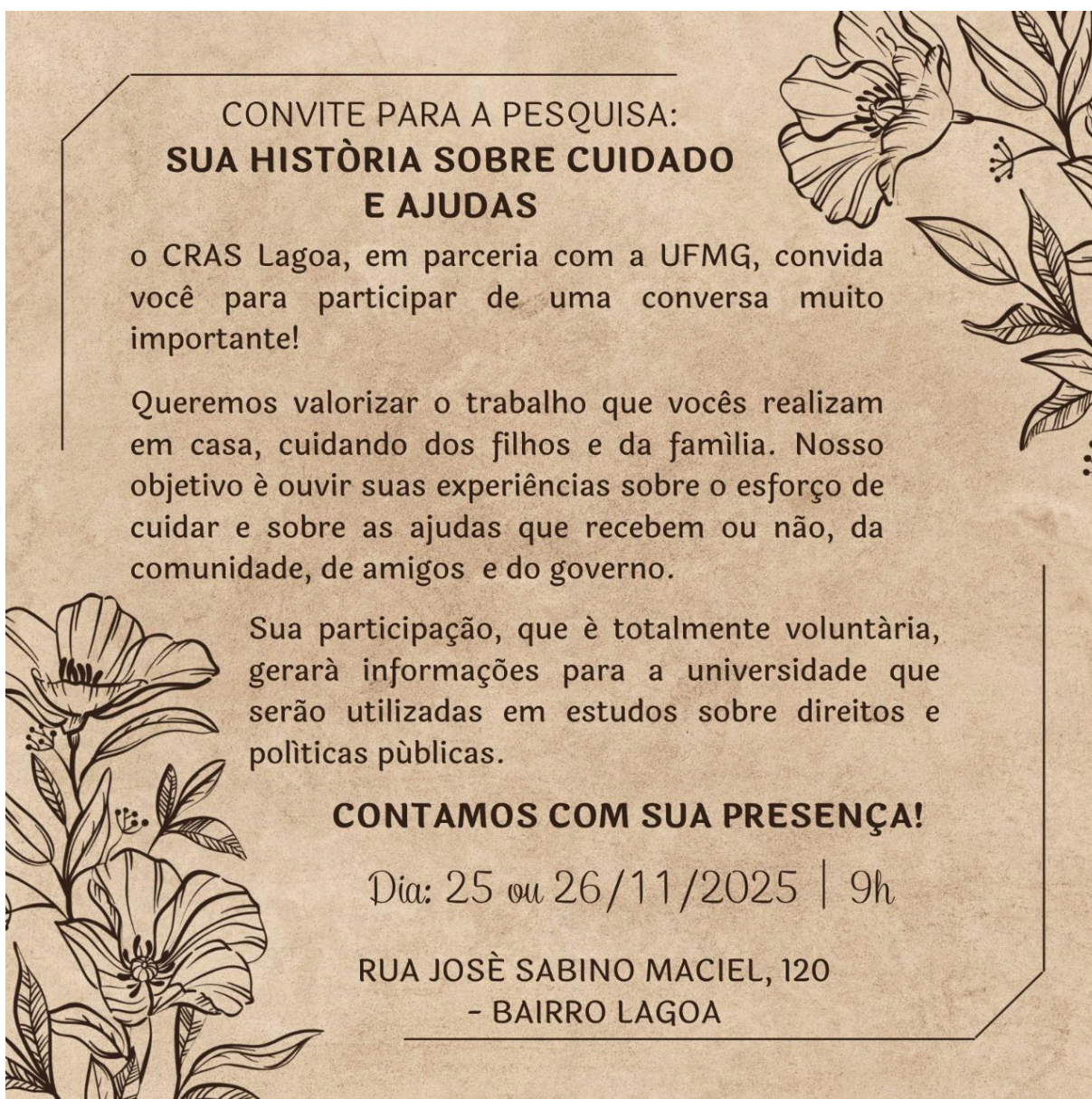
**Luana Tatiane Lima Rodrigues**

Pesquisadora – Mestranda em Direito - UFMG

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Nathalia Lipovetsky e Silva**

Professora Orientadora - UFMG

**ANEXO E- Convite para as Rodas de Conversa**

**CONVITE PARA A PESQUISA:  
SUA HISTÓRIA SOBRE CUIDADO  
E AJUDAS**

o CRAS Lagoa, em parceria com a UFMG, convida você para participar de uma conversa muito importante!

Queremos valorizar o trabalho que vocês realizam em casa, cuidando dos filhos e da família. Nosso objetivo é ouvir suas experiências sobre o esforço de cuidar e sobre as ajudas que recebem ou não, da comunidade, de amigos e do governo.

Sua participação, que é totalmente voluntária, gerará informações para a universidade que serão utilizadas em estudos sobre direitos e políticas públicas.

**CONTAMOS COM SUA PRESENÇA!**

Dia: 25 ou 26/11/2025 | 9h

RUA JOSÈ SABINO MACIEL, 120  
- BAIRRO LAGOA

**CRAS LAGOA – CONVITE ESPECIAL**

**Para a mamãe / responsável**

**O CRAS Lagoa, em parceria com a UFMG, convida você para participar de uma roda de conversa muito importante!**

**Queremos ouvir sua história sobre como é cuidar da casa, dos filhos e da família, e sobre as “ajudas” que você recebe — ou não recebe — de familiares, vizinhos, comunidade ou do governo.**

**Essa conversa faz parte de uma pesquisa da UFMG que busca valorizar o trabalho de cuidado realizado por mulheres e contribuir para políticas públicas melhores.**

 **Datas: 25 e 26 de novembro de 2025**

 **Horário: 9h**

 **Local: CRAS Lagoa**

 **Importante saber:**

**Sua participação é voluntária;**

**Não interfere em nenhum benefício ou atendimento no CRAS;**

**Ajuda a construir conhecimento para melhorar a vida de outras mulheres cuidadoras.**

**Contamos com sua presença! **

**Se tiver dúvidas, fale com a equipe do CRAS Lagoa.**

## ANEXO F- Relatório de Desproteções CRAS Lagoa 2025

SERVIÇO: SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

CRAS: CRAS LAGOA

PERÍODO: 01/01/2025 A 31/12/2025

DESPROTEÇÕES IDENTIFICADAS	QUANTIDADE
A VIVÊNCIA FAMILIAR COMO EXPERIÊNCIA DE DESPROTEÇÃO	19
ABANDONO	7
APARTAÇÃO	13
BARREIRAS INSTITUCIONAIS QUE PRODUZEM SUBALTERNIDADE E SEGREGAÇÃO NA ATENÇÃO EM SERVIÇOS	1
CONFINAMENTO	0
CONFLITOS FAMILIARES	31
CONFLITOS TERRITORIAIS	4
ISOLAMENTO	3
PESSOA IDOSA COM BAIXA REDE DE APOIO	12
PESSOA IDOSA RESPONSÁVEL PELOS CUIDADOS DE OUTRA PESSOA IDOSA	4
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA	1
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO POR CONDIÇÃO DE IMIGRAÇÃO, REFÚGIO E/OU APATRIDIA	0
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO POR CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO	0
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL	0
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO RACIAL	0
SITUAÇÃO DE AUTONEGLIGÊNCIA	8
<b>SOBRECARGA DA MULHER NOS CUIDADOS</b>	<b>30</b>
VULNERABILIDADE CIVIL URBANA (O TERRITÓRIO VIVIDO COMO PRODUTOR DE ESTIGMA E APARTAÇÃO)	4
NÃO SE APLICA	27
<b>TOTAL DE DESPROTEÇÕES IDENTIFICADAS</b>	<b>164</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**ANEXO G- Famílias Monoparentais Femininas - Idade Mulheres - Venda Nova e CRAS  
Lagoa**

Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev2 3	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
16	3	0	0	1	1	2	3	2	2	4	4	1
17	9	5	6	3	4	16	14	8	9	11	12	7
18	25	19	19	22	22	41	39	40	47	30	31	20
19	42	38	33	43	36	64	76	69	61	74	68	49
20	94	64	51	64	70	105	102	112	110	100	102	90
21	116	110	109	101	93	157	171	151	145	156	154	138
22	142	120	115	146	152	191	191	218	235	203	184	176
23	168	151	149	156	172	263	276	260	274	272	266	232
24	194	191	184	171	187	256	295	341	346	295	303	299
25	185	203	196	238	229	275	309	340	341	387	373	321
26	226	196	204	237	253	362	351	331	364	379	374	399
27	204	230	221	239	269	328	384	436	402	352	383	402
28	229	225	211	254	276	343	358	406	448	470	420	370
29	214	235	244	252	257	357	391	393	392	419	453	450
30	242	223	220	271	300	350	357	420	440	410	400	432
31	269	253	248	252	273	371	410	389	406	446	455	415
32	258	272	261	275	298	345	363	412	460	401	399	437
33	242	244	244	286	305	375	388	384	396	434	456	394
34	262	260	229	255	288	357	382	388	413	389	405	439
35	202	244	255	267	259	354	382	387	402	409	383	378
36	256	203	204	259	304	343	334	385	408	395	415	416
37	249	260	239	214	231	325	343	348	351	378	390	372
38	213	238	234	264	254	274	289	325	341	348	342	359
39	216	215	219	263	287	307	301	286	297	315	327	333
40	199	201	208	234	239	307	331	304	307	254	270	309
41	203	211	193	194	220	280	287	309	324	288	283	251
42	187	194	192	218	211	248	287	299	295	299	298	264
43	137	158	165	186	218	248	250	257	277	267	265	264
44	136	134	118	154	169	218	248	248	250	256	232	243
45	117	113	116	118	127	181	191	215	238	206	220	229
46	89	109	101	107	107	128	139	176	184	188	199	192
47	67	62	74	100	100	108	110	121	127	156	159	156
48	68	64	59	64	77	105	112	109	98	105	110	136
49	50	60	60	61	61	56	64	89	103	93	86	99
50	36	40	39	46	52	63	58	56	64	72	86	74
51	36	35	26	29	30	46	53	44	48	42	46	51
52	23	24	29	26	25	28	26	39	37	35	39	36

53	17	24	16	15	19	21	18	26	25	30	25	23
54	12	6	12	16	14	12	17	10	12	16	16	23
55	6	9	9	5	7	9	8	11	11	8	8	15
56	3	3	3	4	6	4	5	6	5	4	6	3
57	2	2	1	2	2	4	5	5	6	4	1	3
58	2	2	1	1	1	2	1	4	4	1	2	1
59	0	0	1	2	0	2	3	1	0	5	4	1
60	0	0	0	0	2	2	1	2	3	0	0	5
61	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	2	0
62	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2
63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
64	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
65	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
66	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
69	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
71	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
72	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>5650</b>	<b>5650</b>	<b>5518</b>	<b>6116</b>	<b>6508</b>	<b>8234</b>	<b>8726</b>	<b>9166</b>	<b>9510</b>	<b>9412</b>	<b>9459</b>	<b>9313</b>

### Famílias Monoparentais Femininas - Idade Mulheres - CRAS LAGOA

Mês/ Ano	Fev 20	Out 20	Fev 21	Out 21	Fev 22	Out 22	Fev 23	Out 23	Fev 24	Out 24	Fev 25	Out 25
16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	4	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
18	6	5	6	3	4	4	3	1	2	0	1	1
19	6	7	7	10	8	6	11	8	4	2	3	1
20	8	10	9	9	14	15	9	11	14	13	10	6
21	8	8	10	15	13	19	20	20	15	13	19	15
22	16	10	8	14	17	20	21	24	27	26	18	17
23	22	18	17	13	17	27	23	28	32	29	30	25
24	20	22	21	19	22	27	33	32	30	32	33	33
25	12	14	18	29	27	27	34	37	33	41	41	41
26	25	20	12	19	27	44	39	31	34	40	36	40
27	23	28	27	28	24	34	41	50	45	27	35	36
28	24	26	26	29	37	39	38	41	48	53	43	31
29	22	24	27	33	32	42	49	49	41	38	48	51
30	28	23	23	27	33	37	36	44	51	45	39	40
31	26	30	28	24	32	36	39	45	41	46	48	39
32	17	22	24	30	31	34	37	40	46	41	40	43
33	22	21	21	25	32	46	39	35	37	44	48	35

34	25	18	17	21	26	32	39	43	45	36	33	49
35	17	22	23	22	18	29	35	31	35	43	40	28
36	26	20	17	27	31	33	26	29	35	27	33	40
37	27	25	26	19	25	32	31	28	24	28	27	19
38	16	26	26	28	24	19	24	34	34	35	32	24
39	20	17	20	24	30	25	24	21	23	33	35	35
40	24	20	21	27	19	29	28	23	24	19	22	32
41	24	24	23	22	22	26	23	25	24	20	22	19
42	17	27	23	20	22	23	26	26	27	22	23	18
43	7	9	18	28	24	22	24	26	25	24	22	22
44	11	9	5	11	21	26	25	27	30	23	19	19
45	9	7	9	8	6	14	19	24	24	23	26	19
46	7	11	8	8	9	8	8	13	19	22	18	22
47	6	4	7	11	11	8	10	9	6	13	18	16
48	8	8	6	2	4	12	12	10	9	6	7	10
49	4	9	8	7	6	1	3	10	12	9	6	5
50	4	2	4	7	7	7	7	2	3	9	9	5
51	3	5	2	2	4	7	6	5	4	1	2	4
52	2	1	3	3	2	2	3	5	3	3	3	1
53	2	3	2	1	2	2	2	2	3	3	2	2
54	1	1	2	3	3	2	1	0	1	2	2	2
55	1	0	0	1	2	2	1	0	0	0	1	2
56	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>558</b>	<b>555</b>	<b>630</b>	<b>690</b>	<b>818</b>	<b>850</b>	<b>890</b>	<b>911</b>	<b>891</b>	<b>894</b>	<b>847</b>

## ANEXO H - Formulário Cadastro Único

# Cadastro Único para Programas Sociais

**Formulário principal  
de cadastramento**

## INSTRUÇÕES GERAIS

### ENTREVISTADOR, ESTEJA ATENTO PARA O QUE O CADÚNICO CONSIDERA COMO:

- 1º - **FAMÍLIA** - é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas no mesmo domicílio.
- 2º - **RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF** - deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher.
- 3º - **MORADOR** - é a pessoa que:
  - tem o domicílio como local habitual de residência e nele residia na data da entrevista, ou embora ausente na data da entrevista, tem o domicílio como residência habitual; e
  - está internada ou abrigada em estabelecimentos de saúde, Instituições de Longa Permanência para Idosos, equipamentos que prestam Serviços de Acolhimento, instituições de privação de liberdade, ou em outros estabelecimentos similares, por um período igual ou inferior a 12 meses, tomando como referência a data da entrevista.

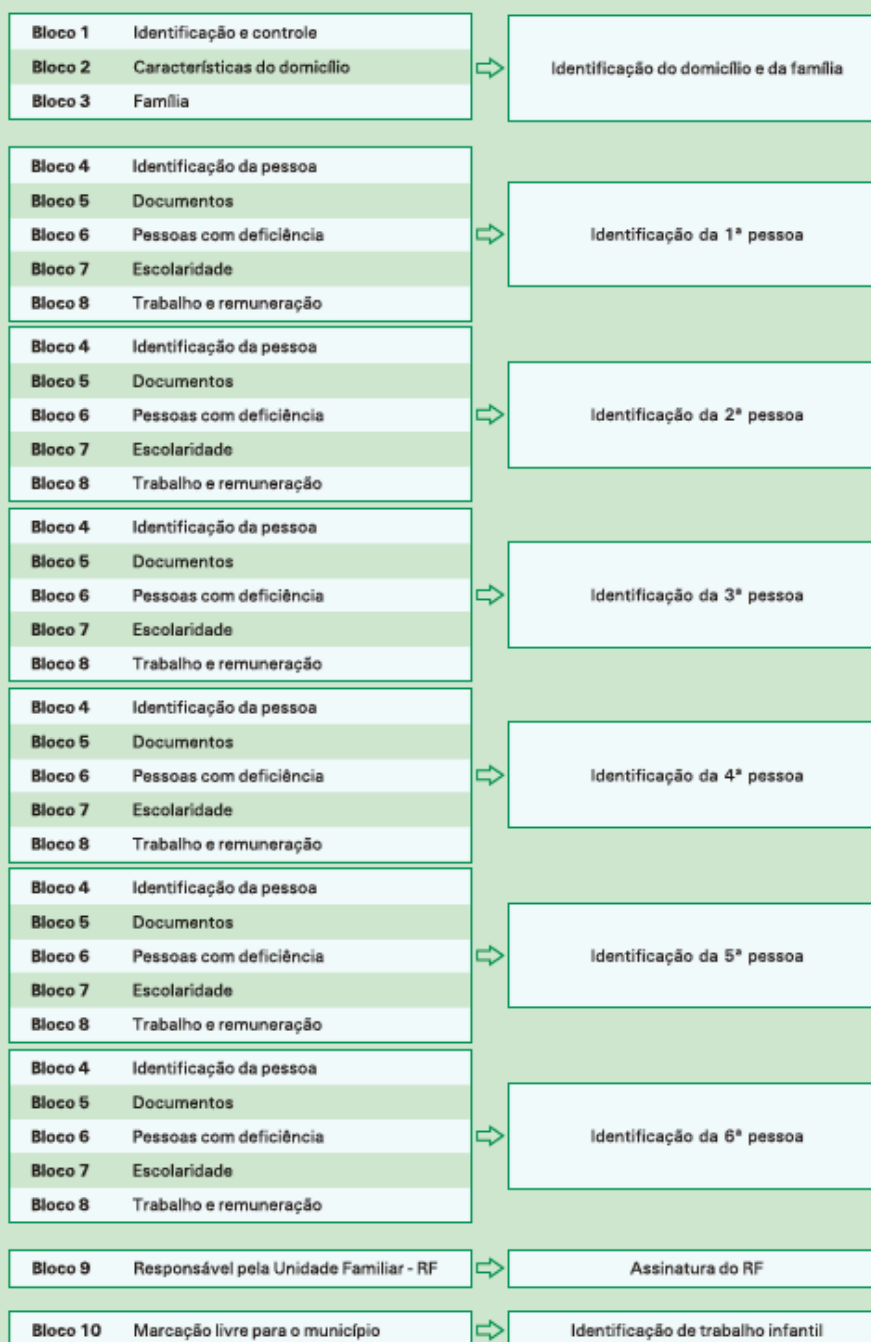
### NÃO ESQUEÇA TAMBÉM QUE:

- as informações do Formulário do Cadastro Único devem ser fornecidas pelo **Responsável pela Unidade Familiar - RF**;
- o Responsável pela Unidade Familiar - RF deverá obrigatoriamente apresentar CPF e/ou Título de Eleitor no ato da entrevista;
- os outros componentes da família devem apresentar ao menos um documento de identificação civil (Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento e Registro Geral de Identificação - RG), ou qualquer outro documento de identificação da pessoa (CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social), indicados no Bloco 5;
- você deve coletar os dados de todos os componentes da família moradores do domicílio, independentemente da apresentação de algum documento de identificação. A entrevista para a pessoa que não apresentou documento deve ser feita normalmente, e os quesitos relativos à documentação devem ser deixados em branco. Apesar de o formulário ter sido preenchido, você deve avisar ao RF que o cadastramento só será concluído e a família incluída no Cadastro Único quando todos os componentes da família apresentarem ao menos um dos documentos de identificação do Bloco 5;
- caso algum componente da família não possua documento por não ter sido registrado ou não ter a Certidão de Nascimento, o cadastramento poderá ser concluído e a família incluída no Cadastro Único, mas a pessoa não será contada para o cálculo da renda per capita da família. Nestes casos, as pessoas sem Registro e/ou Certidão de Nascimento devem ser encaminhadas para o serviço de Registro Civil;
- no caso de **POVOS INDÍGENAS** e **COMUNIDADES QUILOMBOLAS**, segundo critérios definidos pelo MDS, o Responsável pela Unidade Familiar - RF pode ser cadastrado com a apresentação de qualquer documento de identificação (não necessariamente o CPF ou Título de Eleitor); e
- somente será atribuído o Número de Identificação Social - NIS às pessoas que apresentarem, pelo menos, um dos documentos de identificação do Bloco 5.

### AO FAZER OS LANÇAMENTOS NO FORMULÁRIO:

- utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta;
- antes de efetuar o preenchimento, certifique-se de que a resposta está adequada às opções apresentadas pela pergunta;
- os quesitos sombreados não devem ser preenchidos;
- para o registro por meio da marcação de quadrícula, assinale com um X aquela que corresponda à resposta do entrevistado;
- para os registros numéricos, utilize algarismos arábicos (exemplo: 255) e faça o preenchimento começando da esquerda para a direita, deixando em branco as quadrículas que sobrarem;
- para os registros numéricos em Resis, o valor deve ser posto próximo à vírgula;
- para os registros alfabéticos:
  - faça o preenchimento da esquerda para a direita, em letras de imprensa maiúsculas, conforme o modelo apresentado no cabeçalho do formulário;
  - registre cada letra em uma única quadrícula, deixando uma em branco entre duas palavras;
  - as palavras podem ser cortadas ao mudar de linha, mas nunca poderá haver quadrícula em branco entre as letras de uma mesma palavra, mesmo que a separação silábica não siga as regras da língua portuguesa;
  - não utilize sinais de pontuação;
  - evite fazer abreviações; caso isso seja necessário, mantenha sempre a primeira e a última palavra, abreviando somente a(s) intermediária(s);
- ocorrendo marcação incorreta de uma quadrícula, anule-a com dois traços paralelos e proceda à marcação correta;
- caso, por qualquer motivo, houver erro no registro de letras ou algarismos, anule-os com dois traços paralelos e faça o registro correto imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso, por qualquer motivo, ocorrer erro no registro de palavra, anule-a com dois traços paralelos e faça o registro da palavra correta imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso ocorra erro de preenchimento ou alguma situação que inviabilize o registro das informações nos Blocos 1, 2 e 3, anule com dois traços paralelos e registre as informações em outro Formulário Principal, na presença do entrevistado, e continue a entrevista. O formulário anulado deve ser entregue ao gestor municipal;
- não sendo possível efetuar a correção de um erro para uma pessoa - nos Blocos 4 a 8 - anule com dois traços paralelos todos os registros do bloco onde ocorreu o equívoco e continue a entrevista no espaço do formulário reservado à pessoa seguinte;
- caso isso não seja possível, utilize um Formulário Avulso de Identificação da Pessoa. Nesses casos, transcreva

## FORMULÁRIO PRINCIPAL



FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:												PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X													
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
<b>Governo Federal</b> <b>Ministério do Desenvolvimento Social</b> Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único												<b>Formulário Principal</b> <b>de Cadastro</b> <b>F1</b>													
1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE																									
1.01 - Código familiar						1.02 - UF		1.03 - Município				1.04 - Distrito		1.05 - Subdistrito		1.06 - Setor censitário									
1.07 - Modalidade da operação						1.08 - Forma de coleta de dados				1.09 - Formulário(a) preenchido(a)								1.10 - Data da entrevista							
<input type="checkbox"/> 1 - Inclusão <input type="checkbox"/> 2 - Alteração						<input type="checkbox"/> 1 - Sem visita domiciliar <input type="checkbox"/> 2 - Com visita domiciliar				<input type="checkbox"/> 0 - Principal <input type="checkbox"/> 2 - Avulso 2 <input type="checkbox"/> 1 - Avulso 1 <input type="checkbox"/> 3 - Suplementar(es) nº(s)								Dia    Mês    Ano /    /    20							
ENDEREÇO DA FAMÍLIA																									
1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)																									
Logradouro (tipo, título, nome)																									
1.12 - Tipo (rua, avenida, igarapé, etc.)																									
1.13 - Título (geral, santa, pintor, etc.)																									
1.14 - Nome																									
1.15 - Número						1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)																			
1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)																									
						1.18 - CEP																			
1.19 - Unidade territorial local																									
a) Código						b) Descrição																			
1.20 - Referência para localização																									
ENTREVISTADOR																									
1.21 - Nome																									
1.22 - CPF do entrevistador						Assinatura do entrevistador																			
1.23 - Observações																									
Assinatura do representante da prefeitura/órgão responsável pelo cadastramento																									

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

## 2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

(Não preencher para famílias em situação de rua)

**2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:**  
 1 - Urbanas     2 - Rurais

**2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?**  
 1 - Particular permanente  
 2 - Particular improvisado  
 3 - Coletivo  
 Passe ao 3.01

**2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?**

**2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?**

**2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?**  
 1 - Terra  
 2 - Cimento  
 3 - Madeira aproveitada  
 4 - Madeira aparelhada  
 5 - Cerâmica, lajota ou pedra  
 6 - Carpete  
 7 - Outro material

**2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?**  
 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento  
 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento  
 3 - Madeira aparelhada  
 4 - Taipa revestida  
 5 - Taipa não-revestida  
 6 - Madeira aproveitada  
 7 - Palha  
 8 - Outro material

**2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?**  
 1 - Sim     2 - Não

**2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?**  
 1 - Rede geral de distribuição  
 2 - Poço ou nascente  
 3 - Cisterna  
 4 - Outra forma

**2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?**  
 1 - Sim     2 - Não    Passe ao 2.11

**2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?**  
 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial  
 2 - Fossa séptica  
 3 - Fossa rudimentar  
 4 - Vala e céu aberto  
 5 - Direto para um rio, lago ou mar  
 6 - Outra forma

**2.11 - O lixo do seu domicílio:**  
 1 - É coletado diretamente  
 2 - É coletado indiretamente  
 3 - É queimado ou enterrado na propriedade  
 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)  
 5 - É jogado em rio, lago ou mar  
 6 - Tem outro destino

**2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?**  
 1 - Elétrica com medidor próprio  
 2 - Elétrica com medidor comunitário  
 3 - Elétrica sem medidor  
 4 - Óleo, querosene ou gás  
 5 - Vela  
 6 - Outra forma

**2.13 - Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?**  
 1 - Total     2 - Parcial     3 - Não existe

## 3 - FAMÍLIA

(Observe os conceitos de morador e de família na contracapa do formulário)

**3.01 - A família é indígena?**  
 1 - Sim     2 - Não - Passe ao 3.05

**3.02 - A que povo indígena pertence a família?**

**3.03 - A família reside em terra ou reserva indígena?**  
 1 - Sim     2 - Não - Passe ao 3.07

**3.04 - Qual é o nome da terra ou reserva indígena?**  
  
 2 - Não sabe    Passe ao 3.07

31.442 v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA: X

3.05 - A família é quilombola?  
 1 - Sim  2 - Não - Passe ao 3.07

3.06 - Qual é o nome da comunidade e quilombola?

3.07 - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua e famílias em domicílio coletivo)

3.08 - Quantas famílias moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua e famílias em domicílio coletivo)

3.09 - Há alguma pessoa dessa família internada, obrigada ou privada de liberdade há 12 meses ou mais?

1 - Criança(s) e adolescente(s) (de 0 a 17 anos)  0 - Não tem

2 - Jovem(ns) e adulto(s) (de 18 a 59 anos)  0 - Não tem

3 - Idoso(s) (de 60 anos ou mais)  0 - Não tem

**LISTA DE COMPONENTES DA FAMÍLIA MORADORES DO DOMICÍLIO**  
 - Sempre iniciar o preenchimento pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar  
 - Anote o primeiro nome de cada pessoa

Nº de ordem	Nome da pessoa	Nº de ordem	Nome da pessoa

3.10 - A família, normalmente, tem despesa mensal com:

1 - Energia elétrica  ,00  0 - Não tem

2 - Água e esgoto  ,00  0 - Não tem

3 - Gás, carvão e lenha  ,00  0 - Não tem

4 - Alimentação, higiene e limpeza  ,00  0 - Não tem

5 - Transporte  ,00  0 - Não tem

6 - Aluguel  ,00  0 - Não tem

7 - Medicamentos de uso regular  ,00  0 - Não tem

3.11 - Nome e código do Estabelecimento de Assistência à Saúde - EAS/MS em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

b) Código

3.12 - Nome e código do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS) em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

b) Código

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:  
 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apellido/Nome Social

4.05 - Sexo  
 1 - Masculino     2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento  
 Dia   Mês   Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF  
 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF     5 - Neto(a) ou bisneto(a)     9 - Genro ou nora  
 2 - Cônjuge ou companheiro(a)     6 - Pai ou mãe     10 - Outro parente  
 3 - Filho(a)     7 - Sogra(a)     11 - Não parente  
 4 - Enteadado(a)     8 - Irmão ou irmã

4.08 - Cor ou raça  
 1 - Branca     2 - Preta     3 - Amarela     4 - Parda     5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe  
  
  
 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai  
  
  
 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?  
 1 - Neste município - **Passar ao 4.15**     2 - Em outro município     3 - Em outro país - **Passar ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe    **Passar ao 4.15**

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?  
 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento     3 - Não → Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento     4 - Não sabe → Se não tem RANI, passe ao 6.01

31.442 v0008



Formulário Principal de Cadastro - CADÔNICO - F1

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim  2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

1 - Sim, rede pública  3 - Não, já frequentou - **Passar ao 7.09**  
 2 - Sim, rede particular  4 - Nunca frequentou → Pessoa com 14 anos ou mais, **passar ao 8.01**  
 → Pessoa com menos de 14 anos, **passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

1 - Sim - **Passar ao 7.06**  2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche  8 - Ensino Médio especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**  9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)  
 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)  
 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)  11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) → **Passar ao 8.01**  
 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)  12 - Alfabetização para adultos  
 6 - Ensino Fundamental especial  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 7 - Ensino Médio regular  14 - Pré-vestibular

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)  3 - Terceiro(a)  5 - Quinto(a)  7 - Sétimo(a)  9 - Nono(a)  
 2 - Segundo(a)  4 - Quarto(a)  6 - Sexto(a)  8 - Oitavo(a)  10 - Curso não-seriado

**Passar ao 8.01**

### PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche  9 - Ensino Médio Especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)  
 3 - Classe de Alfabetização - CA  11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª) → **Passar ao 8.01**  
 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau  12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)  
 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)  14 - Alfabetização para Adultos  
 7 - Ensino Fundamental Especial  15 - Nenhum  
 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)

31.442 v008

8



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

**4.01 - Número de ordem**

**4.02 - Nome completo**

**4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)**

**4.04 - Apellido/Nome Social**

**4.05 - Sexo**

1 - Masculino       2 - Feminino

**4.06 - Data de nascimento**

Dia   Mês   Ano

**4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF**

1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF       5 - Neto(a) ou bisneto(a)       9 - Genro ou nora

2 - Cônjuge ou companheiro(a)       6 - Pai ou mãe       10 - Outro parente

3 - Filho(a)       7 - Sogra(a)       11 - Não parente

4 - Enteadado(a)       8 - Irmão ou irmã

**4.08 - Cor ou raça**

1 - Branca       2 - Preta       3 - Amarela       4 - Parda       5 - Indígena

**4.09 - Nome completo da mãe**

2 - Não sabe

**4.10 - Nome completo do pai**

2 - Não sabe

**4.11 - Onde (nome) nasceu?**

1 - Neste município - **Passo ao 4.15**       2 - Em outro município       3 - Em outro país - **Passo ao 4.14**

**4.12 - Em que estado (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.13 - Em que município (nome) nasceu?**

2 - Não sabe      **Passo ao 4.15**

**4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?**

1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento       3 - Não   
     ↳ Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
     ↳ Se não tem RANI, passe ao 6.01

2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento       4 - Não sabe

31.442 v008







FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

**4.01 - Número de ordem**

**4.02 - Nome completo**

**4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)**

**4.04 - Apelido/Nome Social**

**4.05 - Sexo**

1 - Masculino       2 - Feminino

**4.06 - Data de nascimento**

Dia   Mês   Ano

**4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF**

1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF       5 - Neto(a) ou bisneto(a)       9 - Genro ou nora

2 - Cônjuge ou companheiro(a)       6 - Pai ou mãe       10 - Outro parente

3 - Filho(a)       7 - Sogro(a)       11 - Não parente

4 - Entead(o)

8 - Irmão ou irmã

**4.08 - Cor ou raça**

1 - Branca       2 - Preta       3 - Amarela       4 - Parda       5 - Indígena

**4.09 - Nome completo da mãe**

2 - Não sabe

**4.10 - Nome completo do pai**

2 - Não sabe

**4.11 - Onde (nome) nasceu?**

1 - Neste município - **Passo ao 4.15**       2 - Em outro município       3 - Em outro país - **Passo ao 4.14**

**4.12 - Em que estado (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.13 - Em que município (nome) nasceu?**

2 - Não sabe      **Passo ao 4.15**

**4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?**

1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento       3 - Não       4 - Não sabe

2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento       3 - Não       4 - Não sabe

Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3

Se não tem RANI, passe ao 6.01

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

31.442 v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA: X

### 5 - DOCUMENTOS

**5.01 - Tipo e dados da Certidão**

a) Tipo  1 - Nascimento  2 - Casamento  3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Data do registro:  
 Dia Mês Ano Para certidões emitidas a partir de 01/01/2010, passe ao item 6

3 - Número do livro 4 - Número da folha 5 - Número do termo/RANI

6 - Matrícula

7 - Estado de registro

8 - Município de registro

**5.02 - Número de inscrição do CPF**

**5.03 - Dados do documento de identidade (RG)**

1 - Número 2 - Complemento 3 - Data da emissão  
 Dia Mês Ano

4 - Estado emissor 5 - Sigla do órgão emissor

**5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social**

1 - Número 2 - Série 3 - Data da emissão  
 Dia Mês Ano

4 - Estado emissor

**5.05 - Dados do Título de Eleitor com DV**

1 - Número 2 - Zona 3 - Seção

### 6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)  
 1 - Sim  2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?  
 (Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Cegueira  3 - Surdez severa/profunda  5 - Deficiência física  7 - Síndrome de Down  
 2 - Baixa visão  4 - Surdez leve/moderada  6 - Deficiência mental ou intelectual  8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?  
 (Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Não  3 - Sim, de cuidador especializado  5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial  
 2 - Sim, de alguém da família  4 - Sim, de vizinho  6 - Sim, de outra forma

31.442 v008

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

31.442 v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim  2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

1 - Sim, rede pública  3 - Não, já frequentou - **Passar ao 7.09**  
 2 - Sim, rede particular  4 - Nunca frequentou → Pessoa com 14 anos ou mais, **passar ao 8.01**  
 → Pessoa com menos de 14 anos, **passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

1 - Sim - **Passar ao 7.06**  2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche  8 - Ensino Médio especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**  9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)  
 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)  
 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)  11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) → **Passar ao 8.01**  
 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)  12 - Alfabetização para adultos  
 6 - Ensino Fundamental especial  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 7 - Ensino Médio regular  14 - Pré-vestibular

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)  3 - Terceiro(a)  5 - Quinto(a)  7 - Sétimo(a)  9 - Nono(a)  
 2 - Segundo(a)  4 - Quarto(a)  6 - Sexto(a)  8 - Oitavo(a)  10 - Curso não-seriado

**Passar ao 8.01**

### PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche  9 - Ensino Médio Especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)  
 3 - Classe de Alfabetização - CA  11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)  
 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau  12 - Ensino Médio EJA (Supletivo) → **Passar ao 8.01**  
 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásio), Segunda fase do 1º grau  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)  14 - Alfabetização para Adultos  
 7 - Ensino Fundamental Especial  15 - Nenhum  
 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA. X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

**4.01 - Número de ordem**

**4.02 - Nome completo**

**4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)**

**4.04 - Apellido/Nome Social**

**4.05 - Sexo**

1 - Masculino       2 - Feminino

**4.06 - Data de nascimento**

Dia   Mês   Ano

**4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF**

1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF       5 - Neto(a) ou bisneto(a)       9 - Genro ou nora

2 - Cônjuge ou companheiro(a)       6 - Pai ou mãe       10 - Outro parente

3 - Filho(a)       7 - Sogro(a)       11 - Não parente

4 - Enteadado(a)       8 - Irmão ou irmã

**4.08 - Cor ou raça**

1 - Branca       2 - Preta       3 - Amarela       4 - Parda       5 - Indígena

**4.09 - Nome completo da mãe**

2 - Não sabe

**4.10 - Nome completo do pai**

2 - Não sabe

**4.11 - Onde (nome) nasceu?**

1 - Neste município - **Passo ao 4.15**       2 - Em outro município →  3 - Em outro país - **Passo ao 4.14**

**4.12 - Em que estado (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.13 - Em que município (nome) nasceu?**

2 - Não sabe      **Passo ao 4.15**

**4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?**

1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento       3 - Não → Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
→ Se não tem RANI, passe ao 6.01

2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento       4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastro - CADÔNICO - F1

31.442 v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 5 - DOCUMENTOS

**5.01 - Tipo e dados da Certidão**

a) Tipo  1 - Nascimento  2 - Casamento  3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Data do registro:

Para certidões emitidas a partir de 01/01/2010, passe ao item 6

3 - Número do livro 4 - Número da folha 5 - Número do termo/RANI

6 - Matrícula

7 - Estado de registro

8 - Município de registro

**5.02 - Número de inscrição do CPF**

**5.03 - Dados do documento de identidade (RG)**

1 - Número 2 - Complemento 3 - Data da emissão

4 - Estado emissor 5 - Sigla do órgão emissor

**5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social**

1 - Número 2 - Série 3 - Data da emissão

4 - Estado emissor

**5.05 - Dados do Título de Eleitor com DV**

1 - Número 2 - Zona 3 - Seção

### 6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

1 - Sim  2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem? (Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Cegueira  3 - Surdez severa/profunda  5 - Deficiência física  7 - Síndrome de Down

2 - Baixa visão  4 - Surdez leve/moderada  6 - Deficiência mental ou intelectual  8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros? (Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Não  3 - Sim, de cuidador especializado  5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

2 - Sim, de alguém da família  4 - Sim, de vizinho  6 - Sim, de outra forma

31.442 v008

Formulário Principal de Cadastramento - CADÚNICO - F1

Formulário Principal de Cadastro - CADÚNICO - F1

31.442 v008

20

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim  2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

1 - Sim, rede pública  3 - Não, já frequentou - **Passo ao 7.09**  
 2 - Sim, rede particular  4 - Nunca frequentou → Pessoa com 14 anos ou mais, **passo ao 8.01**  
 → Pessoa com menos de 14 anos, **passo para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

1 - Sim - **Passo ao 7.06**  2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEPMEC da escola ou creche:

1 - Tem  2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche  8 - Ensino Médio especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA)  9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª) **Passo para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**  
 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passo ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)  
 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)  11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) **Passo ao 8.01**  
 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)  12 - Alfabetização para adultos  
 6 - Ensino Fundamental especial  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 7 - Ensino Médio regular  14 - Pré-vestibular

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)  3 - Terceiro(a)  5 - Quinto(a)  7 - Sétimo(a)  9 - Nonoo(a)  
 2 - Segundo(a)  4 - Quarto(a)  6 - Sexto(a)  8 - Oitavo(a)  10 - Curso não-seriado

**Passo ao 8.01**

### PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche  9 - Ensino Médio Especial  
 2 - Pré-escola (exceto CA)  10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª) **Passo ao 8.01**  
 3 - Classe de Alfabetização - CA  11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª) **Passo ao 8.01**  
 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau  12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)  
 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásio), Segunda fase do 1º grau  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado  
 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)  14 - Alfabetização para Adultos  
 7 - Ensino Fundamental Especial  15 - Nenhum  
 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

**4.01 - Número de ordem**

**4.02 - Nome completo**

**4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)**

**4.04 - Apellido/Nome Social**

**4.05 - Sexo**

1 - Masculino       2 - Feminino

**4.06 - Data de nascimento**

Dia   Mês   Ano

**4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF**

1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF       5 - Neto(a) ou bisneto(a)       9 - Genro ou nora

2 - Cônjuge ou companheiro(a)       6 - Pai ou mãe       10 - Outro parente

3 - Filho(a)       7 - Sogro(a)       11 - Não parente

4 - Enteado(a)       8 - Irmão ou irmã

**4.08 - Cor ou raça**

1 - Branca       2 - Preta       3 - Amarela       4 - Parda       5 - Indígena

**4.09 - Nome completo da mãe**

2 - Não sabe

**4.10 - Nome completo do pai**

2 - Não sabe

**4.11 - Onde (nome) nasceu?**

1 - Neste município - **Passo ao 4.15**       2 - Em outro município →       3 - Em outro país - **Passo ao 4.14**

**4.12 - Em que estado (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.13 - Em que município (nome) nasceu?**

2 - Não sabe      **Passo ao 4.15**

**4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?**

2 - Não sabe

**4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?**

1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento       3 - Não → Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
→ Se não tem RANI, passe ao 6.01

2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento       4 - Não sabe

Formulário Principal de Cadastramento - CADÚNICO - FI

31.442 v008



Formulário Principal de Cadastro - CADÔNICO - F1

31.442 v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 7 - ESCOLARIDADE

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim  2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

1 - Sim, rede pública  3 - Não, já frequentou - **Passar ao 7.09**

2 - Sim, rede particular  4 - Nunca frequentou → Pessoa com 14 anos ou mais, **passar ao 8.01**

→ Pessoa com menos de 14 anos, **passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

1 - Sim - **Passar ao 7.06**  2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado

2 - Município

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche  8 - Ensino Médio especial

2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar para os itens 2 e 4 do quesito 8.09**  9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)

3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)

4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)  11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) → **Passar ao 8.01**

5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)  12 - Alfabetização para adultos

6 - Ensino Fundamental especial  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado

7 - Ensino Médio regular  14 - Pré-vestibular

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)  3 - Terceiro(a)  5 - Quinto(a)  7 - Sétimo(a)  9 - Nono(a)

2 - Segundo(a)  4 - Quarto(a)  6 - Sexto(a)  8 - Oitavo(a)  10 - Curso não-seriado

**Passar ao 8.01**

### PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche  9 - Ensino Médio Especial

2 - Pré-escola (exceto CA) → **Passar ao 8.01**  10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)

3 - Classe de Alfabetização - CA  11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)

4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau  12 - Ensino Médio EJA (Supletivo) → **Passar ao 8.01**

5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásio), Segunda fase do 1º grau  13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado

6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)  14 - Alfabetização para Adultos

7 - Ensino Fundamental Especial  15 - Nenhum

8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:  
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

**4.01 - Número de ordem**

**4.02 - Nome completo**

**4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)**

**4.04 - Apelido/Nome Social**

**4.05 - Sexo**  
 1 - Masculino       2 - Feminino

**4.06 - Data de nascimento**  
 Dia   Mês   Ano

**4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF**  
 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF       5 - Neto(a) ou bisneto(a)       9 - Genro ou nora  
 2 - Cônjuge ou companheiro(a)       6 - Pai ou mãe       10 - Outro parente  
 3 - Filho(a)       7 - Sogro(a)       11 - Não parente  
 4 - Enteadado(a)       8 - Irmão ou irmã

**4.08 - Cor ou raça**  
 1 - Branca       2 - Preta       3 - Amarela       4 - Parda       5 - Indígena

**4.09 - Nome completo da mãe**  
  
  
 2 - Não sabe

**4.10 - Nome completo do pai**  
  
  
 2 - Não sabe

**4.11 - Onde (nome) nasceu?**  
 1 - Neste município - **Passo ao 4.15**       2 - Em outro município →       3 - Em outro país - **Passo ao 4.14**

**4.12 - Em que estado (nome) nasceu?**  
  
 2 - Não sabe

**4.13 - Em que município (nome) nasceu?**  
  
 2 - Não sabe      **Passo ao 4.15**

**4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?**  
  
 2 - Não sabe

**4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?**  
 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento       3 - Não → Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento       4 - Não sabe → Se não tem RANI, passe ao 6.01

 Formulário Principal de  
 Cadastro - CADÚNICO - F1

31.442-v008

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 5 - DOCUMENTOS

**5.01 - Tipo e dados da Certidão**

a) Tipo  1 - Nascimento  2 - Casamento  3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Data do registro:

Para certidões emitidas a partir de 01/01/2010, passe ao item 6

3 - Número do livro 4 - Número da folha 5 - Número do termo/RANI

6 - Matrícula

7 - Estado de registro

8 - Município de registro

**5.02 - Número de inscrição do CPF**

**5.03 - Dados do documento de identidade (RG)**

1 - Número 2 - Complemento 3 - Data da emissão

4 - Estado emissor 5 - Sigla do órgão emissor

**5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social**

1 - Número 2 - Série 3 - Data da emissão

4 - Estado emissor

**5.05 - Dados do Título de Eleitor com DV**

1 - Número 2 - Zona 3 - Seção

### 6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

**6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)**

1 - Sim  2 - Não - Passe ao 7.01

**6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem? (Este quesito admite múltipla marcação)**

1 - Cegueira  3 - Surdez severa/profunda  5 - Deficiência física  7 - Síndrome de Down

2 - Baixa visão  4 - Surdez leve/moderada  6 - Deficiência mental ou intelectual  8 - Transtorno/doença mental

**6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros? (Este quesito admite múltipla marcação)**

1 - Não  3 - Sim, de cuidador especializado  5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

2 - Sim, de alguém da família  4 - Sim, de vizinho  6 - Sim, de outra forma

31.442 v008

Formulário Principal de Cadastramento - CADÚNICO - F1









U e concordo (celular)

U e concordo (e-mail)

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

**Autorização para envio de mensagens (via celular e e-mail)**

Com a assinatura deste termo, declaro que o telefone e e-mail informados são de minha propriedade e autorizo o MDS e a CAIXA a enviar mensagens por esses canais utilizando os dados e autorizações informados por mim no formulário do Cadastro Único, de acordo com as seguintes condições:

a) o envio de mensagens se dará somente para fins de implementação de políticas públicas e estudos e pesquisas, conforme previsto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que regulamenta o Cadastro Único;

b) as mensagens se limitarão a textos e JAMALS conteúdo *links*, endereços de e-mail, propagandas de terceiros, arquivos anexos, solicitação de senha nem pedidos de autorização;

c) o serviço de envio de mensagens será prestado por prazo indeterminado, podendo ser cancelado a qualquer tempo sem aviso prévio, sem prejuízo para minha pessoa ou ainda para o MDS e a CAIXA;

d) o MDS e a CAIXA não se responsabilizam por problemas nos serviços de celular e e-mail nem por acessos de outras pessoas às mensagens recebidas por mim;

e) as dúvidas sobre o envio de mensagens podem ser esclarecidas pelo site [www.caixa.com.br](http://www.caixa.com.br) ou central de atendimento telefônico da CAIXA (0800 726 0104).

U e concordo (celular)

U e concordo (e-mail)

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_



0800 707 2003  
[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

31.442 v008

**CAIXA** MINISTÉRIO DO GOVERNO FEDERAL  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## ANEXO I - Outras Formas de Trabalho 2002 - PNAD Contínua



A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua<sup>1</sup> investiga, na quinta visita ao domicílio, o tema Outras formas de trabalho, que abarca os afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente; o cuidado de pessoas (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais) no domicílio ou de parentes não moradores; a produção para o próprio consumo; e o trabalho voluntário. Conforme orientação da 19ª Conferência Internacional de Estadísticos del Trabajo - CIET, realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) em 2013<sup>2</sup>, essas atividades não entram no cômputo da ocupação da pesquisa, por isso são chamadas de outras formas de trabalho, uma vez que também são consideradas trabalho, ainda que não precificado ou tratado como parte do Produto Interno Bruto - PIB do País.

Devido à pandemia da COVID-19, esse tema não foi investigado nos anos de 2020 e 2021, retomando a campo em 2022. Dessa forma, no presente informativo, as comparações são realizadas entre os anos de 2019 e 2022. Cabe destacar que os resultados estimados incorporam a reponderação da PNAD Contínua ocorrida em 2021, que considera os totais populacionais por sexo e grupos etários, segundo projeções populacionais baseadas em dados do Censo Demográfico 2010<sup>3</sup>.

## Taxa de realização de afazeres domésticos (1)

Total	<b>85,4%</b>
Homem	<b>79,2%</b>
Mulher	<b>91,3%</b>



(1) No próprio domicílio ou em domicílio de parentes.

## Taxa de realização de cuidados de pessoas (2)

Total	<b>29,3%</b>
Homem	<b>23,3%</b>
Mulher	<b>34,9%</b>



(2) Cuidado de moradores ou de parentes não moradores.

## Taxa de realização de produção para o próprio consumo

Total	<b>6,8%</b>
Homem	<b>7,6%</b>
Mulher	<b>6,1%</b>



## Taxa de realização de trabalho voluntário

Total	<b>4,2%</b>
Homem	<b>3,5%</b>
Mulher	<b>4,9%</b>



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.  
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/91711-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html#t=0-que-e>>.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a 19ª CIET, consultar o endereço: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-stat/documents/publication/wcms\\_234125.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-stat/documents/publication/wcms_234125.pdf).

<sup>3</sup> Para detalhes sobre o processo de reponderação da pesquisa ocorrido em 2021, consultar IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. Sobre a divulgação da reponderação da PNAD Contínua em 2021. Rio de Janeiro, 20 out. 2021. 5 p. Nota técnica 03/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html#t=notas-tecnicas>. Acesso em jun. 2023.

## ANEXO J - Gerenciador de códigos Atlas TI

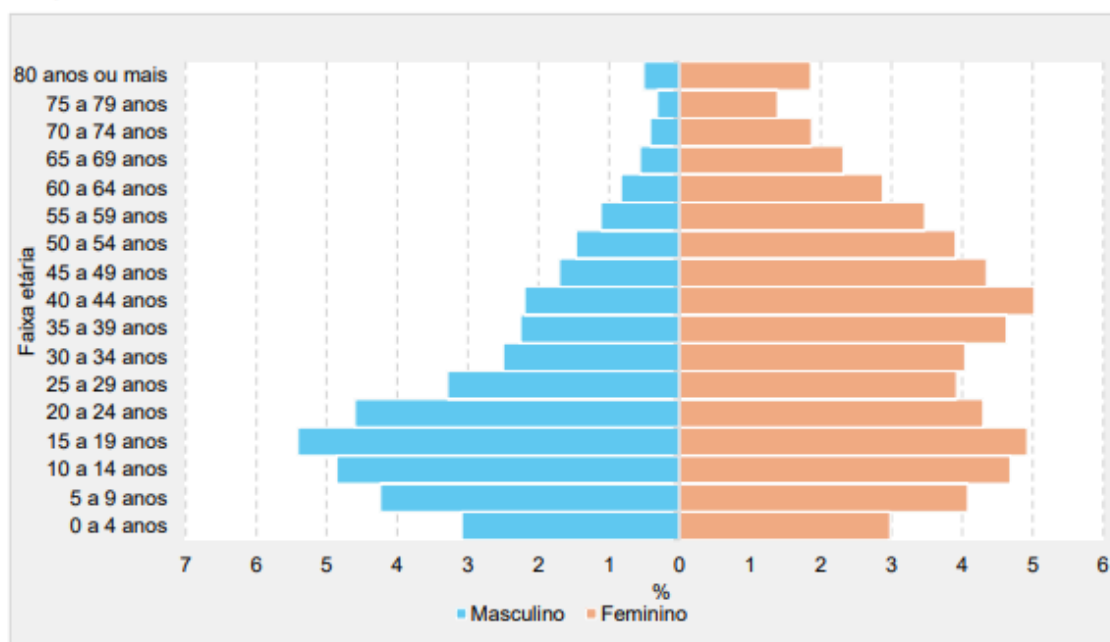
The screenshot displays the ATLAS.ti Web interface. The main content area is titled 'Gerenciador de código' and contains a table of codes. The table has columns for 'Nome', 'Grupos', 'Citações', and 'Comentário'. The codes listed are:

Nome	Grupos	Citações	Comentário
Adoecimento e "Corpo-Terrítório" em Risco	52	663	Adoecimento e corpo-território em risco - Menção a doenças, uso de remédios, sofrimento mental, cuidado de pessoas com deficiência.
A Fratura das Redes Comunitárias e a Falência das "Ajudas"	55	383	Fratura das redes comunitárias/ajudas falhas - Narrativas sobre falta de apoio familiar, apoio intermitente, apoio precário, ausência paterna; ajuda unilateral, exaustão das cuidadoras, ausência de coletividade.
Obstáculos ao Acesso à Justiça e ao Direito	62	485	Obstáculos ao acesso à justiça/direitos - Falas sobre pensão, guarda, desconhecimento de direitos, tempo da justiça incompatível com cuidado, pai beneficiado da burocracia e morosidade da justiça.
O Cuidado como "Prisão", Solidão e adoecimento	200	1450	Cuidado como prisão/solidão/adoecimento - Falas sobre falta de tempo, sobrecarga, fazer tudo sozinho, impossibilidade de participar de atividades externas, cansaço, Pobreza de tempo, pai ausente.
O Estado como "Ausência" e Contenção	78	587	Estado como ausência/contenção - Relatos sobre demora ou dificuldade de acesso a serviços, burocracia, bolsa familiar, ajuda do governo, desvalorização do trabalho doméstico CRAS como oportunidades, ausência de políticas efetivas.

The sidebar on the left contains navigation options: Gerente de Documentos, Gerenciador de código (selected), Gerente de Cotações, Gerente de Memorand..., Vistas, IA Conversacional, Pesquisa de document..., Configurações do proj..., Ajuda e suporte, and Fechar. The user profile 'Luana Rodrigues' is visible at the bottom of the sidebar.

### ANEXO K - Pirâmide etária dos integrantes das famílias monoparentais, residentes em domicílios particulares permanentes - Brasil – 2022

Pirâmide etária dos integrantes das famílias monoparentais, residentes em domicílios particulares permanentes - Brasil – 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Resultados preliminares da amostra estimados a partir de Áreas de Ponderação preliminares.

Nota: Os dados apresentados não incluem domicílios localizados em Terras Indígenas

## ANEXO L - Escolas Municipais Regional Venda Nova

04/01/2026, 16:18

SIGA BH - Sistema de Informações para Gestão Acadêmica

### Informações sobre as escolas da Regional GERENCIA REGIONAL DE EDUCACAO - VENDA NOVA

Filtro(s) Selecionado(s): Filtro de Atendimento								
EI/Creche - EI/Pré-escola - 1ºC/1ªA - 1ºC/2ªA - 1ºC/3ªA - 2ºC/1ªA - 2ºC/2ªA - 2ºC/3ªA - 3ºC/1ªA - 3ºC/2ªA - 3ºC/3ªA - Ensino Especial - Manhã - Tarde - Integral								
Nome da Escola	Sigla	Endereço	Telefone	E-mail	Atendimento	Turnos	Diretor(a)	Secretário(a)
Escola Municipal Adauto Lúcio Cardoso - SEDE	EMALC	RUA ERNESTO GAZZOLLI, 164 - CEU AZUL CEP: 31580160	988883312	emalc@edu.pbh.gov.br	EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE - INTEGRAL		
Escola Municipal Antônia Ferreira - SEDE	EMAF	RUA JOAO GUALBERTO DE ABREU, 00010 - SAO JOAO BATISTA CEP: 31510480	988883315	emaf@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Antônio Gomes Horta - SEDE	EMAGH	RUA ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA, 161 - MINASCAIXA CEP: 31610300	988883317	emagh@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Cônego Raimundo Trindade - SEDE	EMCRT	RUA BRODOSQUI, 51 - PIRATININGA CEP: 31573050	988883324	emcrt@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE	ERIKA FERREIRA DE MACEDO MOURA	MARIA CECILIA LEAO ROCHA
Escola Municipal Cora Coralina - SEDE	EMCC	RUA LISBOA, 00054 - COPACABANA CEP: 31550130	988883326	emcc@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE		
Escola Municipal de Educação Infantil Alessandra Salum Cadar - SEDE	EMEIASC	RUA BUDAPESTE, 68 - EUROPA CEP: 31620340	988883373	emeiasc@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE		
Escola Municipal de Educação Infantil Céu Azul - SEDE	EMEICA	RUA SAO JOAO BATISTA DO GLORIA, 530 - PIRATININGA CEP: 31540100	986448190	emeica@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE		
Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati - SEDE	EMEITA	RUA DOS COMANCHES, 245 - SANTA MONICA CEP: 31530250	986450349	emeita@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		

<https://sigabh.pbh.gov.br/index/gerar/reg/9>

1/5

04/01/2026, 16:18

SIGA BH - Sistema de Informações para Gestão Acadêmica

Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comerciários - SEDE	EMEIJC	RUA SETE DE OUTUBRO, 600 - JARDIM DOS COMERCARIOS CEP: 31640565	984851060	emeijc@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Leblon - SEDE	EMEIJL	RUA PEDRINOPOLIS, 395 - JARDIM LEBLON CEP: 31540470	986441560	emeijl@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Lagoa - SEDE	EMEILAG	RUA HELCIO PEREIRA FORTES, 06 - LAGOA CEP: 31578225	986450347	emeilag@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Mantiqueira - SEDE	EMEIMQ	RUA ARAMITA FRANCISCA DOS SANTOS, 88 - MANTIQUEIRA CEP: 31655300	989798493	emeimq@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Miriam Brandão - SEDE	EMEIMB	RUA JOAO BATISTA FERNANDES, 75 - SERRA VERDE CEP: 31630340	988883375	emeimb@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Navegantes - SEDE	EMEINA	RUA RADIALISTA JOSE JUNQUILHO, 32 - CEU AZUL CEP: 31585020	986846808	emeina@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Nova Iorque - SEDE	EMEINI	RUA EDIVALDO JARDIM, 400 - JARDIM DOS COMERCARIOS CEP: 31650700	983987032	emeini@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Paraúnas - SEDE	EMEIPAR	RUA PADRE PEDRO PINTO, 5700 - MARIA HELENA CEP: 31660000	986447825	emeipar@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga - SEDE	EMEIPI	RUA ALTINOPOLIS, 585 - PIRATININGA CEP: 31573080	989798494	emeipi@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil São João Batista - SEDE	EMEISJB	RUA PROFESSOR AIMORE DUTRA, 514 - SÃO JOÃO BATISTA CEP: 31520050	986612962	emeisjb@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Serra Verde - SEDE	EMEISV	RUA JOSE MACHADO RIBEIRO, 94 - CENACULO CEP: 31615170	989798758	emeisv@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		

<https://sigabh.pbh.gov.br/index/gerar/reg/9>

2/5

04/01/2026, 16:18

SIGA BH - Sistema de Informações para Gestão Acadêmica

Escola Municipal de Educação Infantil Venda Nova - SEDE	EMEIVN	RUA DOUTOR ALVARO CAMARGOS, 200 - SÃO JOÃO BATISTA CEP: 31515200	986611437	emeivn@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes - SEDE	EMEIVAM	RUA LUIZ FURTADO FILHO, 10 - LETÍCIA CEP: 31570220	988883369	emvam@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal de Educação Infantil Vila Apolônia - SEDE	EMEIVAP	RUA MARROCOS, 678 - APOLÔNIA CEP: 31540230	986442072	emeivap@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola	INTEGRAL		
Escola Municipal Deputado Renato Azeredo - SEDE	EMDRA	RUA AGUA, 240 - MARIA HELENA CEP: 31680430	988883328	emdra@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE		
Escola Municipal Dr. José Xavier Nogueira - SEDE	EMDJXN	RUA NAVARRA, 100 - EUROPA CEP: 31620050	988883289	emdjxn@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Elisa Buzelin - SEDE	EMEB	RUA JAIR AFONSO INACIO, 00277 - PIRATININGA CEP: 31570430	988883335	emeb@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo	MANHÃ - TARDE		
Escola Municipal Gracy Vianna Lage - SEDE	EMGVL	RUA JOAO SOARES LEAL, 23 - JARDIM DOS COMERCIARIOS CEP: 31650230	988883339	emgvl@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE	THAIS GOMES DA SILVA MATOS	CELIA ALMEIDA E SILVA
Escola Municipal Jardim Leblon - SEDE	EMJL	RUA SILVA XAVIER, 15 - JARDIM LEBLON CEP: 31540400	989798759	emjl@edu.pbh.gov.br	EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Joaquim dos Santos - SEDE	EMJS	RUA ANTONIO JOSE DOS SANTOS, 00300 - CEU AZUL CEP: 31580000	989789068	emjs@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE - INTEGRAL		
Escola Municipal José Maria Alkmim - SEDE	EMJMA	RUA BENIGNO FAGUNDES DA SILVA, 33 - SERRA VERDE CEP: 31630070	988883343	emjma@edu.pbh.gov.br	EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE		

<https://sigabh.pbh.gov.br/index/gerar/reg/9>

3/5

04/01/2026, 16:18

SIGA BH - Sistema de Informações para Gestão Acadêmica

Escola Municipal Mário Mourão Filho - SEDE	EMMMF	RUA MARIA GERTRUDES SANTOS, 01029 - CEU AZUL CEP: 31578300	988883346	emmmf@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Milton Campos - SEDE	EMMC	RUA JOVINO RODRIGUES PEGO, 195 - MANTIQUEIRA CEP: 31660250	988883348	emmc@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Moysés Kalil - SEDE	EMMK	RUA AFONSO PEREIRA DA SILVA, 00010 - MANTIQUEIRA CEP: 31655010	988883350	emmk@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE - INTEGRAL		
Escola Municipal Padre Marzano Matias - SEDE	EMPMAT	RUA ERICO VERISSIMO, 1280 - RIO BRANCO CEP: 31535094	988883353	empmat@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE - INTEGRAL		
Escola Municipal Presidente Tancredo Neves - SEDE	EMPTN	RUA RADIALISTA JOAQUIM DA FONSECA, 00045 - CEU AZUL CEP: 31578590	988883356	emptn@edu.pbh.gov.br	EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Professor Moacyr Andrade - SEDE	EMPMA	RUA DOS CACADORES, 93 - LAGOA CEP: 31575320	988883358	empma@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE	ALDINA MUNIZ DE SOUZA TOLEDO	ANA LUCIA PEREIRA CORREIA
Escola Municipal Professor Pedro Guerra - SEDE	EMPPG	RUA JOAO FERREIRA DA SILVA, 00230 - MANTIQUEIRA CEP: 31680050	988883360	emppg@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo / EJA	MANHÃ - TARDE - NOITE - INTEGRAL		
Escola Municipal Professor Tabajara Pedrosa - SEDE	EMPTP	RUA GERALDO ANUNCIACAO, 45 - RIO BRANCO CEP: 31535504	989788814	emtp@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré-escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Professora Ondina Nobre - SEDE	EMPON	RUA RADIALISTA JOSE JUNQUILHO, 100 - CEU	988883364	empon@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo /	MANHÃ - TARDE - NOITE	DANIELA CRISTINA	KEILA MOREIRA

<https://sigabh.pbh.gov.br/index/gerar/reg/9>

4/5

04/01/2026, 16:18

SIGA BH - Sistema de Informações para Gestão Acadêmica

		AZUL CEP: 31585020			3ºCiclo / EJA		FELISMINO	SILVA
Escola Municipal Tancredo Phideas Guimarães - SEDE	EMTPG	RUA SATURNO, 400 - PARQUE SÃO PEDRO CEP: 31610220	988883367	emtpg@edu.pbh.gov.br	1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE	MARINA DE AZEVEDO SANTOS LEANDRO	DANIEL BORGES GOMES PEREIRA
Escola Municipal Vicente Guimarães - SEDE	EMVG	RUA IZAURA PEREIRA ALMEIDA, 00110 - LETICIA CEP: 31570360	988883371	emvg@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré- escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		
Escola Municipal Zilda Arns - SEDE	EMZA	RUA ERVA MATE, 46 - PIRATININGA CEP: 31573506	987913564	emza@edu.pbh.gov.br	EI - Creche / EI - Pré- escola / 1ºCiclo / 2ºCiclo / 3ºCiclo	MANHÃ - TARDE - INTEGRAL		

GINED - Gerência de Informações Educacionais - Secretaria Municipal de Educação